

**Giovanna Camila da Silva**

**A partir da Inspetoria de Educação  
Física de Minas Gerais (1927-1937):  
movimentos para a escolarização da  
Educação Física no Estado**

**Belo Horizonte  
Faculdade de Educação da UFMG  
2009**

**Giovanna Camila da Silva**

**A partir da Inspeção de Educação Física de Minas Gerais (1927-1937): movimentos para a escolarização da Educação Física no Estado**

Dissertação apresentada ao Programa da Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador:  
Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago

Co-orientadora:  
Profa. Dra. Meily Assbú Linhales

**Belo Horizonte**  
**Faculdade de Educação da UFMG**

**2009**

**Universidade Federal de Minas Gerais**

**Faculdade de Educação**

**Programa de Pós-Graduação**

Dissertação intitulada “*A partir da Inspeção de Educação Física de Minas Gerais (1927-1937): movimentos para a escolarização da Educação Física no Estado*”, de autoria da mestranda Giovanna Camila da Silva, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago – Orientador

---

Profa. Dra. Meily Assbú Linhales – Co-orientadora

---

Prof. Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira – UFPR

---

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho – FaE/UFMG

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2009

## AGRADECIMENTOS

Tantas são as pessoas e as instituições que estiveram presentes nesse percurso. De maneira especial, agradeço carinhosamente:

Ao Prof. Tarcísio Mauro Vago, a possibilidade da orientação sem amarras, o respeito pelas minhas escolhas e pelos meus posicionamentos, pelo carinho sempre presente, pela sensibilidade que me comove, pelos aprendizados que ultrapassam a formação acadêmica, e por, recorrentemente, lembrar-me de ‘cuidar do meu jardim’.

À Profa. Meily Assbú Linhales, minha co-orientadora, por oficialmente ter aceitado participar na construção desse trabalho oferecendo suas contribuições sempre preciosas. Agradeço pelo incentivo constante, pelos conselhos, por me deixar aprender com suas experiências, pela partilha da vida, pelo afeto que também nos une!

Ao Prof. Luciano Mendes de Faria Filho, parecerista do meu projeto inicial de pesquisa, pelas contribuições essenciais que reorientaram a investigação e possibilitaram análises mais fecundas. Agradeço também aos demais professores do GEPHE, especialmente, à profa. Andrea Moreno, pelas trocas acadêmicas e pelas outras parcerias.

Ao Prof. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, pelo incentivo desde o início desse processo e por ter aceitado estar na banca de defesa. À profa. Eustáquia Salvadora de Sousa, por também ter se disponibilizado para fazer uma leitura desse trabalho e oferecer suas contribuições.

Aos colegas da Pós-Graduação, de maneira muito especial aos amigos Larissa Pinho, Miguel Faria e Marina Guedes, por compartilhar as angústias e as alegrias das pesquisas, pelos outros espaços de convivência, pela diversão das viagens, pelo carinho de sempre!

Aos funcionários da Pós-Graduação, pela gentileza quando precisei de auxílio. Ao Carlos, bibliotecário da Faculdade de Educação, pela disponibilidade em ajudar e por todos os favores prestados.

Ao povo brasileiro que, por intermédio do CNPq, proporcionou a concessão de bolsa de estudos durante dois anos, a qual possibilitou a dedicação integral a esse processo de formação.

Às pessoas queridas do CEMEF, que torceram pela minha entrada no mestrado e me incentivaram nesses dois anos e meio. Meu agradecimento particular à Ana Carolina Vimieiro, dentre tantas coisas, pelos favores sempre atendidos e pela amizade construída nos últimos tempos.

Aos funcionários de todos os arquivos pesquisados, particularmente, os da Imprensa Oficial de Minas Gerais e da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, pela disponibilidade e pelo empenho em ajudar. Minha gratidão à família do prof. Renato Eloy de Andrade. Agradeço aos queridos Renato Eloy de Andrade Filho, Cristina Garnett Brum, Eloy Franca, Raul e d. Yedda, pelas fontes de pesquisa, e, sobretudo, pelo afeto do nosso encontro.

De maneira especial, agradeço à minha prima Jacqueline e à minha cunhada Tatiana, pelo incentivo e pelo carinho sempre expressos nas nossas conversas. Aos demais bons amigos, pela afabilidade a mim dedicada.

Aos meus irmãos, Marcone e Marco Aurélio, que me proporcionaram boas condições para a escrita desse trabalho. Agradeço também pela relação que soubemos construir ao longo dos anos, pelo apoio de sempre a essa irmã caçula.

Ao Alyson, por suportar e compreender meus momentos difíceis, pelas partilhas dos últimos anos, pelo respeito com as minhas escolhas e pelo carinho sempre presente nos seus gestos, nas suas palavras e nos seus silêncios.

Aos meus pais, que tudo fazem pela minha felicidade. Mãezinha e paizinho, minha especial gratidão por também tolerarem minha instabilidade, pela permanente compreensão comigo, pela preocupação com o silêncio, pela diversão do cotidiano, pela confiança, por todos os investimentos, pelos mimos, pelo incentivo constante. A vocês, meu amor incondicional.

A Deus, sempre!

## RESUMO

Este estudo aborda o movimento de criação, de atividade e de declínio da Inspeção de Educação Física de Minas Gerais, instituída no Regulamento do Ensino Primário em 1927 e que teve seu decaimento em 1937. O propósito principal foi compreender como tal órgão investiu no processo de escolarização da Educação Física no Estado. Nesse movimento interessou, especialmente, dar visibilidade à maneira como a Inspeção, ao elaborar e ao executar suas ações, acabou por mobilizar alguns elementos indicadores do processo educativo: os tempos e os espaços, os conteúdos e as práticas, e os sujeitos escolares. Ao investigar os modos como esse órgão conformou a Educação Física, foi admissível apontar a Inspeção como produtora de novas configurações para essa disciplina escolar em Minas. Tal produção guarda relação com o movimento de renovação pedagógica que, no período destacado por essa pesquisa, intentava tornar a escola mais atraente, ativa e eficiente. Para entender a modelagem para o ensino de Educação Física forjada na Inspeção, contundente também foi destacar os professores que compuseram seu grupo de trabalho, notadamente, Renato Eloy de Andrade, o Inspetor. Conhecendo os lugares com os quais ele manteve interlocução, foi possível identificar idéias, expectativas e iniciativas acerca da Educação Física que estavam em circulação em outros estados e países. As fontes mobilizadas neste estudo constituíram-se prioritariamente por documentos oficiais do Estado: o jornal Minas Gerais e a Revista do Ensino. Impressos que se configuraram como importantes veículos para divulgação da política educacional de Minas, e que, ao publicarem discursos, artigos, solenidades, atos normativos e outros que informavam sobre as iniciativas da Inspeção de Educação Física, tornaram-se fontes de indícios fundamentais para esse trabalho. Ainda são destaques alguns aparatos legislativos referentes ao ensino, à Educação Física e aos esportes produzidos no âmbito estadual; a documentação oferecida pela família do professor Renato Eloy de Andrade; outras revistas que também tiveram por temática a Educação Física; e algumas fontes do acervo da Associação Brasileira de Educação. Acessando esse *corpus* documental foi possível reconhecer a ênfase dada pela Inspeção às ações que perspectivaram a qualificação do professorado responsável por ministrar Educação Física nas escolas. Ao mesmo tempo, todas as iniciativas tomadas no seu conjunto, demonstraram a expectativa da Inspeção em produzir uma modelagem para a Educação Física escolar. Atentando para esse projeto, os discursos permitem apontar que tal disciplina foi anunciada num imbricado de orientações que defendiam o conhecimento acerca da infância; o interesse do aluno como direcionador do ensino; os saberes da psicologia e da fisiologia subsidiando o exercício docente; os jogos e a calistenia como práticas privilegiadas nas aulas de Educação Física. A investigação das proposições e das iniciativas empreendidas pela Inspeção acabou por revelar feições assumidas pelo processo mais amplo de escolarização da Educação Física em Minas.

## ABSTRACT

This study deals with the creation, the activities and the decline of the Inspetoria de Educação Física de Minas Gerais, that was conceived in 1927 according to the Rules for Primary Education and that had declined in 1937. Our main purpose was to understand how that institution played a role in the schooling process of Physical Education in Minas Gerais. We were interested in explain the way that Inspectorate, in developing and carrying out its actions, called up some elements of educative process: times, spaces, subjects, school practices and people. Thinking about the manner that institution modeled the Physical Education, it was possible to indicate that the Inspectorate was a producing site of new configurations to this school discipline in Minas. Such productions were related to the movement of pedagogical renewal from that period aiming to make school more attractive, active and efficient. To understand this Inspectorate's model for the Physical Education, it was also important to highlight the role of the teachers that composed its working group, in particular its Inspector Renato Eloy de Andrade. Perceiving the places he was in contact, it was possible to identify the ideas, the expectations and initiatives for the Physical Education that circulated in other Brazilian states and in other countries. The primary sources used in this study were composed by official documents from the State: the "Jornal Minas Gerais" and the "Revista de Ensino". Publications that were important means to divulgate the educational policies of Minas. Its discourses, articles, solemnities' acts, norms and others, telling about the Physical Education Inspectorate, provided fundamental signs for the present study. In addition, it was used some state norms concerning education, Physical Education and sports, personal documents offered by Renato Eloy de Andrade's family, others publications referring to Physical Education and some sources from the Associação Brasileira de Educação. All these documents showed the Inspectorate's emphasis on actions to better qualify those teachers responsible for the Physical Education in schools. At the same time, those initiatives, all together, demonstrated the Inspectorate desire to produce a model to the Physical Education at school. In that program such discipline was announced within a set of orientations stating the knowledge's about the infancy; the student's interests guiding the education, psychological and physiological knowledge's helping the teacher's actions; games and calisthenics as special practices for the Physical Education classes. The study of all these Inspectorate's proposals and initiatives revealed some features assumed by a broader schooling process of Physical Education in Minas Gerais.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Renato Eloy de Andrade e o time de basquete da ACM do Rio de Janeiro em 1915.....	70
FIGURA 2: Guiomar Meirelles compondo o corpo docente da Escola de Aperfeiçoamento .....	84
FIGURA 3: Certificado de Maria Carolina Nonato - Curso Intensivo de Educação Física em 1934 (Frente) .....	126
FIGURA 4: Certificado de Maria Carolina Nonato - Curso Intensivo de Educação Física em 1934 (Verso) .....	127
FIGURA 5: Ilustração de alunos formados em fileira e em coluna .....	136
FIGURA 6: Ilustração de um jogo ginástico .....	138
FIGURA 7: Crianças e professora realizando movimentos de uma ginástica historiada.	146
FIGURA 8: Símbolo da ACM (1920) .....	154
FIGURA 9: Planos de movimento distribuídos em relação ao indivíduo .....	175
FIGURA 10: Um flagrante da inauguração da Praça de Esportes do Grupo Escolar Barão de Macaúbas (1933) .....	186
FIGURA 11: Uma demonstração das alunas do Curso Intensivo de Educação Física, por ocasião da inauguração do Parque Escolar Olegário Maciel (1933) ..	188
FIGURA 12: Grupo de escoteiros mineiros em visita ao Rio de Janeiro (1936) .....	210
QUADRO 1: Distribuição das ações da Inspetoria de Educação Física durante seu período de atividade (1928-1937) .....	49
QUADRO 2: Artigos de autoria individual de Renato Eloy de Andrade e Guiomar Meirelles publicados na Revista do Ensino .....	135
QUADRO 3: Artigos publicados coletivamente pelos integrantes da Inspetoria de Educação Física .....	148
QUADRO 4: Artigos produzidos por integrantes da Inspetoria de Educação Física que circularam na Revista do Ensino de Minas Gerais e em outros veículos impressos .....	157
QUADRO 5: Artigos publicados no Boletim n. 18 “Educação Physica (Jogos e Callisthenia)” .....	167

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- ABE - Associação Brasileira de Educação
- ACM - Associação Cristã de Moços
- AMEG - Associação Mineira de Esportes Gerais
- APM - Arquivo Público Mineiro
- CEMEF - Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer
- CNE - Congresso Nacional de Educação
- LMDT - Liga Mineira de Desportos Terrestres
- MTC - Minas Tênis Clube
- SEPH - Seção de Educação Física e Higiene

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
<b>1 SOBRE A VIDA DA INSPETORIA: CRIAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E DECLÍNIO .....</b>	<b>23</b>
1.1 Alguns antecedentes .....	23
1.2 A Reforma Francisco Campos e a Inspeção de Educação Física de Minas Gerais .....	42
1.3 O declínio da Inspeção .....	52
<b>2 OS AGENTES: O GRUPO DE TRABALHO DA INSPETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA .....</b>	<b>65</b>
2.1 Os protagonistas .....	65
2.1.1 <i>O Inspetor de Educação Física</i> .....	66
2.1.2 <i>A Auxiliar Arquivista</i> .....	80
2.1.3 <i>As Auxiliares da Inspeção de Educação Física</i> .....	81
2.2 Os coadjuvantes .....	92
<b>3 A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA “PROFISSÃO RELATIVAMENTE NOVA” .....</b>	<b>95</b>
3.1 As primeiras iniciativas de realização de cursos intensivos de Educação Física (1928-1932) .....	100
3.2 Conferindo maior regulamentação e sistematização à formação de professoras de Educação Física: os cursos intensivos em 1933 e 1934 .....	111
3.3 A ausência dos cursos: os anos de 1935, 1936 e 1937 .....	128
<b>4 A INSPETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E A PRODUÇÃO DE IMPRESSOS: “CONTRIBUINDO PARA A ILLUSTRAÇÃO DO PROFESSORADO” .....</b>	<b>132</b>
4.1 Os artigos publicados na Revista do Ensino de Minas Gerais .....	133
4.1.1 <i>A produção individual de artigos: o protagonismo de Renato Eloy de Andrade e Guiomar Meirelles</i> .....	135
4.1.2 <i>A autoria coletiva de artigos: preparando o livro “Técnica e Didática da Educação Física Escolar”</i> .....	148
4.1.3 <i>Outros veículos de circulação: os artigos divulgados na Revista do Ensino e também publicados em outros impressos</i> .....	157
4.2 O Boletim Pedagógico n. 18: “Educação Physica (Jogos e Callisthenia) - uma contribuição da Inspeção de Educação Física” .....	164

<b>5 OS DEMAIS INVESTIMENTOS NA ESCOLARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA: A INSPETORIA EM FUNCIONAMENTO .....</b>	<b>180</b>
<b>5.1 “Um complemento indispensavel da ação e orientação educacional da escola”: a Inspeção organizando a criação de praças de exercícios físicos .....</b>	<b>180</b>
<b>5.2 “Afim de que possamos tomar conhecimento geral das condições atuais de cada estabelecimento”: as professoras de Educação Física e o envio de relatórios à Inspeção .....</b>	<b>192</b>
<b>5.3 “Os horarios das aulas de educação physical, de conformidade com as instruções publicadas por esta Inspeção” .....</b>	<b>200</b>
<b>5.4 “A’s professoras de Educação Fisica dos estabelecimentos de ensino primario, compete...”: as instruções ao professorado organizadas pela Inspeção de Educação Física .....</b>	<b>204</b>
<b>5.5 A não organização do escoteirismo pela Inspeção de Educação Física .....</b>	<b>208</b>
<b>ALGUNS ENTRELAÇAMENTOS E OUTROS CAMINHOS... .....</b>	<b>213</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>219</b>
<b>ACERVOS E FONTES PESQUISADOS .....</b>	<b>226</b>

## INTRODUÇÃO

*“... resta encarar a operação que faz passar da prática investigadora à escrita” (CERTEAU, 2006, p. 94)*

Educação Física, uma disciplina presente em práticas escolares cotidianas. Mas, ao perceber com naturalidade a sua presença nos currículos, corre-se o risco de esquecer que essa disciplina é fruto de um processo de instituição que comporta idas e vindas, disputas de legitimidade, diferentes projetos de ensino, entre outros aspectos. Se tal esquecimento acontece, ofusca-se a trama social que confere sentido à inclusão da Educação Física nos programas curriculares. Desse modo, a presença das disciplinas nas escolas, bem como o seu desaparecimento têm sido objeto de reflexões no âmbito da História da Educação. Na pesquisa da qual tratamos nesta dissertação, que compreende o período de 1927 a 1937, foram abordados elementos que apontam a Inspeção de Educação Física de Minas Gerais como produtora de novas configurações para a disciplina escolar Educação Física, no Estado. Ao estabelecer esse objeto, a principal finalidade foi compreender que papel tal Inspeção cumpriu no movimento de escolarização da Educação Física em Minas Gerais.

O ano era 2004. O lugar, a Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. A disciplina intitulava-se “Cultura Escolar e Educação dos Corpos” e estava organizada em torno de temas que propunham pensar a educação dos corpos e sua relação com os dispositivos escolares tais como os espaços, os tempos, as prescrições legais, as práticas, os sujeitos. O professor, Tarcísio Mauro Vago. Entre os colegas de turma, a professora Meily Assbú Linhales, ainda no seu doutoramento. Eu? Recém-formanda em Educação Física, interessada pela história da educação, especialmente, pelas histórias da Educação Física.<sup>1</sup> O efeito disso? A descoberta de um possível objeto de pesquisa: a Inspeção de Educação Física de Minas Gerais.

Assim conheci a existência da Inspeção, quando, na referida disciplina, foi abordada a reconfiguração por que passou o ensino em Minas Gerais a partir da década de 1920. Nessa nova organização, é possível destacar a Reforma do Ensino Primário como um de seus marcos. É esse aparato legislativo que criou a Inspeção de Educação Física em 1927.

---

<sup>1</sup> Minha inserção em pesquisas sobre a História da Educação Física aconteceu ainda na graduação, quando bolsista de iniciação científica – PET Educação Física e Lazer. Nessa época, desenvolvi um estudo sobre a representação de jogos e brincadeiras que circulava em manuais de jogos e recreação, produzidos entre as décadas de 1920 e 1960. Esse trabalho, orientado pela professora Meily Assbú Linhales, acabou tornando-se minha monografia de conclusão de curso.

Minhas lembranças me fazem recordar a recorrente afirmação do prof. Tarcísio e da profa. Meily, de que a Inspetoria deveria ser estudada com mais apuro, que, provavelmente, tornara-se uma instituição de importância para a configuração da Educação Física em Minas Gerais. Que tal Inspetoria parecia envolver-se com formação de professores e ainda era preciso conhecer sobre seu Inspetor Geral, o prof. Renato Eloy de Andrade.

Estudos anteriores destacam a existência da Inspetoria de Educação Física<sup>2</sup>. No entanto, os apontamentos destes sugerem a necessidade de trabalhos de maior fôlego. Pistas indicavam que a Inspetoria de Educação Física foi o primeiro órgão criado em Minas Gerais para tratar dos assuntos referentes a essa disciplina. Isso me instigou. Por que na década de 1920 existiu uma preocupação em criar um espaço institucional específico para pensar as questões da Educação Física? Vale destacar que, na época da criação da Inspetoria de Educação Física, não havia inspetorias de outras disciplinas escolares. Comecei a pensar que tal iniciativa poderia ser considerada elemento importante para compreender a consolidação das práticas corporais sistematizadas na escola, cada vez mais nomeadas de “Educação Física”.

Desse modo, pareceu interessante desenvolver um estudo no âmbito da história das disciplinas escolares, uma vez que pesquisas realizadas nesse campo de investigação, segundo Circe Bittencourt, possibilitam também identificar “os diferentes momentos históricos em que se constituem os saberes escolares, visando perceber a sua dinâmica, as continuidades e discontinuidades no processo de escolarização”.<sup>3</sup> Compreender a Educação Física que a Inspetoria produziu, em diálogo e ruptura com determinadas ancoragens, possibilitou estabelecer algumas particularidades desse projeto de escolarização da Educação Física em Minas. Assim esboçado, este trabalho insere-se num movimento, com o qual outros pesquisadores já contribuíram: a escrita da história escolar da Educação Física no Estado.<sup>4</sup>

A Inspetoria de Educação Física foi instituída pelo Decreto nº 7.970-A, assinado pelo Secretário do Interior, Francisco Campos, em 15 de outubro de 1927. Esse decreto aprovava o Regulamento do Ensino Primário. A Reforma Francisco Campos, como também ficou conhecido, foi aprovada em meio a problemas enfrentados para alcançar a almejada nova ordem urbano-industrial. Havia uma “densa e compacta massa de analfabetos”, e o sucesso dessa nova ordem estava intimamente ligado à capacidade de modernização do Estado, preocupado com o alcance do ensino primário, que deveria ajustar-se aos grandes contornos

---

<sup>2</sup> Ver SOUSA (1994), VAGO (1999), SOUZA (2001), PINHO (2005).

<sup>3</sup> BITTENCOURT, 2003, p. 15.

<sup>4</sup> Para citar alguns: SOUSA (1994), VAGO (2002), TEIXEIRA (2004), CAMPOS (2007).

territoriais de Minas, “incorporando, assim, aos benefícios da civilização” todo o povo mineiro.<sup>5</sup> Ana Maria Casasanta Peixoto comenta que, para Francisco Campos, “... a função da escola é transformar os indivíduos em seres racionais, adaptando-os de maneira adequada, à sociedade a que pertencem”.<sup>6</sup>

Quando da instituição da Inspeção de Educação Física, Francisco Campos já indicava a vinculação das ações desse órgão com o espaço escolar.<sup>7</sup> Ao observar as finalidades atribuídas a ele é perceptível como a Inspeção foi pensada com o objetivo de atuar junto ao ensino público, seja na proposição de programas de exercícios, na formação de professores de Educação Física, seja na inspeção de aulas dessa disciplina ou demais ações prescritas.

Partindo da possibilidade de pensar os modos como a Inspeção conformou a disciplina Educação Física, a pesquisa abordada nesta dissertação foi realizada em diálogo com autores que dedicaram estudos à história das disciplinas escolares e da escolarização, quando suas reflexões produziram sentidos para a grande questão apresentada neste estudo: como a Inspeção de Educação Física investiu na escolarização da Educação Física? De início, cabe ressaltar uma preocupação de Circe Bittencourt ao apontar que os estudos que investigam as especificidades do conhecimento escolar têm apresentado recorrentemente a palavra “disciplina” como sinônima de “matéria”. Entretanto, essa similaridade nem sempre é bem aceita.<sup>8</sup> Apesar disso, neste estudo, ao tratar da Educação Física escolar usarei os termos matéria e/ou disciplina, respaldada pelo Decreto nº 8.094, que aprovou os programas de ensino primário, em 1927, no qual é feita menção aos componentes dos programas escolares como matéria e/ou disciplina:

Os presentes programmas pertencem ás materias do curso primario, em numero de dezesseis para grupos escolares e em numero menor para as escolas singulares (...)  
Os horarios indicarão as disciplinas a serem ensinadas nesta ou naquella escola, sendo que cada disciplina tem um unico e mesmo programma.<sup>9</sup>

As pesquisas realizadas por Luciano Mendes de Faria Filho, que têm como eixos articuladores o processo de escolarização em Minas Gerais e as relações com as culturas escolares, inspiraram possibilidades de análise para este trabalho. Busco sua contribuição para explicitar o que tenho chamado de “escolarização da Educação Física”. Segundo o autor o termo escolarização pode ser entendido em três acepções, que, mesmo inter-relacionadas,

<sup>5</sup> Jornal Minas Geraes, 09 de setembro de 1926, p. 4.

<sup>6</sup> PEIXOTO, 1992, p. 14.

<sup>7</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928.

<sup>8</sup> BITTENCOURT, 2003.

<sup>9</sup> MINAS GERAIS, Decreto n. 8.094 de 22 de dezembro de 1927, *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1768.

guardam alguma particularidade.<sup>10</sup> Um primeiro sentido refere-se aos processos que estabeleceram instituições responsáveis pelo ensino formal de diferentes saberes. Essa acepção fomenta este trabalho a partir da constatação de que a Inspeção de Educação Física se configurou, em Minas Gerais, como o primeiro órgão responsável pelo ensino específico das professoras que ministrariam Educação Física nas escolas.

Em um segundo sentido, o termo escolarização é entendido como “o processo e a paulatina produção de referências sociais, tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados”.<sup>11</sup> Aqui, segundo destaca o autor, ganham relevo as questões relacionadas à emergência da profissão docente no Brasil. Essa foi uma noção importante para interpretar as fontes, que, por vezes, referem-se a um “aparecimento da professora de Educação Física”, reportando-se a essa especificidade, constantemente defendida pela Inspeção, como algo relativamente novo. Não bastava mais a inserção da Educação Física nos programas escolares, uma série de conteúdos a serem ministrados e as suas fecundas possibilidades para a educação das crianças. Cada vez mais se foi produzindo a necessidade de uma professora qualificada, bem informada e especializada em Educação Física. Logo, parece que a Inspeção, ao propor insistentemente, ações para qualificar o professorado, produziu novas referências para o ensino de Educação Física.

A maneira como, no interior da instituição escolar, são submetidos os conhecimentos, os sujeitos e as sensibilidades constitui o terceiro sentido para a escolarização. Tal concepção permite relacionar a Inspeção com a escolarização da Educação Física, mobilizando como indicadores desse processo os elementos que compõem o fenômeno educativo:<sup>12</sup> os tempos e os espaços, os conteúdos e as práticas, os sujeitos. Aqui a visibilidade recai sobre as dimensões sobre as quais foram mobilizados maiores esforços por parte da Inspeção, a fim de se investir na escolarização da Educação Física.

A noção de cultura escolar também ajudou a situar aspectos do processo de escolarização da Educação Física com os quais a Inspeção teceu maiores relações. Ao estabelecer contornos para essa noção, Dominique Julia a configura “como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses

---

<sup>10</sup> FARIA FILHO, 2007.

<sup>11</sup> FARIA FILHO, 2003, p.78.

<sup>12</sup> FARIA FILHO, 2003.

comportamentos”.<sup>13</sup> Um conjunto de conteúdos a serem ensinados na Educação Física escolar e a expectativa de incorporação de hábitos e sensibilidades vêm sendo pensados desde os primórdios da escolarização da Ginástica em Belo Horizonte. Todavia, o que fica mais evidente com a criação da Inspetoria é o recorrente propósito de atuar nas práticas que possibilitariam a transmissão desse saber, investindo, de modo mais concentrado, seus esforços na qualificação das professoras que atuavam com o ensino de Educação Física.

Ao me interessar pelas disciplinas escolares, pelos processos de escolarização e pela educação do corpo – tendo como foco, em meus estudos, a disciplina escolar Educação Física –, outra referência para a pesquisa foi a produção de Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, que vem acumulando uma série de argumentos para fecundar a análise desses temas. No diálogo com o autor, pareceu relevante perceber a Educação Física a partir da sua inscrição numa ambiência educacional que perspectivava o corpo como importante dimensão formativa. Não é por acaso que ao lado das proposições para a Educação Física, durante o período tratado neste estudo, apareciam também novas possibilidades para os Trabalhos Manuais, o Desenho e o Canto. Eram disciplinas que pareciam ter, na educação do corpo, o fundamento essencial para sua inserção nos programas escolares. O autor destaca os fatores mobilizados para “redefinir o papel conferido ao corpo” quando da instauração da escola seriada, “marca do processo de escolarização de massas”.<sup>14</sup> Entre eles, encontram-se as teorias higienistas e eugênicas, a idéia da escola como substituta da família, a experiência como condição essencial para formação. Alguns desses fatores, incorporei como lentes para perceber como ocorria a legitimidade da Educação Física enquanto disciplina escolar, pois pareciam continuar deixando suas marcas nas inovações educacionais que se instauraram a partir de 1927, época da Reforma do Ensino Primário em Minas Gerais. No que diz respeito à Educação Física, as teorias higienistas e eugênicas continuaram informando as *maneiras de fazer* da Inspetoria, e a idéia da experiência marcou profundamente os ideais da Escola Nova, incorporados por aquela Reforma.

A investigação aqui proposta não pretendeu voltar o olhar para os usos e as apropriações inventadas pelos sujeitos nas suas práticas cotidianas. Ao eleger outro caminho, optei por estudar a escolarização a partir da dimensão da formulação de políticas educacionais, dos projetos que ordenavam a Educação Física nas escolas. Escolhendo esse percurso, este trabalho pode constituir-se como base para os que desejarem adentrar nas práticas de apropriação da Educação Física na escola.

---

<sup>13</sup> JULIA, 2001, p. 63.

<sup>14</sup> TABORDA DE OLIVEIRA, 2005.

Contundente nesta escrita foi também a historiografia referente à Educação Física brasileira. Destaco o trabalho de Tarcísio Mauro Vago, que ao pesquisar o enraizamento da Ginástica no ensino público primário em Belo Horizonte durante as duas primeiras décadas do século XX,<sup>15</sup> apontou um movimento de reconfiguração das práticas de Educação Física na escola a partir da década de 1920. Essa constatação de Vago ofereceu perspectivas de análise para este trabalho. A partir da Inspeção procurei analisar a hipótese do autor que se baseava em uma alteração do primado orientador das práticas escolares de Educação Física, que se deslocaria da correção dos corpos para a eficiência dos gestos. Nesse sentido, a pesquisa narrada nesta dissertação permite indicar que uma melhor compreensão do processo de escolarização da Educação Física, no que se refere à prescrição de práticas, estaria na articulação desses dois primados. Correção e eficiência pareciam conviver, e não se substituírem, dentro das propostas da Inspeção de Educação Física. Esse meu argumento será melhor desenvolvido no decorrer da narrativa.

A pesquisa realizada por Meily Assbú Linhales sobre o processo de escolarização do esporte tomado no âmbito da Associação Brasileira de Educação (ABE), também informou este trabalho na medida em que esta instituição foi um dos espaços de sociabilidade no qual esteve presente o Inspetor de Educação Física de Minas Gerais, o prof. Renato Eloy de Andrade. Conhecer os debates que ali circulavam apontou para a possibilidade de encontrar significados compartilhados sobre a Educação Física, entre a ABE, a Associação Cristã de Moços (ACM) e a Inspeção. Além disso, a proposição da autora, no sentido de que fossem elaborados trabalhos que dessem visibilidade às trajetórias de intelectuais da Educação Física brasileira, sobre os quais ainda pouco investigamos, aguçou a tentativa de recuperar vestígios acerca do percurso profissional do prof. Renato Eloy de Andrade. Não foi nosso propósito alcançar essa trajetória em sua totalidade, mas recuperar, pelas diferentes experiências vividas, pelas relações estabelecidas com outros sujeitos e outros espaços, como Renato Eloy se constituiu professor atuante no domínio da Educação Física.

O processo de garimpagem de fontes para a pesquisa foi uma angústia que apareceu desde o início: ninguém ainda encontrara documentos sobre um cotidiano da Inspeção, e aqui me refiro a relatórios, atas, ofícios, cartas, entre outros documentos produzidos pela e para a Inspeção. O Arquivo Público Mineiro (APM) constituía-se como possibilidade de localização de fontes que informassem sobre a Inspeção, uma vez que seu acervo reúne uma documentação produzida e acumulada por órgãos da Administração Pública de Minas Gerais.

---

<sup>15</sup> VAGO, 2002.

Essa expectativa não se confirmou. Nas idas ao APM não localizei informações acerca da Secretaria da Educação e Saúde Pública, na qual a Inspeção encontrava-se inserida no período de 1930 a 1937. Na Coleção da Secretaria do Interior, não foi encontrado nenhum indício de dados que fizessem referência à Inspeção no período de sua inserção em tal Secretaria, nos anos de 1927 a 1930.<sup>16</sup> Diante da ausência de documentação, funcionários do APM sugeriram os arquivos do Centro de Referência do Professor, que abrigava o Museu da Escola de Minas Gerais, um espaço de preservação da história da escola e do ensino no Brasil. Estive ali quando ainda se situava na Praça da Liberdade e não localizei nada que informasse sobre meu objeto de pesquisa. Fiz então contato com a atual Secretaria de Estado de Educação. No seu setor de arquivo não foram encontrados dados acerca da Inspeção. Grande parte da documentação guardada por esse órgão diz respeito aos processos funcionais de servidores do Estado. Circula dentro de tal Secretaria a informação de que parte do seu acervo foi descartado, sem critério algum, quando das mudanças de sede.

O fato é que a possível documentação que circulara dentro da própria Inspeção ainda não foi descoberta. Cabe ressaltar que a Inspeção de Educação Física tinha, em seu quadro de funcionários, o cargo de Auxiliar Arquivista, e que alguns documentos foram produzidos pela Inspeção (como cartas) e outros recebidos por ela (como relatórios de professoras e correspondências). São indícios da produção de informações que justificam a expectativa de localizar esse *corpus* documental, o qual se encontra ainda desaparecido ou, quem sabe, foi apagado da História. Trata-se de documentos que talvez trouxessem à tona outros sujeitos, outras opiniões, outras iniciativas e possíveis polêmicas. Diante da provável escassez de fontes, como seria possível encontrar rastros para escrever uma História da Inspeção de Educação Física de Minas Gerais? Inspirada em Walter Benjamin, tentei construir um outro caminho para o estabelecimento das fontes, na expectativa de que a partir de uma outra documentação conseguisse pistas que permitissem descortinar os sentidos da Inspeção para o ensino de Educação Física em Minas Gerais. Como indaga o autor, “não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?”<sup>17</sup>

A Revista do Ensino de Minas Gerais configurava-se como uma das estratégias do Governo Mineiro para divulgação da sua política educacional. Tarcísio Mauro Vago enfatiza como esse periódico foi um importante veículo para o ajustamento do campo escolar em

---

<sup>16</sup> A Inspeção de Educação Física de Minas Gerais quando da sua criação, em 1927, compunha a Inspeção Geral da Instrução Pública que se encontrava dentro da Secretaria do Interior. Em 06 de setembro de 1930 foi criada, pela Lei nº 1147, a Secretaria de Educação e Saúde Pública, que compreenderia os serviços relativos à instrução, passando a Inspeção a integrar tal Secretaria.

<sup>17</sup> BENJAMIN, 1994, p. 223.

Minas Gerais, especialmente após a adoção das idéias escolanovistas.<sup>18</sup> Destaca também a grande circulação de publicações relacionadas direta ou indiretamente à Educação Física, o que conformava uma permanente empreitada para sua inclusão e solidificação nas práticas escolares. Na Revista são encontradas publicações de textos de autoria dos sujeitos que atuaram na Inspeção de Educação Física, mas esse material sozinho não contemplaria os propósitos deste estudo. Sobretudo, havia aí um indício: outros documentos organizados pelo Estado poderiam trazer elementos a respeito da Inspeção.

Assim, iniciei uma pesquisa com o Jornal Minas Gerais, Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Percebi que as informações acerca da Inspeção de Educação Física que ali apareciam, ajudariam a subsidiar uma pesquisa que a tomasse por objeto. O jornal acabou ocupando neste estudo o lugar de fonte privilegiada. De acordo com Ana Maria Casasanta Peixoto,

O **Minas Gerais** é um jornal de edição diária. Sua principal finalidade é referendar e divulgar a atuação do governo, nos diferentes setores da vida pública. Além de atos oficiais, publica discursos, mensagens, artigos e reportagens. Tem ampla divulgação, atingindo todos os municípios do estado, sendo que, em alguns deles, é o único veículo de comunicação acessível à população. (...) O **Minas Gerais**, na medida em que publica atos normativos, pronunciamentos, acontecimentos (cursos, solenidades, atividades desenvolvidas nas escolas etc.), entrevistas, reportagens, artigos etc. apresenta uma visão da política educacional.<sup>19</sup>

Pesquisei o Jornal Minas Gerais no período que engloba os meses finais de 1926 até os iniciais de 1938, o que totaliza cerca de 3.500 números publicados. O material garimpado acabou ganhando centralidade para entender os investimentos que a Inspeção realizou para a escolarização da Educação Física no Estado. Trata-se de um determinado olhar sobre a realidade, aquilo que ao Estado interessava fazer circular, ao mesmo tempo, “olhar esse que é parte integrante e inseparável dessa realidade”.<sup>20</sup>

A Revista de Educação Física, publicada pela Escola de Educação Física do Exército, é um dos periódicos nacionais mais antigos da área, tendo sua primeira publicação em 1932. Nela, alguns artigos são dedicados ao tema da Educação Física em Minas Gerais, assim como são veiculadas, em alguns momentos, nesse impresso, ações da Inspeção.

Em busca de outras possibilidades para a pesquisa, localizei a família de Renato Eloy de Andrade, professor que ocupou o cargo de maior visibilidade da Inspeção, o de Inspetor Geral. A expectativa era que guardassem memórias de sua atuação com a Educação Física. Todos com os quais mantive contato foram inteiramente disponíveis para me ajudar e me

---

<sup>18</sup> VAGO, 2006.

<sup>19</sup> PEIXOTO, 2004, p. 273.

<sup>20</sup> FARIA FILHO; CHAMON; ROSA, 2006, p. 16.

ofereceram alguns documentos que dizem sobre aquele professor e a Educação Física. Fui ao Rio de Janeiro, para conhecer uma irmã e dois sobrinhos do referido professor. Nas nossas conversas, eles fizeram apontamentos fundamentais para entender a chegada de Renato Eloy em Minas Gerais, mas não guardavam consigo, além de suas próprias recordações, um material substancial sobre a vida profissional de Renato.

Nessa ida ao Rio, visitei ainda os arquivos da Associação Brasileira de Educação e fui à Associação Cristã de Moços. Destaco esse momento como um dos mais especiais nessa minha formação como pesquisadora! Foi a possibilidade de ultrapassar fronteiras, trilhar novos caminhos, viver novas experiências! Sensibilizou-me o tamanho afeto demonstrado pela família do professor Renato Eloy de Andrade por mim. Amparando-me nas palavras escritas pelo seu pai, Manoel Eloy dos Santos Andrade, quando escreveu que investigar o passado era a possibilidade de “... reviver tradições, saudosas umas, instrutivas outras, e outras ainda, extravagantes, mas todas dignas do nosso respeito e não poucas, da nossa admiração”,<sup>21</sup> registro que as páginas que se seguem a respeito da Inspeção de Educação Física e do prof. Renato Eloy de Andrade, mesmo contendo interpretações e análises de suas ações, estão entremeadas pelo meu respeito e minha admiração.

Os documentos localizados na Associação Brasileira de Educação e na Associação Cristã de Moços, espaços frequentados pelo Inspetor de Educação Física de Minas Gerais e onde ele compartilhou sentidos para a Educação Física, também compõem o conjunto de fontes da pesquisa. Na ABE, destaco suas correspondências trocadas com a Inspeção e os anais do VII Congresso Nacional de Educação nos quais consta um trabalho intitulado: “Educação Física na escola primária”, assinado por Diumira Campos de Paiva, professora que auxiliava os trabalhos da Inspeção.<sup>22</sup> Na ACM do Rio de Janeiro, acessei uma publicação mensal das Associações Cristãs de Moços no Brasil, a revista “Mocidade”.<sup>23</sup> Em alguns dos números publicados entre 1918 e 1920, localizei um artigo que dedica duas páginas ao prof. Renato Eloy de Andrade, outros que só fazem referência a ele, e alguns nos quais é possível encontrar relações com as temáticas da higiene, da Educação Física e do esporte. Nessa garimpagem de fontes, localizei, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, decretos e leis que dizem respeito à Inspeção – a Reforma do Ensino Primário, o Regulamento próprio da Inspeção, os orçamentos para o Estado de Minas Gerais, entre outros.

---

<sup>21</sup> ANDRADE, 1989, p. 14.

<sup>22</sup> Agradeço à Meily por ter me disponibilizado esse material.

<sup>23</sup> Agradeço ao Sr. Bartholomeu Pinto Junior, então secretário geral da ACM do Rio de Janeiro, que gentilmente autorizou a cópia digital de alguns artigos da revista Mocidade.

O mergulho nessas fontes foi uma tentativa de escutar “ecos das vozes” que permanecem silenciadas na documentação própria da Inspeção, ainda desaparecida. Foi possível encontrar alguns sujeitos, várias idéias, certas ações e alguma controvérsia. Mas, considerando essa escrita como apenas uma versão, a história não termina aqui, fica o convite para que as pistas dessa Inspeção de Educação Física continuem sendo rastreadas.

Acessei toda essa documentação a partir do principal propósito deste estudo: compreender o papel que a Inspeção de Educação Física veio cumprir no movimento de escolarização dessa disciplina. Procurei reconstruir as feições assumidas pela Educação Física escolar neste momento particular de criação e existência da Inspeção. Por meio da pesquisa, procurei transitar entre uma situação histórica concreta e específica e a dimensão mais alargada dos processos de escolarização. A tentativa aqui foi uma aproximação com as proposições de Jacques Revel,<sup>24</sup> que indicam a fecundidade da micro-análise e a construção do social. O autor nos convida a transitar por diferentes escalas de observação e aponta que essa variação possibilita passar de uma história para outras histórias. Essas indicações produziram a expectativa de compreender as mediações entre singularidades do projeto de Educação Física da Inspeção e o processo social mais amplo da sua escolarização.

O princípio adotado nesta escrita foi um movimento constante de ajuste do foco de observação. Optei por recorrentemente apresentar panoramicamente um assunto, ou citar rapidamente uma passagem sobre a Inspeção, para, em outro momento, ater-me às suas minúcias. Essa operação estará sempre indicada na narrativa. Pareceu-me mais interessante, inicialmente, abordar todo o ciclo de vida da Inspeção, para que, num primeiro instante, fossem explicitados como ocorreu sua criação, com quais ações envolveu-se tal órgão, e como aconteceu seu declínio. Em seguida, apresento as pessoas que ali trabalharam, sujeitos de fundamental importância para compreender a modelagem de Educação Física lá produzida. Nos momentos seguintes, foco a análise na formação do professorado, a partir de duas estratégias diferentes: a realização de cursos intensivos de Educação Física, primeira iniciativa da Inspeção divulgada pelo jornal Minas Gerais; e a elaboração de impressos. Finalmente, passo a investigar os detalhes das demais ações da Inspeção de Educação Física. Tal organização configurou-se no seguinte arranjo de capítulos.

No primeiro, discorro sobre o período de existência da Inspeção de Educação Física de Minas Gerais, destacando sua criação em 1927, sua atuação, o declínio de suas ações até a sua extinção em 1937. As precariedades que atingiam a Educação Física na escola; a posse de

---

<sup>24</sup> REVEL, 1998.

um novo Presidente em Minas Gerais, que tinha por grande propósito reorganizar o ensino no Estado; um grupo de sujeitos atuantes com a Educação Física convocado para definir novos rumos para essa disciplina no ensino primário são indícios da ambiência na qual indivíduos construíram novas possibilidades para a Educação Física. É essa pluralidade de contextos que permitem compreender a criação da Inspetoria. Abordadas panoramicamente as ações, em seguida, foi necessário também estabelecer um arranjo de vestígios para esclarecer a extinção da Inspetoria de Educação Física de Minas Gerais.

O segundo capítulo traz para a narrativa os sujeitos que colocaram em funcionamento a Inspetoria de Educação Física. Alguns possuíam cargos que oficialmente os destinavam àquele órgão, outras, foram consideradas Auxiliares da Inspetoria pelo trabalho a ela prestado e pela parceria com o Inspetor Geral, Renato Eloy de Andrade. Essas pessoas foram apreciadas como protagonistas nas iniciativas que a Inspetoria empreendeu, e conhecer parte de seus percursos foi de fundamental importância para compreender o projeto de Educação Física por eles produzido.

A amplitude da divulgação dada pelo Jornal Oficial do Estado de Minas Gerais aos cursos de Educação Física é um dos indicativos da grande preocupação da Inspetoria com a formação de professoras que se dedicassem ao ensino da disciplina. O terceiro capítulo trata, então, da organização e da realização, pela Inspetoria de Educação Física, de cursos intensivos para a qualificação de professoras que ministrassem tal matéria nas escolas. Nessa estratégia de aperfeiçoamento do professorado, a Inspetoria produziu um projeto para o ensino de Educação Física, filiando-se a determinadas ancoragens e resistindo a outras matrizes de pensamento. Parece ser possível afirmar que é a partir do maior investimento na escolarização da Educação Física que crescem os clamores acerca de uma formação específica, a qual produzisse uma qualificação de atuação no ensino. Nessa mesma direção, a busca de especificidades, e aqui especialmente no que diz respeito ao professorado, é um dos elementos constitutivos de consolidação da disciplina escolar Educação Física.

Dando continuidade à iniciativa de qualificar o professorado responsável pelo ensino de Educação Física, no capítulo quatro, aborda-se a produção de artigos e textos como mais uma estratégia de formação docente. Elegendo a Revista do Ensino de Minas Gerais e o Boletim Pedagógico n. 18 “Educação Physica (Jogos e Callisthenia)”,<sup>25</sup> como fontes centrais para esse momento da investigação e da escrita da dissertação, foi possível perceber como os impressos igualmente anunciavam uma modelagem para o ensino de Educação Física. Como

---

<sup>25</sup> Os Boletins Pedagógicos eram uma produção subsidiada pela Secretaria da Educação e Saúde Pública.

nos cursos intensivos, os textos expressavam uma adesão a certos pressupostos teóricos e configuravam-se como resistência a outros.

No quinto capítulo, proponho-me a esmiuçar outras ações executadas pela Inspeção. Tal órgão vem, inicialmente, a público apresentando duas iniciativas de mais ampla divulgação no jornal Minas Gerais: os cursos intensivos e a organização de praças de jogos. Ambos os empreendimentos de alto gasto financeiro para o Estado acarretaram, em poucos anos, a necessidade de concentrar o trabalho da Inspeção em atividades menos custosas e mais de caráter de gabinete. Tomadas no seu conjunto, as ações também evidenciam elementos constitutivos da escolarização da Educação Física.

Para todo o investimento que a Inspeção envidou na escolarização da Educação Física em Minas, a atenção voltou-se especialmente pelo modo como tal órgão mobilizava os elementos constitutivos do processo educativo – os tempos e os espaços escolares, os conteúdos e as práticas, os sujeitos. Por isso, nos três últimos capítulos, a recorrência de que uma determinada modelagem para o ensino de tal disciplina foi produzida por aquele órgão.

Assim organizado, este estudo esforçou-se para destacar elementos deste momento particular da escolarização da Educação Física em Minas Gerais. Embora com a aspiração de alcançar a esfera estadual, a Inspeção, em alguns momentos, teve seu trabalho concentrado na capital, Belo Horizonte. Se tal órgão não alcançou todos os problemas a que se propunha resolver, parece ter produzido novos sentidos para o ensino de Educação Física em Minas, especialmente, pela persistência de proposições de especialização das professoras dedicadas ao seu ensino. A Inspeção, como uma inovação educacional, sugeriu alterações profundas nas competências necessárias ao trabalho de ensinar Educação Física.

Apresentado o objeto de estudo, postas as questões, indicados alguns dos autores para o diálogo e apresentado o panorama do conjunto documental, ressalto que essa narrativa tentou “descobrir os fios, tecer a trama geral” que conferiu significado à existência e às ações da Inspeção. Inspirada nas palavras de Sandra Pesavento, a pesquisa tentou aproximar-se dos sentidos que tal órgão conferiu à Educação Física e que “se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas”.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> PESAVENTO, 2005, p. 17.

## 1 SOBRE A VIDA DA INSPETORIA: CRIAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E DECLÍNIO

Ao tomar a Inspeção de Educação Física como objeto de investigação deste trabalho, tentei alcançar o desafio de percebê-la também no seu processo de instituição. O estudo do seu aparecimento implicava fazer ressurgir as precariedades, as necessidades, os impasses e as negociações que envolveram os momentos iniciais do processo de escolarização da Educação Física no Estado, especialmente, em Belo Horizonte. Delinear suas ações permitiu esboçar uma *maneira de fazer* a escolarização da Educação Física, produzida pela Inspeção. Discorrer sobre sua extinção, uma vez que explicitamente nenhum aparato legal a faz, reclamava o arranjo de uma série de vestígios que indicassem sobre a supressão da Inspeção. Diante do propósito de traçar panoramicamente a vida da Inspeção, organizei uma tessitura da trama social que conferiu sentido à criação, à atuação e ao declínio deste órgão.

### 1.1 Alguns antecedentes

Francisco Campos – nomeado como secretário do interior, por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, recém-chegado ao Governo de Minas Gerais, em setembro de 1926 – assumiu a pasta responsável pelo ensino primário naquele momento. Ao tomar posse na Secretaria do Interior, Francisco Campos já demonstrou preocupações do então atual Governo com as questões do ensino no Estado:

No programma de governo do preclaro Presidente do Estado, assim como nos ultimos discursos por s. exc. pronunciados antes de assumir o poder, estão traçados com sufficiente precisão, o rumo e as finalidades da minha missão nessa pasta. Organizar a instrução primaria em moldes simples e concisos, de modo a augmentar o seu coefficiente de rendimento util e a facilitar e incrementar a sua intensa diffusão, tornando-a presente e efficaz em todo o território do Estado, cuja área escolar deve tender, o mais rapidamente que fôr possível, a coincidir com a sua área geographica, incorporando, assim, aos beneficios da civilização a densa e compacta massa de analphabetos, transformando-os em outros tantos instrumentos de producção de bens economicos e espirituaes, ahi está uma urgente e imperativa exigencia, não sômente da nossa vocação democratica, como dos interesses fundamentaes da circulação e incremento da riqueza collectiva.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Jornal Minas Geraes, 09 de setembro de 1926, p. 4.

Rendimento, utilidade, eficácia, civilização, produção e coletividade são noções que podem ser destacadas do discurso de Francisco Campos e que estão em consonância com as representações da vida moderna que se desejava implantar. A reorganização do ensino em Minas Gerais foi pautada por ideais que exaltavam os benefícios civilizatórios, no intuito de transformar os indivíduos em sujeitos urbanos, racionais e produtivos. Mas, o que tornaria a instrução primária eficaz? A organização dos tantos analfabetos para o trabalho, de modo que contribuíssem com a “produção dos bens economicos” e com o aumento da riqueza “collectiva”. É, assim, atribuída à escola a capacidade de operar uma reconstrução social. Nesse projeto que se buscava implantar, Francisco Campos também dedicou espaço à Educação Física.

A ênfase dada à Educação Física na reorganização do ensino primário, promovida pelo Secretário do Interior, merece ser investigada a partir dos meandros de sua constituição em Belo Horizonte, quando o componente do ensino responsável pelas práticas corporais sistematizadas ainda se denominava “Exercícios Físicos” e/ou “Ginástica”. Tarcísio Mauro Vago, ao investigar a instituição de uma nova cultura escolar na capital mineira, a partir da organização dos grupos escolares, quando da Reforma João Pinheiro, em 1906, trouxe à cena o enraizamento da Ginástica como prática mobilizada nas escolas para “cultivar os corpos” das crianças.<sup>28</sup>

O referido estudo indica o ano de 1892 como um marco para a escolarização da Ginástica em Minas Gerais, momento de uma nova organização para a instrução pública no Estado. Aos meninos, a Lei nº 41, de 3 de agosto daquele ano, previa a prática de exercícios ginásticos nas escolas do sexo masculino, enquanto às meninas, o texto legal não fazia nenhuma referência a esse componente no programa de ensino. No entanto, Vago relativiza a exclusão das meninas da prática de ginástica, visto que a mesma lei, ao tratar das escolas normais, prevê o ensino de exercícios calistênicos nas escolas práticas, lugar onde as normalistas faziam seu aprendizado de ensino. Essas escolas práticas, também chamadas de escolas anexas, eram separadas por sexo e regidas por professor ou professora segundo seu alunado.

Além de constatar a inserção da Ginástica num ordenamento legal, vale ressaltar outros aspectos da presença dessa prática nas escolas. Primeiro, apresentam-se duas práticas de ginástica diferenciadas: para os meninos, “exercícios gymnasticos, especialmente, as evoluções militares”,<sup>29</sup> e, para as meninas, os exercícios calistênicos, presentes na formação

---

<sup>28</sup> VAGO, 2002.

<sup>29</sup> VAGO, 2002, p. 221.

das professoras nas Escolas Normais. É manifesta a diferença para a educação do corpo masculino e feminino na escola. Para os meninos, a pretensão de desenvolver um corpo forte, para as meninas, o desejo de um corpo belo e delicado. Segundo, as escolas pareciam ser também separadas por sexo, sendo os professores responsáveis pelos alunos, e as professoras, preparadas para regerem as meninas. Terceiro, as professoras responsáveis pelo ensino de ginástica não tinham qualificação específica para atuar com esse componente do programa, sua formação geral se dava nas escolas normais. Trata-se de dimensões da escolarização que merecem ser acompanhadas no processo de constituição da Educação Física como disciplina escolar.

A Reforma do Ensino Primário, promulgada por João Pinheiro, em 1906, instituiu os grupos escolares na cena urbana de Belo Horizonte.<sup>30</sup> Lugar de materialidade de uma instituição modelar que abrigava uma série de expectativas pedagógicas, produzidas para substituir as Escolas Isoladas, tais prédios ainda deram visibilidade à conformação de uma nova cultura urbana. Entre os vários dispositivos mobilizados, que balizaram a instituição de uma nova modelagem escolar no Estado, destaco duas iniciativas que marcaram, respectivamente, os sujeitos escolares e a organização do tempo. Duas figuras profissionais muito participaram na legitimação da nova cultura escolar pretendida: os inspetores de ensino, função ocupada exclusivamente por homens, que existia “desde inícios do Império e que se viu sobremaneira fortalecida pela reforma que introduziu os grupos escolares”; e as diretoras, “criação genuína da reforma”,<sup>31</sup> unicamente profissionais mulheres, as quais eram responsabilizadas pelo bom andamento, ou não, dos trabalhos nos grupos escolares e, por consequência, da Reforma de 1906. Outra marca forte da remodelação do ensino eram as novas referências e a delimitação dos tempos escolares. No horário previamente estabelecido, as aulas diariamente ministradas seriam contadas por minutos, as disciplinas distribuíam-se pelos dias da semana e por todos os anos de duração do curso. Foi a partir da criação dos grupos escolares que foi estabelecido o ensino seriado na educação em Minas. Nessa nova organização do tempo, ressaltou-se a atribuição dada aos Exercícios Físicos na escola, que funcionariam como momento de descanso das atividades consideradas de maior exigência intelectual. Tal importância era também atribuída ao Canto.

É na ambiência dessa remodelação do processo de instrução que a Reforma de 1906 traçou novas prescrições para os Exercícios Físicos na escola. São proposições marcadas por

---

<sup>30</sup> Para maiores informações acerca da educação pública primária em Belo Horizonte, especialmente, na ambiência da Reforma do Ensino Primário, em 1906, ver FARIA FILHO, 2000.

<sup>31</sup> FARIA FILHO, 2000, p. 91.

permanências e inovações. Aos meninos, continuariam a ser ministradas as evoluções militares. Segundo Vago, o Decreto n. 1.947, de 30 de setembro de 1906, que aprovou o novo programa do ensino primário, “permitia a presença de um instrutor militar para ministrar essa parte do programa”.<sup>32</sup> Logo, seria permitido àqueles que não seguissem uma formação docente ensinar, desde que inseridos numa carreira militar. No entanto, os “Exercícios Physicos” e os exercícios militares apareceram como práticas distintas e com tempos diferenciados em grupos escolares de Belo Horizonte, contrariando as prescrições legais que previam os exercícios militares como atividade integrante do programa de “Exercícios Physicos”.

Tarcísio Mauro Vago comenta experiências dessas práticas em grupos escolares da capital, nos quais os “Exercícios Physicos” pareciam ser ministrados por professoras, numa única sessão para meninos e meninas. As evoluções militares, por sua vez, estavam sob a orientação do mencionado instrutor militar, em um tempo próprio, exclusivamente para os meninos.<sup>33</sup> O Decreto n. 1947 ainda previa um programa que, às meninas, deveria ser ministrado, constituído de atividades diferentes daquelas dos meninos. Entretanto, era permitida aos dois sexos a prática de brincadeiras durante os Exercícios Físicos. Com a Reforma do Ensino Primário de 1906, três novidades apresentaram-se: o alargamento do programa de ensino, que além de práticas relacionadas à Ginástica, previa também o brincar; indícios de que a professora ministrasse aulas para ambos os sexos; e “pela primeira vez a legislação mineira de ensino incluía as meninas na prática de exercícios físicos em todas as escolas primárias, indistintamente”.<sup>34</sup>

Ainda no que se refere à Reforma do Ensino Primário, promovida por João Pinheiro, vale ressaltar, nesse novo modelo que produziu outras configurações para a escola, os muitos dispositivos mobilizados para intervir no corpo das crianças. Essa preocupação pode ser detectada nos modos de organizar os tempos e os espaços, na insistência de realização de práticas higiênicas e no interior das diferentes disciplinas que compunham os programas de ensino. Orientada sob a tríade da educação intelectual, moral e física, a Reforma de 1906 revela como os corpos das crianças foram lugares de investimento da escola. Tarcísio Mauro Vago evidencia um conjunto de práticas mobilizadas nas escolas primárias de Belo Horizonte, que, naquela época, visavam produzir um “cultivo de corpos”. Nas palavras de Vago,

---

<sup>32</sup> VAGO, 2002, p. 230.

<sup>33</sup> VAGO, 2002.

<sup>34</sup> VAGO, 2002, p. 231.

... preparar o lugar; desinfetar, limpar e inspecionar os corpos das crianças consideradas regeneráveis; renegar os corpos de outras, tidas por incapacitadas; impor hábitos higiênicos; disciplinar os bárbaros; estabelecer códigos de controle e punição; refinar sensibilidades, lapidando sentimentos, arrancando vícios, implantando civilidade, afinando a voz, ensinando o gosto, educando as mãos – são dispositivos que, em conjunto, revelam práticas escolares de constituição dos corpos das crianças.<sup>35</sup>

Quanto à formação docente, em dezembro de 1906, foi criada a Escola Normal Modelo da Capital, frequentada apenas por mulheres. Todavia, no seu programa, não estava prescrito o ensino de Ginástica. Essa suspensão estava presente desde dezembro de 1898, quando o Estado dispensou os professores que ministravam Ginástica nas Escolas Normais, com o propósito de reduzir despesas públicas. Em 1910, a Ginástica foi incluída nos programas da Escola Normal da Capital e nas demais escolas normais do Estado, que também se mantinham exclusivas para mulheres. Num primeiro momento, é possível interpretar a iniciativa do Estado como ambígua, uma vez que incluiu os Exercícios Físicos no programa de ensino primário e retirou esse componente da formação de professoras. Ao buscar alternativas para compensar o suposto contra-senso, fez circular algumas obras sobre Ginástica nas escolas isoladas e nos grupos escolares de Minas Gerais.<sup>36</sup> Mas, analisando essa ação do Governo Mineiro por outro prisma, é preciso considerar a compreensão que norteava o ensino de tal prática nas escolas e quais as competências requeridas aos professores para ministrar essa matéria. É possível pensar que, nesse momento, os Exercícios Físicos nos grupos escolares não reclamavam formação particularizada para proceder ao seu ensino. Não havia uma demarcação do que seria formar o professorado para atuar com essa disciplina, e, talvez, seu caráter fosse tão eminentemente prático que a distribuição de manuais de Ginástica cumpriria a função de qualificar o corpo docente para ministrar essa matéria nas escolas. Aqui os Exercícios Físicos apresentam pequeno grau de formalização no ensino. É com o decorrer dos anos que essa prática vai se complexificando e especializando-se, o que acarretou um clamor pelo aperfeiçoamento cada vez maior do corpo docente.

O retorno da Ginástica aos programas de ensino das escolas normais marca uma retomada na normatização dessa disciplina para a formação de professoras. Em 1916, o Decreto nº 4.524, de 21 de fevereiro, regulamentou o ensino normal em Minas Gerais. Nele, a Ginástica permanecia inserida entre as cadeiras de ensino. Seu programa propunha, como conteúdos, a ginástica sueca, os jogos, as danças e os brinquedos infantis. O Decreto n. 4.955, de 03 de abril de 1918, manteve a Ginástica como componente do programa do ensino normal

---

<sup>35</sup> VAGO, 2002, p. 214-215.

<sup>36</sup> VAGO, 2002.

no Estado de Minas Gerais. Vago assevera que a inserção da Ginástica nos programas das escolas normais tinha uma dupla tarefa: “aperfeiçoar (conformar) o físico das alunas e prepará-las para o magistério nas escolas primárias”.<sup>37</sup>

No ano de 1916, o diretor da Escola Normal Modelo, o sr. Arthur Joviano, apontou em relatório do Secretário do Interior enviado ao Presidente do Estado, uma constatação preocupante em relação à execução do programa de ensino primário.<sup>38</sup> O diretor indicava, entre outras, a Ginástica como uma disciplina que estaria condicionada a figurar como “*lettra morta*” nas escolas. “*Lettra*” porque, na então recente reforma do ensino primário, promovida em 1912, a Ginástica permanecia inserida nos programas. “*Morta*” porque a prescrição legal, muitas vezes, não estava presente nas práticas escolares. Aqui, o sr. Arthur Joviano coloca em evidência o trabalho das professoras, que relegavam a Ginástica para um plano secundário, por não se sentirem com a mesma responsabilidade para com essa matéria. Pode-se supor que a ausência de formação específica para ministrar aulas de Ginástica teria contribuído para o descaso com sua prática nas escolas, e, nesse sentido, Arthur Joviano defendia, naquele mesmo documento, a especialização docente para as diferentes disciplinas do programa.

Vago comenta alguns indicadores de fragilidade que marcaram os momentos iniciais da constituição da Ginástica como campo disciplinar em Belo Horizonte e aponta diferentes entraves que essa prática encontrou para sua real concretização nas escolas, nas décadas iniciais do século XX:

Inexistência de espaços físicos, conforme previsto na legislação, participação na distribuição dos tempos escolares reduzida ou desconsiderada, secundarização de seu ensino em relação a outras cadeiras do programa, dúvidas entre sua obrigatoriedade ou facultatividade, professoras sentindo-se despreparadas e sem condições de ensiná-la; esses são exemplos das circunstâncias, relatadas por diretoras e inspetores, em que seu ensino esteve envolvido nos primeiros momentos de sua inserção escolar em Belo Horizonte.<sup>39</sup>

Diante das dificuldades encontradas, é possível perceber ações do Governo Mineiro para minimizar algumas das limitações. Significativa nesse movimento é a tentativa de suprir a ausência de qualificação especializada do professorado. Em inícios da década de 1910, o Governo de Minas fez circular obras relacionadas à Ginástica Sueca nas escolas isoladas e nos grupos escolares do Estado. No decorrer da década de 1920, outras ações foram tomadas para que a Educação Física fosse ministrada por professores com um mínimo de conhecimentos

---

<sup>37</sup> VAGO, 1997, p. 53.

<sup>38</sup> MINAS GERAIS. Relatório apresentado pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior ao presidente do Estado em 1916. p. 638.

<sup>39</sup> VAGO, 2002, p. 348.

específicos sobre o assunto.<sup>40</sup> Pode-se citar um grupo de professoras de Belo Horizonte que viajou ao Rio de Janeiro, com o propósito de adquirir conhecimentos sobre Educação Física. O resultado do estágio, em “alguns grupos da Capital, em collegios e escolas primarias do Rio”, foi publicado pela Revista do Ensino de Minas Gerais, no artigo intitulado “Technica sobre Educação Physica”, em 1925. Esse texto ainda trazia proposições de como deveriam ser ministradas as aulas de Educação Física nas escolas primárias em Minas Gerais, bem como indicações de horário para as aulas, prescrições de práticas, características desejáveis dos alunos e do professor. Essas indicações parecem ter sido elaboradas pela comissão de professoras que esteve no Rio de Janeiro, como uma espécie de programa de ensino. Note-se a intenção em fazer circular as informações técnicas sobre Educação Física apanhadas nas “melhores casas de ensino da Capital da Republica”, uma vez que a Revista do Ensino era distribuída por toda Minas Gerais.<sup>41</sup>

Narrar, na Revista do Ensino, as experiências de Educação Física com que as professoras se depararam no Rio foi a estratégia encontrada para que “os resultados auferidos não se adstringam aos grupos da Capital”, fazendo com que os conhecimentos adquiridos fossem de “real proveito para todos os nucleos de instrucção em nosso grande Estado”.<sup>42</sup> Nessa direção, é importante ressaltar a referência feita ao Estado de Minas. A palavra “grande” pode ser entendida também como uma alusão aos contornos territoriais mineiros, o que em muito dificultaria a promoção de iniciativas parecidas para docentes de toda Minas Gerais. Talvez essa dimensão territorial contribuisse para que as ações do Governo, no que tange à qualificação do professorado, concentrassem-se, nesse momento, na distribuição de impressos.

A Revista do Ensino confirma essa iniciativa. Desde a sua reformulação, em 1924, até fins dessa mesma década, foi publicado um número considerável de artigos que traziam temáticas referentes à Educação Física, especialmente sobre jogos.<sup>43</sup> Esse periódico conformou-se como importante instrumento do Governo do Estado para a circulação de práticas e de outros conhecimentos desejáveis para o ensino de Educação Física. Era a intenção manifesta de interferir na ação pedagógica dos professores.

---

<sup>40</sup> “Educação Física” era a expressão cada vez mais comum, a partir de meados da década de 1920, para nomear as práticas corporais sistematizadas nas escolas. Inicialmente usada no sentido mais alargado, a “Educação Physica” designava um conjunto de investimentos, saberes e práticas que tomavam o corpo como objeto de intervenção na escola. Especialmente a partir da metade dos anos de 1920, a designação “Educação Física” assumia uma noção mais restrita que a configurava como uma única disciplina escolar.

<sup>41</sup> Revista do Ensino, n. 7, ano I, setembro de 1925, p. 184-186.

<sup>42</sup> Revista do Ensino, n. 7, ano I, setembro de 1925, p. 184.

<sup>43</sup> A esse respeito, ver VAGO, 2006.

Por diferentes iniciativas, o período que compreende o fim do século XIX até meados da década de 1920 configurou-se como fértil terreno que possibilitou a posterior demarcação de especificidades para a Educação Física. Seja a prescrição em ordenamentos legais da prática de Exercícios Físicos na escola primária, seja a circulação de obras de Ginástica, ou ainda a inserção desta disciplina nos programas do ensino normal e a ampliação na instrução primária dos conteúdos a serem ministrados nessa matéria, entre outras aqui arrazoadas. No primeiro quartel do século XX, aconteceu, em Minas Gerais, uma circulação de informações, experiências, diálogos e práticas que podem ser consideradas como propulsoras de um processo paulatino de inserção da Educação Física nos estabelecimentos de ensino mineiros. Tratada como Ginástica ou Exercícios Físicos, a sua inserção escolar estava em debate, anunciada pelo que já vinha sendo e pelo o que deveria ser.

A década de 1920 estabeleceu novas exigências para a Educação Física como componente dos programas do ensino primário. Se a Revista do Ensino configurou-se como importante elemento para a conformação da Educação Física nas escolas, a Reforma do Ensino Primário em 1927 idealizou um órgão específico para ser a voz autorizada e legitimada sobre o que e como fazer o ensino de Educação Física escolar – a Inspeção de Educação Física de Minas Gerais. Para compreender a Reforma daquele ano, passamos ao estudo de um acontecimento considerado como propulsor do movimento reformador: o Congresso de Instrução Primária.

Diante da incumbência de “organizar a instrução primária” no Estado, Francisco Campos constituiu o primeiro Congresso de Instrução Primária de Minas Gerais o qual pode ser visto como um trabalho preparatório para a Reforma de 1927, na medida em que suas inspirações, sugestões e conclusões foram consideradas ponto de partida para a reconfiguração do ensino em Minas. O encontro teria por propósito reunir pessoas notáveis, que se interessassem pelas questões da instrução, para estudar e discutir assuntos atinentes à reordenação do ensino primário. Sua organização iniciou-se em 1926, quando do estabelecimento das comissões de trabalho que inicialmente foram onze:<sup>44</sup> Executiva, Organização Geral do Ensino, Inspeção Técnica, Desenho e Trabalhos Manuais, Higiene Escolar e Educação Física, Comissão de Programas, Aparelhamento Escolar – livros didáticos e livros para professoras, Escolas Infantis, Exames e Testes, Canto e Educação Cívica. Em abril de 1927, notícias informavam que a comissão de Educação Cívica passou a ser nomeada

---

<sup>44</sup> Jornal Minas Geraes, 18 e 19 de outubro de 1926, p. 4.

Educação Moral e Cívica, e foram apresentadas mais duas comissões: Questões de Pedagogia e Instituições Auxiliares da Escola.<sup>45</sup>

Analisando a composição das comissões, fica evidente o interesse dos congressistas em pensar a educação além de seu caráter intelectual. No interior das temáticas ali tratadas, o corpo constituiu-se como dimensão de interesse por parte dos reformadores. Com o intuito de estudar e discutir assuntos referentes ao ensino primário, tendo em vista sua reforma, no Congresso também foram temas de deliberação saberes em que a dimensão educativa passava pela corporeidade. É a partir dessas temáticas que o investimento no corpo fica aparente.

Nesse processo de reconfiguração de pressupostos educacionais, vale ressaltar os sentidos que foram conferidos ao corpo pelas diferentes práticas educativas que nele investiram. É possível citar os Trabalhos Manuais, que seriam uma oportunidade de desenvolver nas crianças um sentimento de apreço pelo trabalho, aliado a um caráter profissionalizante e que se configuraria como uma probabilidade de modelagem dos corpos pelo trabalho das mãos, perspectiva também encontrada quando da prática do Desenho. Em conclusão aprovada no Congresso, o ensino do Desenho foi “considerado como meio educativo, visando desenvolver as faculdades da imaginação, observação e a educação da vista e das mãos”.<sup>46</sup> Sobre o Canto, aponta-se que ele seria uma possibilidade para refinar as sensibilidades, cabendo ao corpo ser receptor e condutor de um conhecimento sensível. A dimensão da saúde também estaria presente. Em uma das teses apresentadas no Congresso de Instrução Primária, a professora Branca de Carvalho Vasconcellos afirmou:

Não ha negar que o canto é uma excellente gymnastica para os órgãos respiratorios: dilata a caixa thoraxica, fortalece os pulmões e os órgãos vocaes, interessa e movimenta os musculos respiratórios, concorrendo, portanto, grandemente para a saude em geral.<sup>47</sup>

Ainda abordando a relação entre os saberes escolares e a corporeidade, destacam-se a Higiene e a Educação Física. A primeira seria uma medida fundamental para introjetar nos sujeitos hábitos higiênicos por meio da educação, tal medida seria um pilar para a regeneração social. A segunda, além de tornar o corpo belo, sadio e forte, seria concebida como um importante instrumento para incorporar nas crianças valores considerados fundamentais para o desenvolvimento do país, tais como força de vontade, energia e eficiência, passando a trazer benefícios não apenas no âmbito individual, mas também social.

---

<sup>45</sup> Revista do Ensino, n. 20, ano III, abril de 1927, p. 418.

<sup>46</sup> Revista do Ensino, n. 22, ano III, agosto/setembro de 1927, p. 490.

<sup>47</sup> Jornal Minas Geraes, 18 de maio de 1927, p. 9.

Parece ser possível afirmar que esses saberes estavam presentes nas escolas porque estabeleciam fecundas práticas para a constituição dos corpos dos alunos. Em estudo sobre a escolarização e a educação do corpo, Marcus Aurélio Taborda de Oliveira comenta uma iniciativa parecida com o Congresso de Instrução Primária de Minas; porém, realizada no Paraná, em 1926: o I Congresso de Ensino Oficial. Esse evento também produziu um conjunto de teses que reorganizariam o ensino primário no Estado. Abordando algumas propostas de inovação curricular paranaense dessa época, o autor anuncia que “nesse processo cada vez mais o corpo seria entendido como um lugar de formação por excelência”.<sup>48</sup>

As comissões de trabalho no Congresso de Instrução de Minas foram compostas por inspetores, professores do ensino primário, secundário e superior, bem como por outros nomes notórios que se interessavam pelo assunto. A intenção com a nomeação de tais pessoas era ouvir as opiniões mais legítimas e mais esclarecidas sobre a matéria. Assim,

Nada, pois, mais racional e mais justo do que ouvir aquelles que, pela sua experiencia no paiz, pelo seu amor ao ensino, pelo seu patriotismo, digamos mesmo: pelo seu brio profissional, estejam em condições de aconselhar as leis que, não sendo embora as mais perfectas em these, sejam as melhores que a nossa situação, tradições, habitos e recursos comportam.<sup>49</sup>

Foram confiados às comissões “a organização das theses a ser estudadas”, bem como o preparo dos trabalhos “relativos á escolha dos assumptos que deverão ser tratados”.<sup>50</sup> As teses eram questões que serviriam como eixos norteadores para as discussões no Congresso, enquanto os trabalhos eram textos elaborados de acordo com cada questão proposta.<sup>51</sup> A indicação é que eles precisariam ser finalizados com conclusões precisas e, quando da apresentação no Congresso, elas seriam submetidas à discussão e aprovação no plenário. Dessa maneira, os congressistas poderiam expor suas opiniões acerca dos relatos feitos para cada uma das questões postas. “O governo, desejando conhecer a situação real do ensino primario em Minas, espera que cada congressista se manifeste francamente sobre a eficiencia desse ensino, revelando suas qualidades ou os seus defeitos”.<sup>52</sup> Ouvir, inquirir, discutir, controverter, opinar, orientar, influir, convencer, tudo isso se esperava dos congressistas. Todo o processo fora pensado para aproveitar as contribuições com as quais o Governo esperava contar para reformar o ensino. Além dos membros de cada comissão, participaram ainda do Congresso diretores e professores de grupos escolares, de escolas isoladas;

<sup>48</sup> TABORDA DE OLIVEIRA, 2005, p. 6.

<sup>49</sup> Revista do Ensino, n. 18, ano II, outubro de 1926, p. 346.

<sup>50</sup> Jornal Minas Geraes, 5 de novembro de 1926, p. 8.

<sup>51</sup> Além dos trabalhos elaborados pelos membros das comissões, esperava-se “outros espontaneamente apresentados por varios congressistas” (Jornal Minas Geraes, 29 de dezembro de 1926, p. 5).

<sup>52</sup> Revista do Ensino, n. 20, ano III, abril de 1927, p. 418.

inspetores e membros do magistério secundário e superior. Alguns desses participantes parecem ter recebido convites que incluíam documentos relativos ao regimento interno do Congresso e às teses a serem discutidas por cada comissão. Mas, independente desse tratamento especial, os professores primários efetivos de Belo Horizonte eram considerados integrantes do Congresso e poderiam tomar conhecimento das teses propostas por cada comissão pelo acesso ao jornal Minas Gerais, que fez circular essas informações com antecedência.

Nesse processo de organização e realização do Congresso de Instrução Primária, interessou analisar a constituição, a discussão e as conclusões da comissão, que tratou dos assuntos atinentes à Educação Física. Não por acaso, as temáticas da Higiene e da Educação Física integravam a mesma comissão. A íntima relação entre esses dois saberes pode ser entendida no decorrer do processo de escolarização da Educação Física em Belo Horizonte. Os argumentos em torno do combate à fadiga intelectual configuraram o tempo escolar dos “Exercícios Physicos” como recurso higiênico. Ao serem intercalados na grade de horários com disciplinas consideradas de exigente aprendizagem mental, a pretensão com a sua prática era proporcionar às crianças um tempo de relaxamento. Tudo de acordo com as teorias higienistas que circulavam no Brasil desde o final do século XIX.<sup>53</sup>

A preocupação com a assepsia e o saneamento dos corpos era revelada em instruções produzidas, em 1927, para o professor de Educação Física, que deveria recomendar aos seus alunos “boa alimentação, ar puro, banhos, assistência medica e dentaria” como meios “indirectos de educação physica”.<sup>54</sup> A classificação dos sujeitos – e aqui se destacam tanto alunos, quanto professores –, como regeneráveis ou fisicamente incapazes, era tarefa do médico escolar. No que tange à Educação Física, tal médico instruiria o professor a respeito da proibição, diminuição e especialização das práticas de “gymnastica” para alunos que apresentassem “determinados desvios da columna vertebral, os debeis que se cançam facilmente, os que soffrem de molestias organicas do coração e dos pulmões, os que apresentarem determinadas varizes, etc.”.<sup>55</sup> Inculcar hábitos, curar os defeitos, prevenir as moléstias, sanar as anormalidades parecem ser propósitos articulados entre Higiene e Educação Física, que estavam em consonância com a discussão, consolidada nos anos de 1920, a qual aproximava saúde e educação. Segundo Marta Carvalho,

---

<sup>53</sup> VAGO, 2002.

<sup>54</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 8.094 de 22 de dezembro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1.740.

<sup>55</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 8.094 de 22 de dezembro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1.740.

No campo da saúde, firma-se, nos anos 20, a convicção de que medidas de política sanitária seriam ineficazes se não abrangessem a introjeção, nos sujeitos sociais, de hábitos higiênicos, por meio da educação. No movimento educacional da mesma década, a saúde é um dos pilares da grande campanha de regeneração nacional pela educação.<sup>56</sup>

Considerando as afinidades, Higiene e Educação Física foram colocadas em diálogo no Congresso. Embora a relação entre esses dois saberes fosse íntima, a influência exercida parecia ser unilateral. Em alguns momentos do Congresso, integrantes da comissão de Higiene discutiram sobre as teses expostas acerca da Educação Física. Contudo, não há indícios de que o contrário tenha ocorrido, os membros do grupo responsável pela Educação Física não pareciam opinar nas questões da Higiene. Mesmo assim, as interferências dos membros afinados com a Higiene nas questões que tocavam diretamente a Educação Física não me parecem evidências de sobreposição de autoridade. A análise do arranjo da organização e da realização do Congresso sugere a fundação de uma diferente condição de envolvimento entre esses dois campos de conhecimento.

Havia particularidades e equilíbrio que também marcaram essa comissão. Vale citar, nessa direção, a nomeação de membros específicos para tratar de uma e de outra temática, bem como um conjunto de teses, rigorosamente balanceado, que abrangia quatro questões características de cada campo. Atente-se que as proposições aprovadas para a Educação Física aproximam-se do debate referenciado em idéias pedagógicas. Os assuntos relacionados à Higiene permaneceram na agenda, algumas vezes, permeados por novos significados, mas ganhou mais regularidade, nas prescrições acerca do ensino de Educação Física, o ideário mais vinculado à Educação. Esse processo guarda relação com uma reacomodação dos lugares que influenciavam e autorizavam a disciplina. Uma nova modelagem apresentava-se para a Educação Física nas escolas mineiras. Isso exposto, é possível indicar que um processo de autonomização da Educação Física estava em curso quando da realização do Congresso de Instrução Primária.<sup>57</sup>

A intitulada “1ª comissão” ficou a cargo dos médicos dr. Oswaldo de Mello Campos, dr. Ernani Agrícola, dr. Alexandre Drummond, dr. Raul de Almeida Magalhães, dr. Lucas Monteiro Machado, dr. Abílio de Castro, dr. Theophilo de Mello Santos, dr. J. Mello Teixeira e dr. Henrique Marques Lisboa. Tudo indica que esse grupo realizou os trabalhos referentes à Higiene. A Educação Física ficou sob a responsabilidade de uma chamada “2ª comissão”, que teve como integrantes: d. Guiomar Meirelles, d. Maria da Glória Carvalho, d. Helena

---

<sup>56</sup> CARVALHO, 1997, p. 283.

<sup>57</sup> Para pensar esse momento como processo de autonomização da Educação Física, inspirei-me o trabalho de LINHALES *et al.*, 2008.

Versiani Velloso, d. Anna Luiza de Araújo, Antonio Pereira da Silva e d. Herundina da Silva Monteiro.<sup>58</sup> Cabe ressaltar a presença da professora Guiomar Meirelles, que já vinha acumulando experiência com o ensino de Educação Física. Existem registros de sua atuação com essa disciplina desde a década de 1910. O início de seus trabalhos na área ocorreu no 1º Grupo Escolar da Capital, o Barão do Rio Branco, quando foi designada para ser professora exclusiva de Ginástica.<sup>59</sup> Tal nomeação, afirma Vago, “marcou uma retomada no processo de paulatina profissionalização (ou especialização) do ‘professor de ginástica’”.<sup>60</sup> Profissionalização essa que foi tratada com muita estima pela Inspeção de Educação Física. Anna Luiza de Araújo ocupou o cargo de professora de Ginástica da Escola Normal.<sup>61</sup> As outras integrantes da comissão, provavelmente, também seriam docentes.<sup>62</sup> Note-se a única presença masculina que compunha a comissão: Antônio Pereira da Silva, professor de Ginástica e Educação Física do Ginásio Mineiro.<sup>63</sup>

As teses organizadas pela comissão de Higiene e Educação Física foram as seguintes:

- 1.ª) Dadas as nossas condições de meio, como organizar um serviço eficiente de inspeção médica escolar?
- 2.ª) Deverá a inspeção médica estender-se ao corpo docente e ao pessoal administrativo das escolas?
- 3.ª) Como formar um corpo de enfermeiras escolares efficientes?

<sup>58</sup> Revista do Ensino, Ano 3, n. 21, p. 445-478, mai./jun. 1927.

<sup>59</sup> A professora Guiomar Meirelles permaneceu trabalhando com Educação Física durante um longo período. Destaca-se sua atuação como auxiliar junto à Inspeção de Educação Física de Minas Gerais; sua autoria do livro intitulado: “Educação Física Infantil”, editado pela Imprensa Oficial de Minas Gerais em 1941, classificado em primeiro lugar no concurso de trabalhos de Pedagogia Aplicada à Educação Física, promovido pelo Ministério de Educação e Saúde; sua participação no “grupo fundador da Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais, em 1952, a primeira a ser criada no Estado, acompanhando depois o processo de fusão dessa Escola com a Escola de Educação Física das Faculdades Católicas, ocorrido em 1953. Essa fusão originou a Escola de Educação Física de Minas Gerais, federalizada em 1969, tornando-se a Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais. (...) Aposentou-se na década de 1970” (VAGO, 2002, p. 304).

<sup>60</sup> VAGO, 2002, p. 303.

<sup>61</sup> Jornal Minas Geraes, 12 de maio de 1927, p. 6.

<sup>62</sup> Tais professoras podem ter integrado o grupo que foi ao Rio de Janeiro, em 1925, realizar um estágio com o intuito de acumular conhecimentos técnicos sobre Educação Física. Essa é apenas uma hipótese. O artigo que noticia sobre tal viagem não cita os nomes das professoras que estiveram no Rio de Janeiro, e ainda não foi encontrada outra documentação acerca desse acontecimento. O que justifica essa suposição é a incorporação, pela Reforma do Ensino Primário, em 1927, de idéias contidas no artigo: “Technica sobre Educação Physica”, que informou sobre o referido estágio.

<sup>63</sup> Aleluia Heringer Lisboa Teixeira pesquisou a presença da “Gymnastica” no Ginásio Mineiro (1890-1916). Segundo Teixeira, Antônio Pereira da Silva inscreveu-se no concurso para a cadeira de Gymnastica e Educação Physica desse estabelecimento de ensino em 1915. Nessa ocasião, teve por concorrente Fernando de Azevedo. Aleluia comenta que o interesse de Azevedo pela Educação Física começou ainda quando moço, porque ficava impressionado com o descaso por essa matéria nas escolas brasileiras. Para concorrer no concurso ele escreveu o trabalho: “A Poesia do Corpo”, que acabou em formato de livro posteriormente. Fernando de Azevedo foi considerado inabilitado para ocupar a cadeira em questão, uma vez que, na prova prática, obteve, unanimemente, notas inferiores a 3. Outro candidato inscreveu-se para o concurso: José Ataliba Santos. Contudo, Pereira da Silva foi o aprovado (TEIXEIRA, 2004). Adiante, maiores informações sobre o Chefe Pereira serão trazidas para o texto.

- 4.<sup>a</sup>) Quaes os meios mais convinhaveis para que se inculquem nos escolares os hábitos sadios de hygiene individual e para que se forme nelles a “consciencia sanitaria”?
- 5.<sup>a</sup>) Como introduzir na escola primaria a cultura physica necessária á nossa gente?
- 6.<sup>a</sup>) Qual o tempo a ser destinado, no horario, á educação physica?
- 7.<sup>a</sup>) O “escoteirismo” poderá dar entrada na escola primaria, como meio de educação moral e physica?
- 8.<sup>a</sup>) Os methodos de educação physica deverão ser os mesmos para todos os annos do curso primário?<sup>64</sup>

Para o relato das teses sobre Higiene e Educação Física, que seriam objeto de debate e deliberação no Congresso de Instrução Primária, foram encarregadas, pelo Secretário do Interior, as seguintes pessoas: dr. Alexandre Drummond, sobre a 1<sup>a</sup> tese; dr. Abílio de Castro, sobre a 2<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> tese; dr. Lucas Machado, sobre a 3<sup>a</sup> tese; dr. Henrique Marques Lisboa, sobre a 4<sup>a</sup> tese; Antônio Pereira da Silva, sobre a 5<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> teses e d. Anna Luiza de Araújo, sobre a 6<sup>a</sup> tese.<sup>65</sup> Aqui um apontamento de que a Higiene mantinha-se no panorama da Educação Física – o dr. Abílio de Castro seria o responsável por discorrer sobre métodos de Educação Física.

O Congresso de Instrução Primária foi realizado entre os dias 9 e 18 de maio de 1927. Inicialmente, esse evento teve seu início marcado para janeiro daquele ano, mas sua instalação foi adiada, devido, especialmente, à necessidade de execução de tarefas preliminares que assegurassem o bom andamento dos trabalhos. A discussão das questões referentes à Educação Física aconteceu em 12 de maio, quando foi colocada em pauta a tese “Como introduzir na escola primária a cultura física necessária à nossa gente?”. Antônio Pereira da Silva leu seu parecer – cumprindo então a tarefa de elaborar um trabalho a respeito do tema – e só em seguida apresentou os itens conclusivos. Tudo nos moldes sugeridos pela organização do Congresso. As conclusões preparadas por Pereira da Silva geraram um intenso debate, ocasionando a comunicação pelo presidente do Congresso que, “pela materia que ellas encerram”, poderiam as teses 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> ser discutidas em conjunto, reservando apenas a tese sobre o escoteirismo para ser tratada à parte.<sup>66</sup> Essa medida foi tomada em conformidade com preocupações relativas ao curso dos trabalhos no Congresso, já que “a meio do tempo de seu funcionamento” poucas teses tinham sido debatidas. Ao iniciar os afazeres daquele dia, Noraldino Lima, presidente da sessão naquele momento, já havia pedido aos congressistas que tentassem dar mais rápido andamento aos trabalhos.<sup>67</sup> Assim, as teses que abordavam a Educação Física foram tratadas conjuntamente. No entanto, não houve divulgação dos trabalhos, nem das conclusões, que teriam sido elaboradas pelos responsáveis das teses: “Qual

<sup>64</sup> Jornal Minas Geraes, 28 de novembro de 1926, p. 6.

<sup>65</sup> Jornal Minas Geraes, 27 de abril de 1927, p. 6.

<sup>66</sup> Jornal Minas Geraes, 13 de maio de 1927, p. 7.

<sup>67</sup> Jornal Minas Geraes, 13 de maio de 1927, p. 6.

o tempo a ser destinado, no horário, à Educação Física?”, “Os métodos de Educação Física deverão ser os mesmos para todos os anos do curso primário?”. Os indicados para essa tarefa seriam, respectivamente, d. Anna Luiza de Araújo e dr. Abílio de Castro.

As conclusões apresentadas por Antônio Pereira da Silva foram objeto de discordância entre os membros do Congresso e sofreram intenso debate. Os itens conclusivos de Pereira da Silva foram os seguintes:

- 1.º - A educação physica deve ser parte integrante do programma das escolas publicas primarias.
- 2.º - Os exercicios, que serão educativos, utilitarios e jogos, serão feitos de accordo:
  - a) com a idade do executante;
  - b) com sua constituição, ou estado de saude;
  - c) com o seu grau de treinamento;
  - d) com o grau de dificuldade com que faz os exercicios anteriores;
  - e) com o resultado pratico, que se deseja obter;
  - f) com os pontos fracos que se deseja sejam fortificados ou aperfeiçoados;
  - g) com as condições climaticas;
  - h) com as circumstancias atmosphericas do momento;
  - i) com o terreno, ou material, que se possui.
- 3.º - Organização de um campo e galpão proprio para exercicios.
- 4.º - Apparelhamento para exercicios educativos: - Manual de Bauman, viga horizontal, banco gymnastico e escada orthopedica.
- 5.º - Anthropometria escolar – Collaboração medico-pedagogica.
- 6.º - O ensino será, nos grupos e jardins da infância, ministrado por professoras especialistas, e, em escolas isoladas, pela professora, que fará aprendizagem nos grupos.
- 7.º - Haverá nas Escolas Normaes um curso de especialização de “Educação Physica”. Actualmente, porém, deverá ser constituída uma commissão que, sujeita a um criterio unico, dirija a “Educação Physica”.
- 8.º - No programma será incluída a gymnastica rythmica, excluindo-se os bailados e dansas classicas.<sup>68</sup>

Tais conclusões terminavam assinadas pelos integrantes da chamada “2ª comissão”, aquela que se responsabilizou pelos assuntos atinentes à Educação Física. Havia ainda duas outras assinaturas: a de Marietta Brochado e a de Leonor Tafuri, que assinou “com restricções”, do mesmo modo como fez a professora Guiomar Meirelles. Diante de tal constatação, o orador indicou que havia um grupo que não aprovava a adoção de aparelhos para a prática de exercícios físicos nas escolas, e, no momento de discutir as conclusões, esse foi o ponto de maior desacordo entre os congressistas.<sup>69</sup>

Nesse momento, entraram em cena dois integrantes da “1ª comissão”, aquela responsável pelas questões da Higiene. Eles foram chamados para contribuir com o debate, na

<sup>68</sup> Jornal Minas Geraes, 13 de maio de 1927, p. 7.

<sup>69</sup> Há indícios de que outros assuntos, e não apenas a questão dos aparelhos, foram pauta de discussão no Congresso. Parece que o ensino de natação e a prescrição de danças no programa da Educação Física foram temas de debate. Porém, as fontes consultadas não permitem maiores interpretações sobre esse fato. O jornal Minas Gerais inclusive aponta para essa limitação, quando, ao divulgar o andamento do Congresso, afirma não ser possível dar um “resumo completo” do que estava sendo discutido.

condição de autoridades no assunto, quando, um dos congressistas pediu a palavra e se disse contrário à adoção dos aparelhos. Mas, como não se considerava um “tecnico”, desejava que um médico se manifestasse sobre as conclusões de Pereira da Silva. Mais um indício do efeito que o campo médico-higienista exercia sobre a Educação Física. O sr. Oswaldo Mello Campos e o sr. Marques Lisboa posicionaram-se contrariamente à utilização dos aparelhos, justificando o primeiro que “os aparelhos têm por fim desenvolver demais os musculos. E a gymnastica infantil não requer isso”, e o segundo que, “em se tratando dos alumnos dos grupos escolares, deveremos ter em vista, ao estabelecer a gymnastica, o estímulo geral do organismo, provocando o treinamento de todas as visceras”.<sup>70</sup>

Compartilhando dessa mesma posição, Guiomar Meirelles afirmou que fez restrições às conclusões de Pereira da Silva por ser contrária à introdução de aparelhos de ginástica nas escolas. D. Guiomar provavelmente vinha se qualificando como professora específica de Ginástica, seguindo os preceitos da ginástica sueca.<sup>71</sup> Tais premissas foram as que se disseminaram em Minas Gerais, nas décadas anteriores. Existem registros da distribuição de 41 exemplares do livro “Gymnastica Sueca” e da compra de 200 exemplares do “Tratado Pratico de Gymnastica Sueca”, durante os anos de 1910. Embora a legislação referente ao ensino não fizesse menção explícita ao método sueco de ginástica nas prescrições que os aparatos legais traçaram para os “Exercicios Physicos”, em 1906, Vago afirma que “foi esse o método autorizado e indicado para orientar as práticas de Ginástica no Ensino Primário de Minas Gerais”.<sup>72</sup>

Tudo indica que houve uma tensão entre as experiências dos sujeitos que estavam ali construindo os rumos da escolarização da Educação Física no Estado. Pertencentes a diferentes lugares sociais, eles compartilharam e disputaram sentidos para o ensino de Educação Física. Como indicado por Faria Filho, ao estudar os processos de escolarização e ao pesquisar a cultura escolar é preciso considerar que “os sujeitos que a constroem guardam, eles também, diversos pertencimentos e identidades pelos quais as culturas escolares estarão continuamente informadas”.<sup>73</sup> Guiomar Meirelles acumulava experiência como educadora, provavelmente defendendo uma abordagem de Educação Física pautada em conceitos pedagógicos. Pereira da Silva, contudo, constituiu seu trabalho com perspectivas

---

<sup>70</sup> Jornal Minas Geraes, 13 de maio de 1927, p. 7.

<sup>71</sup> A ginástica sueca foi idealizada por Per Henrick Ling, com fins não acentuadamente militares, mas pedagógicos e sociais (SOARES, 1994).

<sup>72</sup> VAGO, 2002, p. 247.

<sup>73</sup> Este fragmento foi retirado da página 5 do texto impresso “Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios”. Uma versão deste pode ser encontrada em FARIA FILHO, 2007.

marcadamente militares. Esse conjunto de pistas talvez explique a posição adotada por Guiomar Meirelles.

Pereira da Silva ocupou o cargo de professor de Ginástica e Educação Física do Ginásio Mineiro<sup>74</sup> e preparou-se para esse concurso no Colégio Militar de Barbacena, onde teria aprendido esgrima, ginástica com aparelhos e sem aparelhos com o Major Francisco Romano. Nesse concurso, foi realizada uma prova prática com exercícios que apresentavam “marcadas características militares, fundamentadas no Método Ginástico Alemão e no Método Francês de Amoros. Todavia apresentavam como novidade, a Ginástica Sueca...”.<sup>75</sup> Ao que tudo indica, Pereira da Silva conhecia os três métodos, e ambos admitiam aparelhos para ginástica.<sup>76</sup>

Vale notar também que Pereira da Silva acumulou experiência docente com um público jovem, exclusivamente masculino. Logo, se os assuntos em pauta no Congresso visassem à reorganização do ensino secundário, a utilização dos aparelhos poderia ter sido mais bem aceita. O sr. Marques Lisboa foi contra a adoção de tais materiais nos grupos escolares, mas pensava que “os aparelhos a que se refere o sr. Pereira da Silva são optimos para a educação dos alumnos do Gymnasio”.<sup>77</sup> A vinculação de Pereira da Silva às práticas por ele organizadas talvez fizesse com que alguns congressistas atribuíssem às conclusões uma idéia de desenvolvimento físico demasiado para crianças do ensino primário.<sup>78</sup> Talvez a

---

<sup>74</sup> Sylvio José Raso substituiu Pereira da Silva no Ginásio Mineiro em fins da década de 1930 e recorda que “até aquela época, a Ginástica ministrada nesse educandário tinha como atividades básicas, as evoluções militares e os exercícios em barras, cordas e arcos, determinados pela ginástica de origem alemã” (SOUSA, 1994, p. 58).

<sup>75</sup> SOUSA, 1994, p. 58.

<sup>76</sup> Um dos idealizadores da Ginástica Alemã, Friederich Ludwing Jahn utilizava “obstáculos artificiais” – depois denominados aparelhos de ginástica – na prática de exercícios físicos. Sua ginástica conhecida como “Turnen” era marcada pelo caráter militar e patriótico. O método alemão foi consagrado como oficial do exército brasileiro por volta de 1860, até quando, em 1912, foi substituído pelo método francês. O grande representante da Ginástica Francesa foi o Coronel Francisco Amoros y Odeano. Ele buscou justificar a prática de ginástica segundo pressupostos científicos, e suas proposições eram fortemente marcadas pelo enfoque militar. Soares indica que na obra de Amoros as questões ortopédicas e os aparelhos tiveram presença marcante, assim como destaca seus estudos sobre a “análise mecânica do movimento”, que “permitiram importantes conclusões, as quais, direcionaram, de certo modo, a criação de aparelhos de Ginástica que vieram auxiliar na melhoria da postura dos indivíduos, bem como dos movimentos corporais em geral” (SOARES, 1998, p. 38). Amoros parece ter se baseado na obra de Ling, representante do método sueco, para comprovar a utilidade dos aparelhos. Os principais aparelhos utilizados pela Ginástica Sueca eram os plintos, carneiros e espaldares, a barra móvel, o cavalo de pau e o banco sueco. Pela sua dimensão essencialmente pedagógica, intelectuais como Rui Barbosa e Fernando de Azevedo conferiram a esse método maior adequação às escolas (SOARES, 1994). Nos relatos e imagens apresentadas por Vago, quando da pesquisa sobre ginástica no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920), não há indícios do uso de aparelhos nas aulas de ginástica, aulas essas marcadas pelo método sueco.

<sup>77</sup> Jornal Minas Geraes, 13 de maio de 1927, p. 7.

<sup>78</sup> Outra atuação de destaque é o pioneirismo de Pereira da Silva na divulgação do escotismo em Minas Gerais, o que provavelmente colaborou para imprimir uma marca militar aos seus trabalhos. Mais um apontamento importante é o Centro de Cultura Physica Olavo Bilac, inaugurado por Pereira da Silva em 1916. Aquele seria um lugar onde os “amadores dos sports” encontrariam os professores e os aparelhos “afim de desenvolverem o physico, tornando-se homens fortes e robustos” (TEIXEIRA, 2004, p. 134).

repulsa pela adoção de tais aparelhos demonstrada por alguns integrantes do Congresso possa ser explicada pela abordagem que ele expôs para defender essa proposta – uma abordagem marcadamente militar ou enfatizada pelo caráter “sportivo”<sup>79</sup> – já que essas representações cercavam a figura do “Chefe Pereira”.

Pereira da Silva ainda argumentou em defesa de suas conclusões, mas elas ficaram prejudicadas. O relator sentiu-se incompreendido pelos congressistas que dele discordaram. Passados dois dias dos debates acerca das suas conclusões, Pereira da Silva pediu a palavra no Congresso, preocupando-se com a forma com que seria registrada a defesa que fez sobre o uso de aparelhos no ensino primário. Esclareceu que propunha “o uso, nos grupos escolares, de aparelhos educativos suecos e não aparelhos athleticos; bem como uso de jogos gymnasticos educativos e não sports athleticos”.<sup>80</sup>

Por maioria de votos, um substitutivo, que parece ter sido elaborado por Magalhães Drummond<sup>81</sup> e Guiomar Meirelles, foi aprovado. Na disputa acerca das abordagens de Educação Física, a professora foi a vencedora. Isso teria ocorrido talvez pela concordância das “autoridades” da Higiene em retirar o uso dos aparelhos, mas também pelas proposições escolanovistas que orientaram o movimento educacional dessa época, com as quais Guiomar Meirelles estava mais sintonizada do que Pereira da Silva.

Francisco Campos ao organizar o Congresso de Instrução Primária, pretendia ouvir aqueles que seriam os mais legítimos para “aconselhar as leis” – os inspetores, os professores de ensino primário, secundário, ou seja, os sujeitos da escola. Assim considerado, Pereira da Silva, mesmo sendo professor, era marcado pelas representações de “sportman” e militar, ocupando um lugar menos autorizado do que o de Guiomar Meirelles, que se encontrava na posição de educadora, com toda uma trajetória de formação no campo pedagógico e ainda inserida no ensino primário. Tais experiências com a educação parecem ter garantido à professora maior legitimidade entre os congressistas.

As conclusões convencionadas no substitutivo aprovado foram:

- a) a educação physica deve ser parte integrante e não complementar do programma das escolas publicas primarias;
- b) deve ser disciplina obrigatoria e ministrada diariamente, por professores competentes, conhecedores do exercicio e seu mecanismo, capazes de realizal-os bem, entusiastas do ensino;

<sup>79</sup> Antônio Pereira da Silva era também conhecido como um “sportman” (TEIXEIRA, 2004, p. 134).

<sup>80</sup> Jornal Minas Geraes, 15 de maio de 1927, p. 9.

<sup>81</sup> Magalhães Drummond integrava a comissão de Educação Moral e Cívica e foi designado para relatar sobre a 6ª tese “Qual a graduação mais racional e pedagogica do ensino moral e civico?”. Não é sabido se ele mantinha alguma relação com a Educação Física. Durante o Congresso, ele ainda expôs opiniões contrárias acerca das conclusões de Pereira da Silva, se posicionando a favor dos bailados e das danças.

- c) incluir nos programmas escolares uma hora especial para a educação physica;
- d) organizar em cada escola um campo especial para a pratica da cultura physica;
- e) instituir a inspecção medica;
- f) organizar fichas anthropometricas, annualmente;
- g) nomear professores especializados para a educação physica;
- h) fornecimento de material necessario, de modo que todos os alumnos façam exercicios com objectos de um mesmo typo;
- i) constituir uma commissão que, sujeita a um criterio unico, ministre a educação physica em aulas, que serão, depois, repetidas pelos professores que se encarregarem dessa disciplina;
- j) a gymnastica rythmica poderá ser introduzida nas escolas primarias.<sup>82</sup>

Note-se que, apesar das rejeições, o substitutivo apresenta semelhanças com as conclusões propostas por Pereira da Silva. Era de comum entendimento a presença da Educação Física nos programas de ensino, a contribuição médica para essa matéria, a organização da antropometria e a necessidade de demarcar especificidades tanto no espaço escolar, quanto na formação do professorado que ministraria tal disciplina. Mas, ao tocar na questão do método, nas maneiras de ensinar Educação Física no ensino primário, apareciam divergências. Os aparelhos salientados por Pereira da Silva realmente não foram incorporados. As conclusões acordadas acerca da Educação Física no Congresso de Instrução Primária se traduziram, no texto da Reforma do Ensino Primário, na criação da Inspeção de Educação Física de Minas Gerais. A idéia de “constituir uma comissão” para tratar detidamente sobre essa disciplina escolar indicia sobre uma tentativa de autorização e de legitimação de um saber que reclamava especificidades.

Faltava ainda a discussão acerca da tese sobre o escotismo, cujo relator seria também Pereira da Silva, considerado pioneiro na divulgação dessa prática em Minas Gerais. A tese de número 7, “O escoteirismo poderá dar entrada na escola primária, como meio de educação moral e física?”, parece não ter provocado maiores debates. Houve uma preocupação acerca de uma suposta sobrecarga dos alunos com a introdução do escotismo nas escolas. Entretanto, essa posição ficou prejudicada, uma vez que nas conclusões apresentadas por Pereira da Silva, o escoteirismo seria facultativo, “o alumno da escola primaria será escoteiro si assim muito bem entender”.<sup>83</sup> As conclusões aprovadas foram:

- I. O escoteirismo terá entrada na escola primaria como meio de educação physica, moral e civica.
- II. Não é obrigatoria a pratica do escoteirismo.
- III. A instrucção será dada por instructores escoteiros.
- IV. As instrucções escoteiras serão dadas fõra dos dias de trabalhos escolares.
- V. Haverá exercicios escoteiros de séde e de campo.<sup>84</sup>

<sup>82</sup> Revista do Ensino, n. 22, ano III, agosto e setembro de 1927, p. 502.

<sup>83</sup> Jornal Minas Geraes, 13 de maio de 1927, p. 7.

<sup>84</sup> Revista do Ensino, n. 22, ano III, agosto e setembro de 1927, p. 502.

Essas conclusões foram incorporadas ao trabalho da tal comissão que cuidaria dos assuntos atinentes à Educação Física: a Inspeção de Educação Física de Minas Gerais. A necessidade da Inspeção foi forjada em meio a inúmeras precariedades para efetivar as aulas de Educação Física nas escolas. As fragilidades no ensino da Educação Física, o destaque dado à educação pelo governo do Presidente Antônio Carlos e o imediato redirecionamento do processo educativo no Estado, resultando em uma Reforma do Ensino, criaram condições que permitiram a invenção da Inspeção de Educação Física. Passemos, então, à Reforma do Ensino Primário, implementada em 1927, e ao campo de atuação da Inspeção.

## **1.2 A Reforma Francisco Campos e a Inspeção de Educação Física de Minas Gerais**

A Inspeção de Educação Física foi instituída pelo Decreto nº 7.970-A, de 15 de outubro, assinado pelo Secretário do Interior, Francisco Campos. Tratava-se do decreto que aprovava o Regulamento do Ensino Primário, um dos documentos que consubstanciou a Reforma de 1927. No decorrer da exposição de motivos, elaborada por Francisco Campos para apresentar o novo Regulamento do Ensino ao Presidente Antônio Carlos, é evidente sua intenção em ajustar os alunos à sociedade, cabendo à escola adaptar a criança à vida social.

A Reforma do Ensino Primário de Minas Gerais, organizada em 1927, pode ser abordada no contexto das reformas da Instrução Pública promovidas, por todo o país, com o concurso dos chamados “renovadores da educação”, nas décadas de 1920 e 1930. Tal Reforma encontrava-se inserida num movimento nacional que propunha a disseminação da instrução popular como ferramenta principal para a formação do caráter nacional. Intensificava-se o clamor em torno de iniciativas de reformas educacionais em vários lugares do país.

A intervenção nos sistemas públicos de ensino processou-se no decorrer dos anos de 1920, em diferentes centros urbanos. Operando uma mudança na função social da escola, a qual já não bastava ensinar a ler, escrever e contar, as representações produzidas pelos educadores e reformadores brasileiros organizavam a escola como lugar de permanente diálogo com o meio social. Marta Maria Chagas de Carvalho, ao comentar algumas reformas da instrução pública, implementadas no país durante esse período, assevera que a Reforma Mineira incorporou “uma ‘revisão dos fins sociais’ da escola, calcada (...) em uma ‘nova

compreensão da vida’ e da ‘transformação social’ que se processava naqueles anos”.<sup>85</sup> Tomando-se o caso de Minas, a remodelação da escola enfatizou a centralidade da infância nas práticas educativas e um conjunto de medidas voltadas para a qualificação de docentes, pautada nos novos métodos pedagógicos.<sup>86</sup>

Há, no texto da Reforma do Ensino Primário de Minas Gerais de 1927, algumas evidências de incorporação das idéias escolanovistas que circularam no país nessa época. Nos anos de 1920, o otimismo pedagógico apostava nas transformações vindas com o progresso.<sup>87</sup> Os discursos, baseados em pressupostos científicos e racionais, exaltavam os benefícios da modernidade e apostavam na escola para concretização do projeto de uma nova sociedade inscrita nos processos de urbanização e industrialização. Ao ser considerada o melhor mecanismo para a reconstrução social, a educação era exaltada como saída para os problemas nacionais. Diana Vidal e André Paulilo, ao estudarem projetos de implementação da Escola Nova no Rio, anunciam que

(...) a expressão **escola nova** designou um movimento de renovação dos processos educacionais, apoiado no progresso das ciências biológicas e psicológicas, nas atribuições sociais da escola, no industrialismo, na atividade infantil e no trabalho em solidariedade. Na adaptação do sistema escolar às exigências de uma sociedade industrial e de um regime político democrático e aos avanços da ciência, podem-se observar os eixos pelos quais a expressão **escola nova** adquiriu seu sentido entre as décadas de 1920 e 1930.<sup>88</sup>

Nessa ambiência, ganhava importância a extensão do ensino às largas dimensões territoriais brasileiras. Diana Vidal comenta que “educar o Brasil significava, para além de nacionalizar o estrangeiro, ‘abrasileirar o brasileiro’”.<sup>89</sup> Marta Carvalho explica que, sob o impacto das greves operárias de 1917 e 1918, a aposta imigrantista para o aprimoramento da raça fracassara, configurando um problema que seria posto para a educação: a incorporação dos sujeitos excluídos pela lógica das teorias racistas.<sup>90</sup> Desde então,

“Organizar o trabalho nacional” com o recurso da escola, “civilizando” as populações negras e mestiças até então consideradas inaptas para o trabalho, passa a ser o caminho alternativo para o progresso. Não é outro o sentido da “descoberta” feita pelos entusiastas da educação na década de 1920: a de que a educação era o

<sup>85</sup> CARVALHO, 2007, p. 247.

<sup>86</sup> Marta Carvalho cita algumas iniciativas do governo mineiro a fim de melhor formar os professores: a remodelação da Escola Normal, a criação da Escola de Aperfeiçoamento que se dedicava ao ensino de normalistas já formadas, a reformulação da Revista do Ensino e a organização de bibliotecas (CARVALHO, 2007).

<sup>87</sup> Ver a respeito: CARVALHO, 2000.

<sup>88</sup> VIDAL; PAULILO, 2003, p. 375 (grifos dos autores).

<sup>89</sup> VIDAL, 2007, p. 514.

<sup>90</sup> Marta Carvalho comenta que o imaginário acerca da “operosidade natural da raça branca e sobre os efeitos regeneradores da imigração em larga escala” foi impactado em decorrência das greves operárias do final da década de 1910.

“grande problema nacional” por sua capacidade de “regenerar” as populações brasileiras, erradicando-lhes a doença e inculcando-lhes hábitos de trabalho.<sup>91</sup>

Contudo, era necessário romper com os procedimentos educacionais levados a efeito até àquele momento. Francisco Campos chegou a registrar que a “instrução primária”, nos moldes organizados por aquela reforma do ensino,<sup>92</sup> achava-se, “em grande parte, divorciada” dos “processos de ensino que a tem, em geral orientado”.<sup>93</sup>

Marta Carvalho pesquisou os discursos que buscaram legitimar-se enquanto saberes pedagógicos nas primeiras quatro décadas do século XX. A autora afirma que aquele otimismo pedagógico apostava na natureza infantil considerando-a como “matéria plástica e plasmável, desde que respeitada em seu vir-a-ser natural”. Assim, disciplinar os alunos seria moldá-los, contando “com a plasticidade da natureza infantil, com sua capacidade natural de ajustamento aos fins postos pela sociedade”.<sup>94</sup> Essas proposições ecoam na Reforma do Ensino Primário elaborada por Francisco Campos. Em alguns momentos ele refere-se à “cera das aptidões nativas”, à “maleabilidade”, às “virtualidades plásticas” como características infantis essenciais para a nova intervenção pedagógica que visava à formação dos “futuros cidadãos”. É também dado enfoque à necessidade de conhecimento acerca da infância, o que contribuiria para tornar “o ensino fácil e atraente e a escola um lugar onde a inteligência se sinta em sua casa”. O problema da frequência escolar, no qual “o professor e os seus métodos de ensino têm um quinhão, e não pequeno, de indissimulável responsabilidade”, seria amenizado através “do conhecimento mais completo da alma infantil, dos seus processos, dos seus interesses e das suas reações”.<sup>95</sup>

Outro indício de aproximação da Reforma do Ensino Primário de 1927 com o movimento da Escola Nova é a recorrente afirmação de que o ensino deveria passar pela experiência do aluno. Não cabia mais um ensino “puramente passivo e receptivo”; mais que inútil como ensino, seria “deseducativo como processo escolar”. O programa das escolas, os métodos de ensino precisariam ser reconstruídos em torno de situações da vida real, tornava-se necessário “ministrar às crianças conhecimentos que possam ser utilizados nas suas experiências infantis”. Já não bastava ouvir e repetir informações, “sómente trabalhando com

<sup>91</sup> CARVALHO, 1997, p. 281-282.

<sup>92</sup> Aqui Francisco Campos refere-se à Reforma do Ensino Primário elaborada por ele em 1927.

<sup>93</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1132.

<sup>94</sup> CARVALHO, 1997, p. 286.

<sup>95</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1131-1132.

ellas é que a creança as adquire”, apenas pela experimentação é que “as noções se transformam de meros symbolos e signaes em conhecimento significativo e util”.<sup>96</sup>

Diante das inovações trazidas com a reconfiguração do processo educativo em Minas Gerais, a Reforma do Ensino Primário instituiu uma Inspeção de Educação Física. A Inspeção englobou como incumbências grande parte das conclusões aprovadas no Congresso de Instrução Primária, que tratavam da Educação Física e do escoteirismo, e, ainda, pareceu tomar de empréstimo de Pereira da Silva parte dos critérios para a escolha dos exercícios físicos a serem executados pelos alunos durante as aulas de Educação Física. Na exposição de motivos da Reforma, a notícia de criação da Inspeção foi assim apresentada:

O regulamento institue, igualmente, uma inspeção de educação physica, que se incumbirá da organização de programmas e horarios de exercicios physicos, jogos e gymnastica, de accordo com as estações e circumstancias locais, idade e desenvolvimento physico das creanças, bem como da inspecção das aulas de educação physica, formação de professoras dessa especialidade, e organização e orientação do escoteirismo nas escolas publicas, formando e preparando o necessario corpo de instructores.<sup>97</sup>

As finalidades prescritas para a Inspeção previam sua atuação em vários dos elementos que compõem o processo educativo. No tocante ao tempo, a organização dos horários para as práticas dos exercícios poderia se configurar como uma permanência do caráter higiênico da Educação Física, utilizada como recurso para proporcionar às crianças um descanso dos trabalhos considerados de exigente aprendizagem intelectual. Ou então, poderia ser uma tentativa de desvinculação da exclusiva utilidade higiênica que marcava o emprego do tempo escolar dos exercícios físicos, experimentando novos ordenamentos para o ensino da Educação Física.

No que diz respeito aos conteúdos, a proposição dos programas de ensino permite compreender os imperativos sociais que produziram a necessidade das práticas a serem escolarizadas. Evidência desse processo é a expectativa de organização pela Inspeção de programas que incluíssem os jogos nas aulas de Educação Física. Perante as inovações educacionais que colocavam a infância no centro de interesses da escola, nada mais coerente que adotar os jogos como prática escolar.<sup>98</sup> Eles levariam alegria, entusiasmo e prazer para

<sup>96</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1130-1131.

<sup>97</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1136.

<sup>98</sup> Ressalte-se que os jogos passaram a constituir, com mais regularidade, os programas de ensino de Educação Física não apenas pela afinidade com o mundo infantil. São representados também como metáfora da eficiência, do moderno e do trabalho.

dentro da escola, pois se aproximavam mais dos interesses infantis do que a ginástica. Dessa forma, a prática dos exercícios físicos seria mais motivadora.

No que concerne aos sujeitos, algumas ações previstas para a Inspetoria teriam como alvo, mais especificamente, as professoras que ministrariam Educação Física nas escolas. Primeiro, havia o propósito de controlar a atuação das docentes via inspeção de suas aulas. Segundo, existia a necessidade crescente de qualificar a formação do professorado. Não bastava mais uma formação geral como professora, era necessário adquirir um corpo de conhecimentos específicos para ensinar Educação Física. São produções, que mobilizaram os elementos do processo educativo, consolidadas em incumbências da Inspetoria.

No Decreto 7.970-A, propriamente dito, a parte que cabe à Inspetoria de Educação Física está inserida na parte III “Da Inspeção e Assistencia Technica do Ensino”. O capítulo V intitulado: “Da Inspetoria da Educação Physica” determina maiores afazeres, tais como, a apresentação de um relatório anual, elaborado pelo Inspetor de Educação Física, sobre os trabalhos da Inspetoria. Cabe destacar que a composição de tal órgão seria de um Inspetor e “de tantos auxiliares quantos forem necessarios”. A Inspetoria ainda constituiria um arquivo em que seriam organizados os dados físicos das crianças, no qual, semestralmente seriam feitas novas anotações apontadas por um médico. As finalidades da Inspetoria, indicadas pelo Decreto, eram:

- a) organizar programmas e horarios de exercicios, jogos, gymnastica, etc., de accordo com as estações e circumstancias locaes, idade e desenvolvimento physico das creanças;
- b) organizar instrucções para a orientação dos professores de educação physica e inspeccionar as respectivas aulas;
- c) ministrar na Capital um curso especial para formação e aperfeiçoamento do pessoal docente destinado ao ensino da educação physica;
- d) organizar, de accordo com a Inspectoria Medica, classes especiaes de educação physica para creanças mal constituidas, debeis organicos, defectivos mentaes e portadores de defeitos orthopedicos;
- e) collaborar nos programmas e na organização das excursões escolares, prescrevendo e recommendando os jogos e exercicios physicos adequados;
- f) propôr a aquisição dos aparelhos e materiaes apropriados ás diversas classes de educação physica;
- g) estabelecer na Capital e nas outras cidades praças de exercicios physicos convenientemente localizadas para que possam concorrer a ellas todos os alumnos das escolas publicas, devendo cada praça ser dirigida por um dos auxiliares, designados pelo inspector;
- h) incentivar e orientar a organização do escoteirismo nas escolas publicas, formando e preparando o necessario corpo de instructores”<sup>99</sup>.

Note-se que a questão dos aparelhos reaparece nos fins atribuídos à Inspetoria. A proposição acerca de sua utilização seria decidida por esse grupo que organizaria o ensino da

<sup>99</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1170-1171.

Educação Física no Estado. Ressalte-se também a forma como a Inspetoria atuaria na “formação de professoras dessa especialidade”. O arranjo de instruções para orientar o professorado que ministrasse Educação Física nas escolas e a organização de cursos de qualificação desses docentes foram as estratégias apontadas para amenizar o problema da inabilidade no ensino.

Apesar do caráter prescritivo, a instituição de um órgão específico de Educação Física já significou uma autonomia para produzir elementos necessários à sua conformação como disciplina escolar. Nessa perspectiva, o conjunto de incumbências destinado à Inspetoria acarreta densas modificações no ensino de Educação Física. Trata-se de intenções manifestas de garantir a escolarização de tal disciplina, haja vista a preocupação com os horários, espaços, conteúdos específicos e, sobretudo, com a legitimação de uma formação especializada que passava a ser objeto de problematização e de discussão. Além dos elementos já destacados, o estudo de tais proposições é importante, uma vez que é necessário um razoável acúmulo de informações sobre as prescrições educacionais para que se possa adentrar nas práticas de sua realização.<sup>100</sup>

Para ocupar o cargo de Inspetor de Educação Física, foi nomeado em 26 de fevereiro de 1928, Renato Eloy de Andrade, que, em dezembro do ano anterior, já havia se reunido com o Presidente do Estado, Antônio Carlos, e o seu secretariado. Tudo indica que esse foi o início da organização dos trabalhos do Inspetor. Renato Eloy de Andrade não esteve presente no Congresso de Instrução Primária. Ele era do Rio de Janeiro, e só começaram a circular informes sobre ele no jornal Minas Gerais quando dos primeiros encontros com o secretário da presidência do Estado, nos fins de 1927. Renato Eloy teve como uma de suas assistentes Guiomar Meirelles, a professora que foi uma das autoras das conclusões da tese sobre Educação Física, aprovadas no Congresso de Instrução Primária. Figuraram ainda como Auxiliares da Inspetoria de Educação Física as professoras Zembra Soares de Sá e Diumira Campos de Paiva. No capítulo seguinte, tratarei com mais vagar sobre esses sujeitos, especialmente, sobre o Inspetor Renato Eloy de Andrade.

Renato Eloy de Andrade, logo quando chegou a Belo Horizonte, afirmou, em solenidade que inaugurava o primeiro curso intensivo de Educação Física na cidade, no ano de 1928, o pioneirismo da então recém criada Inspetoria de Educação Física. O Inspetor nomeado anunciava sentir-se feliz “por ter merecido a escolha do digno presidente Antonio Carlos para organizar, em nosso prospero Estado, a Inspectoria de Educação Physica, unico

---

<sup>100</sup> FARIA FILHO, 2003.

no genero em todo o Brasil”.<sup>101</sup> Não por acaso, foi convidado para relatar sobre o tema: “A organização dos serviços administrativos de Educação Física” no VII Congresso Nacional de Educação, promovido pela ABE em 1935.

O trabalho desempenhado pela Inspeção de Educação Física em Minas Gerais estava em consonância com outras iniciativas realizadas em outros lugares do país. Torna-se importante atentar para o fato de que ações levadas a cabo por esse órgão em Minas, também aconteciam em outros Estados, mesmo que estes não tivessem constituído suas “inspetorias”. Podemos citar os esforços de Gustavo Lessa na organização de cursos de qualificação para o professorado primário no Rio de Janeiro. Tal empenho já acontecia desde novembro de 1928, quando assumiu a presidência da Seção de Educação Física e Higiene – SEPH, da Associação Brasileira de Educação. Por sua vez, a experiência com Educação Física no Rio Grande do Sul teve, na figura de F. Guilherme Gaelzer, um incentivador. Antes de ocupar um cargo na Inspeção de Educação Física da Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado do Rio Grande do Sul, que parece ter sua criação em 1929, Gaelzer foi “Diretor de Jardins de Recreio e Praças de Esporte de Porto Alegre”, onde incentivou a organização desses espaços na capital gaúcha.<sup>102</sup>

As ações da Inspeção de Educação Física concentraram-se no aperfeiçoamento das professoras responsáveis pelo seu ensino. Foram organizados cursos para qualificação das docentes, como também textos instrutivos foram divulgados na Revista do Ensino de Minas Gerais e no Jornal Minas Gerais, periódicos que circulavam nas escolas, os quais o professorado teria mais fácil acesso. Na dinâmica de realização da lei, a obrigação de inspecionar as aulas de Educação Física parece ter ganhado a forma de relatórios trimestrais de atividades a serem elaborados pelas professoras, que ainda remeteriam à Inspeção os horários de suas aulas para a aprovação do Inspetor. O corpo docente responsável pelo ensino de Educação Física na capital, em alguns momentos, foi convocado para reuniões com o Inspetor, Renato Eloy. Vale notar que toda essa atuação tocava direta e especificamente o professorado, sujeito escolar privilegiado nas ações. Além disso, há registros do envolvimento da Inspeção na construção e na inauguração de praças de jogos em Belo Horizonte.

No quadro 1, é possível observar a indicação da publicação dos artigos de autoria dos integrantes da Inspeção na Revista do Ensino e a distribuição das atividades daquele órgão,

---

<sup>101</sup> Jornal Minas Geraes, 5 de outubro de 1928.

<sup>102</sup> LINHALES, 2006.

publicadas no jornal Minas Gerais, durante seu período de existência.<sup>103</sup> Para disposição desse conjunto de dados, registrei as informações acerca da organização, da realização e das implicações das seguintes ações da Inspetoria: os cursos intensivos; o envio dos horários das aulas de Educação Física e de relatórios trimestrais a tal órgão; a elaboração das instruções, pela Inspetoria, destinadas às professoras; a construção das praças de jogos. Ressalto que essa gama de ações será tratada, detalhadamente e com mais vagar, nos capítulos que se seguirão. Aqui está apresentado um panorama das iniciativas que a Inspetoria de Educação Física produziu para a escolarização dessa disciplina.

Quadro 1: Distribuição das ações da Inspetoria de Educação Física durante seu período de atividade (1928-1937)

	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937
Jan.		RE	C	RE <sup>104</sup>				I, RE		I
Fev.		RE	C	C		Cr		H	H, I	H, I
Mar.							I	H, RE		H
Abr.		I		RE <sup>105</sup>	C, RE <sup>106</sup>		I, RI			H, RE <sup>107</sup>
Mai.		RE	C		C		RI	RE <sup>108</sup> , RI	RI	C, H, RI
Jun.				P	C	P	C, RI	I		
Jul.				RE <sup>109</sup>	C	C	C	I	Cr	RI
Ago.						C, P	C, Cr, RI		C, RI	
Set.			C	C		C	Cr	RI	C	Cr
Out.	C			RE <sup>110</sup>	C	C, P				
Nov.		RE			P	C	C	RI	RI	RI
Dez.	RE					C	C			

**Legenda:**

C = Cursos intensivos (inclusive algumas reuniões que são chamadas de curso)

Cr = Convocação para reuniões que não se configuraram como curso, geralmente, para tratar de um assunto específico (ou a colaboração das professoras nos cursos intensivos, ou a organização de programas de exercícios para solenidades)

H = Horários das aulas de Educação Física

I = Instruções às professoras de Educação Física

P = Praças de exercícios físicos

RE = Artigos de autoria dos membros da Inspetoria de Educação Física na Revista do Ensino

RI = Relatórios a serem enviados à Inspetoria pelas professoras de Educação Física

<sup>103</sup> A Inspetoria de Educação Física foi criada pelo Regulamento do Ensino Primário em 1927, o qual passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1928. Por isso, esse é o ano de início das atividades de tal órgão.

<sup>104</sup> Publicação na Revista do Ensino de número referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 1931.

<sup>105</sup> Publicação na Revista do Ensino de número referente aos meses de abril, maio e junho de 1931.

<sup>106</sup> Publicação na Revista do Ensino de número referente aos meses de abril, maio e junho de 1932.

<sup>107</sup> Publicação na Revista do Ensino de número referente aos meses de abril, maio e junho de 1937.

<sup>108</sup> Publicação na Revista do Ensino de número referente aos meses de maio e junho de 1935.

<sup>109</sup> Publicação na Revista do Ensino de número referente aos meses de julho, agosto e setembro de 1931.

<sup>110</sup> Publicação na Revista do Ensino de número referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1931.

Os investimentos na escolarização da Educação Física, produzidos pela Inspeção, não aconteceram simultaneamente. Também não ganharam eles a mesma visibilidade no Órgão Oficial do Estado. Analisando a publicação que o jornal Minas Gerais fez circular sobre a Inspeção, é evidente como a realização dos cursos de aperfeiçoamento em Educação Física ganhou mais relevo. A divulgação da inauguração de algumas praças de jogos também teve destaque nas páginas do jornal Minas Gerais. São dedicadas colunas de textos à realização dessas duas iniciativas, enquanto, para outras ações, o espaço reservado é bem inferior. No que diz respeito aos cursos, tal fato indica uma intenção em demonstrar o investimento do Estado na formação das professoras, quesito que julgava de urgente necessidade para alcançar o sucesso da instrução primária. Como bem asseverou Francisco Campos, ao submeter o Regulamento do Ensino Primário para a aprovação de Antônio Carlos, “a formação do professorado é o problema a cuja solução se acha condicionada a solução do problema da instrução primária”.<sup>111</sup>

A Inspeção iniciou suas ações, atuando no aperfeiçoamento do professorado que ministrava Educação Física nas escolas, seja divulgando instruções orientadoras da prática docente na Revista do Ensino já em 1928, seja realizando o curso intensivo de Educação Física naquele mesmo ano. Tais estratégias de aperfeiçoamento de professoras serão tratadas adiante.<sup>112</sup> O jornal Minas Gerais era também um veículo para divulgação de instruções para as professoras que ministravam aulas de Educação Física. Nele, esse tipo de informação começou a circular com mais regularidade em 1934 e permaneceu até 1937, sendo que os dois primeiros anos concentraram a maior parte das publicações de instruções ao corpo docente.

O início das chamadas para o envio de relatórios à Inspeção aconteceu em abril de 1934, após a publicação de uma série de competências inerentes às professoras de Educação Física. Tal divulgação de atribuições foi feita pelo jornal Minas Gerais em março de 1934 e previa no seu art. 1º, letra c, que, a cada três meses, as professoras responsáveis pelo ensino de Educação Física deveriam remeter à Inspeção um relatório sobre suas aulas e a respeito das atividades extra-curriculares.<sup>113</sup> Informações a respeito da elaboração e do envio de relatórios circularam até 1937.

A remessa dos horários das aulas de Educação Física começou a ser solicitada pela Inspeção no início do ano de 1935. O tempo destinado àquela disciplina deveria cumprir

---

<sup>111</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1132-1133.

<sup>112</sup> No capítulo 3, o enfoque recairá sobre a organização e a realização dos cursos intensivos de Educação Física; no capítulo 4, serão enfatizadas a produção e a circulação de impressos de autoria dos membros da Inspeção.

<sup>113</sup> Jornal Minas-Gerais, 10 de março de 1934.

recomendações da mesma exposição direcionada às professoras de Educação Física, publicada em março de 1934, entre elas, a indicação de duração das aulas de 25 minutos. O envio dos horários continuou sendo regulado pela Inspetoria até 1937.

Voltada para a preocupação em torno dos espaços, a Inspetoria também organizou praças de jogos em Belo Horizonte. Esse assunto entrou em pauta em 1931, quando Renato Eloy, numa palestra proferida no Rotary Club de Belo Horizonte, indicou como aqueles espaços constituiriam interesse para a Educação Física. Essa ação parece ter adquirido importância pelo incentivo (talvez, melhor dizendo, exigência) de Noraldino de Lima, Secretário da Educação e Saúde Pública à época, quando em Minas, Olegário Maciel ocupava o cargo de presidente.

Agora, que a confiança do sr. Presidente Olegario Maciel me confiou a pasta da Educação, penso retomar o problema, pelo que um de meus primeiros cuidados, ao assumir o cargo foi chamar ao meu gabinete o professor Renato de Andrade, inspetor geral da Educação Física, e reatar com ele o fio da conversa interrompida.<sup>114</sup>

O problema a que se refere Noraldino de Lima é a instalação de praças recreativas em Minas Gerais. Quando de uma viagem à Argentina e ao Uruguai, ele colheu boas impressões das praças de esporte ali construídas.<sup>115</sup> O Secretário da Educação e Renato Eloy de Andrade já vinham conversando sobre o tema, quando o Inspetor de Educação Física “aqui iniciava seus primeiros e já vitoriosos passos em prol da educação física”.<sup>116</sup> A mudança de Governo parece ter traçado novos rumos para a Educação Física. Assim, os interesses do Estado podem ser entendidos também como dispositivo regulador de incumbências da Inspetoria. Em 1933, a constituição de espaços para exercícios físicos foi efetivada com a abertura de editais e a construção de um parque de esportes.

Mesmo estando prescrita na legislação que a instituiu, a Inspetoria de Educação Física não tomou como uma de suas incumbências a organização do escoteirismo nas escolas. Não foram encontrados registros de práticas de escotismo relacionadas à Inspetoria. Os cuidados com esse trabalho parecem ter ficado a cargo de Pereira da Silva, que não compunha a Inspetoria de Educação Física. Ao comentar o interesse pela difusão do escotismo em Minas, demonstrado pelo governo do presidente Antônio Carlos, Adalson de Oliveira Nascimento

---

<sup>114</sup> Jornal Minas-Gerais, 27 de junho de 1931, p. 11.

<sup>115</sup> No Uruguai, em 1911, foi criada a Comissão Nacional de Educação Física, e “sua atividade mais profícua tem sido a de promover a fundação dos *campos de recreio*, lá chamados *praças de esporte*” que constituiriam “o mais notável título de orgulho do Uruguai em Educação Física” (MARINHO, 1952, p. 209, grifos do autor).

<sup>116</sup> Jornal Minas-Gerais, 27 de junho de 1931, p. 11.

afirma que essa prática só se desenvolveu no Estado quando da reforma educacional de 1927. O autor destaca, nesse sentido, o papel assumido por Pereira da Silva naquele momento.<sup>117</sup>

Tais indicações de ações efetivadas pela Inspetoria de Educação Física contribuem para pensar a legislação como produtora de intenções e nem sempre como instância para garantir as ações. Muito do que se pensou para a Educação Física e o escotismo no Congresso de Instrução Primária encontrou eco na Reforma do Ensino Primário em 1927, e foi traduzido em incumbências para a Inspetoria. No entanto, nem todas as ações previstas ressoaram nas práticas cotidianas daquele órgão. Em alguns momentos, a Inspetoria atuou a partir da produção de novos dispositivos que regularam suas ações no tempo – foi o caso quando da mudança de Governo e quando do estabelecimento de instruções para professoras de Educação Física.

### 1.3 O declínio da Inspetoria

O estudo do desaparecimento da Inspetoria exigiu a constituição de um arranjo de indícios que vislumbrassem o encerramento das ações de tal órgão, uma vez que não foi localizada documentação que explicitamente apontasse a sua supressão. As fontes consultadas indicam que o andamento dos trabalhos parecia caminhar regularmente na Inspetoria. O Estado possivelmente não demonstraria as fragilidades nesse empreendimento com a Educação Física, quando da divulgação dos seus atos no Órgão Oficial do Estado, o jornal Minas Gerais. Entrevendo outra possibilidade de análise das fontes, que não apenas considerava o aparentemente informado, inspirei-me em Carlo Ginzburg, quando sugere que “escavando os meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas”.<sup>118</sup> Procurei, então, nas minúcias das publicações do jornal vestígios que revelassem algum descontentamento com o investimento que a Inspetoria vinha realizando na escolarização da Educação Física.

Em Mensagem que apresentava o trabalho relativo à instrução e aos demais serviços públicos que Antonio Carlos Ribeiro de Andrada vinha realizando no Estado, o Presidente de Minas anunciou, em 1928, que a Inspetoria de Educação Física foi criada para “promover, nos

---

<sup>117</sup> Cf. NASCIMENTO, 2004.

<sup>118</sup> GINZBURG, 2007b, p. 11.

nossos estabelecimentos de ensino, esse ramo da educação”.<sup>119</sup> Analisando suas iniciativas durante seu período de existência, tudo indica que ela cumpriu um papel importante nesse quesito, especialmente, pelo clamor produzido acerca da especialização docente. Contudo, embora a referência feita à Inspeção pelos sujeitos do Governo aponte constantemente elogios à sua atuação, há indícios que sugerem a permanência de dificuldades para realizar o ensino de Educação Física.

Em março de 1935, ao divulgar o VII Congresso da Associação Brasileira de Educação, que teve, por tema de estudo, a Educação Física, Renato Eloy de Andrade afirmou no jornal Minas Gerais e na Revista do Ensino, que “ha muito tempo já que a Educação Physica está inscripta em nossos programmas de ensino mais ou menos como ornamento”. O Inspetor de Educação Física, nessa sua análise, advertia que a inserção da disciplina nos programas de ensino continuava não garantindo um ensino concreto da matéria. Afirmou ainda que a “falta de meios” ou a “falta de compreensão exacta dos seus valores” eram entraves para o ensino de Educação Física nas escolas, “ficando assim relegada a um canto” e só aparecendo “para ser exhibida nos dias de festas”. Para Renato Eloy, o que interessaria ao VII Congresso Nacional de Educação, promovido pela ABE, seria a “quebra do indifferentismo em que se encontra a Educação Physica na vida do nosso systema educacioanl (sic)”, mais um apontamento que indica a secundarização do ensino de Educação Física. Chama a atenção o segundo ponto que Renato Eloy expôs para a importância do Congresso, “a assistência às realizações que já se esboçam e que, por falta de amparo, se estão resentindo da falta de directrizes technicas e de objectivos definidos”.<sup>120</sup> Estaria o Inspetor de Educação Física denunciando momentos de instabilidade os quais a Inspeção viveria naquele instante, uma vez que tal instituição pode ser considerada uma realização do Governo Mineiro na tentativa de organizar o ensino dessa disciplina em Minas? Encontrar-se-ia a Inspeção, nesse momento, desamparada pelo Estado?

Renato Eloy de Andrade foi inserido como membro da Comissão Executiva daquele Congresso e ainda pareceu opinar sobre os temas organizados e os relatores convocados para o evento.<sup>121</sup> Foi convidado para expor, no VII CNE, sobre o tema “A organização dos serviços administrativos de Educação Física”,<sup>122</sup> e indicou sua Auxiliar na Inspeção, a

---

<sup>119</sup> MINAS GERAIS. Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Minas Gerais ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura em 1928. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u312/000033.html>>. Acesso em 14 de julho de 2009. p. 35.

<sup>120</sup> Jornal Minas Geraes, 31 de março de 1935, p. 10.

<sup>121</sup> ABE. Pasta do VII CNE. Correspondência enviada. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1935.

<sup>122</sup> ABE. Pasta do VII CNE. Correspondência recebida. Belo Horizonte, 18 de março de 1935.

professora Diumira Campos de Paiva, para relatar sobre a “Educação Física Elementar”.<sup>123</sup> Apesar de todo o prestígio dedicado pela ABE ao Inspetor de Educação Física de Minas, o Governo Mineiro de então parecia não partilhar da mesma consideração. Cabe ressaltar que, nesse momento, Benedicto Valladares estava no comando do Governo do Estado.<sup>124</sup>

Vestígios encontrados nas correspondências trocadas entre a ABE e a Inspetoria indicam um desentendimento no que se refere ao convite feito a Minas Gerais para organizar sua representação no Congresso. Renato Eloy afirmou que, até maio de 1935, a comunicação dirigida pela ABE ao Governo Mineiro girou “apenas, em torno de um radio do Ministro<sup>125</sup> ‘solicitando atenção e *sympatia*’ do Governador”. Ele pedia, então, à ABE que colocasse a situação em seus devidos termos, enviando convites a cada um dos titulares das Secretarias de Educação e da Viação, pastas interessadas nos assuntos a serem tratados no Congresso.<sup>126</sup> Em resposta, a ABE responsabilizou o Estado de Minas Gerais por uma presumível não participação no VII CNE, quando, em carta enviada, a Renato Eloy de Andrade, Gustavo Lessa, membro da comissão central do evento,<sup>127</sup> afirmou que “si Minas não enviar representação é porque não quer, e não porque não foi insistentemente convidada”.<sup>128</sup>

O Governo Mineiro parecia mesmo não estar disposto a grandes investimentos para se fazer representar no VII CNE que se realizaria a partir de 23 de junho até 7 de julho de 1935. No dia 17 desse mesmo mês, já havia a informação “de que o senhor Governador não enviará uma grande embaixada, como desejava o professor Renato”.<sup>129</sup> O Inspetor de Educação Física de Minas Gerais já tinha exposto o grande interesse que vinha causando entre as professoras de Educação Física a realização do Congresso e asseverou ainda que o número das que pretendiam assisti-lo era bem grande. Em 19 de junho, Renato Eloy expôs que o Governo do Estado “desinteressou-se, alegando motivos de ordem economica, de fazer-se representar no Congresso da A.B.E.”. Desse modo, parecia que a tensão entre os governantes mineiros e o Inspetor de Educação Física estava posta. Nessa mesma carta, enviada ao amigo Renato Pacheco, presidente da Seção de Educação Física da ABE Nacional, Renato Eloy diz que

<sup>123</sup> ABE. Pasta do VII CNE. Correspondência recebida. Belo Horizonte, 7 de março de 1935.

<sup>124</sup> Com a morte do governador de Minas, Olegário Maciel, em setembro de 1933, Gustavo Capanema assumiu interinamente o Governo do Estado. Três meses depois, Getúlio Vargas nomeou como Interventor Federal do Estado, Benedicto Valladares. Ele foi eleito como governador pelos deputados mineiros em abril de 1935. Em seguida, com a instauração do Estado Novo por Vargas, em novembro de 1937, Benedicto Valladares foi mantido à frente do Governo Mineiro, onde permaneceu até outubro de 1945. Disponível em <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/biografias/ev\\_bio\\_beneditovaladares.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_beneditovaladares.htm)>. Acesso em: 21 de julho de 2009.

<sup>125</sup> Referência a Gustavo Capanema.

<sup>126</sup> ABE. Pasta do VII CNE. Correspondência recebida. Belo Horizonte, 27 de maio de 1935.

<sup>127</sup> LINHALES, 2006, p. 228.

<sup>128</sup> ABE. Pasta do VII CNE. Correspondência enviada. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1935.

<sup>129</sup> ABE. Pasta do VII CNE. Correspondência recebida. Belo Horizonte, 17 de junho de 1935.

“motivos de ordem moral criados pela atitude dos administradores do Estado, levam-me a deixar de comparecer ao Congresso”.<sup>130</sup>

Embora os registros indiquem a desistência de Minas em mandar representantes para o Congresso, parece que tal representação foi organizada e enviada ao VII CNE por intermédio da Secretaria da Educação e Saúde Pública, à época, dirigida por Olinda Andrada. Em radiograma datado de 25 de junho de 1935, o Secretário comunicou a Lourenço Filho, presidente da ABE, “ter sido modificada representação minas congresso educação physica (sic)”,<sup>131</sup> passando a figurar, como delegados, o senador Valdomiro Magalhães e os deputados Noraldino Lima e Martins Soares. Tal informação é confirmada por uma publicação oficial, do jornal Minas Gerais, que apresenta os três nomes acima citados como: “convidados para representar o Estado de Minas no Setimo Congresso de Educação e no Congresso de Educação Physica, que se realizam no Rio de Janeiro”.<sup>132</sup>

Tudo indica que o empenho de Renato Eloy malogrou. Registrou o Inspetor que “depois de muitos dias de luta, procurando convencer aos homens do Governo a importancia do logar destinado a Minas, no Congresso da A.B.E., acabo de passar pela decepção de ver baldados todos os meus esforços”.<sup>133</sup> Parece que o mal estar com membros do Governo Mineiro estava instituído. Além de alegar os motivos de “ordem moral”, Renato Eloy ainda afirmou que, por “amor proprio”, não compareceria ao VII CNE. Tais fatos ajudam a reforçar um possível desamparo do Estado em relação à Inspetoria de Educação Física. Por mais que as informações dos Órgãos Oficiais do Estado quisessem transparecer o tranquilo andamento dos trabalhos da e na Inspetoria, tais vestígios também apontam para tensões travadas no seu período de existência.

A partir de então, as ações da Inspetoria mudaram de configuração. Talvez o mais contundente desse momento de declínio tenha sido a desmobilização com o curso intensivo de Educação Física. O curso parecia ser o grande mote da Inspetoria. Logo, se os administradores mineiros já vinham num movimento de desamparo com aquele órgão, os cortes nas ações da Inspetoria fariam sentido para aquele momento de desentendimentos. Cabe ressaltar ainda que o Estado parecia vislumbrar outras políticas concernentes às práticas corporais sistematizadas.

Mais uma indicação importante do distanciamento entre o Inspetor de Educação Física e o Governo de Minas é o decrescente número de encontros de Renato Eloy com os ocupantes

---

<sup>130</sup> ABE. Pasta do VII CNE. Correspondência recebida. Belo Horizonte, 19 de junho de 1935.

<sup>131</sup> ABE. Pasta do VII CNE. Correspondência recebida. Belo Horizonte, 25 de junho de 1935.

<sup>132</sup> Jornal Minas Geraes, 26 de junho de 1935, p. 9.

<sup>133</sup> ABE. Pasta do VII CNE. Correspondência recebida. Belo Horizonte, 21 de junho de 1935.

de diferentes cargos de secretariado do Estado. Desde que assumiu como Inspetor, Renato Eloy regularmente conferenciava com algum ocupante de cargo oficial, especialmente, o Inspetor Geral da Instrução e o Secretário da Educação e Saúde Pública. Por vezes, o encontro aconteceu no Palácio, com o próprio chefe do Estado ou com sua secretaria. No entanto, a partir de 1934, é contundente a menor incidência dessas reuniões.

O término da Inspetoria de Educação Física estava próximo. Concorrendo para esse fim, Benedicto Valladares Ribeiro, à frente do Governo de Minas Gerais desde 1933, ansiava por uma reforma nos serviços da Secretaria da Educação e Saúde Pública. Em 1936, o Governador do Estado indicou essa vontade, alegando que, assim, completaria a obra de reconfiguração das Secretarias que já vinha operando. Em Mensagem, de 1936, apresentada à Assembléia Legislativa de Minas, Benedicto Valladares anunciou que pretendia “organizar nos mesmos modernos moldes, a secretaria da Educação e Saude Publica e expedir, para essa repartição, novo regulamento”, visto que as normas atuais já não corresponderiam às “necessidades da administração”.<sup>134</sup> Em 1937, o Governador do Estado reafirmou essa aspiração, dizendo novamente, em Mensagem, que “necessitavam de melhor organização os serviços da Secretaria da Educação e Saúde Pública”.<sup>135</sup> Nesse processo de remodelação, parecia não haver mais espaço para a Inspetoria de Educação Física.

A Lei nº 212, de 30 de outubro de 1937, reorganizou, então, os serviços da Secretaria da Educação e Saúde Pública. Esse aparato legal aponta alguns vestígios de término da Inspetoria de Educação Física. Primeiro, na listagem da nova organização dos serviços não aparece tal órgão. Nem no quadro referente ao pessoal que comporia o novo arranjo da Secretaria é feita menção a qualquer cargo específico de Educação Física. Segundo, o seu art. 17 suprime o que seria o Corpo Técnico de Assistência ao Ensino. Por meio do que indicam algumas fontes, esse órgão e a Inspetoria eram independentes. Entretanto, as publicações do jornal Minas Gerais que informam sobre as ações da Inspetoria de Educação de Física se inserem em uma subseção: “Corpo Técnico de Assistência ao Ensino”, alocada na seção maior: “Secretaria da Educação e Saúde Pública”. Isso sugere que a Inspetoria seria integrante do Corpo Técnico de Assistência ao Ensino, sendo assim suprimida pela legislação que passava a vigorar. Terceiro, o art. 21 passa a denominar como “assistente de laboratório” alguns cargos previstos no regulamento anterior. Entre eles, encontra-se o “assistente geral de educação física o atual inspetor de educação física”, que passaria a ter como vencimento anual

---

<sup>134</sup> MINAS GERAIS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em sua sessão ordinária de 1936, pelo Governador do Estado. Belo Horizonte, 1936. p. 209-210.

<sup>135</sup> MINAS GERAIS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em sua sessão ordinária de 1937, pelo Governador do Estado. Belo Horizonte, 1937. p. 219.

6:600\$000 (seis contos e seiscentos mil réis), o que significaria, para Renato Eloy, uma redução de 9:000\$000 (nove contos de réis) por ano.<sup>136</sup> Tudo indica que havia mesmo uma desvalorização em relação aos trabalhos do Inspetor de Educação Física. Reduzir em quase 60% os rendimentos de Renato Eloy ao deslocá-lo para outro cargo soaria como uma desmoralização frente à sua formação e sua atuação com a Educação Física.

Essa lei foi configurada com intuito de “dar maior eficiência à parte técnica” dos serviços da Secretaria da Educação e Saúde Pública.<sup>137</sup> Não por acaso, Benedicto Valladares afirmava, em agosto do ano de 1937, que “dentre os serviços técnicos de ensino, encontra-se a Inspeção de Educação Física”.<sup>138</sup> É possível supor, então, que a Inspeção já não atuava com tamanha eficácia, ou não mais atendia aos interesses do Governo do Estado. Ressalte-se que o orçamento destinado à Inspeção só previa o pagamento do Inspetor, de uma Auxiliar Arquivista (a partir do exercício do ano de 1933), e a possível instalação de praças esportivas (a partir do exercício do ano de 1932). Durante o governo de Benedicto Valladares, diminuiu-se drasticamente o recurso destinado à construção de praças de esportes. Se, para as despesas dos anos de 1932 e 1933,<sup>139</sup> destinou-se uma média de 55:000\$000 (cinquenta e cinco contos de réis) para esse item, a partir dos orçamentos elaborados por aquele governador, de 1934<sup>140</sup> em diante, o recurso passou a ser de 15:000\$000 (quinze contos de réis). Mais um indício de desamparo às atividades da Inspeção. No montante destinado à Educação Física, houve uma redução de quase 50% em relação ao último orçamento fixado pelo governador anterior, Olegário Maciel.

Além disso, ao ser criada em legislação de âmbito estadual, pretendia-se que a ação da Inspeção se estendesse por toda Minas Gerais. Acredito que ela tenha alcançado parte desse propósito, especialmente, quando os cursos intensivos abrangiam professoras de escolas do interior e também na época da circulação de instruções às docentes na Revista do Ensino e no próprio jornal Minas Gerais, impressos de abrangência em todo o Estado. Entretanto, já em 1936 e 1937, o número de estabelecimentos de ensino primário era grande demais para um

<sup>136</sup> MINAS GERAIS. Lei n. 212, de 30 de outubro de 1937. *Coleção das Leis, Decretos-Leis e Decretos de 1937*, Belo Horizonte, 1939, p. 54.

<sup>137</sup> MINAS GERAIS. Lei n. 212, de 30 de outubro de 1937. *Coleção das Leis, Decretos-Leis e Decretos de 1937*, Belo Horizonte, 1939, p. 51.

<sup>138</sup> MINAS GERAIS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em sua sessão ordinária de 1937, pelo Governador do Estado. Belo Horizonte, 1937. p. 238.

<sup>139</sup> MINAS GERAIS. Decreto n° 10.307 de 31 de março de 1932. *Coleção dos Decretos de 1932*, Belo Horizonte, 1933.

MINAS GERAIS. Decreto n° 10.650 de 29 de dezembro de 1932. *Coleção dos Decretos de 1932*, Belo Horizonte, 1933.

<sup>140</sup> MINAS GERAIS. Decreto n° 11.336 de 18 de maio de 1934. *Collecção dos Decretos de 1934*, Belo Horizonte, 1935.

Inspetor e poucas Auxiliares; a documentação indica que elas eram apenas três. O mesmo Benedicto Valladares, em 1937, afirmou que a Inspetoria dirigia “122 estabelecimentos de ensino primario, onde existem 170 professoras especializadas em cursos que organizou”.<sup>141</sup> Contudo, em 1936, o ensino primário era ministrado em “317 grupos escolares, dos quaes 25 pertencem á Capital e 292 a cidades e villas”,<sup>142</sup> ainda “3 escolas infantis” e “1.716 escolas singulares, sendo 332 urbanas e 1.384 distritais”.<sup>143</sup> Talvez resida aí o que o então governador do Estado chamou de necessidade de dar “maior eficiência à parte técnica” quando da reorganização da Secretaria da Educação e Saúde Pública. O número de estabelecimentos de ensino primário era imensamente maior que o atendido pela Inspetoria de Educação Física.

Outros vestígios que indicam a supressão da Inspetoria são o orçamento aprovado para o ano de 1938<sup>144</sup> e também os recursos estimados para os anos seguintes, que não mais apontavam a existência de verbas destinadas à Inspetoria de Educação Física. Esse órgão não constava nos aparatos legislativos posteriores a 1938 que fixavam as despesas para o exercício das atividades da Administração Estadual. A partir também desse ano, não foram encontrados registros de ações da Inspetoria no jornal Minas Gerais. Diante de todo o exposto, é possível afirmar que, com a reorganização dos serviços da Secretaria da Educação e Saúde Pública, a Inspetoria de Educação Física de Minas Gerais foi extinta dos planos do Governo, em 1937. Inezil Penna Marinho confirma essa indicação, ao discorrer sobre fatos que compuseram a história da Educação Física no ano de 1937.<sup>145</sup> Afirma o autor que “a Inspetoria de Educação Física do Estado de Minas Gerais (...) é extinta pela lei n.º 212, de 30 de outubro”.<sup>146</sup>

A partir de então, o Governo pareceu concentrar suas intenções acerca da presença da Educação Física e dos esportes no Minas Tênis Clube. O MTC foi fundado em 1935 mediante

---

<sup>141</sup> MINAS GERAIS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em sua sessão ordinária de 1937, pelo Governador do Estado. Belo Horizonte, 1937. p. 238.

<sup>142</sup> MINAS GERAIS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em sua sessão ordinária de 1936, pelo Governador do Estado. Belo Horizonte, 1936. p. 149.

<sup>143</sup> MINAS GERAIS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em sua sessão ordinária de 1937, pelo Governador do Estado. Belo Horizonte, 1937. p. 231.

<sup>144</sup> MINAS GERAIS. Decreto-lei nº 74 de 7 de fevereiro de 1938. *Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1938*, vol. 1, Belo Horizonte, 1940.

<sup>145</sup> Inezil Penna Marinho pode ser considerado um dos primeiros autores a se preocupar com narrativas históricas sobre a Educação Física no Brasil. A obra de tal autor aqui consultada, “História da Educação Física e dos Desportos no Brasil”, surgiu em decorrência de intensa investigação em arquivos com o objetivo de reunir um vasto conjunto documental sobre o tema. Inezil privilegiou uma história factual, linear e apresenta uma narrativa convencional por meio do encadeamento cronológico dos fatos. Trata-se de uma publicação com caráter de documentário e bibliografia. O próprio autor explicitou que a finalidade que o motivou para a elaboração da referida obra foi disponibilizar documentação existente acerca da Educação Física e dos Desportos, com apontamentos precisos de suas fontes.

<sup>146</sup> MARINHO, 1953, p. 121.

a fusão de dois grupos admiradores do esporte em Belo Horizonte.<sup>147</sup> Em 1937, teve inaugurada sua praça de esportes e, em 1940, a sua sede. Inicialmente edificado com verba da prefeitura de Belo Horizonte, logo arrendado para um grupo de associados, a construção do Minas Tênis Clube passou a ter também contribuição do Estado. Em 1938, o Decreto-lei nº 150 instituiu que as instalações do Minas Tênis Clube, “considerado instituição de utilidade pública”, passariam a denominar-se Praça de Esportes de Minas Gerais, ficando sob responsabilidade do Estado a conclusão das obras ali iniciadas. Para tanto, seria necessário “manter uma escola destinada à Formação de Monitores para o ensino prático e treinamento de exercícios físicos e esportes em geral” e ainda o assessoramento da Secretaria da Educação e Saúde Pública na prática de exercícios físicos, “permitindo aos alunos dos grupos escolares a frequência nos cursos especializados, em horários que for combinado”. O auxílio financeiro do Estado ao Minas Tênis Clube estava condicionado ao cumprimento desses “objetivos de preparo e educação física em geral”.<sup>148</sup> Para continuar garantindo os interesses do Estado, esse mesmo decreto-lei instituiu que o presidente do Minas Tênis Clube seria de livre nomeação do Governador de Minas Gerais. Essa nova iniciativa mereceu ser abordada mediante reflexão sobre a identidade cultural, social e ideológica do projeto político do governador mineiro.

Benedicto Valladares, em solenidade de inauguração da piscina do MTC, em 28 de novembro de 1937, afirmou que aquele espaço, ao fazer uso de uma Educação Física racionalizada, fortaleceria o corpo e o caráter do povo. O MTC marcaria uma nova era para o Estado, “tornando o mineiro cada vez mais digno de suas tradições e cada vez mais brasileiro, para maior grandeza de nossa Pátria”. O discurso pronunciado pelo major Ernesto Dorneles, então chefe de polícia que ocupava a presidência do Minas Tênis Clube, vai ao encontro das palavras do interventor Benedicto Valladares. Dizia o presidente do MTC que aquele espaço seria “uma fonte permanente de energias físicas e morais, orientadas pelo ideal sublime de bem servir á nossa Pátria”.<sup>149</sup>

É neste momento em que o Brasil renasce e cria novas fontes de vida e de prestígio, êsse espírito esportivo, que leva o homem a ser bravo sem deixar de ser cordial e compreensivo, prevalecerá aqui, e com êste propósito o Minas Tennis-Clube contribuirá também para a grande obra, em que todos estamos empenhados, de tornar a Pátria maior e mais feliz.<sup>150</sup>

---

<sup>147</sup> Um dos grupos pretendia fundar o Serra Tênis Clube, e o outro desejava organizar o Belo Horizonte Tênis Clube (RODRIGUES, 1996).

<sup>148</sup> MINAS GERAIS. Decreto-lei n. 150, de 24 de dezembro de 1938. *Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1938*, vol. 1, Belo Horizonte, 1940, p. 633.

<sup>149</sup> Jornal Minas Gerais, 30 de novembro de 1937, p. 4.

<sup>150</sup> Jornal Minas Gerais, 30 de novembro de 1937, p. 4.

Ainda naquele momento de início das atividades esportivas do MTC, anunciava o major Dorneles, em nome daquela instituição, “uma decisão: trabalhar pela raça e pelo Brasil”.<sup>151</sup> Fazer do esporte um elemento de fortalecimento da identidade nacional era a lógica das novas iniciativas. Carlos Fernando Cunha Junior assevera que foi no período do Estado Novo “que o nacionalismo brasileiro triunfou, tornando-se elemento permanente e central na vida política do país (...) uma vez que Getúlio Vargas utilizou-o para fortalecer sua própria posição, assim como para estimular o progresso nacional”.<sup>152</sup> Ressalte-se que Benedicto Valladares era sintonizado com a política varguista. Para Ana Maria Casasanta Peixoto,

Apoiado no âmbito federal pelo chefe da nação, que tem em Minas um dos sustentáculos do novo regime e, no plano, interno, pela Força Pública, uma das mais bem equipadas do país, Valadares desenvolve um programa de governo que, afinado com as diretrizes estabelecidas por Vargas, promove mudanças no Estado (...).<sup>153</sup>

No projeto político configurado nos anos do Estado Novo, frequentemente as iniciativas educacionais objetivaram “a formação de uma consciência patriótica, de respeito aos valores maiores da Pátria e de manutenção da ordem social”.<sup>154</sup> Esses eixos passaram a nortear mais intensamente a prática dos esportes em Minas.

Vale destacar uma mudança fundamental na cena que passa a organizar a Educação Física e o esporte no Estado. Militares foram nomeados para cargos no Minas Tênis Clube. Essa ocupação não foi tão bem-vinda durante a existência da Inspeção de Educação Física, pois, naquele momento, quem cuidaria das iniciativas relacionadas ao ensino de tal disciplina seriam professores sintonizados com os ideários da pedagogia escolanovista. Recorde-se que Pereira da Silva, o professor, militar, que participou da comissão de Educação Física no Congresso de Instrução Primária teve suas proposições debatidas durante o evento e acabou por vê-las prejudicadas. Sua entrada na escola, a partir de 1927, não ocorreu pela Educação Física, mas possivelmente por outra prática, o escotismo, que inclusive não foi vinculada à Inspeção, como de início se previa.

Com a criação do MTC, outro momento se instaurou para a Educação Física no Estado. Em 1937, assumiu a presidência do Clube o já citado major Ernesto Dornelles, sobrinho de Getúlio Vargas e também parente de Benedicto Valladares.<sup>155</sup> O major buscou, na Polícia Militar, homens para atuarem como professores de exercícios físicos. Uma reportagem sobre o MTC, no jornal Diário da Tarde, em 1981, expõe que “oficiais, sargentos, cabos e

<sup>151</sup> Jornal Minas Gerais, 30 de novembro de 1937, p. 4.

<sup>152</sup> CUNHA JUNIOR, 1995, p. 198.

<sup>153</sup> PEIXOTO, 2003, p. 385.

<sup>154</sup> CUNHA JUNIOR, 1995, p. 198.

<sup>155</sup> RODRIGUES, 1996, p. 95.

soldados tomaram o caminho do Minas Tênis Clube”<sup>156</sup> e formaram-se em cursos oferecidos pela entidade. A intenção parecia ser constituir esses sujeitos para ensinar esportes nas Praças em Belo Horizonte e no interior.

Figurou como médico do MTC, outro militar, Francisco Veloso Meimberg, que integrou a Força Pública do Estado.<sup>157</sup> Ele já mantinha ligação com a Educação Física e esteve presente no VII Congresso Nacional de Educação, realizado no Rio de Janeiro, em 1935, que teve por tema principal a Educação Física.<sup>158</sup> No governo de Vargas, os militares passaram a participar, com mais vigor, da disciplinarização do povo e da organização de uma mentalidade afeita ao Estado Nacional que se pretendia instituir. A substituição de educadores por militares no âmbito dos esportes e da Educação Física parece demarcar outros projetos de sociedade e de educação em Minas.<sup>159</sup>

Além do MTC em Belo Horizonte, o Governo do Estado incentivou a organização de demais praças de esportes “Minas Gerais” em todo o território mineiro. As prefeituras municipais poderiam ceder o uso das instalações de tais praças – “construídas pelo Estado ou por êste em colaboração com os Municípios”– a entidades que se responsabilizassem por promover a Educação Física e a difusão dos esportes. Para tal empreendimento, Benedicto Valladares criou, em 1943, pelo Decreto-lei nº 922, a Diretoria Geral das Praças de Esportes Minas Gerais, que seria “assistida por técnicos em desportos e educação física, de comprovada idoneidade profissional”. Tal entidade foi estabelecida “afim de dar orientação uniforme às atividades das praças de esportes”.<sup>160</sup>

Existem registros de que a construção de tais espaços concretizou-se na cidade de Uberlândia, a qual teve sua “Praça de Esportes Minas Gerais” fundada em 1943. Ela ficou ainda conhecida como Uberlândia Tênis Clube.<sup>161</sup> Parece que a cidade de Sete Lagoas também foi contemplada por aquela política do Estado, e indícios apontam o ano de 1948 para a criação do Sete Lagoas Tênis Clube.<sup>162</sup>

---

<sup>156</sup> Jornal Diário da Tarde, 8 de agosto de 1981, caderno 2, p. 9.

<sup>157</sup> Mais tarde, Francisco Veloso Meimberg tornou-se professor da Escola de Educação Física da UFMG.

<sup>158</sup> Jornal Minas Geraes, 28 de junho de 1935, p. 8.

<sup>159</sup> O movimento de forças políticas que perpassou a Inspeção de Educação Física de Minas Gerais apresenta estreita conexão com aquele que aconteceu no âmbito da Seção de Educação Física e Higiene da ABE. De acordo com o trabalho de Meily Linhales (2006), especialmente com o capítulo 6, intitulado “Nacionalismo e Melancolia... As vicissitudes da ‘energização do caráter’”, os militares ocuparam a Seção, substituindo educadores e médicos. Também em mãos militares, a SEPH deixou de existir.

<sup>160</sup> MINAS GERAIS. Decreto-lei n. 922, de 16 de julho de 1943. *Coleção dos Decretos-Leis e Decretos de 1943*, Belo Horizonte, 1945, p. 51-52.

<sup>161</sup> BARBOSA, 2008.

<sup>162</sup> FIGUEIREDO *et al.*, 2009.

Assim exposto, pode-se inferir que o Governo de Minas decidiu concentrar seus investimentos em outra instituição que cuidaria da Educação Física. Agora, não apenas para as crianças, mas também para a juventude mineira. Elegeram-se, como prática principal, os esportes, e não mais, a ginástica e os jogos; estabeleceu-se, como alvo, não apenas a escola. As “Praças de Esportes Minas Gerais” constituíram-se, sobretudo, como um espaço de exercícios físicos extra-escolar. O quadro funcional não mais se compunha exclusivamente de professores. Os militares passaram a ocupar o espaço da Educação Física e dos esportes, produzindo outros sentidos para essas práticas. Tomando o Minas Tênis Clube como referência fundamental, “o governo mineiro criou em todo o Estado várias praças de esportes, denominadas *Minas Gerais*”.<sup>163</sup> O Estado auxiliaria com recursos financeiros tais espaços, desde que eles atendessem de maneira satisfatória às suas finalidades. Era um funcionamento muito similar ao do Minas Tênis Clube, inclusive, no que tange à nomeação, pelo governador do Estado, do presidente das referidas praças de esportes.

O jogo das forças políticas no movimento que envolveu a Educação Física e os esportes em Minas Gerais produziu um novo desenho para essas práticas, mas também expropriou, do projeto modelado pela Inspeção, algumas de suas propostas. Apesar das diferenças, alguma finalidade parecia estar em consonância com as incumbências atribuídas à Inspeção de Educação Física. Marilita Rodrigues afirma que, a partir de 1938, foram realizados, nas instalações do clube, cursos preparatórios para professoras de Educação Física que ministrariam aulas em grupos escolares. Tais cursos, que tiveram por conteúdo basilar proposições do Método Francês, foram dirigidos pela professora Luíza Macedo e pelo professor Antônio Macedo.<sup>164</sup> Nenhum desses docentes figurou como colaborador nas ações da Inspeção de Educação Física. Cabe perguntar por que não designar as Auxiliares e o antigo Inspetor de Educação Física para organizar e ministrar tais cursos no Minas Tênis Clube, já que acumulavam experiência na formação de professoras? Talvez por dificuldades de reorganização dos trabalhos da Secretaria da Educação e Saúde Pública, mas, sobretudo, por um provável desejo de ruptura com a recém-extinta Inspeção, mais que isso, com o modelo adotado por esse órgão para a qualificação docente em Educação Física.

As maneiras de aperfeiçoar o trabalho de professoras, produzidas pela Inspeção, guardavam relação com proposições da pedagogia da Escola Nova, e, nas demais iniciativas organizadas por tal órgão, a escolarização da Educação Física não aderiu a aspectos da instituição militar. Por sua vez, no curso proposto pelo Minas Tênis Clube, Marilita Rodrigues

---

<sup>163</sup> RODRIGUES, 1996, p. 100.

<sup>164</sup> RODRIGUES, 1996.

assevera que o principal referencial era o Método Francês, fundamentalmente inspirado no militarismo. Cabe ressaltar que, já em 1929, tal Método foi considerado oficial para as aulas de Educação Física das escolas brasileiras. Contudo, a Inspeção de Educação Física de Minas Gerais não se filiou a esse modelo de ensino e constituiu, durante seu período de existência de 1927 a 1937, suas práticas referenciadas numa cultura pedagógica permeada pelas necessidades biológicas, psicológicas e culturais dos alunos. Era uma Educação Física produzida, sobretudo, por dentro da escola.

Cabe ainda ressaltar que Renato Eloy de Andrade, pelo que indica sua família, já em 1937, encontrava-se adoentado. Em registros escritos deixados pelo seu pai, Manoel Eloy de Andrade, é possível evidenciar tal problema de saúde. Ele escreveu que Renato “ficou tuberculoso e sofreu durante tres longos anos”.<sup>165</sup> Renato Eloy faleceu em 21 de dezembro de 1939. Portanto, no processo de término da Inspeção, ele provavelmente já estaria acometido pela tuberculose. Fato que também pode ter contribuído para o estabelecimento do fim da Inspeção, uma vez que, doente, talvez já não estivesse o Inspetor de Educação Física em boas condições de argumentar em defesa do seu trabalho e dos possíveis avanços no ensino dessa disciplina em Minas Gerais. Também não mais poderia continuar ocupando o cargo de centralidade da Inspeção de Educação Física. Por ato do governador do Estado, Renato Eloy aposentou-se como Inspetor de Educação Física em 7 de janeiro de 1938, de acordo com o art. 177,<sup>166</sup> da Constituição Federal de 10 de novembro de 1937.

Mesmo a Inspeção tendo sua extinção após 10 anos da sua criação, o que interessou aqui foi a localização de vestígios do que estava sendo pensado para o ensino de Educação Física, a partir do desejo de constituição de um órgão específico para tratar dessa disciplina. Importante foi analisar as pistas do que estava sendo produzido e praticado como necessário naquele momento e ponderar sobre as circunstâncias que permitiram as prescrições e as ações para a Educação Física nas escolas. Da mesma maneira, mostrou-se contundente apanhar as dificuldades e as tensões para materialização do que a Inspeção imaginava, ou, do que sonharam para ela. Não foi a intenção julgar a atuação da Inspeção de Educação Física; apresentou-se, como mais importante, a apreensão do movimento de sua criação, constituição, atuação e de seu declínio.

---

<sup>165</sup> Livro do Eloy, 14 de janeiro de 1940. Acervo pessoal Eloy de Andrade.

<sup>166</sup> Dispõe o art. 177: “Dentro do prazo de sessenta dias, a contar da data desta Constituição, poderão ser aposentados ou reformados de acordo com a legislação em vigor os funcionários civis e militares cujo afastamento se impuser, a juízo exclusivo do Governo, no interesse do serviço público ou por conveniência do regime”. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2009.

Pensada a partir da expectativa de reorganização da instrução em Minas Gerais, e instaurada pela Reforma do Ensino Primário de 1927, a Inspeção de Educação Física integrava um projeto que reconfigurava o processo educativo no Estado. Aquele aparato legal trazia no seu texto subsídios que visavam garantir o princípio da escolarização da Educação Física e não apenas a presença dos exercícios físicos nos estabelecimentos de ensino. Notem-se os elementos que podem ser destacados nas finalidades da Inspeção – a preocupação com os tempos e os espaços, com os programas e com os sujeitos –, que expressam declaradamente o entendimento da Educação Física como uma disciplina. Nesses termos, ao mobilizar tais elementos, a Inspeção configurou um projeto de ensino de Educação Física para as escolas mineiras.

Vimos até aqui um panorama que permitiu conhecer como foi forjada a necessidade de um órgão específico para a Educação Física em Minas, o que foi pensado para a atuação da Inspeção e ainda algumas circunstâncias que levaram à sua extinção. Depois dessa visão geral, apresento, nos capítulos seguintes, maiores detalhes sobre os agentes que colocaram em funcionamento tal órgão, os investimentos realizados na formação de professoras especializadas em Educação Física e, em seguida, as demais ações desempenhadas pela Inspeção. Ao pormenorizar os sujeitos e as iniciativas é minha intenção argumentar que a escolarização da Educação Física, promovida pela Inspeção, procura demarcar especificidades para tal disciplina. Nesse processo, a premissa é que tal disciplina foi vinculada, sobretudo, ao ideário de uma pedagogia inspirada no escolanovismo.

## **2 OS AGENTES: O GRUPO DE TRABALHO DA INSPETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

O estudo dos sujeitos que colocaram em funcionamento a Inspeção de Educação Física mostrou-se contundente para a compreensão do lugar ocupado por tal órgão na escolarização dessa disciplina em Minas Gerais. Certamente, os agentes aqui apresentados tiveram suas trajetórias marcadas pelos diversos espaços de pertencimento – o familiar, o religioso, o intelectual – nos quais compartilharam relações. Diante do arranjo documental por mim construído, que informa sobre algumas redes de inserção desses sujeitos, tomo suas condições de formação e atuação profissionais como porta de entrada para conhecer fragmentos de seus percursos e como elemento de análise para entender a inserção dessas pessoas nas atividades da Inspeção. O conjunto de informações que diz respeito a esses sujeitos difere em tipo documental e em volume de fontes, o que exigiu que eu os tratasse de modo diferenciado. A extensão da narrativa das trajetórias das pessoas que participaram das tarefas da Inspeção acabou seguindo a amplitude de divulgação de seus trabalhos ali realizados.

### **2.1 Os protagonistas**

Na composição da Inspeção de Educação Física, diferentes sujeitos foram chamados, convocados e formados para ali atuar. Existiam os cargos oficialmente criados para integrar tal órgão, mas ainda professoras, que mantinham vínculo empregatício com outras instituições de ensino, também organizaram trabalhos na Inspeção. Para o cargo de maior centralidade, o de Inspetor de Educação Física, foi nomeado Renato Eloy de Andrade, um professor vindo do Rio de Janeiro. Para o outro cargo, previsto nos orçamentos da Inspeção, o de Auxiliar Arquivista, foi designada Maria José Ourivio. Como demais Auxiliares da Inspeção, figuravam professoras que fizeram da Educação Física seu campo de atuação. Guiomar Meirelles, que, já há algum tempo, vinha trabalhando com essa disciplina, acabou reconhecida como defensora da matéria no Congresso de Instrução Primária. Por sua vez, Zembla Soares de Sá e Diumira Campos de Paiva foram professoras recrutadas ainda no seu processo de formação para compor a Inspeção. Renato Eloy de Andrade, ao ensinar Educação Física para

Zembla, recém-nomeada como assistente técnica do ensino, e para Diumira, então aluna da Escola de Aperfeiçoamento, pode ter agido com a intenção de preparar essas professoras para constituir o quadro funcional de tal órgão.

### ***2.1.1 O Inspetor de Educação Física***

Primeiramente, para compreender os motivos que levaram à escolha daquele que dirigiria os trabalhos na Inspetoria, uma pergunta se colocou. Por que não nomear para o cargo de Inspetor de Educação Física algum dos membros que compuseram a comissão de Educação Física quando da realização do Congresso de Instrução Primária, em 1927? Tomarei por observação os dois sujeitos mais conhecidos pelas pesquisas que enfocam o processo histórico da Educação Física e do escotismo em Minas Gerais.

A análise da documentação indica que Guiomar Meirelles ajudou a organizar as conclusões finais para as teses sobre Educação Física no Congresso e que ela manteve-se atuante durante as discussões travadas no evento. Tendo isso em vista e ainda considerando a experiência que a professora vinha adquirindo com a Educação Física já há algum tempo, poderiam fazer dela candidata em potencial para ocupar o cargo maior da Inspetoria. No entanto, o fato de ser mulher talvez pesasse contra ela. E Pereira da Silva? Apesar de todo o debate que causou a apresentação de suas conclusões no Congresso, e mesmo que tais conclusões tenham sido prejudicadas, é possível encontrar ecos de suas proposições – especialmente as propostas que elaborou sobre escotismo – nas finalidades postas para a Inspetoria de Educação Física. Por que não indicá-lo para ser o Inspetor de Educação Física? Fato é que, para ocupar tal cargo, foi trazido do Rio de Janeiro, um professor, que, por meio do que foi localizado nas fontes (ou melhor, pelas ausências na documentação), parecia ser um desconhecido para as pessoas as quais, em Belo Horizonte, trabalhavam com a Educação Física. As primeiras notícias por mim encontradas acerca de Renato Eloy de Andrade, em Belo Horizonte, datam de dezembro de 1927.<sup>167</sup>

Destaco aqui a importância do contato com a família do professor Renato Eloy de Andrade, que me disponibilizou informações preciosas para compreender fragmentos da sua vida familiar, de seus estudos e de seu percurso profissional. Minha primeira aproximação foi

---

<sup>167</sup> Renato Eloy de Andrade nasceu no Estado do Rio de Janeiro, em 8 de junho de 1895.

com Renato Eloy de Andrade Filho, que me passou os contatos das pessoas que ele considerou que mais poderiam ajudar, visto que ele pouco tinha documentos a respeito da vida profissional de seu pai. Falou-me de Cristina Garnett Brum, sobrinha neta de Renato Eloy de Andrade. Suas avós, Paula de Andrade Garnett e Odette de Andrade Paiva, eram irmãs do professor. Cristina organiza, recorrentemente, material a respeito de todas as gerações da família Andrade e enviou-me fotos de Renato Eloy e de seus familiares, como também recorte de jornal. Eloy Franca de Andrade também foi indicado por Renato Eloy Filho. Ele é uma espécie de guardião de algumas memórias da família, especialmente, as que se referem a Manoel Eloy de Andrade, pai de Renato Eloy. Tal dedicação herdou de Joaquim, seu pai, irmão do professor Renato, que muito estimava a memória familiar. Os documentos por mim acessados, que dizem respeito ao pai de Renato Eloy, foram disponibilizados por Eloy Franca. Outra pessoa indicada para revelar possíveis pistas sobre Renato foi d. Yedda. Encontrá-la pessoalmente foi fascinante. Irmã de Renato Eloy, d. Yedda pouco sabia sobre a trajetória profissional do professor, mas muito conversamos sobre a vida e sobre a família ‘Eloy de Andrade’... Que pessoa encantadora! Ela, seu filho Raul e Eloy Franca cederam-me um livro de autoria de Manoel Eloy de Andrade, que em muito contribuiu para que eu entendesse a chegada de Renato Eloy a Minas Gerais.

Renato Eloy de Andrade foi nomeado Inspetor de Educação Física em 26 de fevereiro de 1928,<sup>168</sup> tendo sua efetivação ocorrido um ano depois, em 25 de fevereiro de 1929.<sup>169</sup> Seu pai, Manoel Eloy dos Santos Andrade, bacharel em Direito, chegou primeiro a Belo Horizonte. Já em 14 de janeiro de 1927,<sup>170</sup> ele tomou posse do cargo de fiscal de rendas externas do Estado, para o qual tinha sido nomeado em 9 de janeiro daquele ano.<sup>171</sup>

Encontrar outro membro da família Andrade trabalhando para o Governo Mineiro foi uma surpresa e, de início, foi também apreensivo. Inicialmente, localizei nas fontes apenas a indicação de que uma pessoa nomeada de “Eloy de Andrade” fazia visitas ao Palácio, à Secretaria das Finanças, bem como a outras pastas da Administração do Estado. Em seguida, descobri que o mesmo “Eloy de Andrade” era fiscal de rendas do Estado. Inculcou-me pensar que outro “Eloy de Andrade”, que não o Renato, pudesse trabalhar em Belo Horizonte naquela época. Nesse momento, já tinha informações que sua família era do Rio de Janeiro, ou, pelo menos, vivera um bom período lá. Ao mesmo tempo, levando em consideração a formação específica em Educação Física de Renato Eloy, não compreendia uma possível

---

<sup>168</sup> Jornal Minas Geraes, 26 de fevereiro de 1928.

<sup>169</sup> Jornal Minas Geraes, 25 e 26 de fevereiro de 1929.

<sup>170</sup> Jornal Minas Geraes, 15 de janeiro de 1927.

<sup>171</sup> Jornal Minas Geraes, 9 de janeiro de 1927.

relação entre os cargos de fiscal de rendas de Minas Gerais e o de Inspetor de Educação Física. Esse foi um nó posto no começo da pesquisa. Só adiante, encontrei registros que especificavam melhor quem assumira o tal cargo de fiscal de rendas. Era mesmo um “Eloy de Andrade”, mas não Renato, e, sim, Manoel Eloy dos Santos Andrade. Logo imaginei que deveriam possuir algum grau de parentesco, mas, novamente, para minha surpresa, eles não eram meramente parentes, e sim, pai e filho. Essa constatação só foi possível a partir do contato que estabeleci com a família do professor Renato Eloy de Andrade, no Rio de Janeiro.

Ainda para minha surpresa, Manoel Eloy dos Santos Andrade era amigo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, o presidente de Minas Gerais durante o período de 1926-1930. Há, inclusive, o registro, em um livro escrito por Manoel Eloy de Andrade,<sup>172</sup> de que, também nessa época, ele “exerceu o cargo de secretário particular do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada”.<sup>173</sup> A íntima relação dos dois pode ser evidenciada em fotografia e nas correspondências enviadas por Antônio Carlos a Manoel Eloy Andrade. Em um cartão de visita, escrito pelo presidente de Minas, ele se refere a Manoel como “bom amigo”.<sup>174</sup> Essa amizade parece ter sido fundada bem antes de Antônio Carlos ser o governante mineiro, visto que uma das cartas manuscritas data de 6 de janeiro de 1915.<sup>175</sup> Há ainda algumas ocasiões solenes dedicadas ao Presidente Antônio Carlos, nas quais Manoel esteve presente. Pode-se citar um jantar oferecido pelo embaixador da Argentina, em junho de 1927, no Palácio da Embaixada, no Rio de Janeiro, em honra do Presidente de Minas e da senhora Antonio Carlos. Eloy de Andrade consta na listagem das pessoas de destaque que estiveram “á recepção, no Hotel dos Estrangeiros, aonde foram cumprimentar o sr. Presidente Antonio Carlos”.<sup>176</sup> Outro evento a ser considerado, foi o aniversário de Antônio Carlos no ano de 1930, que reuniu no Palácio “os antigos e os novos auxiliares da administração do Estado, algumas figuras de relevo na sociedade mineira e íntimos da família Andrada”. Mais uma vez, esteve presente o “dr. Eloy de Andrade”.<sup>177</sup> A composição desse arranjo e a reiteração da família sugestionam sobre uma relação amistosa cultivada entre Antônio Carlos e Manoel Eloy Andrade. Essa amizade parece ter em muito contribuído na indicação de Renato Eloy para o cargo de

---

<sup>172</sup> Manoel Eloy de Andrade foi autor de “O Vale do Paraíba”. Foi seu filho Joaquim que reuniu suas anotações e as organizou em um livro. Nas palavras de apresentação de tal obra, Manoel afirma que pretendia ainda escrever mais dois livros, sendo um deles intitulado: “Antonio Carlos na Intimidade”. No entanto, faleceu antes de realizar tal intento. Agradeço a D. Yedda, a seu filho Raul, a Eloy Franca por terem me cedido exemplares desse livro.

<sup>173</sup> ANDRADE, 1989, s/p.

<sup>174</sup> Cartão de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada a Eloy. Acervo pessoal de Eloy de Andrade.

<sup>175</sup> Carta manuscrita de Antonio Carlos a Eloy. Acervo pessoal de Eloy de Andrade.

<sup>176</sup> Jornal Minas Geraes, 26 de junho de 1927, p.7.

<sup>177</sup> Jornal Minas Geraes, 6 de setembro de 1930, p. 4.

Inspetor de Educação Física. Cabe ressaltar, todavia, que essa afirmação, em hipótese alguma, desconsidera a formação distinta e específica em Educação Física que Renato Eloy experimentou durante a sua vida. A boa relação cultivada pelo seu pai e o presidente do Estado é aqui entendida como uma das motivações na indicação de seu nome para dirigir a Inspetoria.

Após a Reforma do Ensino Primário em 1927, o Governo Mineiro precisava de uma pessoa qualificada na área para conduzir os trabalhos na Inspetoria. Ao mesmo tempo, Manoel Eloy Andrade tinha um filho que se interessava pelas questões da Educação Física já há algum tempo e vinha formando-se em instituições renomadas nessa área. Mas, como o presidente de Minas tomaria conhecimento sobre os trabalhos de Renato Eloy de Andrade com a Educação Física, pelo que a documentação sugere ainda incógnito em Belo Horizonte, se não fosse sua amizade com Manoel Eloy Andrade? Parece ter acontecido uma convergência de interesses: para Antonio Carlos, a indicação para o cargo de Inspetor de Educação Física de uma pessoa bem formada e confiável, visto que se tratava de um filho de um amigo; para Manoel, a oportunidade de o filho ocupar um cargo relacionado ao campo de estudos que escolhera, com possibilidades de visibilidade e reconhecimento, seria muito bem-vinda, visto que trabalharia para a Administração do Estado de Minas Gerais. Não por acaso, o próprio Manoel Eloy Andrade escreveu que “concorreu o Renato eficazmente para a melhoria das condições físicas da atual mocidade, porque, em Minas, sob sua direção, é que a educação física foi oficializada”.<sup>178</sup> Se o vínculo do presidente de Minas com Manoel Eloy Andrade ajuda a entender a posição ocupada por seu filho, outros registros que informam sobre o interesse e o envolvimento de Renato Eloy com a Educação Física também auxiliam na compreensão de sua nomeação para o cargo de Inspetor.

### **Renato Eloy de Andrade e a Associação Cristã de Moços**

Registros apontam a vinculação de Renato Eloy de Andrade com a Associação Cristã de Moços desde 1913, quando teria entrado para o “Corpo de Monitores, começando a trabalhar oficialmente em 1916, no Departamento de Educação Physica”.<sup>179</sup> Já em 1915, realizou-se o primeiro campeonato metropolitano de basquete no então Distrito Federal,

---

<sup>178</sup> “Livro do Eloy”, 14 de janeiro de 1940. Acervo pessoal Eloy Franca de Andrade.

<sup>179</sup> Recorte de jornal, s/d. Acervo pessoal Cristina Garnett Brum.

organizado pela ACM do Rio. O time dessa instituição foi campeão de tal torneio e tinha como um de seus jogadores, Renato Eloy de Andrade.<sup>180</sup> (Figura 1).



Figura 1: Renato Eloy de Andrade e o time de basquete da ACM do Rio de Janeiro em 1915  
Fonte: Revista Educação Physica, Numero dedicado á Technica do Basket Ball, 1932, p. 100.

Como técnico, atuou Henry J. Sims<sup>181</sup> que cultivava grande estima por Renato. Segundo Manoel Eloy Andrade, ali na ACM, Renato “logrando amizade com um dos seus diretores, Mr. Sims, conseguiu, com pequena subvenção, ir estudar nos Estados Unidos, em Chicago, onde esteve dois anos e meio”.<sup>182</sup> Tais estudos foram realizados no “The Young Men’s Christian Association College”.<sup>183</sup> Antes, porém, Renato Eloy de Andrade ocupou o cargo de diretor do departamento físico da ACM quando Mr. Sims precisou ausentar-se do país no período de 1917 a 1920. Seu trabalho foi satisfatório, uma vez que “a todos contentou,

<sup>180</sup> Sims, 1932. “Historico do Basket Ball no Brasil”. Revista Educação Physica, p. 53-60.

<sup>181</sup> Henry James Sims residiria, no Brasil, desde 1912 e foi diplomado em Educação Física pelos Institutos de Springfield e de Chicago (MARINHO, 1952).

<sup>182</sup> Livro do Eloy, 14 de janeiro de 1940. Acervo pessoal Eloy de Andrade.

<sup>183</sup> Revista Mocidade, setembro de 1920, ano 21, n. 319, p. 8.

pela sua grande aptidão, e pela irradiação permanente de sua bondade”.<sup>184</sup> Logo após o retorno de Mr. Sims, Renato Eloy viajou a Chicago para o curso no “The Young Men’s Christian Association College”.

Para entender a vinculação de Renato Eloy à ACM, foi fundamental o acesso à Revista Mocidade, publicação mensal das Associações Cristãs de Moços no Brasil, organizada no Rio de Janeiro. Em 1920, contava seu vigésimo primeiro ano de produção e já nessa época tinha mais de 300 números publicados. Era uma revista que exigia pagamento para ser adquirida. Sua compra dava-se por assinatura anual ou pelos números avulsos. Em tal periódico, circulavam informações de que seus textos seriam uma espécie de reação a uma imprensa desonesta e desmoralizadora que enfraqueceria os caracteres e perverteria os gostos. A Revista Mocidade agiria na contramão da degradação moral, promovida por outras publicações. “Nós fazemos imprensa nobre; empenhamo-nos só na propaganda do Bem; queremos a mocidade nobre, forte, bondosa instruída”, afirmavam seus organizadores.<sup>185</sup>

Essa publicação muito contribuiu para compreender a inserção de Renato Eloy e seus trajetos no âmbito da ACM. Em alguns de seus números, foi dedicado espaço para tratar do trabalho que ele vinha realizando naquela Associação. Foram destacados, especialmente, dois momentos de atuação e formação de Renato Eloy. O primeiro relaciona-se com a ocupação da direção do departamento físico da ACM carioca, como já mencionado anteriormente; o segundo, com a ida aos Estados Unidos para estudar Educação Física.

Quando de sua despedida para estudar em Chicago, Renato Eloy esboçou nas suas palavras, a confiança que a ACM depositara nele e a surpresa com que encarava os rumos ali traçados para ele. Dizia que ao ingressar na ACM não imaginava “que teria um dia a ventura de compartilhar, em cargo de confiança, de responsabilidade da sua sua (sic) Directoria, e hoje, por deliberação unânime, o de ser distinguido para a honrosa Comissão de ir representá-la em um curso superior de Educação Física nos Estados Unidos”. Sobre sua escolha para fazer o curso em Chicago, foi Mr. Sims, como afirmado por Manoel Eloy Andrade, uma figura fundamental. Renato Eloy chegou a asseverar que, caso não correspondesse à confiança nele depositada, “o desacerto da escolha ha de ser levado, então, á conta da amizade, que, nem sempre, é boa conselheira”. Pode-se especular que a insegurança de Renato residia na falta de estudos em Educação Física, visto que até aquela época, não parecia ter feito nenhum curso específico, e ainda, numa possível falta de tranquilidade para residir fora do Brasil por algum tempo. Essas impressões de receio com tal viagem foram demonstradas em suas próprias

---

<sup>184</sup> Revista Mocidade, abril de 1920, ano 21, n. 314, p. 14.

<sup>185</sup> Revista Mocidade, novembro de 1918, p. 15.

palavras de despedida. Dizia que teria “motivos de justo desvanecimento se me não sobressaltasse o receio da minha deficiência obstaculo irremovivel, talvez, para corresponder cabalmente á confiança que em mim depositada”.<sup>186</sup> Renato ainda comenta sobre o segundo temor:

Quando hontem, pois, a minha imaginação, a vencer espaços ilimitados, e a reduzir a segundos alguns anos de separação, me transportava para o silencio de um quarto de estudos em Chicago, um pensamento inquietante e desconsolador veio roubar a tranqüilidade com que traçava estas linhas.<sup>187</sup>

Mas a amizade e a confiança que o atemorizavam pela tamanha responsabilidade, eram as mesmas que serviam de estímulo para não hesitar diante da oportunidade de estudar em Chicago. Ao final de suas palavras de despedida, Renato Eloy dirigiu-se a Mr. Sims, grande incentivador do seu envolvimento com a Educação Física, como grande amigo, “que soube desenvolver em mim esse gosto pela educação física, e que entre tantos, quiçá mais competentes, quiz escolher a mim para seu companheiro de magisterio”.<sup>188</sup>

Dando continuidade aos seus estudos, Renato Eloy diplomou-se pelo Instituto Técnico da Associação Cristã de Moços, que, “alem de preparar secretários para essa Associação, prepara também diretores de Educação Física”. Os dois primeiros anos desse curso eram realizados nas chamadas “escolas locais” que a ACM mantinha no Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevidéu. Renato Eloy os cumpriu na então capital federal. Os dois últimos anos eram estudados em Montevidéu que, segundo Inezil Penna Marinho, era “sede de um importante estabelecimento de Educação Física, sem dúvida o mais completo da América do Sul”.<sup>189</sup> Era o então Instituto Técnico da Associação Cristã de Moços. Registros indicam que Renato Eloy viajou a Montevidéu para concluir seus estudos em 1925.<sup>190</sup> Logo depois de retornar ao Brasil, ele assumiu o cargo de Inspetor de Educação Física de Minas Gerais.

Renato Eloy possuía grande prestígio na ACM. A referência feita em publicações dessa associação à sua pessoa e ao seu trabalho é marcadamente enaltecedora. São citadas referências a ele como sujeito portador de “grande aptidão”, que agradava a todos “pela irradiação permanente de sua bondade”<sup>191</sup> e ainda “muito simpatico, sempre de bom humor, infatigavel”.<sup>192</sup> Note-se que são características condizentes com as representações produzidas

<sup>186</sup> Revista Mocidade, setembro de 1920, ano 21, n. 319, p. 8-9.

<sup>187</sup> Revista Mocidade, setembro de 1920, ano 21, n. 319, p. 10.

<sup>188</sup> Revista Mocidade, setembro de 1920, ano 21, n. 319, p. 10.

<sup>189</sup> MARINHO, 1952, p. 209-210.

<sup>190</sup> Recorte de jornal, s/d. Acervo pessoal Cristina Garnett Brum.

<sup>191</sup> Revista Mocidade, abril de 1920, ano 21, n. 314, p. 14.

<sup>192</sup> Revista Mocidade, setembro de 1920, ano 21, n. 319, p. 8.

para professores de Educação Física no decorrer da década de 1920.<sup>193</sup> A escola, antes tão sisuda, começava a ceder lugar a uma escola ativa, mais alegre e atraente. Nessa nova composição, novos predicados passaram a ser indispensáveis aos professores de Educação Física. O Decreto 8.094, de 22 de dezembro de 1927, aprovou os programas do ensino primário, e tal aparato legislativo indica características necessárias aos docentes que ensinariam Educação Física nas escolas mineiras: “O professor de cultura physica precisa de alguns requisitos que são dispensaveis áquelles que se dedicam a outras disciplinas, taes como: boa saude, energia, agilidade, dextreza, presença de espirito, bom humor”.<sup>194</sup> Como se vê, são atributos semelhantes às referências produzidas pela ACM acerca de Renato Eloy.

As pessoas com quem Renato Eloy e sua família estabeleceram relações de amizade são elementos fundamentais para entender a constituição de seu percurso profissional. Se o presidente Antonio Carlos foi uma figura essencial para compreender a escolha de Renato Eloy para ocupar o cargo de Inspetor de Educação Física, no âmbito da ACM, Mr. Sims configurou-se como o grande orientador da formação de Renato nos estudos em Educação Física.

### **Renato Eloy de Andrade e a Associação Brasileira de Educação**

Meily Assbú Linhales, ao abordar a Associação Brasileira de Educação e sua rede de sociabilidade, afirma que a ACM “aparece com destaque e regularidade na interlocução esportiva realizada pela ABE nas décadas de 1920 e 1930”.<sup>195</sup> Tendo em vista o diálogo estabelecido entre essas duas instituições, a ABE foi também um espaço ocupado pelo Inspetor de Educação Física de Minas.

Quando convocada a se envolver com as questões propostas no anteprojeto de lei, relativo à Educação Física, organizado no Ministério da Guerra, em 1929, a ABE não se furtou em se posicionar sobre o assunto. O referido anteprojeto, apesar da multiplicidade de interesses revelados no seu texto, propunha um modelo pedagógico para a Educação Física marcadamente militar. Entre as suas providências, seu art. 41 designava a adoção do Método

---

<sup>193</sup> Para maiores informações acerca da nova modelagem para professores de Educação Física a partir dos anos de 1920, ver VAGO 1999 e 2006.

<sup>194</sup> MINAS GERAIS. Decreto n.8.094 de 22 de dezembro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1740.

<sup>195</sup> LINHALES, 2006, p. 95.

Francês em todo o território brasileiro sob o título de “Regulamento Geral de Educação Física”, até que fosse criado um “Método Nacional de Educação Física”.<sup>196</sup>

A posição da Seção de Educação Física e Higiene da ABE não foi “de adesão, e sim de compromisso com um estudo aprofundado do tema”.<sup>197</sup> Cumprindo tal compromisso, a SEPH realizou um inquérito, enviando a “técnicos no assunto” um questionário constituído de quatro perguntas. Elas buscavam relacionar à Educação Física as temáticas de método, identidade do professor, formação profissional e papel dos governos federal e estadual na solução dos problemas em pauta sobre a Educação Física. Entre os sujeitos convocados para apresentar suas opiniões, grande parte possuía vínculo com as Associações Cristãs de Moços, “ou por serem seus diretores técnicos ou por terem realizado nesta instituição a sua formação”.<sup>198</sup> Esse era o caso de Renato Eloy de Andrade, quando já Inspetor de Educação Física em Minas Gerais, e que parece ter recebido tal questionário, embora, no acervo da ABE, não conste suas respostas. Seu nome aparece numa listagem da Associação que apresentava as pessoas que ainda não haviam dado retorno à ABE sobre as questões do inquérito.

Renato Eloy participou da VI Conferência Nacional de Educação realizada no Ceará, em 1934, na condição de relator da Seção de Educação Física e Recreação, cujo tema a ser discutido seria: “Deverão os governos estaduais prover a Educação Física incluindo a administração desta órbita de ação das diretorias de instrução pública ou dotando-a de órgãos especiais e autônomos?”. Junto a ele, figuraram também, como relatores dessa seção, Renato Pacheco e Guilherme Gaelzer.<sup>199</sup> Em 1933, no momento da divulgação em Minas Gerais de tal Congresso, foi apontada uma preocupação de Renato Eloy com algumas proposições acerca da Educação Física que “pugnavam pela organização de um departamento nacional, sem cuidar do estudo das conveniências regionais e dos valores já existentes articulados em alguns estados”.<sup>200</sup> Talvez, se referisse o Inspetor de Educação Física, ao debate em torno de um “Projeto de Educação Física Nacional”, que ocupou as reuniões da SEPH da ABE nos anos de 1933 e 1934. Sua preocupação com a pluralidade das iniciativas regionais encontrava eco nas discussões travadas na ABE em que tal centralismo – já objeto de tensão quando da produção, pelo Ministério da Guerra, de um anteprojeto de lei em 1929, que propunha a criação de um Conselho Superior de Educação Física – reaparecia no âmbito dessa

---

<sup>196</sup> MARINHO, 1952, p. 204.

<sup>197</sup> LINHALES, 2006, p. 180.

<sup>198</sup> LINHALES, 2006, p. 184.

<sup>199</sup> MARINHO, 1953.

<sup>200</sup> Jornal Minas Geraes, 21 de setembro de 1933, p. 7.

Associação, agora no debate do referido Projeto Nacional.<sup>201</sup> Além de relator, Renato Eloy integrava a comissão dos representantes do Estado de Minas Gerais no VI CNE.<sup>202</sup>

Em 1935, Renato Eloy ocupou a vice-presidência da Seção de Educação Física da ABE Nacional. No VII Congresso Nacional de Educação, realizado também nesse ano, ele consta na listagem de representantes junto ao Congresso, publicada nos anais do evento, sob a especificação de Inspetor Geral de Educação Física do Estado de Minas Gerais, mesmo não tendo comparecido ao mesmo por motivos já citados nesta dissertação.

Além de sua sede no Rio de Janeiro, a ABE mantinha departamentos em outros Estados do país. Renato Eloy de Andrade associou-se ao departamento mineiro da ABE em abril de 1929.<sup>203</sup> Alguns registros sugerem que esse departamento promovia reuniões, “afim de ser tratados diversos assumptos importantes do maior interesse para a causa do ensino”, não sendo possível dizer sobre sua periodicidade.<sup>204</sup> Não foram encontradas maiores pistas das finalidades desse departamento.

### **Renato Eloy de Andrade em Minas Gerais**

A formação esportiva na ACM e o lugar de destaque que tal Associação assumiu no processo de escolarização do esporte também marcaram o trabalho de Renato Eloy de Andrade em Minas. Em menor escala no espaço escolar, mais acentuada em outros cenários, ele exerceu atividades que apontam a marca dos esportes na sua formação e atuação. A experiência esportiva na ACM agregava à figura de Renato Eloy um prestígio técnico que o credenciava a ocupar posições de orientação acerca dessas práticas. No Estado, ele trabalhou com basquete, vôlei, atletismo, contribuindo para a vulgarização dos esportes em Minas.

A primeira estada de Renato Eloy no Estado de Minas Gerais parece ter sido em Lavras. Vestígios, embora não datados, indicam que ele “foi o organizador do Departamento Physico do Instituto Evangelico de Lavras”.<sup>205</sup> Essa instituição foi a precursora do Instituto Presbiteriano Gammon. A passagem pelo interior de Minas foi abalizada por uma atuação marcadamente esportiva. Ao discorrer sobre um histórico acerca da prática do basquete em colégios brasileiros, M. R. Santos apontou que “o Collegio Gammon, de Lavras, iniciou entre

---

<sup>201</sup> Cf. LINHALES, 2006.

<sup>202</sup> Jornal Minas-Gerais, 11 de janeiro de 1934.

<sup>203</sup> Jornal Minas Geraes, 6 de abril de 1929.

<sup>204</sup> Jornal Minas Geraes, 17 de abril de 1929.

<sup>205</sup> Recorte de jornal, s/d. Acervo pessoal Cristina Garnett Brum.

os seus alumnos a pratica desse movimentado esporte, sob a direcção technica do Snr. Renato de Andrade”.<sup>206</sup>

Apesar de os indícios encontrados, sobre a Inspetoria de Educação Física, não indicarem a vinculação de suas finalidades com ações marcadamente esportivas, Renato Eloy não se desvinculou das práticas de divulgação dos esportes na capital mineira. Em 1932, Mr. Sims afirmou que, em Belo Horizonte, o basquete “foi introduzido e vulgarizado por elementos da Associação Christã de Moços como Renato Eloy de Andrade, que é o Inspector de Educação Physica no Estado de Minas Gerais”.<sup>207</sup> O basquete não foi o único esporte com que atuou Renato Eloy, quando já era Inspetor de Educação Física de Minas. Marilita Rodrigues, ao comentar sobre a constituição do Minas Tênis Clube, afirma que um dos seus grupos formadores era o Serra Tênis Clube, o qual, em 1932, construiu “um campo de voleibol” que “seria o primeiro da cidade, marcando assim, o início da história do voleibol em Belo Horizonte”. Necésio Tavares teria sido o idealizador de tal construção. Seu filho, Evaldo Tavares, no depoimento transcrito, parcialmente, no trabalho de Marília Rodrigues afirmou que o campo de vôlei foi construído sob a orientação de Renato Eloy de Andrade, “recentemente chegado do Rio, onde se especializara neste Esporte e no basquete. Como instrutor, o Dr. Renato formava a primeira equipe de voley de moças e rapazes do Estado”.<sup>208</sup>

Em 1932, o Jornal Oficial do Estado divulgou, em sua seção de “Esportes”, que a situação esportiva em Minas se agravava. Tal publicação no jornal aponta para a circulação de Renato Eloy em diferentes cenas da cidade. Seu nome era vinculado às questões do ensino, quando eram publicadas notícias da Inspetoria de Educação Física na seção da Secretaria da Educação e Saúde Pública, e também relacionado ao panorama esportivo da cidade.

Tensões acerca dos princípios e ideais dos esportes, internas à Liga Mineira de Desportos Terrestres, tumultuavam o cenário esportivo no Estado, em 1932. Nessa mesma época, o Inspetor de Educação Física mantinha vinculação com a Associação Mineira de Atletismo.<sup>209</sup> Em apoio ao ex-presidente da Liga, um grupo de esportistas, contando com a adesão de treze clubes antes vinculados à tal entidade, resolveu abandoná-la e fundar uma nova associação, que teve, como seu presidente, Renato Eloy de Andrade.<sup>210</sup>

A primeira composição da diretoria da Associação Mineira de Esportes Gerais (AMEG), como foi nomeada, parece ter sido provisória. Essa organização teria por fim

<sup>206</sup> Santos, 1932. “Campeonatos Collegiaes”. Revista Educação Physica, p. 93-94.

<sup>207</sup> Sims, 1932. “Historico do Basket Ball no Brasil”. Revista Educação Physica, p. 53-60.

<sup>208</sup> RODRIGUES, 1996, p. 61.

<sup>209</sup> Jornal Minas-Gerais, 11 de março de 1932.

<sup>210</sup> Jornal Minas-Gerais, 8 de março de 1932.

“propugnar pelo desenvolvimento, em Minas de todos os esportes”.<sup>211</sup> A AMEG, no seu programa de ação, estabeleceu campeonatos de futebol e de “bola ao cesto, certamen nunca realizado em Belo-Horizonte”.<sup>212</sup> A nova associação tinha, inicialmente, o apoio de onze clubes do Estado.<sup>213</sup> Com a migração de tais clubes, julgava-se que a Liga Mineira de Desportos Terrestres não se sustentaria com o apoio “apenas no Atlético e mais uns dez dos chamados ‘pequenos clubes’”, a “velha entidade de esportes” se dissolveria forçosamente.<sup>214</sup>

Desde a instauração da tensão, a Liga já não era mais reconhecida como “a única diretora dos esportes Atlético Terrestres, no Estado de Minas Gerais”.<sup>215</sup> As duas entidades trabalhavam simultaneamente. Chegaram a promover, ao mesmo tempo, campeonatos de futebol envolvendo os clubes a elas associados. Certo é que o clima tenso permaneceu no cenário esportivo mineiro por algum tempo. Em julho de 1932, jogadores de futebol de clubes mineiros, tanto da AMEG quanto da Liga, assinaram um termo no qual apelavam para o conagração dos esportes em Minas. A bipartição das entidades que cuidavam dessa prática no Estado levou apenas a “atitudes e providências perfeitamente estereis”. Os amadores clamavam pela conciliação esportiva em Minas e convidavam os praticantes dos diferentes esportes, que partilhassem desta idéia, “a virem assinar o pedido de pacificação que vamos dirigir aos presidentes da Associação Mineira de Esportes Gerais (AMEG) e Liga Mineira de Desportos Terrestres (L. M. D. T.)”.<sup>216</sup> Essa querela foi resolvida apenas em novembro de 1932, quando, finalmente, foi aprovada, pelas duas entidades, uma fórmula de apaziguamento.<sup>217</sup> Não foi possível acompanhar os posicionamentos de Renato Eloy nesse conflito. Interessou aqui assinalar sua presença numa tensão ocorrida no cenário esportivo do Estado, na qual, provavelmente ele tomou partido nas discussões da vida esportiva mineira. Apontar esse envolvimento ajuda a compreender a circulação do Inspetor de Educação Física nos diferentes lugares e práticas da cidade.

Renato Eloy de Andrade, ao trabalhar com a Educação Física, também não restringiu suas atividades à Inspeção. Estabelecimentos de ensino da capital tiveram o professor, trabalhando com o ensino de tal disciplina. Era o caso da Escola de Aperfeiçoamento e do Instituto de Cegos São Rafael.

---

<sup>211</sup> Jornal Minas-Gerais, 16 de março de 1932, p. 10.

<sup>212</sup> Jornal Minas-Gerais, 3 de junho de 1932, p. 11.

<sup>213</sup> Os clubes eram: “America F. C., S. S. Palestra Italia, Vila Nova A. C., Alves Nogueira F. C., Associação Mineira de Atletismo, S. Sirio Horizontino, Sete de Setembro F. C., Uberaba S. C., Vespasiano F. C., Industrial F. C., e S. C. Athletic” (Jornal Minas-Gerais, 16 de março de 1932, p. 10).

<sup>214</sup> Jornal Minas-Gerais, 8 de março de 1932, p. 12.

<sup>215</sup> Jornal Minas-Gerais, 11 de março, de 1932, p. 9.

<sup>216</sup> Jornal Minas-Gerais, 5 de julho de 1932, p. 14.

<sup>217</sup> Jornal Minas-Gerais, 11 de novembro de 1932.

Tendo por objetivo a preparação técnica e científica dos candidatos ao ensino normal, à assistência técnica do ensino e às diretorias de grupos escolares, foi regulamentada, em 1929, a Escola de Aperfeiçoamento. Seu corpo docente, comenta Maria Helena Prates, foi composto por professores que “à época, tinham acesso ao mais sofisticado e avançado conhecimento científico em suas respectivas áreas”, e, em consonância com tal afirmação, ficou responsável pelo ensino de Educação Física o professor Renato Eloy de Andrade.<sup>218</sup> As fontes indicam a ênfase dada à formação qualificada que haviam recebido os professores que assumiram o ensino na Escola de Aperfeiçoamento. Ao oferecer informações sobre a referida Escola, Lúcio José dos Santos, seu diretor à época, assegurou que a parte relativa à Educação Física foi confiada “ao distinto professor Renato de Andrade, que fez também um largo tirocinio nos Estados Unidos e que é um mestre completo na matéria”.<sup>219</sup>

Além de trabalhar na Escola de Aperfeiçoamento, Renato Eloy ministrou aulas de Educação Física no Instituto de Cegos São Rafael. Organizada pelo professor de Educação Física daquele estabelecimento, Simão Fischer, em 1 de julho de 1934, foi realizada uma festa esportiva, em homenagem ao Inspetor de Educação Física de Minas, com o intuito de “demonstrar a gratidão de todos àquele professor, que por muito tempo prestou o seu concurso aos alunos do Instituto, ministrando-lhes aulas de ginastica, gratuitamente”.<sup>220</sup>

Trabalhando para o ensino em Minas, Renato Eloy ainda se descolou de uma atuação restrita à Educação Física. Foi nomeado, em 1931, para o cargo de membro do Conselho Superior da Instrução Pública,<sup>221</sup> que compreendia duas seções: a técnica e a administrativa. O Inspetor de Educação Física atuou em ambas. À primeira, cabia tratar de assuntos relacionados ao aperfeiçoamento docente, à organização da relação de livros a serem adotados nas escolas, aos programas de ensino, entre outras responsabilidades de ordem marcadamente pedagógica. À segunda, competia “emitir parecer sobre qualquer assumpto de organização administrativa do ensino”, bem como sobre a legislação educacional e, ainda, processar e julgar funcionários do ensino.<sup>222</sup> Registros indicam a presença de Renato Eloy nas reuniões mensais do Conselho até dezembro de 1936.

Com a aprovação do Regulamento do Cinema Educativo em 1932,<sup>223</sup> Renato Eloy de Andrade foi nomeado seu presidente. Assim, a Inspetoria não mais se configurou como

<sup>218</sup> PRATES, 1990, p. 15-16.

<sup>219</sup> Revista do Ensino, n. 37, setembro de 1929, p. 65.

<sup>220</sup> Jornal Minas-Gerais, 3 de julho de 1934, p. 8.

<sup>221</sup> Jornal Minas Geraes, 21 de maio de 1931.

<sup>222</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1160.

<sup>223</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 10.414 de 15 de julho de 1932. *Colecção dos Decretos de 1932*, Belo Horizonte, 1933.

espaço exclusivo de Educação Física. Ali ficavam disponíveis exemplares da “Revista do Cinema Educativo”, publicada pela Sociedade Cine-Educativa Brasil Ltda., colocados à disposição dos estabelecimentos de ensino.<sup>224</sup> Pela Inspetoria, também seriam recebidos relatórios elaborados por diretores de escolas sobre o resultado de projeções e impressões acerca do decreto em vigor que regulamentava o cinema educativo.<sup>225</sup> Em suma, “todos os documentos, como sejam requerimentos, relatorios, consultas, etc., referentes ao Cinema Educativo, devem ser endereçados e enviados diretamente ao professor Renato Eloy de Andrade”.<sup>226</sup>

Ainda que não caracterizado como ação dentro da esfera de ação da Inspetoria de Educação Física, o cinema educativo guardava íntima relação com a recreação, o que pode ajudar na compreensão do lugar ali ocupado por Renato Eloy. Basicamente o referido Regulamento organizava o cinema em escolas normais, grupos escolares e escolas reunidas que desejassem fazer uso desse meio de educação. Eram as chamadas “sessões recreativas cinematográficas”. No decorrer do texto que apresenta o Regulamento, a palavra “recreação” e suas semelhantes, aparecem com recorrência. Tal conexão fica evidente no art. 12, que assim explicita: “ficam isentos de impostos, sêlos e emolumentos de diversões as sessões do cinema e *demais iniciativas de carater exclusivamente recreativo e beneficente escolar*”.<sup>227</sup> O fato de isentar as taxas de ações vinculadas à recreação indica como esse conceito vinha sendo encarado como meio de possibilidades várias para a educação. A idéia de educar pelo divertimento, de ocupar salutarmente as horas disponíveis depois do trabalho escolar, está presente na proposição das sessões de cinema. Essas considerações também estão presentes em uma das iniciativas da Inspetoria de Educação Física que será analisada adiante: a organização de praças de jogos. A afinidade dessas incumbências que aproximou a recreação tanto das sessões de filme, quanto da constituição de praças, contribui para compreender a direção do cinema educativo ocupada por Renato Eloy.

A estada de Renato Eloy em Belo Horizonte, como Inspetor de Educação Física, distingue-se por pertencimentos vários na Administração do Estado e fora dela. Ao ministrar aulas na Escola de Aperfeiçoamento e no Instituto de Cegos São Rafael, ao ocupar cargos no Conselho Superior da Instrução Pública e na comissão do Cinema Educativo, e ainda, ao se envolver com o cenário esportivo do Estado, Renato Eloy já era Inspetor de Educação Física.

---

<sup>224</sup> Jornal Minas-Gerais, 6 de junho de 1933.

<sup>225</sup> Jornal Minas-Gerais, 7 de junho de 1933.

<sup>226</sup> Jornal Minas-Gerais, 14 de junho de 1933, p. 7.

<sup>227</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 10.414 de 15 de julho de 1932. *Coleção dos Decretos de 1932*, Belo Horizonte, 1933, p. 596 (grifo meu).

Foi difícil compreender se sua inserção em tais lugares aconteceu, de maneira causal, pela sua condição de Inspetor. Talvez, seja mais profícuo pensar essas múltiplas entradas numa via de mão dupla. Se ocupar o cargo de Inspetor, bem como sua formação distinta, permitiram a Renato Eloy circular em diferentes espaços de trabalho, ao mesmo tempo, essa inserção variada possivelmente marcou suas ações enquanto figura central da Inspetoria de Educação Física.

Sua rede de trocas foi marcadamente estabelecida com esportistas da ACM, do Estado de Minas e com os educadores da ABE. O encontro desses espaços produziu prescrições pedagógicas<sup>228</sup> que balizaram o processo de escolarização da Educação Física promovido pela Inspetoria. Entre as formulações da ACM, acolhidas pela ABE, que influenciaram o movimento de escolarização da Educação Física em Minas, é possível citar os investimentos na formação profissional em Educação Física no formato de cursos especiais, uma ligeira aproximação com atividades esportivas, a compreensão do brincar como necessidade infantil das mais imperiosas e as praças de jogos como tempo e espaço educativos. Esses elementos serão vistos nos próximos capítulos.

### ***2.1.2 A Auxiliar Arquivista***

O Decreto n. 10.814, de 27 de abril de 1933, criou o cargo de Auxiliar Arquivista na Inspetoria de Educação Física, baseado no Decreto n. 10.650, de 29 de dezembro de 1932, que apresentava a verba 16-A, constante no orçamento aprovado para o exercício de 1933. Tal verba destinava 6:000\$000 (seis contos de réis) para vencimentos anuais com despesa de um novo cargo que deveria ser criado por decreto especial. Quem ocupou o lugar de Auxiliar Arquivista foi Maria José Ourivio, nomeada antes mesmo da aprovação do referido Decreto, em 17 de abril de 1933.<sup>229</sup>

Seria ela responsável por todo o serviço de datilografia, pelas correspondências e anotações em arquivos geral e especial da Inspetoria, pela manutenção do catálogo da biblioteca e ainda responderia pela guarda e conservação dos objetos existentes no gabinete da

---

<sup>228</sup> Cf. LINHALES, 2006.

<sup>229</sup> Jornal Minas-Gerais, 18 de abril de 1933.

Inspetoria, como móveis e livros.<sup>230</sup> Analisando as atribuições da Auxiliar Arquivista, é possível inferir que à Inspetoria foi destinado um espaço próprio, o que pode ser considerado mais uma tentativa de demarcar especificidades para a Educação Física. Se na escola pretendia-se a organização de tempos e lugares próprios para a prática de exercícios físicos, a especialização das professoras que ministrassem Educação Física; no âmbito da Administração do Estado, a Inspetoria demarcou também seu espaço. A circunscrição de um lugar próprio funcionaria simbolicamente como mais um elemento específico na busca de uma autonomização, conferindo maior grau de institucionalização à Educação Física.

A existência do cargo de Auxiliar Arquivista indica que havia uma produção de documentos próprios da Inspetoria. Além disso, a Inspetoria solicitava às professoras de Educação Física a remessa de horários e relatórios sobre suas aulas. Isto justifica a inicial perspectiva de localizar tal conjunto documental, mas que ainda encontra-se desaparecido. Essa ausência de fontes dificultou a constatação do lugar que teria sido destinado à Inspetoria. Provavelmente, anexo à Secretaria da Educação e Saúde Pública, visto que o trabalho da Inspetoria era subordinado a tal Pasta. As correspondências enviadas à Associação Brasileira de Educação, localizadas no Rio de Janeiro, são timbradas com o nome de tal Secretaria, ou então com a denominação: “Gabinete do Inspetor Geral da Instrução do Estado”.

### ***2.1.3 As Auxiliares da Inspetoria de Educação Física***

Apesar de não constar nos orçamentos referentes às despesas da Inspetoria o cargo de “Auxiliar”, algumas professoras podem assim ser consideradas pela colaboração que prestaram a tal órgão e pela parceria que estabeleceram com seu Inspetor, Renato Eloy de Andrade. Não foi possível um olhar mais demorado sobre elas, mas procurei indícios que ajudassem a revelar como foi possível a inserção dessas mulheres nos trabalhos realizados pela Inspetoria. O jornal Minas Gerais foi o documento central nessa empreitada. A atenção com as seções “Governo do Estado”, “Pelo Ensino” e ainda com matérias avulsas publicadas no jornal permitiu o acesso a informações que revelaram diferenciadas formações profissionais dessas professoras, na época da publicação de suas formaturas e demais cursos realizados. O jornal ainda divulgou demonstrações de exercícios físicos por elas organizadas,

---

<sup>230</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 11.411 de 30 de junho de 1934. *Collecção dos Decretos de 1934*, Bello Horizonte, 1935.

excertos de palestras e discursos pronunciados, como também a movimentação funcional dessas docentes, uma vez que esse jornal publica os atos oficiais de nomeação para cargos na Administração do Estado.

### **Guiomar Meirelles Becker**

Nas comemorações em Belo Horizonte do centenário da escola primária no Brasil, no ano de 1927, registros evidenciam o lugar de centralidade que Guiomar Meirelles vinha ocupando no ensino de Educação Física na capital mineira. Foi ela quem coordenou os exercícios e jogos ginásticos apresentados pelos alunos dos estabelecimentos de ensino em tal solenidade. Auxiliada por outras professoras, ela ficou responsável pela direção geral dessa parte da programação.<sup>231</sup>

Embora viesse trabalhando com Educação Física, em Belo Horizonte, há algum tempo, já em 1914 a professora Guiomar Meirelles foi designada para ministrar aulas de Ginástica em um grupo escolar da capital, o Congresso de Instrução Primária vinculou maior prestígio à figura de Guiomar. Em 30 de junho de 1927, Jorge de Moraes, em discurso abordando a Educação Física no Rio de Janeiro, fez referência ao Congresso de Instrução Primária realizado em Belo Horizonte naquele mesmo ano, salientando que Guiomar Meirelles foi uma professora “que, brilhantemente, concretizou o seu pensamento a respeito” e, em seguida, mencionou as conclusões aprovadas para a Educação Física no Congresso. Por fim, dizia ele que “honras sejam prestadas à distinta e patriótica professora”.<sup>232</sup>

Renato Eloy de Andrade, em uma palestra quando do primeiro curso intensivo de Educação Física, promovido pela Inspeção em Belo Horizonte, no ano de 1928, também exaltou o posicionamento de Guiomar Meirelles no Congresso de Instrução Primária. Dirigindo-se às suas alunas no curso, pedia que elas acompanhassem com amor essa especialização na formação, adotando por exemplar “a dedicação de sua collega, d. Guiomar Meirelles, que perante o poder legislativo estadual defendeu proficientemente a these que deu origem á criação da Inspeção de Educação Physica”.<sup>233</sup> A participação na elaboração das proposições sobre Educação Física aprovadas no Congresso produziu representações acerca de Guiomar Meirelles que a tomavam como modelo de professora de Educação Física a ser

---

<sup>231</sup> Jornal Minas Geraes, 15 de outubro de 1927.

<sup>232</sup> MARINHO, 1952, p. 175.

<sup>233</sup> Jornal Minas Geraes, 5 de outubro de 1928, p. 9.

seguido. À figura da professora, incorporavam-se sentidos de patriotismo, amor e dedicação ao ensino.

A inserção de Guiomar Meirelles nos trabalhos da Inspetoria ocorreu pela competência demonstrada nos anos em que vinha atuando com a Educação Física e, também, sua presença incorporaria às ações, especialmente àquelas que buscavam o aperfeiçoamento do professorado, representações do que se esperava de uma professora que ministrasse Educação Física nas escolas.

A parceria estabelecida com Renato Eloy de Andrade estendeu-se para outros espaços, além da Inspetoria de Educação Física. Apesar de não figurar entre os membros da Associação Brasileira de Educação, no Rio de Janeiro, Guiomar Meirelles associou-se junto com o Inspetor de Educação Física ao Departamento Mineiro de tal organização.<sup>234</sup>

Além de colaboradora de Renato Eloy nas atividades realizadas pela Inspetoria, Guiomar Meirelles também assistiu seu trabalho nas aulas de Educação Física, ministradas na Escola de Aperfeiçoamento. Lúcio José dos Santos, diretor da Escola em 1929, ao comentar que o ensino de Educação Física ficaria a cargo de Renato Eloy, indica que o auxiliaria nessa tarefa “a distinta professora senhorinha Guiomar Meirelles, que se especializou nesse assunto”.<sup>235</sup> Não foi encontrada nenhuma pista que sugerisse alguma formação específica em Educação Física feita por Guiomar Meirelles. Talvez o que o diretor da Escola de Aperfeiçoamento indicou, ao dizer de uma especialização, esteja vinculado ao trabalho específico que tal professora vinha realizando com a Educação Física há alguns anos. Poderia, ainda, ser Guiomar Meirelles uma das integrantes do grupo que viajou ao Rio de Janeiro, em 1925, a fim de realizar um estágio na matéria, em estabelecimentos de ensino da capital federal, fato já relatado no capítulo anterior. O que fica evidente, seja pela formação específica, seja pela experiência com o ensino de Educação Física, é que Guiomar Meirelles vinha sendo considerada uma referência na disciplina à qual se dedicava. Registros indicam Guiomar Meirelles como professora de Educação Física da Escola de Aperfeiçoamento desde 1930; ela foi nomeada para tal cargo em agosto daquele ano.<sup>236</sup> Além de ministrar aulas, como professora da Escola de Aperfeiçoamento ela se envolveu com palestras e demonstrações sobre conteúdos de interesses da Educação Física.<sup>237</sup>

---

<sup>234</sup> Jornal Minas Geraes, 6 de abril de 1929.

<sup>235</sup> Revista do Ensino, n. 37, setembro de 1929, p. 65.

<sup>236</sup> Minas Geraes, 23 de agosto de 1930.

<sup>237</sup> Jornal Minas-Gerais, 8 de julho de 1931; jornal Minas-Gerais, 10 de julho de 1931 e jornal Minas Gerais, 13 de abril de 1937.



“O corpo docente da Escola de Aperfeiçoamento”  
Da esquerda para a direita: Hélène Antipoff, Guiomar Meireles Becker,  
Amélia de Castro Monteiro, Alda Lodi, Lúcia Casasanta.

Figura 2: Guiomar Meirelles compondo o corpo docente da Escola de Aperfeiçoamento.  
Fonte: PRATES. Maria Helena Oliveira. Uma nova pedagogia para o professor primário mineiro: a Escola de Aperfeiçoamento. *Educação em revista*. Belo Horizonte, n.11, p. 12-29, jul. 1990.

É importante registrar que os trabalhos com a Educação Física, realizados por Guiomar Meirelles, não acabaram quando foram extintas a Escola de Aperfeiçoamento e a Inspeção de Educação Física de Minas Gerais. Vale ressaltar sua autoria do livro “Educação Física Infantil”, publicado em 1942. Elaborado com o intuito de “corresponder aos apelos de necessidade de um manual de educação física destinado especialmente aos professores dos nossos jardins de infância e grupos escolares”, o livro foi organizado, utilizando, como conteúdo privilegiado, a chamada ginástica historiada. Essa denominação de ginástica caracterizava-se como uma prática a qual “no decorrer da história vão sendo introduzidos movimentos corporais, brinquedos cantados e jogos, no sentido de adaptar as histórias que são apreciadas pelas crianças, à necessidade do trabalho físico”.<sup>238</sup> Outro elemento que pode se depreender dessa publicação é a associação da música às práticas corporais que teria por propósito quebrar “a monotonia algo enfadonha e fatigante dos exercícios físicos”.<sup>239</sup> Como se pretendia um manual, o livro configurou-se como um facilitador para a organização e a escolha de práticas corporais. Sua parte teórica era reduzida, enquanto a parte prática contava

<sup>238</sup> SILVA, 2004, p. 34.

<sup>239</sup> BECKER, 1942, s/p.

com ilustrações para esclarecer os exercícios, que poderiam ser considerados como aulas modelo. Anterior à sua publicação, essa obra se classificou em primeiro lugar em um concurso promovido pela Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação do então Ministério da Educação e Saúde.

Em estudo monográfico, Marília Cruz Oliveira analisou o livro acima citado e parte do percurso de Guiomar Meirelles com a Educação Física. A autora comenta que Guiomar Meirelles, entre os anos de 1940 e 1952, foi professora e diretora do Departamento de Educação Física do Colégio Izabela Hendrix. Em seguida, pediu dispensa desse cargo para integrar o corpo docente da Escola de Educação Física de Minas Gerais. Continuou trabalhando com formação de professoras quando da unificação dessa instituição com a Escola de Educação Física das Faculdades Católicas de Minas Gerais, em 1953. Em 1969, aconteceu a federalização da Escola de Educação Física de Minas Gerais, que foi incorporada à Universidade Federal de Minas Gerais. Guiomar Meirelles permaneceu integrando o corpo docente da instituição.<sup>240</sup>

### **Zembla Soares de Sá**

No concurso para assistentes técnicos do ensino primário, realizado em maio de 1929, Zembla Soares de Sá foi um dos aprovados para assumir tal cargo. O concurso exigia dos seus candidatos idade maior que 21 e menor que 36 anos, atestado de boa saúde e vacinação, e ainda, declaração de boa conduta a ser passada por pessoa de reconhecida idoneidade moral.<sup>241</sup> Dividido em duas partes, o concurso analisaria inicialmente o conhecimento geral dos candidatos por meio de provas de português, de aritmética e ainda tradução de um texto de francês, sem o uso do dicionário. Essa etapa era eliminatória. A segunda fase avaliaria as habilidades pedagógicas dos concorrentes e consistiria em uma inspeção de estabelecimento de ensino, elaboração de um relatório, e ainda em aulas ministradas, pelos candidatos, sobre assuntos do programa primário e o preparo do caderno de lições no qual constariam os planos das respectivas aulas. Os concorrentes seriam avaliados pelo Inspetor Geral da Instrução, Mário Casasanta e ainda por professores da Escola Normal Modelo.<sup>242</sup>

A ocupação de tal cargo possibilitou o encontro entre Zembla e Renato Eloy. Em seguida à divulgação da relação dos aprovados, Francisco Campos, Secretário do Interior,

---

<sup>240</sup> OLIVEIRA, 2001.

<sup>241</sup> Jornal Minas Geraes, 11 de abril de 1929.

<sup>242</sup> Jornal Minas Geraes, 24 de maio de 1929.

organizou um curso de aperfeiçoamento para os habilitados naquele concurso, que teria a duração de dois meses. O curso iniciou-se em 17 de junho de 1929 e teria, por propósito, “apontar direcções, indicar livros e, principalmente, definir certos conceitos basicos da educação”, conceitos esses que deveriam estar em consonância com os ideais da Reforma do Ensino Primário, há pouco instituída. Seria dever dos assistentes técnicos “bem desempenhar o papel que lhes cabe na propagação e execução dos principios da Reforma”,<sup>243</sup> para tanto, a organização do curso previa aulas de organização pedagógica, metodologia, instituições escolares, metodologia da aritmética, metodologia da linguagem, legislação escolar e educação física. As lições dessa última disciplina seriam diárias, com duração de 40 minutos e dirigidas pelo professor Renato Eloy de Andrade. Parece ter acontecido aí o encontro entre Zembla e o Inspetor de Educação Física do Estado.

Nas aulas com Renato Eloy, Zembla estudou como a Educação Física vinha se constituindo, os meios e métodos para atingir seus objetivos na escola e a contribuição de tal disciplina no alcance das finalidades propostas para a educação escolar, nos moldes da Reforma então vigente. As aulas apresentavam também caráter prático e pareciam ter finalidades diversas, seja “o fim de habitual-os ao trabalho em conjunto e preparal-os physicamente para os trabalhos praticos nas aulas subsequentes”,<sup>244</sup> seja preparar os assistentes técnicos para inspecionarem aulas de Educação Física, uma vez que se criticassem a aula de uma professora, os assistentes sugeririam “modificações aos methods, processos e orientação do ensino, de maneira a tornal-o mais efficiente”.<sup>245</sup> Era necessário, então, que o curso de aperfeiçoamento dos assistentes técnicos apresentasse procedimentos aconselháveis para a boa execução dos programas. Zembla Soares tomou conhecimento das competências necessárias para uma professora que ministrasse Educação Física, das vozes de comando e das técnicas dos movimentos calistênicos, das finalidades das marchas enquanto conteúdo da Educação Física e de lições de anatomia.

Desde então, Zembla Soares envolveu-se com a temática da Educação Física. Em reuniões de assistentes técnicos, realizadas no decorrer dos anos de 1930, ela proferiu palestras sobre o tema, abordando as finalidades dos exercícios físicos, da dança, da ginástica historiada e da ginástica rítmica.<sup>246</sup> Acompanhando Renato Eloy de Andrade em sua exposição sobre Educação Física, Zembla realizou demonstrações práticas de calistenia para

---

<sup>243</sup> Jornal Minas Geraes, 17 e 18 de maio de 1929, p. 8.

<sup>244</sup> Jornal Minas Geraes, 26 de junho de 1929, p. 11.

<sup>245</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1162-1163.

<sup>246</sup> Jornal Minas-Gerais, 20 de julho de 1933, p. 5.

os demais assistentes técnicos do ensino.<sup>247</sup> Participou da comissão examinadora referente à Educação Física, para admissão de alunas na Escola Normal da Capital, acompanhada de Anna Luiza de Araújo, a professora que integrou a comissão de Educação Física quando do Congresso de Instrução Primária, em 1927.<sup>248</sup> Naquele estabelecimento de ensino, Zembla ainda ministrou aulas de Educação Física.

Seu envolvimento com a Inspeção de Educação Física ocorreu, prioritariamente, pelas estratégias de qualificação das professoras de tal disciplina. Em parceria com Renato Eloy e Guiomar Meirelles, escreveu artigos para a Revista do Ensino,<sup>249</sup> que pretendiam ser organizados em um livro, o qual seria intitulado: “Técnica e Didática da Educação Física Escolar”. No entanto, não foi encontrado indício da publicação de tal obra. Também foi autora de textos no Boletim n. 18 “Educação Física – Jogos e Calistenia”,<sup>250</sup> promovido pela Secretaria da Educação e Saúde Pública, e organizado com a colaboração da Inspeção. Nessa publicação, abordou a questão do gênero, a prática de exercícios físicos e também alguns conteúdos para as aulas de Educação Física. Esses artigos foram elaborados junto com o próprio Inspetor de Educação Física como também com demais Auxiliares da Inspeção: Guiomar Meirelles e Diumira Paiva.

Além de elaboração de impressos destinados ao professorado mineiro como meio de formação, Zembla participou dos cursos de aperfeiçoamento em Educação Física promovidos pela Inspeção. Foi parte do corpo docente de um desses cursos, realizado em 1933,<sup>251</sup> e, no ano seguinte, integrou a comissão julgadora que avaliava os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos por alunas do curso intensivo, a fim de lhes conferir um certificado de habilitação especial.<sup>252</sup>

### **Diumira Campos de Paiva**

Aluna da Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, Diumira Campos de Paiva recebeu seu diploma de normalista em dezembro de 1927.<sup>253</sup> Em seguida, estudou na Escola

<sup>247</sup> Jornal Minas-Gerais, 3 de julho de 1934, p. 1.

<sup>248</sup> Jornal Minas-Gerais, 7 de março de 1934, p. 9.

<sup>249</sup> Os artigos são intitulados “Objetivos na organização e administração da educação física escolar” e “Excursão e sua relação com a educação física”. Todos os textos produzidos pelos membros da Inspeção de Educação Física serão tratados como estratégia na formação do professorado e abordados com mais vagar em capítulo posterior.

<sup>250</sup> Os artigos do Boletim, de autoria de Zembla Soares de Sá, são intitulados “A educação física aplicada ao sexo feminino”, “Calistenia” e “O uso dos jogos”.

<sup>251</sup> Jornal Minas-Gerais, 14 de setembro de 1933, p. 11.

<sup>252</sup> Cf. CERTIFICADO. Curso Intensivo de Educação Física. Maria Carolina Nonato. 1934.

<sup>253</sup> Jornal Minas Geraes, 19 e 20 de dezembro de 1927.

de Aperfeiçoamento, onde conheceu Renato Eloy de Andrade e Guiomar Meirelles visto que lá ministravam Educação Física. Diplomou-se por aquele estabelecimento em dezembro de 1931.<sup>254</sup> A partir de então, Diumira começou a se envolver mais detidamente com a Educação Física. Aconteceu com essa professora algo semelhante do ocorrido com Zembla Soares de Sá. Elas conheceram Renato Eloy quando ainda estavam em formação nas suas profissões e quando já se encontrava em funcionamento a Inspetoria de Educação Física. Aqui, parece ocorrer, por meio das ações do Inspetor, uma espécie de constituição do quadro funcional daquele órgão. A aproximação com Renato Eloy possibilitou uma produção de Diumira e Zembla como professoras capazes de assessorar as ações da Inspetoria.

Diumira assumiu diferentes frentes de trabalho na Inspetoria. Esteve presente em algumas solenidades que abrangiam tal órgão, envolveu-se com a formação de professoras de Educação Física, tanto ministrando aulas em curso intensivo, quanto produzindo textos para auxiliar na qualificação do professorado. Ainda recebeu de Renato Eloy a incumbência de produzir e relatar uma tese no VII Congresso Nacional de Educação, em 1935, que teve por tema central a Educação Física.

Quando já era Auxiliar Técnica da Inspetoria, pronunciou um discurso em novembro de 1932, na ocasião da inauguração da praça de jogos e esportes, na mesma Escola de Aperfeiçoamento, considerado empreendimento que muito colaboraria para a prática de Educação Física dos alunos que ali continuavam sua formação. No seu pronunciamento, comentava a professora as contribuições de tal disciplina para o desenvolvimento do indivíduo em seus aspectos biológicos, intelectuais, sociais e éticos, sobressaltando o valor da Educação Física na formação do caráter. Ao discorrer sobre a satisfação dos instintos infantis, apontou a Assistente para a organização de praças de esporte como formidável espaço para a canalização das tendências das crianças, o que seria de grande importância para a educação. Ainda no seu discurso, enalteceu Noraldino Lima que vinha apoiando a criação de tais espaços desde que assumiu o cargo de Secretário da Educação e Saúde Pública. Também mencionou a melhoria na educação infantil decorrida do trabalho conjunto entre o Inspetor Geral da Instrução, o Inspetor de Educação Física e suas Auxiliares e o referido secretário.<sup>255</sup>

Em 1933, Diumira compunha o conjunto de professores que ministrariam aulas no curso intensivo de Educação Física, organizado pela Inspetoria. No ano de 1935, foram encontrados documentos nos quais ela assinava como Auxiliar Técnica da Inspetoria de

---

<sup>254</sup> Jornal Minas-Gerais, 7 de dezembro de 1931.

<sup>255</sup> Jornal Minas-Gerais, 20 de novembro de 1932.

Educação Física.<sup>256</sup> Esse cargo, embora previsto no regulamento aprovado para esse órgão em 1934, não existiu nos orçamentos do Estado. Portanto, não havia verba específica destinada a tal função, o que não impediu que Diumira ocupasse o referido lugar na Inspetoria. A movimentação funcional da professora indica que ela não receberia seu salário via aquele órgão. Esse documento indica que, em 1932, ela foi comissionada, provisoriamente, junto à Inspetoria de Educação Física, com os vencimentos do cargo efetivo – professora do grupo escolar de Conquista – adicionados de uma gratificação por mais aquela função.<sup>257</sup>

À Auxiliar Técnica, caberia substituir o Inspetor de Educação Física quando de sua ausência, dirigir as atividades práticas nos cursos intensivos, facilitar aos professores todas as informações necessárias ao seu trabalho e ainda a realização de uma série de pequenos trabalhos com intuito de garantir o bom andamento do serviço interno da Inspetoria.<sup>258</sup>

Quando da organização do VII Congresso Nacional de Educação, Diumira Campos de Paiva foi indicada por Renato Eloy de Andrade para discorrer sobre o tema “Educação Física Elementar”. A proposta inicial para tal evento era tomar a Educação Física e a Higiene como temática, mas, no processo de preparação do Congresso, a centralidade recaiu sobre “a educação física, ficando secundada a higiene, sem que nos documentos fosse possível encontrar justificativa”.<sup>259</sup> Embora não tivesse comparecido ao Congresso, seu trabalho foi lido em plenária e publicado nos anais do evento.<sup>260</sup> Intitulada “Educação Física na escola primária”, a tese elaborada por Diumira Campos de Paiva traz considerações sobre a Educação Física que a estimam como um meio para assegurar o desenvolvimento harmonioso das funções físicas, intelectuais e sociais dos indivíduos. Uma nova dimensão ganhava importância no texto da professora. Ela afirmava ser preciso transformar a criança em um agente social eficiente. Para tanto, a Educação Física agregava novos elementos ao seu modelo educacional, que, além de referenciar-se na ortopedia, passava a operar também com a eficiência dos gestos. A escola era vista como lugar para tornar a vida mais ativa, concorrendo para a maior produção de trabalho e demandando vigor físico e mental. Desse modo, a prática de exercícios proporcionaria uma “economia no gasto de forças e melhor

<sup>256</sup> ABE. Pasta do VII CNE. Correspondência recebida. Belo Horizonte, 7 de março de 1935.

ABE. Pasta do VII CNE. Correspondência recebida. Belo Horizonte, 8 de março de 1935.

<sup>257</sup> MINAS GERAIS. Ficha funcional de Diumira Campos de Paiva. Secretaria de Estado de Educação.

<sup>258</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 11.411 de 30 de junho de 1934. *Collecção dos Decretos de 1934*, Belo Horizonte, 1935.

<sup>259</sup> LINHALES, 2006, p. 227.

<sup>260</sup> Na ata da primeira sessão, na qual seria discutido o tema: “A educação física elementar”, há indicação de leitura da tese: “Educação Física na escola primária”: “É em seguida lida a segunda tese, pelo secretário da mesa, em virtude de não haver comparecido a sua autora, prof. Diumira Paiva, de Minas Gerais” (Anais do VII Congresso Nacional de Educação, p. 59).

regulamentação do trabalho dos músculos; as contrações inúteis são suprimidas”. Essas seriam oportunidades de se fazer “uma vida sã e eficiente”.<sup>261</sup>

Diante dessas argumentações, a professora destaca no seu texto a importância que os jogos assumiriam nas aulas de Educação Física e faz notar dois pontos em especial: a base psicológica que abarcaria os jogos, pois “o indivíduo se manifesta tal como é, desfazendo-se da capa social exterior, deixando a descoberto os seus motivos próprios, sua verdadeira personalidade”,<sup>262</sup> e, em consonância com tal afirmação, enfatiza ainda a formação do caráter como finalidade da educação. Nas palavras da professora,

Na prática diária dos jogos, há mais que um simples contacto: há cooperação; essa cooperação, que é um dos melhores meios para desenvolver a perseverança, a justiça, a bondade, a cortezia, a coragem, a iniciativa e o senso da responsabilidade, deverá ser adquirida por uma aprendizagem real e para isto torna-se necessário que se apresentem as oportunidades.<sup>263</sup>

Em alguns trechos, é possível flagrar na tese de Diumira Paiva, a escrita em primeira pessoa do plural. As expressões utilizadas pela autora sugerem que seu texto dizia de um entendimento coletivo na Inspeção, ou melhor, dizia em nome da Inspeção:

Somos dos que acreditam que o problema básico da nacionalidade reside na Educação.<sup>264</sup>

Não podemos e nem queremos prescindir de um programa, mesmo porque muitos educadores nos têm falado dos perigos que encerram sua supressão e a prática nos tem demonstrado que a sua necessidade é fato indiscutível, mas tão pouco queremos estabelecer um molde fixo para todos os grupos.<sup>265</sup>

Nosso programa de Educação Física, cujo desenvolvimento, como se pode observar, está submetido a um plano gradual e progressivo tem a justificá-lo os princípios da psicologia, fisiologia e pedagogia.<sup>266</sup>

Analisando esses excertos, no que se refere aos programas, é possível inferir que as proposições da Inspeção para o ensino de Educação Física não se configuravam como dispositivos de imposição de *maneiras de fazer*. Seus investimentos no ajustamento de conteúdos para a Educação Física escolar conformaram-se mais no sentido de produção de referências para organizar o trabalho docente. No que tange aos referenciais, ganha força o argumento de que o conhecimento das teorias pedagógicas era o elemento autorizador da escolarização da Educação Física via ações de sua Inspeção, e, nessa conjuntura, são valorizados os estudos fisiológicos e da psicologia.

<sup>261</sup> “Educação Física na escola primária”, in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 46.

<sup>262</sup> “Educação Física na escola primária”, in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 41.

<sup>263</sup> “Educação Física na escola primária”, in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 41.

<sup>264</sup> “Educação Física na escola primária”, in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 38.

<sup>265</sup> “Educação Física na escola primária”, in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 42.

<sup>266</sup> “Educação Física na escola primária”, in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 43.

Para legitimar suas proposições, a professora dialogou com diferentes autores, especialmente, educadores e psicólogos. Nesse momento, a teoria pedagógica configura-se como lugar diferenciador importante no ensino de Educação Física. Na bibliografia apresentada ao final da sua escrita, mais uma vez é apontada a referência a Dewey e a Claparède, para citar alguns dos autores utilizados pela professora em seu texto. Os estudos de Diumira estavam em consonância com os referenciais que orientaram a Reforma do Ensino Primário, promovida por Francisco Campos em 1927. Ana Maria Casasanta Peixoto, ao discorrer sobre o reordenamento do ensino, levado a termo pelo Secretário do Interior, na década de 1920, afirma que:

Como norma para a reorganização da escola primária, Campos adota os princípios da Escola Nova, buscando em Dewey, Claparède e Decroly os elementos fundamentais de uma nova maneira de conduzir o trabalho, transformando a escola numa instituição educativa.<sup>267</sup>

Analisando o texto de Diumira é possível indicar a intenção da autora – e da Inspeção – em conceber a Educação Física como uma referência moderna, e, encerrada nesse conceito, “já não significa Educação *do* físico, mas Educação *pele* físico e assim dizemos que seu verdadeiro objetivo é preparar o indivíduo por meio de atividades físicas para uma vida mais ampla”.<sup>268</sup> Englobam-se aí os sentidos biológico, intelectual, social e moral. Educação Física referenciada na eficiência, uma vez que a atribuição de quem a ministraria nas escolas era “dirigir e orientar os exercícios de modo que influam eficazmente sobre todo organismo”; e científica, visto que “a cultura de um professor de Educação Física deve compreender, pois, conhecimentos de fisio-psicologia e de todas as ciencias que formam o substratum científico da pedagogia”.<sup>269</sup>

Ao organizar uma tese, tratando sobre a Educação Física na escola primária, Diumira incorporou ao seu texto os referenciais que organizavam o modo de agir da Inspeção. Elementos aqui destacados como: a produção de princípios e não de modelos impositivos e controladores para a organização do trabalho docente, a dimensão da eficiência do corpo, o caráter científico do exercício do professor e a persistência em escolarizar os jogos, serão evidenciados nos capítulos 3, 4 e 5, ao acompanharmos, com maiores detalhes, as ações realizadas pela Inspeção.

---

<sup>267</sup> PEIXOTO, 2003, p. 32.

<sup>268</sup> “Educação Física na escola primária”, in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 39 (grifos da autora).

<sup>269</sup> “Educação Física na escola primária”, in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 44.

## 2.2 Os coadjuvantes

Embora sem tanta visibilidade nas ações da Inspetoria de Educação Física, outras pessoas podem ser citadas como colaboradoras em alguns trabalhos realizados por esse órgão. Natalia Victor Lessa, diplomada como normalista junto com Diumira Paiva, na Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, compôs a comissão avaliadora que concedeu certificados de habilitação às professoras que demonstraram bom desempenho nas provas de conhecimentos teóricos e práticos sobre Educação Física, durante o curso intensivo realizado pela Inspetoria em 1934.<sup>270</sup> José Lourenço de Oliveira, professor do Colégio Arnaldo,<sup>271</sup> proferiu uma conferência, intitulada: “Educação Física e a futura raça brasileira”, no curso intensivo de Educação Física, realizado em 1933.<sup>272</sup> Essa exposição acabou configurando-se como um artigo, de mesmo título, publicado em 1935, no Boletim n. 18: “Educação Physica – Jogos e Callisthenia”. Além desse impresso, Lourenço de Oliveira ainda colaborou com o Inspetor de Educação Física e suas Auxiliares em algumas publicações da Revista do Ensino.<sup>273</sup> Esses artigos comporiam o livro, já citado, “Técnica e Didática da Educação Física Escolar”.

A análise, neste capítulo, dos sujeitos que integraram a Inspetoria de Educação Física e ainda daqueles que colaboraram com seu trabalho ajuda a compreender como o processo de escolarização da Educação Física, promovido por tal órgão, dialogou com referenciais escolares. Note-se que quase a totalidade das pessoas envolvidas com o projeto de intervenção da Inspetoria passou por uma formação na qual a sintonia com as teorias pedagógicas estava presente. Todas as mulheres chamadas a colaborar nas iniciativas da Inspetoria foram formadas para ser professoras e atuaram como tal. Renato Eloy de Andrade, diante de sua relação com a ACM e a ABE, lugares de produção de saberes sobre a Educação Física,

---

<sup>270</sup> Além de Natalia Victor Lessa e da já citada Zembla Soares de Sá, compunham ainda a comissão julgadora que assinam o certificado de um curso intensivo de Educação Física: Renato Eloy de Andrade, Guiomar Meirelles, Diumira Campos de Paiva e também uma sexta pessoa, cuja assinatura não foi possível identificar por completo, mas parece ter, por sobrenome, Noronha Soares. Cabe ressaltar que as fontes não indicam a participação de um sujeito com tal sobrenome em mais nenhuma colaboração de visibilidade junto à Inspetoria, o que também dificultou sua identificação.

<sup>271</sup> Revista do Ensino, n. 53, 54, 55, janeiro/março de 1931, p. 93.

<sup>272</sup> Jornal Minas-Gerais, 24 de outubro de 1933.

<sup>273</sup> Os artigos publicados na Revista do Ensino que contam com a colaboração de José Lourenço de Oliveira são os seguintes: “Objetivos na organização e administração da Educação Física Escolar”, Revista do Ensino, n. 53, 54, 55, janeiro/março de 1931, p. 88-93; “Corpo de Leaders”, Revista do Ensino, n. 59, 60, 61, julho/setembro de 1931, p. 81-88; “Excursão e sua relação com a Educação Física”, Revista do Ensino, n. 68, 69, 70, abril/junho de 1932, p. 65-68.

certamente, teve sua atuação como Inspetor marcada por esses espaços, onde, recorrentemente, encontram-se referências acerca da Educação Física que guardavam vinculação com as modernas idéias pedagógicas.

Meily Assbú Linhales afirma que o modelo de escolarização da Educação Física, promovido pela ACM, “foi acolhido pela ABE por aqueles que operavam com prescrições pedagógicas similares, especialmente aquelas atinentes à Escola Nova”.<sup>274</sup> Renato Eloy era um dos filiados a esse modelo. A composição da Inspetoria é um indício de que, nas proposições desse órgão, a aproximação entre a Educação Física e a instituição escolar ocorria, marcadamente, pelo campo educacional. Era preciso dotar a Inspetoria de sujeitos sensíveis às inovações pedagógicas, referenciadas no ideário escolanovista. Por isso, todos eles têm formação como professores. Nas maneiras de ensinar Educação Física produzidas pelos membros da Inspetoria, podem-se destacar a busca pelo interesse dos alunos, a necessidade de conhecer a infância, a atenção com os métodos científicos balizando o fazer do professorado. As premissas encontram-se, pois, sintonizadas com as idéias da Escola Ativa em Minas.

Um professor de Educação Física com formação diferenciada e inserido em espaços que se propunham a pensar a escolarização dessa disciplina; professoras que, formadas como normalistas, fizeram da Educação Física sua esfera de atuação são os sujeitos que participaram dos investimentos da Inspetoria na escolarização da Educação Física no Estado. Esses professores produziram novas balizas pedagógicas para essa disciplina e demarcaram espaços no processo de autonomização em relação a outras instâncias que vinham informando o ensino de Educação Física nas escolas. No período de existência da Inspetoria, esses sujeitos criaram oportunidades para a produção de novos sentidos para a escolarização da Educação Física.

Entre as iniciativas organizadas pela Inspetoria, é evidente como tal órgão atuou na tentativa de qualificar o professorado que ministrava Educação Física nas escolas. Cursos intensivos foram frequentados por professoras de Belo Horizonte e do interior, impressos foram elaborados e tiveram ampla circulação no Estado. Em meio às dimensões que marcam o processo histórico da profissão docente, pode-se afirmar que a Inspetoria de Educação Física constituiu-se como instância que investiu na organização do trabalho pedagógico para o ensino de tal disciplina e ainda como instituição formadora de professoras especializadas em Educação Física. A realização dos cursos intensivos, a produção e a circulação de impressos,

---

<sup>274</sup> LINHALES, 2006, p.122.

como estratégias elaboradas pela Inspetoria, para a qualificação do corpo docente, que ministrava Educação Física nas escolas, serão tratadas mais apuradamente nos dois próximos capítulos. Nas produções da Inspetoria para a especialização do professorado, possibilidades para compreender o que era “formar-se” como professora de Educação Física.

### **3 A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA “PROFISSÃO RELATIVAMENTE NOVA”**

A qualificação de professoras foi um assunto de relevo na Inspeção de Educação Física, que elaborou diferentes maneiras para investir na formação docente, dentre elas, a organização de cursos intensivos. A expressão incluída no título deste capítulo foi proferida por Renato Eloy de Andrade quando da palestra de abertura do primeiro curso de Educação Física, em 1928.<sup>275</sup> É um indício de que, a partir de meados da década de 1920, o ensino de tal disciplina reclamava particularidades que eram relativamente recentes. Ao mesmo tempo, o aparecimento dessas especificidades não mais permitiria que a Educação Física fosse ensinada nas escolas, sem que a professora por ela responsável tivesse um aperfeiçoamento na matéria. Diante da necessidade de aprimoramento docente específico, a Inspeção organizou cursos intensivos de Educação Física destinados, no seu conjunto, a professoras de Belo Horizonte do interior de Minas Gerais.

É importante destacar que movimentos anteriores também tentaram organizar, mesmo que minimamente, a prática de exercícios físicos sistematizados nas escolas. A iniciativa de designar professoras para o ensino específico da matéria de Exercícios Físicos nas escolas, buscando dar ao seu ensino maior sistematização, data, em Belo Horizonte, pelo menos desde 1907. Assumiram tal cargo Maria da Conceição Netto e Adelaide Emilia Netto, irmãs, que, na opinião de Tarcísio Mauro Vago, podem ser “consideradas as primeiras professoras de ‘Exercícios Physicos’ da Capital (talvez do Estado) a atuar já na forma escolar consagrada em Grupos Escolares”.<sup>276</sup> Em 1914, Guiomar Meirelles foi designada como professora de Ginástica do grupo escolar Barão do Rio Branco com o argumento de “dar maior método e uniformidade ao seu ensino”.<sup>277</sup> Em 1918, a diretora da Escola Infantil Bueno Brandão solicitava autorização para dedicar uma professora específica para a Ginástica referindo-se à competência e à aptidão como necessidades específicas para tal docente.<sup>278</sup> A partir de 1925, desde a reformulação da Revista do Ensino, periódico que pode ser entendido como suporte para também formar o professorado, é evidente como nas suas páginas intensificou-se a publicação de artigos sobre Educação Física, especialmente, sobre jogos.<sup>279</sup> São elementos

---

<sup>275</sup> Jornal Minas Gerais, 5 de outubro de 1928, p. 9.

<sup>276</sup> VAGO, 2002, p. 255.

<sup>277</sup> VAGO, 2002, p. 333.

<sup>278</sup> VAGO, 2002.

<sup>279</sup> VAGO, 2006.

que constituem um processo crescente de clamor em torno da especialização e profissionalização da professora de Educação Física.

“Seria o ideal conseguirmos em cada escola um professor especializado para a pratica de cultura physica”. Esta afirmação encontra-se no artigo “Technica sobre Educação Physica” que discorre sobre o já referido estágio realizado por algumas professoras de grupos escolares da capital. Elas foram ao Rio de Janeiro a fim de adquirir maiores conhecimentos sobre Educação Física. Tal afirmativa indicia sobre a necessidade de especialização docente em 1925, ano em que o texto foi publicado na Revista do Ensino. Contudo, o artigo ainda anunciava: “Devido ao grande numero de escolas existentes em nosso Estado, essa idéa, porém, torna-se irrealizavel”.<sup>280</sup> Diante desse desafio posto desde meados da década de 1920, a Inspeção de Educação Física envidou esforços para realizar um aperfeiçoamento das professoras que ministravam tal disciplina nas escolas.

A necessidade de qualificar o corpo docente não se circunscrevia à disciplina Educação Física. Era um imperativo do governo do presidente Antônio Carlos e do secretário responsável pelas questões do ensino, Francisco Campos. O discurso deste ao tomar posse na Secretaria do Interior, em 1926, é contundente ao afirmar que uma reforma do ensino primário não poderia ser desconectada de um professorado competente para operar a reconfiguração da instrução em Minas.

... não parece de boa razão, como muito bem accentuou o sr. Presidente do Estado, no seu recente e impressivo discurso de Barbacena, que o Estado se proponha ministrar uma instrução primaria graduada e complexa, sem antes cuidar na formação de um professorado sufficientemente apto a exercer com efficiencia o graduado magisterio que se lhe incumbe. A instrução primaria está em função do ensino normal. Este é que determina, estabelece e limita as possibilidades daquella. Uma instrução primaria graduada presuppõe um aparelhamento normal de que ainda não estamos dotados. Ahi estão os elementos de um duplo programma: simplificar a instrução primaria de maneira a utilizar da maneira mais razoavel e mais util as aptidões do nosso professorado e cuidar nos aparelhos e processos de formação e aperfeiçoamento de um magisterio primario capaz de ministrar, com segurança e efficiencia, uma instrução mais ampla e graduada.<sup>281</sup>

Perante tal demanda o Governo Mineiro organizou, em 1928, uma reforma do ensino normal<sup>282</sup> e aprovou novos programas de ensino para formar normalistas.<sup>283</sup> Ressalte-se que estavam previstas nas escolas normais aulas de Educação Física e que tal disciplina teve

<sup>280</sup> Revista do Ensino, n. 7, ano I, setembro de 1925, p. 186.

<sup>281</sup> Jornal Minas Geraes, 9 de setembro de 1926, p. 4.

<sup>282</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 8.162, de 20 de janeiro de 1928. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes, 1928*, Bello Horizonte, 1929.

<sup>283</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 8.225, de 11 de fevereiro de 1928. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes, 1928*, Bello Horizonte, 1929.

também seu programa aprovado por Francisco Campos. Contudo, analisando brevemente as proposições referentes ao seu ensino, é evidente como sua configuração no ensino normal está voltada apenas para os conteúdos. Dentre as práticas propostas no programa de Educação Física para o ensino normal em 1928, encontram-se: ginástica respiratória, exercícios de ordem e disciplina (sentido, direita e esquerda volver...), marchas, ginástica sueca, exercícios de suspensão alongada em barras fixas, saltinhos, corrida de velocidade, jogos menores (bola ao triângulo, *hand-bal*, *captain-ball*), exercícios com bastão, exercícios de equilíbrio, corrida de resistência, vôlei, basquete, *hockey*, *law-tennis*. Além destes, uma pequena passagem a respeito de antropometria escolar. A preocupação central era que a professora em formação bem praticasse as atividades propostas no decorrer do curso. “Executar exactamente todos os exercicios do programma anterior” era a ordem para o ensino de Educação Física.<sup>284</sup> Nos programas aprovados para tal matéria nas escolas normais, não há indícios de preocupação com os métodos e os processos de ensino.

A Escola de Aperfeiçoamento foi criada em função de demandas e projetos do Governo, em 1929. Esse estabelecimento de ensino era destinado ao professorado que já estivesse em exercício. No seu corpo docente, constavam europeus, Theodore Simon e Helena Antipoff para citar alguns, e ainda professoras brasileiras que estudaram nos Estados Unidos, são elas Alda Lodi, Lúcia Schmidt Monteiro de Castro (Lúcia Casasanta) e Amélia de Castro Monteiro. Em estudo sobre essa instituição, Maria Helena Prates comenta que “essa equipe trazia consigo a última palavra sobre as ciências básicas à educação, as técnicas e métodos de ensino decorrentes de seu avanço”.<sup>285</sup>

Outras medidas tomadas pelo governo Antônio Carlos para qualificação docente são destacadas na Mensagem que o Presidente de Minas apresentou ao Congresso Mineiro, em 1930. Tal documento apresenta o trabalho por ele realizado no tocante à instrução e aos demais serviços públicos no Estado. Dentre as medidas, encontram-se cursos de aperfeiçoamento para professores em Minas, conferências, publicações na Revista do Ensino e preparo de boletins especializados, organização de bibliotecas pedagógicas nas escolas normais e nos grupos escolares e reuniões periódicas de professores.<sup>286</sup>

Deante das modernas tendencias e dos postulados da recente sciencia pedagogica, que era força introduzir entre nós, porque seria absurdo, senão criminoso, escolher o que era antigo e é scientificamente repudiado e preterir o que é moderno e

<sup>284</sup> Jornal Minas Geraes, 12 de fevereiro de 1928, p. 9.

<sup>285</sup> PRATES, 1990, p. 16.

<sup>286</sup> MINAS GERAIS. Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Minas Gerais ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 4ª sessão ordinária da 10ª legislatura em 1930. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u314/000001.html>>. Acesso em 06 de julho de 2009.

positivamente experimentado, - diante da onda das novas idéas, dos novos principios, dos novos processos, das novas technicas didacticas, que se recommendam nos regulamentos baixados, era indispensavel formar uma geração de professores, na altura de os entender e de os applicar.<sup>287</sup>

O procedimento de formar professoras específicas em Educação Física é aqui abordado considerando dois aspectos que coexistiram. Primeiro, a necessidade do aperfeiçoamento do professorado, produzida no âmbito do Governo Estadual e, segundo, o próprio movimento interno do processo de escolarização dessa disciplina. A discussão neste capítulo concentra-se em uma das estratégias produzidas pela Inspeção para a especialização docente: a realização de cursos intensivos de Educação Física.

É importante ressaltar que os cursos organizados pela Inspeção de Educação Física foram destinados exclusivamente a professoras, mulheres. Resultado de um processo de feminização do magistério já em curso desde o início do século XX.<sup>288</sup> Em 1906, quando da aprovação do Regulamento da Instrução Primária, o Governo Mineiro explicitou no art. 18, do Decreto n. 1.960: “as escolas publicas primarias serão de preferencia regidas por professoras, e sempre por estas as do sexo feminino e mixtas”.<sup>289</sup> Os motivos de tal predileção estavam relacionados à vocação, à possibilidade de oferecer uma carreira às mulheres e à maior facilidade delas sujeitarem-se aos baixos salários.<sup>290</sup>

Luciano Mendes de Faria Filho ao abordar as transformações no interior do magistério mineiro no início dos 1900, comenta que, no tocante aos estabelecimentos de ensino de Belo Horizonte, a posição adotada pelo Governo neste Regulamento apenas corroborava um movimento de expansão do ingresso de mulheres no magistério. O autor pondera que “no caso dos grupos escolares e das escolas isoladas da capital, tratava-se muito mais de legitimar uma situação já existente do que de estabelecê-la”.<sup>291</sup>

Um dos componentes essenciais desse movimento é a estreita relação estabelecida entre a família e a escola, por conseguinte, entre os papéis sociais de mãe e de professora. Na produção de sensibilidades conferidas ao trabalho docente, características ditas femininas,

<sup>287</sup> MINAS GERAIS. Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Minas Gerais ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 4ª sessão ordinária da 10ª legislatura em 1930. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u314/000033.html>>. Acesso em 06 de julho de 2009. p. 35.

<sup>288</sup> O termo “feminização” tem sido utilizado na História da Educação para designar um movimento gradativo de substituição de professores por professoras responsáveis pelo ensino nas escolas, e tem ajudado a reconstruir o processo histórico de produção do magistério como uma ocupação essencialmente do gênero feminino. Muitos são os estudos que se têm dedicado ao tema, dentre os quais se podem citar trabalhos de Guacira Lopes Louro (2000) e Eliane Marta Teixeira Lopes (1991).

<sup>289</sup> MINAS GERAIS. Decreto n.1.960, de 16 de dezembro de 1906. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes, 1906*, Belo Horizonte, 1906. p. 158.

<sup>290</sup> FARIA FILHO, 2000.

<sup>291</sup> FARIA FILHO, 2000, p. 108.

autorizaram maneiras de ser professora. Seria uma espécie de vocação para a docência. Docilidade, paciência, conhecimento do espírito infantil, habilidades para a organização de solenidades, cuidados com o asseio do corpo, tudo isso se esperava das professoras mineiras. Se a vocação era encarada como elemento fundamental, esta sozinha não garantiria o bom exercício do magistério. Era preciso adquirir uma competência necessária ao trabalho de ensinar. Em Minas Gerais, desde inícios do século XX, os argumentos da vocação e da direção técnica constituíram requisitos indispensáveis à profissão docente.<sup>292</sup>

No tocante à Educação Física, docentes mulheres assumiram seu ensino na escola. Em documentos produzidos pela própria Inspeção é possível mencionar que elas eram responsáveis por aulas de meninos e meninas. Quando Renato Eloy de Andrade publica no jornal Minas Gerais um modelo de relatório a ser respondido pelas professoras de Educação Física, no qual, um dos itens expressa “1.º- N. total de alunos frequentes : meninos – meninas; 2.º- N. total de alunos que frequentam as aulas de ginástica: meninos meninas (sic)”,<sup>293</sup> ele sugere que tais professoras ministravam exercícios para ambos os sexos. Situação que não prevê a necessidade de formação masculina para o ensino de tal disciplina nas escolas e que vai ao encontro do processo de feminização do magistério aqui comentado. Cabe ressaltar ainda que as fontes consultadas neste estudo, e que foram produzidas pela atividade da Inspeção, recorrentemente referem-se ao aperfeiçoamento de docentes mulheres. No que dizem respeito aos cursos intensivos elas compreendiam a totalidade de matriculadas. Renato Eloy de Andrade ao publicar informes referentes à organização e realização dos cursos, sempre os destinava às professoras.

As professoras que ministravam Educação Física nas escolas, durante a década de 1920, viram o ensino de tal matéria complexificar-se. Já não bastava que essas docentes possuíssem qualidades consideradas desejáveis ao professorado de Educação Física, citem-se “agilidade, destreza, presença de espírito, bôa compleição e, sobretudo, bom humor. Esta ultima condição é imprescindível e primordial (...)”.<sup>294</sup> Aliada a essas características mostrava-se necessário uma direção técnica, que tomasse por objeto de estudo os processos de ensino. A dimensão eminentemente prática que perpassava a formação das professoras mostrava-se insuficiente. O conhecimento acerca da Educação Física baseado na experiência docente também não satisfazia os novos rumos do seu ensino. Diumira Campos de Paiva, ao escrever a tese “Educação Física na escola primária”, por ocasião do VII Congresso Nacional

---

<sup>292</sup> Cf. FARIA FILHO, 2000.

<sup>293</sup> Jornal Minas-Gerais, 21 de abril de 1934, p. 5.

<sup>294</sup> Revista do Ensino, n. 7, setembro de 1925, p. 186.

de Educação, defende esse ponto de vista. Argumentava a Auxiliar Técnica da Inspeção a necessidade de organizar proposições no sentido de orientar o trabalho do professorado, para que o ensino de Educação Física não se baseasse “quasi que unica e exclusivamente na experiencia do professor”.<sup>295</sup> É pensando no aperfeiçoamento das professoras que trabalhavam com o ensino de Educação Física e na orientação desse exercício docente específico, que a Inspeção realizou cursos intensivos dessa disciplina.

Essa iniciativa da Inspeção é de ampla, mas nem sempre intensa, divulgação no jornal Minas Gerais, e mesmo assim, informações a seu respeito por vezes apresentam-se muito lacunares. Não foi possível precisar com exatidão o número de cursos oferecidos, a quantidade de professoras atendidas, dentre outros. Sobretudo, interessa aqui examinar a maneira pela qual a Inspeção qualificou professoras de Educação Física. Qual o desenho elaborado para a formação específica dessas docentes? Ser professora de Educação Física guardava relação com quais outros saberes? Em 1928, dizia Claudionor Lopes, funcionário da Inspeção Geral da Instrução Pública, que “o Regulamento do Ensino Primario, actualmente em vigor, introduziu no regime escolar inovações que têm por escopo o fortalecimento do preparo pedagogico do professorado (...)”.<sup>296</sup> Diante desse imperativo, teria a Inspeção de Educação Física se preocupado com os métodos e os processos de ensino? Para compreensão desse capítulo, a organização segue a cronologia da realização dos cursos. Tal operação ajuda a identificar, no período de existência da Inspeção, especificidades no desenho de formação de professoras de Educação Física.

Ao discorrer sobre a iniciativa da Inspeção de Educação Física em constituir momentos de qualificação de professoras que ministravam aquela disciplina nas escolas, foi possível sinalizar dois movimentos. O primeiro compreende os cursos realizados entre 1928 e 1932 e o segundo abrange os cursos intensivos organizados em 1933 e 1934.

### **3.1 As primeiras iniciativas de realização de cursos intensivos de Educação Física (1928-1932)**

Ao analisar a realização de cursos nos anos de 1928 a 1932, esse período pode ser configurado como um primeiro momento, porque tais ações parecem assemelhar-se mais a

---

<sup>295</sup> “Educação Física na escola primária”, in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 45.

<sup>296</sup> Jornal Minas Geraes, 5 e 6 de março de 1928, p. 2.

uma tentativa de perceber se tal iniciativa lograria êxito e a uma espécie de possibilidade de despertar no professorado o interesse pelo seu aperfeiçoamento.

Em publicação da Revista do Ensino, a notícia de um curso de aperfeiçoamento para professores de todo o Estado, indica que a Inspeção antes de realizar um curso específico de Educação Física, destinou seus membros para uma iniciativa ampla de formação docente. Maria Carolina Campos, professora do grupo escolar de Formiga, apresenta naquele periódico um relatório de aulas ministradas durante o mês de agosto de 1928, do qual se extrai informações acerca do programa de ensino de tal curso de formação geral. Várias foram as disciplinas estudadas: Higiene Escolar, Psicologia Educacional, Metodologia, História da Pedagogia, Metodologia da Aritmética, Práticas Escolares, Testes e Ginástica. Para esta última foram professores Renato Eloy de Andrade e Guiomar Meirelles. Neste relatório, constava ainda a periodicidade das aulas, que eram diárias e ainda os conteúdos ali tratados:

Assumpto: – Calisthênica – Nomenclatura em geral – Dos movimentos em geral – Direcções – Posições – Vozes de commando – Instrucções geraes – Educação physica – Palavras de introdução – Relação das actividades que podem constituir um programma de educação physica – Methodo artificial – Methodo natural – Marchas – Evoluções – Exercicios calisthênicos, por ordem, por rythmo, com musica – Exercicios em conjuncto, simples e combinados, com alteres, bastões, maças, bandeiras – Danças gymnasticas com ou sem musica – Jogos menores.<sup>297</sup>

Na análise das temáticas das aulas de Ginástica, indícios de que nos assuntos abordados prevalecia ainda um conhecimento muito referenciado no caráter prático de tal disciplina. O estudo dos exercícios a serem ministrados às crianças sobressai em relação a uma preocupação mais pedagogicamente orientada. Programa que sofreria modificações já no primeiro curso intensivo específico de Educação Física, realizado logo adiante, em outubro daquele ano.

O curso intensivo foi das primeiras incumbências da Inspeção de Educação Física a ser concretizada. O primeiro curso específico, realizado em outubro de 1928, teve sua solenidade de abertura no grupo escolar “Barão do Rio Branco”, e foi destinado às professoras dos grupos escolares de Belo Horizonte. Foi também a oportunidade de Renato Eloy proferir suas primeiras palavras como Inspetor de Educação Física. Dizia ele:

Sinto-me feliz tambem por ter merecido a escolha do digno presidente Antonio Carlos para organizar, em nosso prospero Estado, a Inspectoria de Educação Physica, único no gênero em todo o Brasil. Não só isso; é tambem motivo para meu desvanecimento ser um dos executores dessa bellissima reforma de instrucção publica, elaborada pelo preclaro sr. Secretario do Interior, dr. Francisco Campos (...).<sup>298</sup>

<sup>297</sup> Revista do Ensino, n. 26, outubro de 1928, p. 79.

<sup>298</sup> Jornal Minas Geraes, 5 de outubro de 1928, p. 9.

Não foram encontrados outros registros desse curso. Apenas uma publicação no jornal Minas Gerais que abrange sua inauguração e as palavras proferidas pelo Inspetor de Educação Física. Assim, não foi possível apreender com maiores detalhes a configuração dessa iniciativa, e aqui me refiro à duração do curso, ao corpo docente que ministraria as aulas e demais conteúdos ensinados. Contudo, a conferência pronunciada por Renato Eloy deixa pistas do que a Inspetoria estava organizando para aperfeiçoar as professoras de Educação Física.

Nestas breves e primeiras palavras que dirijo ás minhas alumnas, só me será possível – pela exiguidade do tempo – abordar perfunctoriamente, num ligeiro esborço, algumas das finalidades da Educação Physica, acatadas e sancionadas pelos últimos trabalhos scientificos, que sob o ponto de vista biologico, quer sob o da psychologia.<sup>299</sup>

Ao preparo docente estava associada também à idéia de cientificidade. O conhecimento acerca da infância encontrava nos saberes científicos fértil terreno para fundar novas orientações pedagógicas. O estudo da criança era parte integrante do curso promovido pela Inspetoria. Fisiologia e psicologia foram os temas privilegiados por Renato Eloy no seu primeiro encontro com as alunas. Dizia ele que a partir dos 7 anos, devido à insuficiência do sistema circulatório, os músculos das crianças fatigar-se-iam rapidamente visto ser “neste periodo que seus musculos e ossos crescem rapidamente, solicitando do coração maior affluencia de sangue para sua nutrição”. Do ponto de vista psicológico é evidente como a questão dos instintos é considerada. Sobre o aluno, afirmava o Inspetor de Educação Física que “seu poder inhibitorio é empregado poucas vezes; attende aos seus desejos e ás suas emoções sem reflectir nos resultados”. E isso as professoras que ali estavam poderiam verificar em suas classes uma vez que “a creança nos jogos manifesta-se tal como é (...)”. Tal prática era das mais recomendadas para as aulas de Educação Física, “porque interessam aos instintos”.<sup>300</sup> Nessa ambiência, a formação do caráter passa a configurar-se como intencionalidade do ensino de Educação Física. Explanava Renato Eloy:

Um professor que não utilize em sua classe as opportunidades que se lhe apresentam para influir na formação de bons caracteres, tem seus ideaes profissionaes limitados e o seu trabalho, sobre ser deficiente, é prejudicial, pois não tendo os impulsos naturaes da creança qualidades moraes proprias, actuam de accordo com o meio, razão esta da necessidade de acurada orientação pedagogica, da qual dependerá a felicidade do individuo e da sociedade.<sup>301</sup>

<sup>299</sup> Jornal Minas Geraes, 5 de outubro de 1928, p. 9.

<sup>300</sup> Jornal Minas Geraes, 5 de outubro de 1928, p. 9.

<sup>301</sup> Jornal Minas Geraes, 5 de outubro de 1928, p. 10.

Na palestra do Inspetor, os jogos foram encarados como boas oportunidades para cultivar “o espirito de cooperação e de sacrificio pessoal nas competições entre *teams*”; para praticar “a cortezia que deve reinar entre companheiros e adversarios”; e ainda para exercitar “a obediencia ás decisões do professor”. Considerando tudo isso, os jogos seriam excelentes práticas tanto na dimensão individual quanto coletiva. Por meio deles “se ensinam praticamente as leis cujos principios basicos se encontram nos códigos sociaes”.<sup>302</sup> Essa era uma das chaves pedagógicas proposta pelos ideais que nortearam a Reforma do Ensino de 1927. O texto daquele aparato legal anunciava que “sómente no e pelo seu funcionamento, as noções se transformam de meros symbolos e signaes em conhecimento significativo e util”.<sup>303</sup> Pela experiência infantil de jogar, as crianças incorporariam valores e hábitos para usos na vida em sociedade.

A Educação Física ainda lançaria mão de outro conteúdo: a calistenia.<sup>304</sup> Se os jogos eram considerados atividades naturais porque “interessam aos instinctos”, as artificiais eram representadas pela calistenia, uma vez que “exige posições controladas e disciplinadas pela vontade”.<sup>305</sup> Na abertura do curso essa prática foi destacada nas palavras do Inspetor pelo seu caráter suave. Ela adequava-se às condições infantis e ainda proporcionava um desenvolvimento muscular harmônico, ressaltando a beleza e a simetria do corpo. Renato Eloy apregoava que a função da calistenia na escola era tríplice:

1º - *Preventiva*, porque prepara o physico da creança para resistir aos prejuizos da vida sedentaria escolar, incompativel com o dynamismo proprio da infancia, e porque estimula todo o desenvolvimento organico normal.

2º - *Correctiva*, porque corrige os defeitos orthopedicos adquiridos, minora os que são congenitos, regulariza as funcções physiologicas fortalecendo os musculos abdominaes, ampliando o thorax, activando a circulação, e facilitando a eliminação residual.

3º - *Disciplinadora*, porque aperfeiçôa a coordenação neuro-muscular, permittindo aos musculos prompta obediencia ás sollicitações emanadas dos centros nervosos.<sup>306</sup>

<sup>302</sup> Jornal Minas Geraes, 5 de outubro de 1928, p. 9.

<sup>303</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1130.

<sup>304</sup> Calistenia é palavra de origem grega e significa beleza e força (Kallós = belo e sthenos = força). Inezil Penna Marinho compreende a calistenia como “um sistema de ginástica que encontra as suas origens na ginástica sueca”. Comentando o histórico de tal prática, indica que um autor chamado Clia publicou em 1829 um livro, que dedicado às mulheres, foi denominado “Kallistenia” com o subtítulo de “Exercícios para beleza e força”. Inezil também destaca o papel da Associação Cristã de Moços, nos Estados Unidos, para a difusão da calistenia pelo mundo. Afirma ele que tal prática popularizou-se e “logo se viu espalhada pelos cinco continentes, levada pelos Secretários e Diretores de Educação Física graduados nas escolas, de Springfield e Chicago” (MARINHO, s/d, p. 265-267). Vale relembrar que Renato Eloy de Andrade formou-se pela referida escola de Chicago.

<sup>305</sup> Jornal Minas Geraes, 5 de outubro de 1928, p. 9.

<sup>306</sup> Jornal Minas Geraes, 5 de outubro de 1928, p. 10 (grifos do autor).

Nesta passagem, evidências de que as referências de dois diferentes primados estavam em debate nas proposições para a calistenia. Um relativo à ortopedia que fazia alusão às práticas de prevenção e correção da deformação, e outro, referente à eficiência, metáfora de uma intervenção pedagógica impregnada pelos ritmos fabris e pela pretendida vida moderna.<sup>307</sup> Nas palavras de Renato Eloy o papel da calistenia na escola extrapolava a intenção da correção corporal e assumia também uma função que visava maior eficácia no funcionamento fisiológico dos corpos. Melhor ativação da circulação, aprimoramento da coordenação neuro-muscular, resposta muscular mais rápida aos estímulos nervosos, estão nos propósitos da calistenia.

Ainda no tocante à ginástica, o tão debatido assunto no Congresso de Instrução Primária de 1927 sobre o uso dos aparelhos por crianças, permanecia em pauta no curso intensivo. Asseverava Renato Eloy que convinha “até evitar o abuso dos aparelhos”, sem, no entanto, “banir de todo os instrumentos, vários dos quaes são convenientes e outros indispensaveis”. A tensão permanecia em torno de quais aparelhos seriam autorizados para a prática da ginástica escolar praticada pelos alunos do ensino primário. Mais do que isso, interessava a maneira como seriam utilizados e os propósitos a serem alcançados com tal uso. Renato Eloy defendia que a ginástica escolar deveria desenvolver nos alunos “o *quantum* de vigor physico essencial ao equilibrio da vida humana”, “de maneira que todos os grupos de musculos funcionem harmoniosamente”. Condenava para as crianças o incremento excessivo de força. Ainda na abertura do curso intensivo de 1928, o Inspetor argumentava que a “a superabundancia de força bruta não é nada precisa; porquanto, para todos os trabalhos que demandam grande esforço, temos os nossos cavallos, os nossos bois e as nossas machinas a vapor e a explosão”.<sup>308</sup>

Nas proposições de Renato Eloy para o ensino de Educação Física, a prática dos jogos estava intimamente relacionada aos instintos e à intencionalidade de formação de caráter. A calistenia voltava-se especialmente para a constituição e a eficiência dos corpos. No entanto, o estudo desses conteúdos já não bastava para a professora de Educação Física a ser qualificada pela Inspeção. Tal órgão procurou realizar seus cursos intensivos em consonância com os ideais que inspiraram a Reforma do Ensino Primário em 1927. Era imprescindível saber sobre os demais sujeitos da educação, naquele momento, centrais no processo de aprendizagem: os alunos. Conhecer seu desenvolvimento, suas necessidades e o funcionamento do corpo

---

<sup>307</sup> Para maiores esclarecimentos sobre os primados da ortopedia e da eficiência, ver Marta Carvalho (1997) que trabalha com essas referências no campo educacional e Tarcísio Mauro Vago (2002) que traz esse debate para a Educação Física.

<sup>308</sup> Jornal Minas Geraes, 5 de outubro de 1928, p. 10.

infantil, fazia parte da formação proposta pela Inspeção de Educação Física. Assim, assegurava Renato Eloy, ainda na sua palestra de inauguração do primeiro curso intensivo:

Hoje, conhecidas as leis do crescimento e a importância que têm os instintos no desenvolvimento do ser humano, o candidato ao ensino da educação física, profissão relativamente nova, terá que se orientar de maneira muito diversa da até então seguida.

Em lugar de aprender exclusivamente jogos e exercícios e então considerar-se apto para ensinar e guiar a criança no desenvolvimento do seu organismo, deve, principalmente, fazer um estudo mais ou menos detido da anatomia, fisiologia, higiene, psicologia e, sobretudo, da evolução da raça, que lhe fará compreender o verdadeiro significado do progresso físico, mental e moral do *genus homo*.<sup>309</sup>

O fato de Renato Eloy referir-se a uma “profissão relativamente nova” pode dever-se à nova configuração que vinha sendo estabelecida para o ‘tornar-se’ professora de Educação Física.<sup>310</sup> Tal denominação definitivamente passava a designar o ensino das práticas corporais sistematizadas nas escolas e passava a exigir uma nova demarcação para a formação de tais docentes, uma vez que os conhecimentos para o ensino de Educação Física vinham complexificando-se. Processo que demandava uma especialização cada vez maior. Nas palavras do Inspetor, elementos que apontam para a profissionalização da professora específica em Educação Física. A necessidade de um conjunto de saberes para a orientação do trabalho docente e a instituição de um órgão destinado a transmiti-lo são indícios desse processo.

Destinado “ao aperfeiçoamento das professoras de educação física dos grupos da Capital”,<sup>311</sup> o curso organizado em fevereiro de 1930 estava sob a responsabilidade de Renato Eloy de Andrade, que teria por “assistente técnica” a professora Guiomar Meirelles. Ao anunciar o início do segundo curso promovido pela Inspeção, o Jornal Minas Gerais publica que compareceram à inauguração do mesmo dezoito professoras: “dez das quaes já fizeram o primeiro curso em 1929 e oito que o farão pela primeira vez este anno”. Tal curso teria “a duração minima de um mez, para aquellas, e de dois mezes, para estas professoras”.<sup>312</sup> A divulgação dessa informação pode estar equivocada no que diz respeito ao ano do primeiro curso, pois como publicou o mesmo Órgão Oficial do Estado, em 1928 foi oferecido, sob os cuidados de Renato Eloy de Andrade, um curso intensivo de Educação Física. Outra hipótese é redimensionar a realização desta iniciativa em 1928, encarando tal ano apenas como

<sup>309</sup> Jornal Minas Geraes, 5 de outubro de 1928, p. 9.

<sup>310</sup> Nesse momento, no Brasil, ainda não existia curso para formação de professores em Educação Física. O próprio Renato Eloy de Andrade realizou fora do país, em Chicago e Montevideu, sua formação. Para qualificar professores, o que aqui existiam eram iniciativas isoladas em diferentes Estados, quer no âmbito da Educação quer no das Forças Policiais.

<sup>311</sup> Jornal Minas Geraes, 2 de fevereiro de 1930, p. 5.

<sup>312</sup> Jornal Minas Geraes, 2 de fevereiro de 1930, p. 5.

inauguração do curso, que pode ter decorrido no ano seguinte. Ou ainda, é possível que tenha acontecido um curso em 1928 e outro no ano posterior. Cabe ressaltar que para 1929, no jornal Minas Gerais, não foram localizados registros de nenhuma iniciativa dessa natureza.

Aqui uma novidade apresentou-se. Por determinação de Francisco Campos, foi organizado um curso adicional àquele de Educação Física inaugurado em fevereiro. Tratava-se de um aperfeiçoamento de caráter geral e seu início foi em abril de 1930. Seria uma espécie de formação complementar. Dirigido pelo Inspetor Geral da Instrução, Mário Casasanta, o curso que teria a duração de um mês, era uma iniciativa interessada na “obra de difusão das modernas doutrinas pedagógicas, que o actual Governo do Estado, sem poupar sacrifícios, vem empreendendo (...)”.<sup>313</sup>

Destinado, especialmente, às professoras que vinham fazendo o curso de Educação Física iniciado em fevereiro de 1930, demais docentes do ensino primário também poderiam fazer a referida qualificação de caráter mais geral. A estas era permitido frequentar o curso na sua totalidade ou parcialmente. Porém “as alumnas do curso de educação physica são obrigadas á frequencia de todas as aulas e materias”.<sup>314</sup> Devido a tal obrigatoriedade seriam dispensadas dos seus trabalhos diários.

O número de demais professoras que se inscreveu para tal aperfeiçoamento geral superou as expectativas, tanto que as aulas inicialmente a serem realizadas no grupo escolar Afonso Pena, foram transferidas para o edifício da Câmara dos Deputados.<sup>315</sup> O programa do curso continha as seguintes matérias: Metodologia Geral, Instituições Escolares, Testes, Metodologia da Língua Pátria, de Aritmética, de Ciências Naturais, de História e Educação Moral e Cívica, de Geografia e Educação Física, que seria ministrada por Renato Eloy de Andrade.<sup>316</sup> Para completar o corpo docente foram designados professores da Escola de Aperfeiçoamento e da Escola Normal Modelo.<sup>317</sup> Seriam duas aulas de cada disciplina por semana.

Essa formação complementar ao curso de Educação Física dirigido pelo Inspetor de Educação Física, indica o investimento para a elevação do nível técnico e intelectual das professoras responsáveis pelo ensino de tal disciplina nas escolas. É reforçada a premissa de que não bastava o conhecimento eminentemente prático. Para alcançar a perspectiva da

---

<sup>313</sup> Jornal Minas Geraes, 22 de março de 1930, p. 8.

<sup>314</sup> Jornal Minas Geraes, 30 de março de 1930, p. 6.

<sup>315</sup> Jornal Minas Geraes, 2 de maio de 1930.

<sup>316</sup> Jornal Minas Geraes, 24 e 25 de março de 1930.

<sup>317</sup> Ministraram aulas neste curso os seguintes professores: Benedicta Valladares, Ignacia Guimarães, Luiza Valladares Ribeiro, Amelia de Castro Monteiro, Maria Luiza de Almeida Cunha, Lucia Schmidt Monteiro de Castro, Alda Lodi, Edgard Renault Coelho, Firmino Costa e Mario Casasanta (Jornal Minas Geraes, 30 de março de 1930, p. 6-7).

reorganização do ensino primário em Minas, a formação dos professores necessitaria estar em consonância com as idéias que nortearam a Reforma, especialmente, no tocante aos processos de ensino. Mário Casasanta, Inspetor Geral da Instrução, na solenidade de encerramento daquela formação complementar, em maio de 1930, enfatizou essa importância: “Accresce que o nosso curso comprehenderia mais de setenta conferencias e que os pontos essenciaes de methodologia haviam de ser pisados e repisados por todos os professores, por causa da intima interpenetração de todas as materias”.<sup>318</sup>

O jornal Minas Gerais deu ampla divulgação ao curso de aperfeiçoamento geral promovido por Francisco Campos, publicando com frequência informações sobre as aulas das matérias relacionadas para o curso. Contudo, no tocante à disciplina de Educação Física, o jornal silencia-se. Não são apresentados dados das aulas ministradas por Renato Eloy e sua assistente, Guiomar Meirelles. Os programas de ensino, os horários, os conteúdos versados nas aulas, nenhum desses quesitos foi publicado a respeito da Educação Física, mas o foi para as outras matérias. Talvez, porque as aulas de Educação Física já estivessem em andamento, e seus programas e horários permanecessem inalterados mesmo com a realização do curso complementar de iniciativa do Secretário do Interior.

Encerradas as atividades do curso de aperfeiçoamento geral para as professoras do ensino primário, logo se organizou mais um curso intensivo de Educação Física, promovido por sua Inspetoria e dirigido por Renato Eloy de Andrade. Tal iniciativa, mandada organizar pelo Secretário do Interior, era exclusivamente destinada às professoras das Escolas Normais de Minas Gerais. Aqui, duas novidades: a qualificação de docentes que preparavam as normalistas que ensinariam nos grupos escolares e a ampliação do público que poderia vir das demais cidades do Estado.

As aulas seriam ministradas na Escola de Aperfeiçoamento durante toda a semana, excetuando-se o domingo. Contabilizavam 15 horas de trabalhos semanais, assim distribuídas: às segundas-feiras das 13 às 15 horas; às terças, quartas, quintas-feiras e sábados das 13 às 16 horas; e às sextas-feiras das 13 às 14 horas.<sup>319</sup> O programa de ensino organizado pelo Inspetor de Educação Física compunha-se de conteúdos sintonizados com a preocupação acerca dos métodos e processos de ensino que deveriam nortear a ação docente. Assim propôs Renato Eloy de Andrade:

---

<sup>318</sup> Jornal Minas Geraes, 2 de maio de 1930, p. 4.

<sup>319</sup> Jornal Minas Geraes, 22 de maio de 1930.

- 1- Prática de calisthenia, commando e marchar;
- 2- Prática e estudo das regras de jogos;
- 3- Prática da arte de ser juiz;
- 4- Estudo das bases científicas para a organização de séries de exercícios, obedecendo precipuamente a ordem progressiva das dificuldades anatómicas e de coordenação neuro muscular, nos diversos períodos da idade fisiológica dos alunos;
- 5- Prática de direção de classes;
- 6- Anthropometria:
  - a- geral; b- aplicada a educação física; c- manejo de “testes” e índices de eficiência física;
- 7- Elaboração de séries de exercício e programas de classes;
- 8- Didática (organização, crítica e manejo de classes);
- 9- Relação entre a educação física e os objetivos gerais do ensino;
- 10- Valores intrínsecos e extrínsecos da educação física, quanto ao indivíduo à escola e a sociedade;
- 11- Métodos e processos para formação de “teams”, organização de campeonatos e corpos de monitores;
- 12- Estudos das condições materiais dos estabelecimentos de ensino e meios práticos de sua adaptação aos fins de educação física.<sup>320</sup>

A calistenia e os jogos continuam sendo as práticas privilegiadas nas proposições para o ensino de Educação Física. O estudo da antropometria encarada como instrumento científico de mensuração, contribuiria para a organização de classes homogêneas, separando os alunos considerados “normais” dos “débeis” orgânicos. A medição resultante do exame físico dos alunos funcionaria para o professorado que ministrava Educação Física nas escolas como eixo orientador do trabalho docente. Por meio daquele poderia ainda apreciar os efeitos dos exercícios físicos nos organismos das crianças, conhecendo a marcha do seu desenvolvimento físico. Essa espécie de controle científico do trabalho do professorado também se expressa na necessidade de constituir um programa de exercícios referenciado na anatomia e na fisiologia.

A análise desses pontos do programa guarda relação com as maneiras de ensinar que era uma das preocupações inseridas no Regulamento do Ensino Primário de 1927. As novas orientações para a instrução expostas na Reforma recomendavam a socialização das crianças, a necessidade de experimentação e a vinculação das experiências infantis à aplicação na vida cotidiana.<sup>321</sup> Então, a Inspeção de Educação Física ao estabelecer conhecimentos necessários ao ensino de tal disciplina, atende à expectativa dos reformadores, forjando uma consciência pedagógica mais afeita ao exercício docente, às necessidades biológicas, psicológicas e culturais das crianças, ao zelo com os métodos e os processos de ensino. Elementos cada vez mais presentes no processo educativo.

<sup>320</sup> Jornal Minas Geraes, 22 de maio de 1930, p. 8-9.

<sup>321</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928.

Quando da inauguração desse curso, em 23 de maio de 1930, o Inspetor Geral da Instrução, Mário Casasanta, expressou no seu discurso um entendimento sobre a Educação Física fortemente marcado como meio de preparação para o trabalho. Para Casasanta,

Nas escolas primarias, mais do que em qualquer outra escola, parece-lhe necessaria uma educação physica efficiente, porque a maior parte dos que a frequentam se destinam a officinas, á agricultura e a serviços braçaes e manuaes, onde mais se gasta força muscular.

Concluiu por afirmar que tal educação é imprescindível para a formação de todos os cidadãos, mas notadamente para a do operario, do soldado e da mulher, louvando o pensamento de Tissie, de que “a mulher forte é mãe da raça forte”.<sup>322</sup>

A idéia de “organizar o trabalho nacional” com recursos da escola ganha acolhimento nas palavras de Casasanta. Diante do debate moderno e urbano sobre a eficiência, que emprestava uma dimensão de rendimento à educação, movimento que Marta Carvalho denominou de “taylorismo na escola”, é importante ressaltar que:

Para além dos circuitos e dos objetos em que, de forma mais visível, o *taylorismo educativo* teve sua difusão e aplicação, disseminaram-se representações da vida moderna que, condensadas no modelo da fábrica, produziam novas sensibilidades. Nesse processo, a pedagogia deixava-se impregnar pelos novos ritmos da sociedade da técnica e do maquinismo. Ritmos que faziam entrever modalidades inéditas de intervenção disciplinar. Assim, por exemplo, caberia ao professor “guiar” a “liberdade” do aluno de modo a garantir que o “máximo de frutos” fosse “obtido com um mínimo de tempo e esforço perdidos”. Assim, também, urgia evitar que o “interesse” do aluno – peça fundamental na nova pedagogia – se transformasse em “paixão”, princípio “intempestivo” de “escolhas caprichosas”.<sup>323</sup>

A Inspeção de Educação Física parece dialogar com tais referências disciplinares e aposta também na formação do caráter, como resultado da ação nos instintos infantis. Os integrantes da Inspeção concebiam as finalidades da Educação Física para além de uma constituição corporal. Preparar os indivíduos em diferentes aspectos seja eles o biológico, o intelectual, o social e o moral, esse era o entendimento da Inspeção. Alguns anos depois Diumira Campos de Paiva registrou essa compreensão, na sua tese produzida para VII Congresso Nacional de Educação, em 1935, “os objetivos da Educação Física não se limitam ao biológico, ao intelectual e ao social, encerram a finalidade primordial da Educação – a formação do caráter”.<sup>324</sup>

O curso de Educação Física destinado às professoras que ministravam tal disciplina nas Escolas Normais terminou em setembro de 1930. A solenidade de seu encerramento comportou um cerimonial, mas também permitiu demonstrações de atividades práticas como “a) exercicios com alteres; b) exercicios com bastões; c) exercicios com maçãs; d) partida de

<sup>322</sup> Jornal Minas Geraes, 24 de maio de 1930, p. 9.

<sup>323</sup> CARVALHO, 1997, p. 285 (grifos da autora).

<sup>324</sup> “Educação Física na escola primária”, in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 41.

“volley ball”, entre as alunas do curso e as da Escola de Aperfeiçoamento”<sup>325</sup>. No término do curso foi também proferida uma palestra sobre Educação Física, pela professora Domicilia de Oliveira Machado, da “Escola Normal de Manhuassu”. Essa festividade, para a qual foram convidadas as professoras de Educação Física dos grupos escolares de Belo Horizonte, pode ser interpretada também como ação intencional que pretendeu criar nas demais docentes novas expectativas em relação ao ensino de tal disciplina. Assim, a organização dessas solenidades configurar-se-ia também como espetáculo formador de sensibilidades em face das novas orientações para o ensino de Educação Física. Era o Governo Estadual destacando essa disciplina como parte integrante da Reforma do Ensino que havia apreendido e, diante das inovações educacionais ali inseridas, estava envidando esforços para melhor qualificar a presença da Educação Física nas escolas.

Terminado este curso, foram concedidos 15 dias de férias às professoras das Escolas Normais que dele fizeram parte integralmente.<sup>326</sup> É mais uma pista de que o Governo do Estado estava subsidiando a qualificação docente, uma espécie de incentivo e reconhecimento dos trabalhos do professorado que se dispôs a qualificar-se.

Em 1931, não há notícias sobre a organização de um curso intensivo de Educação Física, nos moldes em que vinha organizando sua Inspeção. Contudo, Renato Eloy de Andrade permanecia em contato com as professoras de Educação Física dos grupos escolares da capital. O Inspetor reunia-se com tais docentes, às quintas-feiras, de 13 às 15 horas, na Escola de Aperfeiçoamento, “afim de se orientarem a respeito dos seus trabalhos”.<sup>327</sup>

Em setembro do mesmo ano, um comunicado assinado pelo Inspetor Geral da Instrução, Carlos Campos, informava que seria reiniciado, na primeira quinzena de outubro, o “curso de educação física, dirigido pelo professor Renato Eloy de Andrade, na Escola Normal Modelo, de 8 às 10 da manhã” ficando as professoras que ministravam Educação Física nos grupos escolares da capital dispensadas da leitura nos estabelecimentos.<sup>328</sup> Embora diferente na sua estrutura organizacional, as aulas semanais configuraram-se também, nas palavras de Campos, como curso promovido pela Inspeção. Não foram localizados maiores registros sobre esses encontros, nem detalhes do que ali tratavam e ainda por qual período essas reuniões aconteceram. O que se pode inferir é que a Inspeção organizou maneiras diferentes de qualificar o trabalho docente. Na iniciativa aqui apreendida o sentido aproxima-se mais de uma orientação para o ensino de Educação Física, de ordem mais pragmática, enquanto que

---

<sup>325</sup> Jornal Minas Geraes, 1 e 2 de setembro de 1930, p. 9.

<sup>326</sup> Jornal Minas Geraes, 11 de setembro de 1930.

<sup>327</sup> Jornal Minas Geraes, 11 de fevereiro de 1931, p. 4.

<sup>328</sup> Jornal Minas-Gerais, 18 de setembro de 1931, p. 4.

outros cursos empreendidos por tal órgão assemelham-se mais a uma formação docente continuada.

As reuniões periódicas permaneceram organizadas pela Inspetoria para o ano de 1932. As professoras de Educação Física dos grupos escolares de Belo Horizonte teriam aulas semanais dessa matéria com Renato Eloy de Andrade, às quintas-feiras, a partir das 8 horas na Escola Normal Modelo.<sup>329</sup> Ali as professoras deveriam assinar o ponto de trabalho. Noticiava o jornal Minas Gerais de 11 de maio daquele ano: “o curso a cargo do prof. Renato Eloy de Andrade será iniciado, amanhã, no lugar e hora já determinados”.<sup>330</sup> A partir de junho de 1932, o curso funcionaria além das quintas-feiras, aos sábados, das 8 às 10 horas.<sup>331</sup> Em seguida, as aulas foram transferidas para a Escola de Aperfeiçoamento, “por conveniência do trabalho”.<sup>332</sup> Em outubro daquele ano, um comunicado de Guerino Casasanta, então Inspetor Geral da Instrução, informava que “por motivo de força maior, ficam interrompidas até segunda ordem as aulas de educação física dirigidas pelo prof. Renato Eloy de Andrade”.<sup>333</sup> Não foram encontrados indícios da retomada dessas reuniões em 1932.

### **3.2 Conferindo maior regulamentação e sistematização à formação de professoras de Educação Física: os cursos intensivos em 1933 e 1934**

As iniciativas realizadas em 1933 e em 1934 podem configurar-se como um segundo momento de organização dos cursos intensivos de Educação Física, uma vez que tais acontecimentos abrangeram maior número de docentes e tiveram sua estrutura de organização bastante similar. Mas, se seus aspectos estruturais bastante semelhantes mereceram ser tratados num mesmo tópico, estas ações ainda comportaram particularidades que também serão abordadas neste item. Esse é o período de maior sistematização e normatização na realização dos cursos que abrangeram, pela primeira vez, as professoras primárias do interior do Estado.

A Inspetoria de Educação Física elaborou mais detalhadamente a organização dos cursos intensivos realizados nos anos de 1933 e 1934. Para estes, uma série de instruções

---

<sup>329</sup> Jornal Minas-Gerais, 15 de abril de 1932.

<sup>330</sup> Jornal Minas-Gerais, 11 de maio de 1932, p.5.

<sup>331</sup> Jornal Minas-Gerais, 9 de junho de 1932.

<sup>332</sup> Jornal Minas-Gerais, 6 de julho de 1932, p. 5.

<sup>333</sup> Jornal Minas-Gerais, 12 de outubro de 1932, p. 8.

foram publicadas pelo jornal Minas Gerais, na seção da Secretaria da Educação e Saúde Pública, destinadas ao professorado do Estado que vislumbrasse fazer parte do curso. Segundo o anúncio poderiam efetuar a matrícula, “as professoras encarregadas do ensino de Educação Física nos grupos ou que ao mesmo se destinem com informação das respectivas diretoras”.<sup>334</sup> Além de cumprir esse quesito, outras condições deveriam ser atendidas:

- a) ser normalista diplomada por escola oficial ou reconhecida pelo Estado;
- b) ter mais de 16 anos de idade e menos de 30;
- c) ter demonstrado capacidade especial para ministrar o ensino de Educação Física, com atestados firmados pelos diretores dos estabelecimentos onde haja trabalhado ou por assistentes técnicos;
- d) ter robustez física compatível com a natureza do trabalho que terá de executar, atestada por médico escolar.<sup>335</sup>

Nos itens para matrícula no curso, a evidência da produção de contornos específicos para o aperfeiçoamento docente. Para serem qualificadas pela Inspetoria, era necessário que as professoras destinadas ao ensino de Educação Física tivessem já de antemão certo domínio de conhecimentos e habilidades adquiridas quando de sua formação como normalistas. O diploma do curso normal, além de instrumento de ingresso à carreira do magistério, configurava-se nessa iniciativa da Inspetoria como condição para a continuidade dos estudos. Outro aspecto a ser ressaltado é a permanência de características desejáveis ao professorado. Possivelmente, a “capacidade especial para ministrar o ensino de Educação Física” refere-se a alguns atributos que seriam “perfeitamente dispensáveis áquelles que se dedicam a outras disciplinas”.<sup>336</sup> Além desses predicados como habilidade, destreza e bom humor, a constituição corporal era requisito imprescindível, visto que avaliada e comprovada por um médico.

A matrícula seria feita mediante requerimento das candidatas, dirigido à Secretaria da Educação. Como incentivo para as professoras que fizessem os cursos, o Governo do Estado buscava meios para subsidiar essa formação extra. Em 1933, tanto as docentes de Belo Horizonte quanto as do interior receberiam integralmente seus salários, mesmo afastadas de seus trabalhos cotidianos.<sup>337</sup> Para o curso de 1934, tal vantagem foi explicitada apenas para o professorado do interior, que ainda teria concedidos durante a realização do curso os meios de

---

<sup>334</sup> Jornal Minas-Gerais, 15 de julho de 1933, p. 4. Para o curso de 1933, a juízo do Secretário da Educação, ainda poderiam participar, mediante requerimento, as professoras de Educação Física das Escolas Normais de Minas Gerais.

<sup>335</sup> Jornal Minas-Gerais, 15 de julho de 1933, p. 4.

<sup>336</sup> Revista do Ensino, n. 7, setembro de 1925, p. 186.

<sup>337</sup> Jornal Minas-Gerais, 15 de julho de 1933.

transporte, proveito também concedido no ano anterior, e um auxílio de 50\$000 (cinquenta mil réis) mensais, benefício exclusivo para as alunas do curso de 1934.<sup>338</sup>

O número de professoras de cada grupo escolar que poderia frequentar o curso era limitado. Em 1933 cada estabelecimento de ensino poderia ter até duas professoras matriculadas. No ano de 1934, apenas uma. Se as vagas no curso eram limitadas, se o intuito passa a envolver os grupos escolares do interior, era razoável restringir a cada estabelecimento a matrícula de uma professora e, desse modo, abranger maior número de escolas.

Existia um prazo para efetuação da matrícula e caso a documentação exigida nas condições para frequentar o curso intensivo não estivesse completa, o pedido de matrícula não era realizado. Os documentos faltantes eram cobrados, nominalmente, em avisos publicados na seção da Secretaria da Educação e Saúde Pública, do jornal Minas Gerais.

#### AVISO

As candidatas ao curso intensivo de Educação Física, abaixo mencionadas, deverão completar os seus pedidos de inscrição ao referido curso, apresentando informações do diretor ou diretora do Grupo em que trabalham:

Amalia Rocha – Maria Dagmar Diniz – Maria da Conceição Bertoldi – Maria Auxiliadora Pederneiras (...) – Efigenia da Conceição Moreira – Maria Luiza Fiuza França.

*Guerino Casasanta*, Inspetor Geral da Instrução.<sup>339</sup>

Ao lado da habilidade para o ensino de Educação Física, atestada pela direção das escolas, a constituição física também constituía um dos requisitos básicos para a professora almejada nas iniciativas de qualificação docente da Inspetoria. Os atestados médicos também foram documentos cobrados para a inscrição no curso. O jornal Minas Gerais insistentemente publicava os pedidos de complementação da documentação.

#### INSPETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA<sup>340</sup>

##### *Curso intensivo de Educação Física*

Devem completar seus documentos: Antonia Coelho Duarte, professora do grupo escolar de Patrocínio, apresentando atestado medico; Zirza Diniz, do grupo escolar de Contagem, apresentando requerimento e atestado medico; Maria Navarro Paoliello, do grupo escolar de Muzambinho, apresentando informações do diretor do grupo e atestado medico.

Os atestados medicos devem vir convenientemente selados e com a firma reconhecida.

Belo Horizonte, 21 de junho de 1934. – *Claudionor Lopes*, sub-diretor da Secretaria.<sup>341</sup>

<sup>338</sup> Jornal Minas-Gerais, 16 de junho de 1934.

<sup>339</sup> Jornal Minas-Gerais, 27 de julho de 1933, p. 4 (grifos do autor).

<sup>340</sup> Desde 1934, os assuntos referentes à Inspetoria de Educação Física passaram a ser publicados em um espaço específico a ela destinado nas páginas do jornal Minas Gerais. Suas informações específicas encontravam-se na seção do Corpo Técnico de Assistência ao Ensino que por sua vez inseria-se na seção da Secretaria da Educação e Saúde Pública.

Atente-se para a assinatura dos dois avisos sobre a documentação para a matrícula. O curso intensivo sob responsabilidade da Inspetoria de Educação Física não era uma ação que se circunscrevia a tal órgão. Sujeitos que ocupavam outras funções na Secretaria da Educação e Saúde Pública, de alguma forma, foram partícipes nessa atividade. Noraldino Lima, que ocupava tal Secretaria à época, denominou-se como “idealizador deste curso” em pronunciamento por ocasião do encerramento do curso intensivo de Educação Física de 1933, que teve por diretor o professor Renato Eloy de Andrade.<sup>342</sup> Possivelmente, o desenho na formação de professoras específicas de Educação Física deveria passar pelo crivo do Secretário da Educação. Pode-se aventar também que o Inspetor de Educação Física teria a competência técnica para qualificar as professoras, contudo esses cursos exigiam uma habilidade para provocar sua expansão, convocar as professoras do Estado inteiro, subsidiar a vinda das docentes matriculadas, e talvez faltasse ao Inspetor tal habilidade para organizar esse tipo de demanda. Perspectiva essa que pode ser importante para compreender o que Noraldino Lima chama de “idealizador”. Ele pode ter sido um sujeito que pensou as possibilidades para a ampliação da iniciativa de formar o professorado em Educação Física.

A procura pelos cursos intensivos de Educação Física era grande. Listas de professoras eram publicadas pelo Órgão Oficial do Estado pedindo inscrição no evento. Quando toda a documentação estivesse em consonância com as condições exigidas para a matrícula no curso, as professoras tinham seus nomes publicados no jornal, despachado com a denominação “inscreva-se”. Isto significava que “seus nomes já foram incluídos entre as prováveis alunas do curso”,<sup>343</sup> contudo, deveriam tais docentes aguardar uma chamada definitiva. Todo esse procedimento indica um maior rigor na escolha das professoras que fariam a qualificação em Educação Física proposta pela Inspetoria. Isso talvez em função da alta demanda pelo aperfeiçoamento do trabalho docente específico ou ainda pelo refinamento do alvo a ser alcançado pela Inspetoria. Se na inauguração do curso de 1928 é divulgado que este se realizaria “entre várias professoras dos grupos da Capital”,<sup>344</sup> o que pode sugerir que docentes responsáveis por outras disciplinas poderiam frequentar o curso, para as iniciativas de 1933 e 1934 a convocação era mais circunscrita, já não interessava todas as professoras e não mais bastava que elas ministrassem Educação Física nas escolas. O ensino de tal disciplina passava a requerer um conjunto de condições que mais qualificassem o exercício docente. Por isso, os atributos pessoais desejáveis às professoras de Educação Física deveriam ser reconhecidos e

---

<sup>341</sup> Jornal Minas-Gerais, 22 de junho de 1934, p. 3 (grifos do autor).

<sup>342</sup> Jornal Minas-Gerais, 2 de dezembro de 1933, p. 9.

<sup>343</sup> Jornal Minas-Gerais, 26 de julho de 1933, p. 4.

<sup>344</sup> Jornal Minas Geraes, 5 de outubro de 1929, p. 9.

atestados por diretores e médicos. E, ainda, uma formação anterior como normalista, que indicava uma preocupação com a vinculação do exercício específico dessas docentes com as teorias pedagógicas, com os processos de ensino mais amplos. Esse novo arranjo é mais um indício de que a Inspeção buscava subsidiar o efetivo ensino dessa matéria nas escolas, vislumbrando a configuração da Educação Física como uma disciplina.

Outro ponto em comum é que terminados os cursos de 1933 e 1934, as professoras que alcançassem resultados proveitosos, receberiam um “certificado de especialização para o ensino de Educação Física nos grupos escolares”.<sup>345</sup> Documento que passava a diferenciar uma professora habilitada mediante curso especial de Educação Física das demais que, mesmo ministrando tal matéria nas escolas, não passaram por uma formação específica. O Decreto n. 11.501, de 31 de agosto de 1934, dispõe dentre demais providências, sobre a admissão de professoras de Educação Física para os grupos escolares de Minas Gerais. Nesse aparato legal é explicitado que para a contratação de tais docentes seriam exigidos o diploma de normalista, aptidão e compleição física para exercer aquela função específica e ainda atestado de boa saúde. Seu art. 109 ainda determinava que “para fins de effectivação, o Secretario da Educação determinará a organização de cursos intensivos destinados ao preparo das professoras de educação physica, que tenham aptidão para o exercicio do cargo”. Complementando tal artigo um parágrafo único dispunha que “as actuaes professoras de educação physica serão regidas por professoras ou esta- mediante o diploma do curso intensivo de educação physica”.<sup>346</sup> Este trecho está mesmo incompleto no Decreto, mas é possível argumentar que a frase “mediante o diploma” confere às professoras que frequentaram os cursos intensivos um distintivo profissional. Desde então, parece que o certificado do curso de Educação Física configurou-se como instrumento de acesso a melhores oportunidades profissionais.

Para além das similaridades aqui apontadas, os cursos de 1933 e 1934 comportaram algumas nuances e particularidades que também mereceram destaque nesse estudo. Passemos a elas.

O “curso intensivo de aperfeiçoamento em Educação Física”<sup>347</sup> realizado em 1933 alcançou grandes proporções. Para ele inscreveram-se 230 candidatas, porém, foram chamadas a dele participar 150 professoras de estabelecimentos de ensino primário e normal

---

<sup>345</sup> Jornal Minas-Gerais, 16 de junho de 1934, p. 2.

<sup>346</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 11.501 de 31 de agosto de 1934. *Collecção dos Decretos de 1934*, vol. II, Bello Horizonte, 1935, p. 713-714. No Decreto este trecho está mesmo faltando uma linha. A transcrição aqui feita está igual ao texto do referido Decreto.

<sup>347</sup> Jornal Minas-Gerais, 30 de agosto de 1933, p. 6.

de toda Minas Gerais. Número que ultrapassou a capacidade anteriormente prevista, limitada a 120 vagas. O professorado da capital encontrava-se em maior número, cerca de um terço das matriculadas. O restante das professoras inscritas vinha de 74 cidades do interior.<sup>348</sup>

O curso teve seu início em 13 de setembro de 1933, na Escola de Aperfeiçoamento, com uma reunião preparatória, na qual as professoras receberam instruções preliminares sobre os trabalhos que seriam ali realizados. Sua inauguração não foi das mais solenes, em razão duplamente lutuosa: os falecimentos do então presidente de Minas, Olegário Maciel, e do filho de Noraldino Lima, Secretário da Educação e Saúde Pública à época.<sup>349</sup> Passadas as informações necessárias à orientação das alunas do curso, o “dr. Aureliano Tavares, auxiliado pelo professor Renato Andrade, professoras Guiomar M. Backer e Diumira Paiva, procederá ao exame medico-antropométrico, que terá por fim cumprir preceitos (sic) exigidos pela Educação Física”.<sup>350</sup> Vê-se aí que a adoção nas escolas da antropometria e a colaboração médica-escolar era uma determinação para a Educação Física que não se limitou aos alunos, mas também alcançou o corpo docente. Se os procedimentos de antropometria era um saber que as professoras aprenderiam no curso, vale notar também que elas precisavam sujeitar-se a esse tipo de exame mesmo já tendo apresentado para sua matrícula o atestado médico. Era preciso certificar o bom estado de saúde e a constituição física das professoras.

Quando da divulgação no jornal Minas Gerais da instalação do curso intensivo de Educação Física, foi também publicado o regimento interno que orientava as atividades do evento. Neste constavam indicações sobre o horário das aulas, a frequência exigida, os professores que ministrariam o curso, e ainda, instruções acerca dos exames aos quais seriam submetidas as professoras-alunas. As aulas seriam diárias e em dois turnos: pela manhã, de 8 às 10 horas, e na parte da tarde, de 14 às 16 horas. Nesses horários intercalar-se-iam aulas teóricas e práticas. As alunas poderiam ausentar-se das aulas, contudo, era permitido faltar a um número limitado de aulas. “A’ aluna que por motivo justificado ou não, faltar á uma aula

---

<sup>348</sup> Para o curso de 1933 foram chamadas professoras das cidades de Araxá, Abaeté, Alfenas, Arassuaí, Areado, Barbacena, Baependi, Brazópolis, Coimbra, Caeté, Campanha, Caxambu, Conceição, Cambuquira, Carmo do Paranaíba, Campo Belo, Carmo do Rio Claro, Conceição do Rio Verde, Carangola, Cataguazes, Curvelo, Capela Nova, Dolores do Indaiá, Diamantina, Divinópolis, Frutal, Guanhães, Guarani, Guaxupé, Itapeçerica, Itabirito, Itabira, Itaúna, Itajubá, Itanhandú, Juiz de Fora, Leopoldina, Lavras, Luz, Monte Santo, Mirai, Montes Claros, Muriaé, Manhuassú, Nova Lima, Oliveira, Ouro Preto, Pará de Minas, Pitangui, Pedra Branca, Peçanha, Paracatu, Ponte Nova, Palma, Poços de Caldas, Queluz, Rio Novo, Rio Branco, Rio Preto, São João Del Rei, Santos Dumont, Sete Lagoas, São Gonçalo do Sapucaí, Santa Rita do Sapucaí, São João Evangelista, Santa Bárbara, Sabará, São João Nepomuceno, Santo Antonio do Monte, São Sebastião do Paraíso, Uberaba, Ubá, Venda Nova, Varginha (jornal Minas-Gerais, 30 de agosto de 1933).

<sup>349</sup> Jornal Minas Gerais, 14 de setembro de 1933.

<sup>350</sup> Jornal Minas-Gerais, 13 de setembro de 1933, p. 5.

ou exercicios praticos, marcar-se-á *um ponto*".<sup>351</sup> Caso alcançasse 20 pontos de infreqüência, seria ela desligada do curso.

O corpo docente foi "constituído de professoras e medicos da Inspeoria Medico-Escolar e Inspeoria de Educação Física".<sup>352</sup> Em matéria intitulada "Educação fisica e educação da saúde", publicada no jornal Minas Gerais quando já em andamento o aperfeiçoamento das professoras, Renato Eloy de Andrade reafirmou a "coordenação de esforços entre a Inspeoria Medico-escolar e de Educação Fisica nas instruções ministradas ás professoras do Curso Intensivo". O Inspeor ainda teceu considerações acerca dos objetivos da educação da saúde, tais como: "formação de habitos de higiene estetica (asseio), perseverança e entusiasmo pelos exercicios físicos, boa atitude fisica (postura), conhecimentos e praticas sobre: - alimentação - trabalho, repouso, recriação, sono, respiração, banho, etc.". <sup>353</sup> Nas orientações sobre os métodos e processos mais "eficazes" para alcançar tais propósitos, Renato Eloy apontava a dimensão da saúde no ensino de Educação Física. Abalizava as seguintes diretrizes para orientar os trabalhos de professoras de tal matéria:

- 1.º - A professora de Educação Fisica e Educação da Saude deverá fazer, em fichas especiais, registros regulares dos habitos que os seus alunos vão adquirindo durante o ano.
- 2.º - Fazer registros periodicos (de dois em dois meses) dos resultados adquiridos pelos alunos no aumento de peso, estatura, boa atitude (postura) etc). (sic)
- 3.º - Fazer a comparação dos dados colhidos no item 2, com as anotações sobre doenças e outros dados de evidencia objetiva do estado de saude da criança e compará-los com o registro de habitos afim de verificar a exatidão dos resultados colhidos.<sup>354</sup>

Ainda sobre a parceria do serviço médico-escolar com a Educação Física, Diumira Campos de Paiva também a encarava com positividade. Assegurava a Assistente Técnica da Inspeoria que "ao medico, como colaborador que é do professor de Educação Fisica, está reservado um papel saliente na escola".<sup>355</sup> Dizia isso, especialmente, pela importância dos exames médico e antropométrico como orientadores do trabalho do professorado. Mais uma vez é enfatizado que, por meio deles, as professoras poderiam acompanhar as modificações surgidas no organismo dos alunos, organizando os exercicios de modo a ordená-los em séries graduais e harmonizados com os períodos de crescimento orgânico. Assim, a adoção da antropometria e a colaboração medico-escolar atuariam como eixos norteadores nos processos de ensino.

<sup>351</sup> Jornal Minas-Gerais, 14 de setembro de 1933, p. 11 (grifos do autor).

<sup>352</sup> Jornal Minas-Gerais, 13 de setembro de 1933, p. 5.

<sup>353</sup> Jornal Minas-Gerais, 25 de outubro de 1933, p. 9-10.

<sup>354</sup> Jornal Minas-Gerais, 25 de outubro de 1933, p. 10.

<sup>355</sup> "Educação Física na escola primária", in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 45.

São indícios de uma relação construída entre médicos e educadores na conformação de uma formação docente específica em Educação Física. O entrecruzamento dos saberes médicos e das práticas educacionais produziram uma conexão dentro do curso intensivo promovido pela Inspeção. Contudo, esses lugares parecem bem demarcados. Como a própria Diumira indicou, o médico seria um “colaborador” do professorado que ministrava Educação Física nas escolas. Defendia ainda a Assistente da Inspeção, que a Educação Física “tratada como elemento essencial em toda Educação completa, tem o seu valor próprio, sua autonomia, dentro de um programa de ensino”.<sup>356</sup> Assim, as questões relativas à orientação docente para o ensino de tal disciplina ganhavam na Inspeção uma modelagem, sobretudo, forjada no debate pedagógico.

Compuseram o professorado do curso intensivo de 1933 os professores Renato Eloy de Andrade, Zembla Soares de Sá, Guiomar Meirelles, Anita Araujo,<sup>357</sup> Diumira Campos de Paiva, Dr. Aureliano Tavares Bastos, Dr. Theophilo Santos e Dr. Haroldo Pereira. Eles organizariam testes orais, escritos e práticos (quando conviesse) aos quais seriam submetidas as alunas. No que diz respeito ao último tipo de exame, assim dispunha o art. IV do Regulamento Interno do curso: “§ I – Os testes praticos referentes á Educação Fisica constarão, pelo menos, da execução dos exames fisicos (antropometricos) de alunos e de provas de direção de aulas”.<sup>358</sup> Na produção de uma formação específica para professoras de Educação Física, interessava à Inspeção que a prática de ensino de tal disciplina abrangesse, sobretudo, dois aspectos. Primeiro, um bom aprendizado de medição da estrutura corporal dos alunos, uma vez que a antropometria era encarada como orientadora do trabalho docente. Era a partir dos exames das crianças, dentre eles o antropométrico, que os escolares seriam separados em grupos de “normais” ou “débeis orgânicos”. Além disso, esse tipo de medição proporcionaria às docentes a apreciação dos efeitos dos exercícios físicos sobre o organismo infantil. Discorrendo sobre a relação da Educação Física com a antropometria escolar na sua tese publicada em 1935, nos Anais do VII Congresso Nacional de Educação, Diumira Campos de Paiva anunciava que

As medições serão periodicadas e o confronto entre elas será feito, podendo assim determinar as diferenças de crescimento, no lapso de tempo decorrido, obtendo daí uma base segura para avaliar se os exercicios teem produzido efeitos beneficos ou não sobre o organismo infantil.<sup>359</sup>

<sup>356</sup> “Educação Física na escola primária”, *in* Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 38.

<sup>357</sup> Não foram encontrados registros que indicassem Anita Araujo como auxiliar nos trabalhos da Inspeção de Educação Física. Nos documentos por mim acessados, o curso intensivo de 1933 é o único momento em que a referida professora aparece vinculada às ações da Inspeção.

<sup>358</sup> *Jornal Minas-Gerais*, 14 de setembro de 1933, p. 11.

<sup>359</sup> “Educação Física na escola primária”, *in* Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 45.

Diante da necessidade de medir para conhecer, para separar e agrupar, e para orientar o exercício do professorado, o aprendizado da antropometria deveria ser certificado por testes práticos quando do aperfeiçoamento das professoras de Educação Física. Subjacente a essa necessidade, parecia estar uma convicção de que a prática de exercícios físicos seria capaz de melhorar o atraso do grupo dos “anormais”, tornando-os sujeitos aptos. Esse movimento constituiu uma compreensão de que, pela intervenção pedagógica, era possível regenerar a debilidade.

Outro aspecto expressivo na tese de Diumira era a direção das aulas. Se a ginástica e os jogos eram os conteúdos mais prescritos pela Inspetoria, não bastava apenas a sua prática. A professora tinha sob sua responsabilidade organizar e orientar tais exercícios para retirar deles suas possibilidades educativas. Na mesma tese acima citada, a Assistente Técnica da Inspetoria de Educação Física assim se posicionou:

... não se deve considerar que as atividades físicas, de per si, formem bons caracteres. É um erro pensar que o foot-ball, o volley-ball, dão inevitavelmente á criança coragem, espirito de cooperação e dominio proprio. As atividades físicas oferecem simplesmente oportunidades para lições morais e para a sua aplicação.<sup>360</sup>

Se os exercícios físicos eram apreciados como prestigiosos meios de educação, seria de atribuição da professora de Educação Física conduzir essas práticas de modo a alcançar suas finalidades educativas. Os jogos e a ginástica, por si sós, não desenvolveriam suas possibilidades para o ensino primário, daí a necessidade de analisar como a professora dirigiria suas aulas de Educação Física. Era preciso avaliar se as docentes conseguiam orientar tais práticas de modo a fazer delas uma ação educativa. Assim, o conhecimento eminentemente prático que marcava a ação docente nos momentos iniciais de escolarização da Educação Física, passava a dividir espaço com os processos e métodos de ensino. Reside nessa argumentação a inovação dos cursos organizados pela Inspetoria de Educação Física. Já não era suficiente mostrar ao professorado o que fazer, mas essa dimensão do ensino seria estudada em concomitância com o processo também sistematizado que abordava o como, a quem e o porquê ensinar.

Em artigo intitulado “O Desenvolvimento da Educação Física em Minas Gerais”, a Revista de Educação Física, organizada pelo Exército, noticia em 1934 sobre o curso intensivo realizado no ano anterior. “Por deferência especial do Dr. Renato Elói de Andrade, Inspetor da Educação Física em Minas” foram remetidos à Revista documentos nos quais se identifica a “clara finalidade do curso, que é preparar intelectual e tènicamente as

---

<sup>360</sup> “Educação Física na escola primária”, in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 42.

professoras, capacitando-as a bem desempenharem as suas funções no magistério mineiro, sob uma orientação moderna e científica”.<sup>361</sup> Nas proposições para o curso intensivo de 1933, a preocupação em alargar o repertório de conhecimentos do professorado. A direção científica era abordada a partir do conjunto de saberes que passavam a dialogar com a Educação Física.

No programa de ensino do curso, apresentado pela Revista Educação Física, flagrantes de que o caráter essencialmente prático que acompanhava as estratégias de formação das professoras havia sido extrapolado. Tal programa era dividido em três partes. A primeira, sobre o ensino geral das ciências relacionadas com a Educação Física, compreendia noções de matérias como “anatomia e antropometria aplicadas, fisiologia, ginástica ortopédica, fisioterapia, higiene e socorros de urgência”.<sup>362</sup> A segunda referia-se ao “ensino teórico-prático dos assuntos pròpriamente específicos da educação física”, e pela sua riqueza de detalhes vale ser citada na íntegra:

Didática e pedagogia da educação física, sob os títulos:

I – Nomenclatura dos movimentos;

II – Direção e planos para os movimentos;

III – Fisiologia e mecânica dos movimentos;

IV – Progressão dos movimentos, quanto às possibilidades anátomo-mecânicas e neuro-musculares;

V – Teoria e técnica da confecção das séries de exercícios.

VI – Valores psicológicos e fisiológicos das atividades usadas pela educação física, que sob o ponto de vista do educando, quer sob o ponto de vista de sua relação com a sociedade.

VII – Estudos dos valores sociais das diversas atividades físicas e suas aplicações específicas nos trabalhos de socialização escolar: - 1 – a marcha e a calistenia, como fatores da educação do sentido, da beleza e do ritmo coletivo; 2 – os jogos pequenos, como elemento de expansão e exteriorização da personalidade; 3 – os grandes jogos, como elemento fundamental na educação e adaptação das faculdades de assimilação e identificação do educando, com os sentimentos, ideais e comportamento sociais.

VIII – Estudos e aplicações das possibilidades da Educação Física, como fator auxiliar do desenvolvimento intelectual: - sua relação com todas as matérias do ensino e seus valores pedagógicos como auxiliares; - seu papel como elemento de emulação e fixação de hábitos de higiene individual e social.

IX – Estudos das regras dos jogos desportivos; organização e administração da educação física escolar.<sup>363</sup>

A terceira parte do programa do curso compreendia estudos complementares nos quais constavam:

História da educação física em geral e, em particular, no Brasil; estudo, confronto e crítica dos métodos de educação física universalmente conhecidos; organização escoteira aplicada à escola; a educação física como fator de socialização escolar; clubes e associações; campeonatos internos e externos; demonstrações e festas.<sup>364</sup>

<sup>361</sup> Revista Educação Física, n. 14, jan., 1934, p. 25.

<sup>362</sup> Revista Educação Física, n. 14, jan., 1934, p. 26.

<sup>363</sup> Revista Educação Física, n. 14, jan., 1934, p. 26.

<sup>364</sup> Revista Educação Física, n. 14, jan., 1934, p. 27.

O processo de inovação educacional que criou a Inspeção de Educação Física, na Reforma do Ensino Primário de 1927, acarretou mudanças profundas nas competências necessárias ao trabalho de ensinar tal disciplina. No programa de ensino do curso de 1933, vestígios de que à Educação Física, incorporava-se uma educação dos sentidos. A possibilidade de experimentar múltiplas linguagens – olhar, ouvir, tocar – junto com o movimentar-se. Reforça-se também a importância da dimensão da formação do caráter, uma vez que os jogos permitiriam à criança manifestar sua verdadeira personalidade. Sobre o valor de tais práticas, asseverava Diumira Campos de Paiva que “a sublimação do instinto da luta, o sacrifício pessoal para o bem do grupo, a lealdade, o controle emocional, o respeito às opiniões alheias, são importantes itens educacionais”,<sup>365</sup> e desejáveis comportamentos sociais, que oferece a participação nos jogos. O estudo da psicologia e da fisiologia configurava-se como suporte para a compreensão da infância, necessidade premente das proposições inseridas na Reforma do Ensino de 1927. Dentre as aprendizagens necessárias à professora de Educação Física, a habilidade em organizar espetáculos na cena escolar e urbana. Era assim para os campeonatos, as demonstrações e as festas. Práticas tão eficazes na cultura escolar que acabaram por transbordar seus muros. É possível argumentar que os dispositivos de formação docente foram complexificando-se à medida que a Educação Física foi constituindo-se, com mais vigor, dos elementos de uma disciplina escolar. Processos que intensificaram a formalização de tal disciplina no ensino primário.

Uma série de exigências constituía o procedimento de avaliação das professoras matriculadas no curso. Os trabalhos e as provas eram analisados numa escala que variava de 0 a 10. Era calculada para cada matéria do curso uma média aritmética considerando as notas de todos os testes a ela referentes. A nota de algum exame igual a 0 ou a média da matéria inferior ou igual a 4, significava reprovação. Ao término do curso, eram realizados testes finais – escritos, orais e práticos – por cada matéria, avaliados por uma comissão de três professores do curso. “As notas de aprovação em fim de curso recebem as seguintes qualificações ou menções: “4” (exclusive) *Regular* “6” (exclusive) “8” (inclusive) *Bem* “8” (exclusive) “10” (inclusive) *Muito bem*”. As alunas que finalizassem o curso e alcançassem as notas 9 ou 10 receberiam “*Mensão honrosa*, feita no certificado de especialização”.<sup>366</sup>

O curso terminou em 1 de dezembro de 1933. Na matéria de seu encerramento publicada pelo jornal Minas Gerais, uma confirmação de que as iniciativas promovidas pela

<sup>365</sup> “Educação Física na escola primária”, in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 41.

<sup>366</sup> Jornal Minas-Gerais, 14 de setembro de 1933, p. 11 (grifos do autor).

Inspetoria para o aperfeiçoamento docente, que se revestiram em formato de ‘curso’, tiveram também suas particularidades, como mostrado no decorrer deste capítulo. Ao anunciar a finalização dos trabalhos, o jornal divulga a solenidade de “entrega de diplomas às alunas da primeira turma que concluiu o Curso Intensivo de Educação Física, recém-criado pelo Governo mineiro, para o aperfeiçoamento intensivo e rápido, no ramo de educação física, das professoras primárias de Minas-Gerais”.<sup>367</sup> O curso de 1933 é o primeiro que se reveste de tamanha sistematização, ressaltando-se a organização de condições para a matrícula, o corpo docente amplo, a série de instruções acerca da avaliação das professoras-alunas, um certificado de especialização em Educação Física. Ainda, é o primeiro curso organizado no formato de aulas diárias, com trabalho contínuo e intenso que o governo do presidente Olegário Maciel, que tinha como Secretário da Educação e Saúde Pública, Noraldino Lima, fez realizar. Talvez por isso, a matéria refira-se a uma “primeira turma” e a um curso “recém-criado”. Porém, como aqui já analisado, empreendimentos denominados de ‘curso’ que visavam à qualificação de professoras foram pensados e realizados pela Inspetoria de Educação Física desde 1928, guardando-se aí as devidas peculiaridades que acompanharam essa iniciativa no decorrer da existência do referido órgão.

Na solenidade de seu encerramento, as alunas do curso de 1933, em número de 147, executaram ginástica, corrida de estafetas, dança rítmica e uma partida de vôlei. Demonstrações de atividades físicas “no intuito de mostrar ao nosso mundo oficial e ao público o quanto conseguiram realizar, sob o ponto de vista de aproveitamento, no curto espaço de tres meses, que foi o da duração das aulas”.<sup>368</sup> Para o Governo Mineiro, a oportunidade de mostrar que era sensível à resolução do problema da preparação específica do professorado de tal disciplina e que lhe dedicava investimentos. Em comunicado da Inspetoria Geral da Instrução sobre o referido o curso, a indicação de que todas as docentes que o finalizassem entrariam em férias, regressando para suas atividades escolares apenas para o ano letivo de 1934.<sup>369</sup>

Cabe destacar dentre as convocadas para o curso de 1933, e possivelmente diplomadas, a presença de duas professoras que seguiram carreira profissional com a Educação Física e, posteriormente, trabalharam com formação docente na área. São elas Odette Meirelles e Nela Testa.<sup>370</sup> Em estudo de mestrado sobre a presença da dança na Escola de Educação Física da UFMG, abordando o período de 1952 a 1977, Marcos Antônio

---

<sup>367</sup> Jornal Minas-Gerais, 2 de dezembro de 1933, p. 9.

<sup>368</sup> Jornal Minas-Gerais, 2 de dezembro de 1933, p. 9.

<sup>369</sup> Jornal Minas-Gerais, 30 de agosto de 1933.

<sup>370</sup> Jornal Minas-Gerais, 30 de agosto de 1933.

Almeida Campos, tece comentários a respeito do trabalho dessas duas professoras com o ensino superior em Educação Física. A primeira, em 1952, assumiu junto com a irmã, Guiomar Meirelles, as disciplinas de Ginástica Rítmica e Educação Física Geral Feminina, quando do início das atividades da Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais. Quando da fusão desta, em 1953, com a Escola de Educação Física das Faculdades Católicas,<sup>371</sup> a denominação da nova instituição passou a ser Escola de Educação Física de Minas Gerais. Nesta, Odette Meirelles assumiu como assistente da disciplina Ginástica Rítmica que ficou a cargo da professora Maria Yedda Maurício Ferolla. Com essa composição, a professora Odette ficou responsável pela parte rítmica das aulas. Após a federalização da Escola de Educação Física, que passou a vincular-se à Universidade Federal de Minas Gerais, em 1969, Odette Meirelles permaneceu ministrando aulas para formação de professores. Documentos apontam que ela exerceu atividade docente até a década de 1980, quando ministrava na Escola de Educação Física da UFMG a disciplina “Rítmica Básica”.<sup>372</sup> Na mesma Escola, Nela Testa Taranto assumiu em março de 1970 a disciplina “Recreação” junto com o professor Odilon Barbosa. Nessa época, ela foi responsável pela parte teórica das aulas.<sup>373</sup>

O curso intensivo de 1934 também comportou especificidades. Em julho daquele ano, uma nota publicada no jornal Minas Gerais, intitulada “Atividades da Secretaria de Educação”, discorria sobre as iniciativas que tal Pasta do Governo empreenderia ainda naquele ano para o campo pedagógico em Minas:

Repetindo o plano educacional realizado o ano passado, e que tão benemeritamente se assinalou pela qualidade e abundancia dos resultados obtidos, o Sr. Secretario da Educação acaba de tomar várias medidas que realçam a atividade pedagógica no Estado.<sup>374</sup>

Dentre os empreendimentos de Noraldino Lima encontrava-se o “curso intensivo de educação física destinado á especialização, nessa disciplina, de professoras dos estabelecimentos primários de ensino”.<sup>375</sup> Diante dos intensos pedidos de matrícula ocorridos em 1933, era de se esperar que o Secretário da Educação e Saúde Pública envidasse esforços para continuar levando a termo tal iniciativa. Qualificar professoras de Educação Física via

<sup>371</sup> A Escola de Educação Física das Faculdades Católicas foi instituída em maio de 1952.

<sup>372</sup> Tarcísio Mauro Vago e Meily Assbú Linhales foram alunos de Odette Meirelles e Nela Testa, no início da década de 1980, quando cursaram a graduação em Educação Física na UFMG. Agradeço à Meily por ter me disponibilizado seu caderno da disciplina Rítmica Básica.

<sup>373</sup> CAMPOS, 2007.

<sup>374</sup> Jornal Minas-Gerais, 17 de junho de 1934, p. 10.

<sup>375</sup> Jornal Minas-Gerais, 17 de junho de 1934, p. 10.

cursos intensivos seria “mais uma iniciativa de grande vulto, do actual Secretario da Educação, dr. Noraldino Lima”.<sup>376</sup>

Foram chamadas para o curso intensivo de 1934 professoras de Belo Horizonte<sup>377</sup> e de 40 cidades mineiras.<sup>378</sup> Na divulgação dos nomes das 50 matriculadas e seus respectivos estabelecimentos de ensino, percebe-se que nem todas as docentes dedicavam-se ao ensino público. Citem-se, da capital, as professoras Dolores Rosa Carneiro Bayão, do Colégio Sacré Coeur de Marie e Ida Moraes Lemos, do Colégio Santa Maria. Ainda no tocante às instruções prévias para o curso de 1934, estas previam a matrícula de apenas uma professora por estabelecimento de ensino, porém, duas docentes do grupo escolar Barão de Macaúbas foram atendidas nos seus pedidos. Vale ressaltar também que foram chamadas a participar do curso, professoras provenientes de cidades que não tinham sido atendidas pela iniciativa do ano anterior. Indício de que dentre os critérios estabelecidos para confirmar a matrícula das candidatas no curso, encontrava-se a procedência de cidade que ainda não tivesse professora especializada em cursos intensivos de Educação Física.

O início do curso seria em 20 de agosto de 1934, sendo que todas as professoras de Educação Física dos grupos escolares da capital deveriam comparecer ao ato de inauguração, visto que ali, seriam tratados assuntos de interesse de tais docentes. As solenidades de abertura e encerramento dos cursos pareciam manter essa dinâmica. Eram cerimônias constituídas de demonstrações de atividades físicas, discursos e orientações que produziriam repercussão no meio escolar. Serviriam para apresentar às demais professoras, que não matriculadas no curso, novidades pedagógicas para o ensino de Educação Física.

O curso seria “dirigido pelo Inspetor de Educação Física, auxiliado pela funcionarias da Inspeção. Ao mesmo prestarão serviços as professoras de Educação Física da Escola de Aperfeiçoamento e da Escola Normal”.<sup>379</sup> Além de Renato Eloy de Andrade, pelo exposto, o curso teria como colaboradoras professoras que já haviam trabalhado no curso anterior: Diumira Campos de Paiva, Guiomar Meirelles e Zembla Soares de Sá.

<sup>376</sup> Jornal Minas Geraes, 30 de novembro de 1934, p. 9.

<sup>377</sup> Participaram do curso professoras dos seguintes grupos escolares de Belo Horizonte: Barão do Rio Branco, Sandoval Azevedo, Barão de Macaúbas, Thomaz Brandão, José Bonifácio.

<sup>378</sup> Para o curso de 1934 foram chamadas professoras das cidades de Araguari, Arassuaí, Bambuí, Carangola, Botelhos, Brazópolis, Conquista, Capelinha, Curvelo, Diamantina, Abre Campo, Gimirim, Guanhões, Itajubá, Itamarandiba, Juiz de Fora, Lagoa Santa, Manhuaçu, Muriaé, Muzambinho, Ouro Fino, Ouro Preto, Passos, Patrocínio, Peçanha, Pitangui, Piumhi, Rio Piracicaba, Santa Bárbara, São Domingos do Prata, São Gonçalo do Sapucaí, São Gotardo, São José da Lagoa, São Sebastião do Paraíso, Teófilo Otoni, Três Corações, Ubá, Uberlândia, Uberaba, Pará de Minas. (Jornal Minas-Gerais, 4 de agosto de 1934).

<sup>379</sup> Jornal Minas-Gerais, 16 de junho de 1934, p. 2.

O Órgão Oficial do Estado não tece maiores considerações sobre o andamento do curso. Talvez seja possível inferir que o curso organizado em 1934 seguisse estrutura similar à produzida para essa iniciativa no ano anterior. A turma diplomada naquele ano seria “a segunda que em curso regular recebe o título de professora especializada em educação *physica*”.<sup>380</sup>

O término do curso de 1934 aconteceu em 29 de novembro. Estiveram presentes Benedicto Valladares, então interventor federal no Estado, Noraldino Lima, representantes de outras Secretarias, e ainda membros do magistério mineiro e da sociedade. Nas solenidades de encerramento foi executado pelas professoras-alunas um programa que contava com as seguintes demonstrações:

- 1.º - Saudação olympica ás auctoridades.
- 2.º - Marcha de precisão.
- 3.º - Callisthenia com alteres.
- 4.º - Gymnastica de chão.
- 5.º - Callisthenia com massas indianas.
- (...)
- 6.º - Alegria camponeza.
- 7.º - Interpretação plastico-musical da melodia numero 1 de Rubinstein.
- 8.º - Fantasia húngara.<sup>381</sup>

Nos itens de execuções do programa, uma espécie de demonstração do que era esperado das professoras de Educação Física. Um corpo belo e suave que poderia ser expresso pelos “bailados classicos” e pela calistenia, e também a retidão, a firmeza anunciada pelas marchas e pela saudação olímpica. O programa realizado “impressionou grandemente ás auctoridades presentes e á numerosa e selecta assistencia e impossivel seria destacar qualquer dos magnificos numeros apresentados, dada a perfeição com que se houveram todas as alumnas no seu desempenho”.<sup>382</sup> Especialmente, interessava demonstrar a habilidade com tais práticas adquirida pelas alunas do curso.

Na relação das alunas diplomadas, Maria Carolina Nonato, professora na cidade de Itamarandiba. É dela o certificado de habilitação especial em Educação Física que se encontra no Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer, o CEMEF/UFMG (figura 3).<sup>383</sup> O único localizado até o momento.

<sup>380</sup> Jornal Minas Geraes, 30 de novembro de 1934, p. 9.

<sup>381</sup> Jornal Minas Geraes, 30 de novembro de 1934, p. 9.

<sup>382</sup> Jornal Minas Geraes, 30 de novembro de 1934, p. 9.

<sup>383</sup> Tarcísio Mauro Vago quando de sua pesquisa de doutorado sobre a cultura escolar e o “cultivo de corpos” no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920), entrevistou Maria Carolina Nonato. Foi a professora



Figura 3: Certificado de Maria Carolina Nonato - Curso Intensivo de Educação Física em 1934 (Frente)

Analisando tal documento, é visível o processo de maior sistematização do aperfeiçoamento docente dirigido pela Inspetoria de Educação Física. No verso do diploma, carimbos que indicam seu registro tanto na Secretaria da Educação e Saúde Pública, quanto na Inspetoria de Educação Física (figura 4). A Auxiliar Arquivista, Maria José Ourívio, executava a tarefa de registrar as habilitações especiais em Educação Física nos arquivos da Inspetoria.

---

quem passou a ele seu certificado do Curso Intensivo de Educação Física, realizado em 1934. Tal documento foi então doado ao Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer – CEMEF/UFMG.

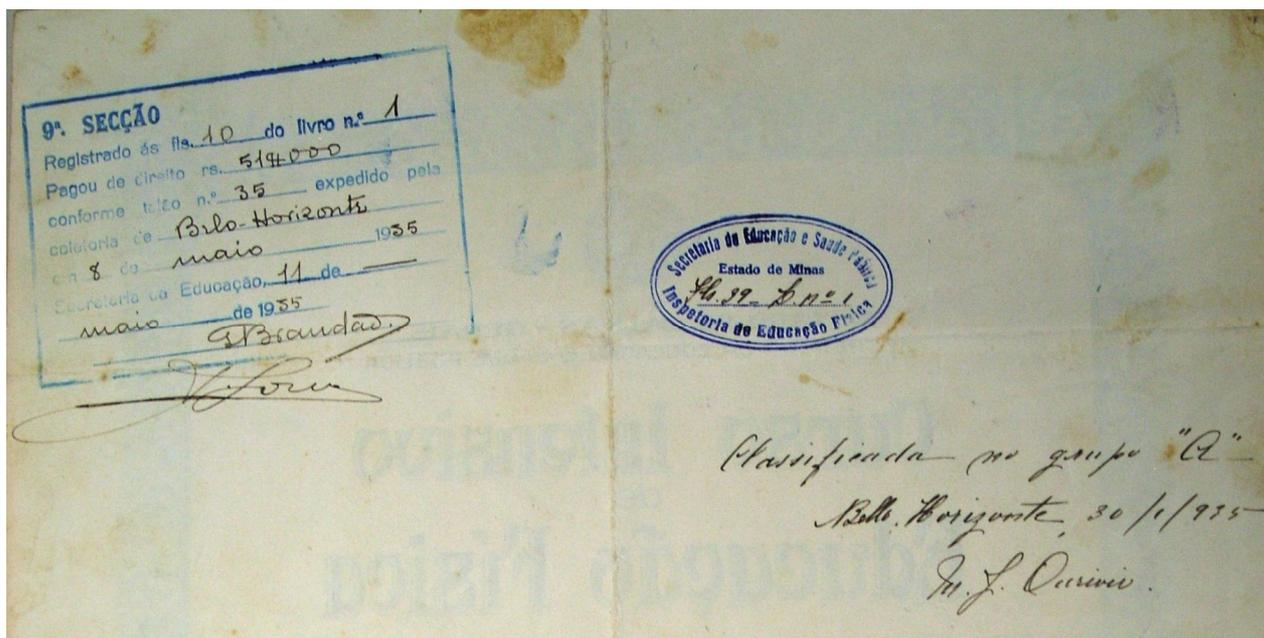


Figura 4: Certificado de Maria Carolina Nonato - Curso Intensivo de Educação Física em 1934 (Verso)

Como dito anteriormente, a partir de 1934, a contratação de uma professora de Educação Física para um grupo escolar exigia duas condições: “a) diploma de normalista, no qual se verifique, pelas respectivas notas, aptidão especial em educação physica; b) atestado de bôa saude e de compleição physica adequada no exercicio dos encargos especiaes da cadeira”.<sup>384</sup> Desde então, a posse do certificado de habilitação especial adquirido em curso intensivo de Educação Física era um distintivo entre as docentes que ministravam tal matéria. Quem o possuísse gozaria de maiores possibilidades na carreira de magistério, haja vista que, para fins de efetivação no cargo de professora de Educação Física, era necessário fazer o curso intensivo.

Diante do exposto, pode-se indicar que as primeiras iniciativas de formar professoras produzidas pela Inspetoria pareciam ensaiar uma *maneira de fazer*, e após 1932 essas ações ganharam em normas, regras, instruções e critérios. Para os últimos cursos intensivos de Educação Física, é possível mencionar que tais iniciativas passaram por um processo de normatização e maior sistematização que caracterizaram marcadamente essas ações nos anos de 1933 e 1934.

<sup>384</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 11.501 de 31 de agosto de 1934. *Collecção dos Decretos de 1934*, vol. II, Belo Horizonte, 1935, p. 713.

### 3.3 A ausência dos cursos: os anos de 1935, 1936 e 1937

Para o ano de 1935, existe no jornal Minas Gerais uma lacuna de informações que indiciassem sobre a organização e realização dos cursos intensivos. Em 1936, tal iniciativa foi anunciada e algumas atividades iniciais para a concretização do curso foram elaboradas. A partir de agosto daquele ano, instruções para matrícula foram publicadas; foram abertas as inscrições; foi pedida complementação de documentos, todo procedimento parecido com as iniciativas anteriores de 1933 e 1934. Contudo, em aviso publicado no jornal Minas Gerais em 2 de setembro de 1936, Renato Eloy de Andrade informava que “de ordem do sr. Secretario da Educação, communico aos interessados que o Curso Intensivo de Educação Physica, por motivo de força maior não se realizará este anno, prevalecendo para o anno de 1937 as inscrições já feitas”.<sup>385</sup> Em 1937, assim comunicou o Inspetor de Educação Física:

#### INSPETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

##### Aviso

Os srs. diretores dos grupos escolares da Capital e do interior que têm na direção da cadeira de Educação Física professoras que ainda não fizeram o curso de especialização, deverão enviar a esta Inspetoria, o mais breve possível, os nomes das professoras em tal situação.

Com essas informações em mãos a direção do ensino procurará auxiliá-las para melhor desempenho de seus encargos.<sup>386</sup>

Apesar da preocupação e da demanda para a qualificação e a orientação dos trabalhos de professoras de Educação Física que ainda não haviam frequentado cursos anteriores, nenhuma pista de que tal iniciativa tenha sido realizada no ano de 1937. Renato Eloy ao explicitar que a direção do ensino buscava assistir as professoras que ainda não tinham feito o curso, não indica por quais estratégias esse auxílio seria configurado.

Para compreender o declínio dos cursos intensivos, os indícios encontrados me permitem falar de uma hipótese, a mobilização financeira que tal iniciativa requeria. Entretanto, é possível que outras motivações tenham agregado-se a essa. Em discurso, Noraldino Lima quando do encerramento do curso intensivo de Educação Física, em dezembro de 1933, tratou dos benefícios concedidos às professoras chamadas para participar do curso e indicou que a situação financeira de Minas não era das mais cômodas. Dizia o Secretário da Educação que “ao Governo, em face das atuais dotações orçamentarias, mais não era dado, infelizmente, fazer”. O Estado pagava vencimentos integrais às professoras que

<sup>385</sup> Jornal Minas Geraes, 2 de setembro de 1936, p. 5.

<sup>386</sup> Jornal Minas Gerais, 16 de maio de 1937, p. 8.

frequentavam o curso, e, para as do interior, adicionem-se os custos com os meios de transporte e o auxílio de 50\$000 (cinquenta mil réis) mensais durante o andamento das aulas. Noraldino Lima, ainda no discurso de encerramento do curso intensivo de 1933, defendia as iniciativas tomadas pelo Governo Mineiro para resolver problemas no ensino. Afirmava que “se a realidade não correspondeu, ainda, integralmente, aos objetivos colimados, é porque as condições do erario têm limitado o anseio construtivo dos que respondem, nesta hora de asperas dificuldades, pela marcha do ensino na terra mineira”.<sup>387</sup> Assim exposto, a partir de 1933 e 1934 o Governo precisaria estabelecer cortes nos seus orçamentos. Dentro da Secretaria de Educação e Saúde Pública, a Inspeção de Educação Física foi afetada. O jornal Minas Gerais indica que houve uma ausência na organização dos cursos intensivos desde então. Não por acaso, como veremos no quinto capítulo, a construção de praças de jogos, empreendimento de alto investimento financeiro, também não acontece a partir de 1934, e as demais ações da Inspeção se restringirão a atividades de ordem mais de gabinete.

Finalizando esse terceiro capítulo, vale destacar que a Inspeção de Educação Física de Minas Gerais pode ser considerada o primeiro órgão do Estado que investiu em ações estruturadas que visavam formar professoras especializadas em Educação Física. Na história da escolarização de tal disciplina em Minas Gerais, foi a primeira vez que se produziu um empreendimento que pretendeu alargar os conhecimentos das professoras encarregadas de ministrar Educação Física nas escolas e que ultrapassou os limites de subsídios eminentemente práticos. Era a primeira iniciativa de formação específica em Educação Física. A estrutura alcançada no decorrer dos cursos intensivos acabou por configurá-los como uma sequência de trabalhos intensos, divididos entre teoria e prática, com o processo de avaliação instituído, coroados com a produção de um distintivo, o diploma especial de Educação Física. Iniciativas anteriores para a “produção de um especialista” não conseguiram tal sistematização. Nos anos de 1910 pode-se citar a distribuição de manuais de ginástica e o retorno da Ginástica aos programas de ensino das Escolas Normais, em 1916. Na década seguinte, a ida de um grupo de professoras mineiras ao Rio de Janeiro que ali foi realizar estágio em escolas da então capital federal, e ainda a intensa publicação de textos referentes à Educação Física na Revista do Ensino, desde seu relançamento em 1925. Contudo, se estas não demarcaram maiores especificidades na formação de uma especialista, constituíram terreno fértil para que se produzisse um clamor acerca da necessidade de melhor qualificar as

---

<sup>387</sup> Jornal Minas-Gerais, 2 de dezembro de 1933, p. 9.

professoras responsáveis pelo ensino de Educação Física, forjando então possibilidades de criação de estratégias mais densas para a orientação docente.

Centralizados no aperfeiçoamento de professoras primárias, a organização e a realização de cursos pela Inspeção de Educação Física aumentou o grau de formalização no ensino de tal matéria. Mesmo diferenciadas em suas estruturas, as ações configuradas como curso, evidenciaram que outros saberes precisavam ser agregados à formação docente em Educação Física. A preparação para o exercício do magistério desenhada pela Inspeção requeria mais que a indicação de práticas corporais que deveriam ser realizadas nas aulas pelas crianças. Diumira Campos de Paiva bem expressou, em 1935, o entendimento que a Inspeção de Educação Física produziu para aperfeiçoar o professorado:

O professor de Educação Física terá que ser um educador, de funções e responsabilidades definidas, aperfeiçoado nas ciencias que se prendem á sua profissão. O seu papel é, pois, importantissimo; á medida que a Educação Física vai tomando novo carater, aumentam-lhe as responsabilidades. Antes de saber *como*, é preciso saber a *quem* se deve educar; é necessário conhecer as crianças, organizar criteriosamente o programa, que, por sua vez, deve ajustar-se a um sistema gradual. A cultura de um professor de Educação Física deve compreender, pois, conhecimentos de fisio-psicologia e de todas as ciencias que formam o substratum científico da pedagogia.<sup>388</sup>

Nas palavras da Assistente Técnica da Inspeção e nos anúncios dos cursos intensivos organizados por tal órgão era necessário oferecer às professoras de Educação Física um conjunto de conhecimentos, pelo qual, elas mesmas aprendessem a orientar seus trabalhos. A fisiologia e a psicologia, especialmente, constituiriam a possibilidade de controle científico do exercício docente. Conhecer a infância, seus interesses, “a marcha do desenvolvimento físico e o estado de saúde de seus alunos é indispensavel ao professor de Educação Física”.<sup>389</sup> Proposições que se ancoravam na Reforma do Ensino Primário de 1927 e nos ideais escolanovistas que a influenciaram.

A modelagem pedagógica para o ensino de Educação Física proposta pela Inspeção demarcou posições na área. Cabe ressaltar que durante a realização dos cursos intensivos, o Método Francês de Ginástica foi considerado oficial para as escolas brasileiras.<sup>390</sup> A Inspeção de Educação Física de Minas Gerais parece ter constituído-se como lugar de resistência à instituição de tal Método. Posicionamento em consonância com os de outros espaços frequentados por Renato Eloy de Andrade: a Associação Brasileira de Educação e a

<sup>388</sup> “Educação Física na escola primária”, in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 44.

<sup>389</sup> “Educação Física na escola primária”, in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 44.

<sup>390</sup> Em estudo sobre o Método Francês e a Educação Física no Brasil, Silvana Goellner anuncia que foi a partir de 1929 que tal Método, já instituído nos quartéis, foi adotado oficialmente na Educação Física civil para os estabelecimentos de ensino primário. Em 1931, sua adoção oficial foi alargada para escolas secundárias, normais e superiores (GOELLNER, 1992).

Associação Cristã de Moços. Meily Assbú Linhales ao abordar as ações de formação de professores organizadas pela Seção de Educação Física e Higiene, comenta que a “parceria de ‘serviços técnicos’ entre a ABE e a ACM é uma evidência de que a orientação pedagógica proposta para educação física era bastante diferente daquela pautada no e pelo ‘Método Francês’”.<sup>391</sup> O que circulava nesses lugares onde Renato Eloy de Andrade fazia interlocução era de outra orientação. As proposições de influência militar para o ensino de Educação Física não foram incorporadas pelas estratégias de aperfeiçoamento docente produzidas pela Inspeção, tanto nos cursos intensivos, quanto na produção e circulação de impressos como veremos a seguir. Tal órgão preferiu organizar suas proposições para a Educação Física na relação com os debates e ações do campo educacional. O que orientou a formação docente e demais iniciativas produzidas pela Inspeção foram proposições do pensamento escolanovista, que segundo Ana Maria Casasanta Peixoto, nortearam a reorganização do ensino primário elaborada por Francisco Campos. Afirma a autora que:

São elementos importantes nessa organização: *os métodos*, que devem ter, na atividade do aluno, o foco central do processo educativo; *os programas de ensino*, que devem ser organizados tendo em vista a funcionalidade do conteúdo de cada disciplina no processo de integração do aluno ao meio que o cerca, e *o professor*, como o responsável pela execução dos programas e a aplicação dos métodos.<sup>392</sup>

Orientações que defendiam o estudo sobre a criança, o interesse do aluno como direcionador do ensino, os estudos científicos subsidiando a prática docente, especialmente, a psicologia, e que, em Minas, parecem ganhar a denominação de “Escola Ativa”. Ainda no modelo de formação de professoras de Educação Física forjada na Inspeção, pode-se destacar a influência americana que é observada nos estudos fisiológicos para o controle científico do trabalho<sup>393</sup> e na prescrição da calistenia como conteúdo das aulas de Educação Física. Análise similar pode ser feita para os impressos que a Inspeção produziu.

<sup>391</sup> LINHALES, 2006, p. 174.

<sup>392</sup> PEIXOTO, 2003, p. 32 (grifos da autora).

<sup>393</sup> Roberta Park indica que na constituição do campo científico da Educação Física nos Estados Unidos, a fisiologia ocupou papel de destaque (PARK, 2007).

#### 4 A INSPETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E A PRODUÇÃO DE IMPRESSOS: “CONTRIBUINDO PARA A ILLUSTRAÇÃO DO PROFESSORADO”<sup>394</sup>

Além da organização e realização do curso intensivo de Educação Física, a Inspeção empreendeu outras iniciativas na tentativa de qualificar o corpo docente que ministrava tal disciplina nas escolas. Os textos oficiais configuraram-se então como instrumentos de formação do professorado, tendo em vista, especialmente, a necessidade de implantação das idéias que perpassavam a política educacional da época.

Tomando a noção de estratégia de Michel de Certeau para fecundar a possibilidade de utilizar os impressos para proceder a uma história cultural dos saberes pedagógicos, Marta Carvalho explica que,

Aplicado, por exemplo, a uma história dos impressos de destinação escolar, o conceito põe em evidência dispositivos de imposição de saberes e normatização de práticas, referidos a lugares de poder determinados: uma casa de edição; um departamento governamental; uma instância eclesiástica; uma iniciativa de reforma educacional; etc. Analisados como produtos de estratégias determinadas, os materiais impressos deixam ler as marcas de usos prescritos e de destinatários visados. Fornecem indícios sobre as práticas escolares que se formalizam nos seus usos, mas têm o seu peso documental fortemente demarcado por sua relação com as estratégias de que são produto.<sup>395</sup>

Objetivando a ampliação do repertório de conhecimentos de professores, os impressos ofereciam orientações para a sistematização do exercício docente, e constituiu-se para a Inspeção, como importante instrumento para informar e formar o professorado. Durante o período de existência da Inspeção de Educação Física (1927-1937), seus integrantes escreveram artigos, individuais e coletivos, que foram publicados pela Revista do Ensino de Minas Gerais e pelo Boletim n. 18 “Educação Physica (Jogos e Callisthenia)”.

Nestes suportes foram difundidos pressupostos pedagógicos, práticas, procedimentos metodológicos que produziam uma referência para ministrar Educação Física nas escolas. A Revista e o Boletim reuniram múltiplas temáticas que permeavam tal disciplina, produzindo, a partir das prescrições ali contidas, uma modelagem para seu ensino.

<sup>394</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1279. Expressão retirada das instruções que orientavam a publicação da Revista do Ensino, no Decreto 7.970-A. Pareceu pertinente usar o termo “illustração” pelo sentido que a palavra remete ao efeito de elucidar, esclarecer.

<sup>395</sup> Este fragmento foi retirado da página 7 do texto impresso “Por uma História cultural dos saberes pedagógicos” de autoria de Marta Maria Chagas de Carvalho, sem data. Uma versão deste pode ser encontrada em CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUZA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara (orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares e profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998.

#### 4.1 Os artigos publicados na Revista do Ensino de Minas Gerais

A Revista do Ensino foi criada em 1892, no governo Afonso Pena, pela Lei nº 41, de 3 de agosto, que dava nova organização à instrução pública do Estado de Minas. Esse periódico foi reformulado na década de 1920, e o Decreto nº 6.655, de 19 de agosto de 1924, que aprovava o Regulamento do Ensino Primário, passou a dispor sobre sua organização e seus propósitos.<sup>396</sup> As diretivas para tal impresso, a partir de então, indicavam que ele seria destinado a informar os funcionários do ensino e seria organizado em duas partes, uma doutrinária e outra noticiosa. Produzir e fazer-se circular com periodicidade, instruir e harmonizar o exercício do magistério, colocar o professorado a par dos acontecimentos do ensino, publicar iniciativas docentes, divulgar atos oficiais, todas estas passam a ser finalidades da Revista. Na Reforma do Ensino Primário, em 1927, continua a preocupação com tais propósitos, acrescidas de pequenas orientações que muito dizem da sua intenção formadora. O Decreto nº 7.970-A organizou em três artigos as providências que orientariam a Revista do Ensino.

Art. 508. A Inspectoria Geral da Instrução Publica editará, mensalmente, a Revista do Ensino, destinada a publicações relativas á educação e instrucção primaria no Estado, no paiz e no estrangeiro, contribuindo para a illustração do professorado e para a orientação do ensino no Estado.

Art. 509. A Revista do Ensino deverá constar:

1.º de uma parte doutrinaria, destinada a:

a) pôr os professores em dia com o estado da evolução do ensino primario, a sua organização e os seus methodos;

b) publicar trabalhos originaes dos professores, na integra ou em resumo;

2.º de uma parte noticiosa destinada a publicar:

a) factos e occurrencias locaes, nacionaes ou estrangeiras;

b) dados estatisticos relativos á instrucção;

c) actos officiaes relativos á organização e administração do ensino.

Art. 510. A Revista do Ensino será dirigida pelo Inspector Geral da Instrucção Publica, que terá como auxiliares os funcionarios da Inspectoria que o Secretario do Interior designar.<sup>397</sup>

Permanências marcadas por algumas inovações que balizaram inclusive a Reforma do Ensino em 1927. Neste texto legal é explícita e incisiva a indicação de que a Revista serviria de veículo de esclarecimentos sobre o trabalho do professorado e de orientação educacional. Para tanto, passaria a ganhar visibilidade nos seus artigos os processos e os métodos de ensino e, ainda, iniciativas educacionais organizadas tanto no Estado e no país, quanto no exterior.

<sup>396</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 6.655, de 19 de agosto de 1924. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes, 1924*. Belo Horizonte, 1925.

<sup>397</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1279.

Conhecer noções e práticas de ensino estrangeiras constituía possibilidade para a almejada modernização da educação em Minas. Iniciativa essa possivelmente entusiasmada pelos ideais escolanovistas que nortearam tal reorganização do ensino e pelos educadores estrangeiros que influenciaram o movimento de Reforma no Estado. Veicular publicação de outros países na Revista poderia ser também uma maneira de respaldar a ação educativa dos reformadores em Minas.

A Revista do Ensino configurou-se como impresso que permitiu ao Estado a divulgação de informações sintonizadas com as mudanças inscritas em novas legislações educacionais, mais que isso, constituiu-se como meio para formar um professorado apto a implementá-las. Sua circulação, decerto mais ampla que qualquer outra iniciativa de aperfeiçoamento docente, atingia números extensos de professores na capital e no interior de Minas.

Maurilane de Souza Biccas estudou a Revista do Ensino de Minas Gerais como estratégia de formação do professorado mineiro no período de 1925 a 1940. A autora anuncia que:

*A Revista do Ensino, como um impresso pedagógico oficial, encarnava e explicitava as estratégias traçadas para formar e atualizar os professores mineiros a partir das concepções teórico-metodológicas que fundamentavam os métodos mais modernos a serem aplicados na educação. Além disso, os editores tinham por objetivo fazer com que os professores apropriassem dos princípios e modelos indicados nos regulamentos e programas de ensino, na perspectiva de que suas práticas educacionais fossem transformadas.*<sup>398</sup>

No que diz respeito à Inspeção de Educação Física, esta também utilizou a Revista como estratégia capaz de difundir uma nova mentalidade para o ensino de tal disciplina nas escolas. Nos textos elaborados pelos seus integrantes, possibilidades de traduzir o que os regulamentos, programas e demais instruções sugeriam para a Educação Física. Cabe destacar que os artigos que tratam direta ou indiretamente de tal matéria não se restringem à autoria dos agentes da Inspeção. Outros sujeitos também abordaram e escreveram sobre a Educação Física na Revista.<sup>399</sup> Todavia, para esta pesquisa, interessou analisar a produção de textos que envolveu a autoria de Renato Eloy de Andrade, Guiomar Meirelles, Zembra Soares de Sá e Diumira Campos de Paiva. O olhar atento para o conjunto de textos elaborado pela Inspeção de Educação Física permitiu reunir esses artigos em três grupos que serão tratados adiante. O primeiro diz respeito à autoria de Renato Eloy de Andrade e Guiomar Meirelles que

---

<sup>398</sup> BICCAS, 2008, p. 200.

<sup>399</sup> Miguel Fabiano de Faria em pesquisa para sua dissertação de mestrado estudou a presença da Educação Física em artigos da Revista do Ensino. Tal estudo encontra-se em fase de finalização.

individualmente escreveram artigos para a Revista do Ensino. O segundo grupo é composto por artigos produzidos coletivamente pelos integrantes da Inspetoria, e que, em sua quase totalidade, seriam organizados em um livro que teria por título “Técnica e Didática da Educação Física Escolar”. O último agrupamento é constituído de artigos que circularam na Revista do Ensino e foram também publicados em outros veículos impressos. Uma observação a ser ressaltada é que nos textos aqui abordados, os autores referem-se ao corpo docente usando as palavras professor e professora, sem ressaltar uma preocupação de gênero no público visado por estes artigos. Portanto, a narrativa aqui apresentada também utilizará esses termos indistintamente.<sup>400</sup>

#### ***4.1.1 A produção individual de artigos: o protagonismo de Renato Eloy de Andrade e Guiomar Meirelles***

A elaboração de textos sobre Educação Física, para publicação na Revista do Ensino, comportou autorias particulares de alguns integrantes da Inspetoria. Este tópico aborda a produção de seis textos escritos individualmente pelo Inspetor de Educação Física e por uma de suas Auxiliares, Guiomar Meirelles. No quadro 2, a listagem dos artigos que serão aqui tratados:

Quadro 2: Artigos de autoria individual de Renato Eloy de Andrade e Guiomar Meirelles publicados na Revista do Ensino

<b>Título do artigo</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ano de publicação</b>
Educação Physica - Marchas	Renato Eloy de Andrade	1928
Educação Physica - Jogos Gymnasticos	Guiomar Meirelles	1929
Educação Physica	Renato Eloy de Andrade	1929
Educação Physica - Jogos menores	Adaptação de Renato Eloy de Andrade	1929
Educação Physica - Callisthenia	Renato Eloy de Andrade	1929
Educação Physica - Ginástica historiada	Guiomar Meirelles	1931

A divulgação de textos do grupo de trabalho da Inspetoria de Educação Física, na Revista do Ensino, tem início em dezembro de 1928. O artigo intitulado “Educação Physica –

<sup>400</sup> Apesar de considerar que a formação docente proposta em cursos intensivos pela Inspetoria privilegiou exclusivamente docentes mulheres, preferi seguir a nomenclatura produzida pelos autores nos seus artigos.

Marchas”, de autoria de Renato Eloy de Andrade, já, de início, aponta a intenção em organizar o ensino de tal disciplina a partir do trabalho docente. Escrevia o Inspetor:

*1- A professora deve:*

Ao dar a voz de commando ficar de frente para a classe, manter-se sempre em atitude correcta, e pelo seu modo de agir, servir de modelo á classe; - explicar os movimentos o mais resumidamente possível e ao mesmo tempo executal-os.<sup>401</sup>

Era notória a intenção da Inspetoria em ‘ilustrar o professorado’ e prepará-lo para ministrar Educação Física nas escolas. Desde a atitude corporal que seu corpo deveria assumir, o posicionamento perante aos alunos, a produção de uma exemplaridade até a boa execução de movimentos e os processos de ensino dos exercícios. Instruções em consonância com elementos dos cursos intensivos promovidos pela Inspetoria. Nas últimas edições destes, tratadas anteriormente, as docentes matriculadas precisavam atestar sua robustez física e ainda a confirmavam ao passar por testes antropométricos. No encerramento de tais cursos, frequentemente as professoras realizavam demonstrações de ginástica, bailados e outras práticas, a fim de demonstrar o bom aproveitamento no curso. A boa execução dos exercícios seria mesmo ansiada quando das aulas de Educação Física nas escolas. Rotinas que cercavam o ensino de tal disciplina.

No decorrer do artigo, diretrizes para fazer da marcha um conteúdo escolarizado pela Educação Física. O texto assemelhava-se ao formato de um manual, com instruções organizadas de modo a facilitar o trabalho docente, inclusive, com explicações em desenho. Na figura 5, uma ilustração que estava articulada com o texto que instruía as professoras para o posicionamento das crianças.

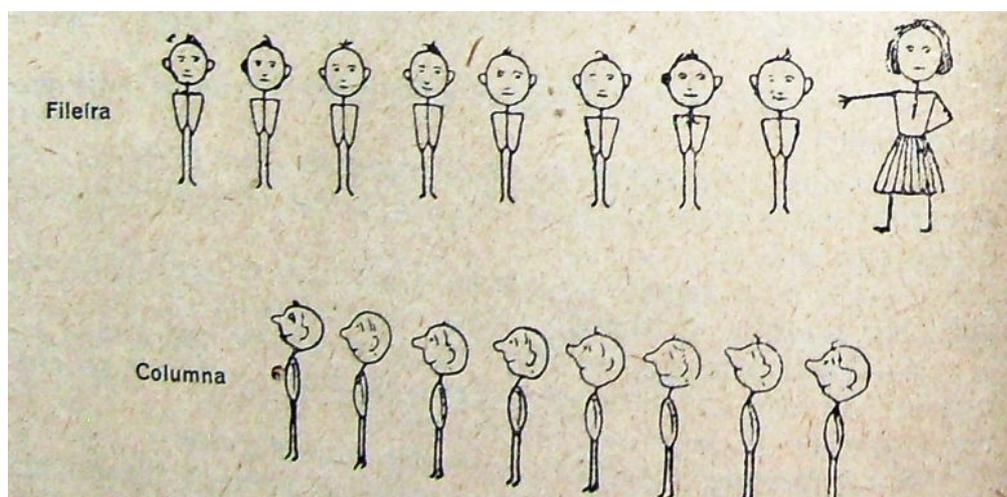


Figura 5: Ilustração de alunos formados em fileira e em coluna  
Fonte: Revista do Ensino, n. 28, dezembro de 1928, p. 30.

<sup>401</sup> Revista do Ensino, n. 28, dezembro de 1928, p. 29 (grifos do autor).

O desenho esclarece a informação textual de que os alunos poderiam posicionar-se em fila, “cada aluno toma lugar na linha indicada pelo braço da professora”, ou em coluna, “os alumnos formam uns atraz dos outros”.<sup>402</sup> Ainda na análise da figura, a possibilidade para pensar que mesmo a professora ministrando aulas para meninos não significava que as práticas não pudessem sofrer alguma separação entre os sexos. Embora não haja no texto nenhuma indicação a respeito, a ilustração exhibe apenas meninos dispostos para a marcha. Ainda sobre o artigo, a bibliografia utilizada por Renato Eloy, aponta a presença da Associação Cristã de Moços nas atividades do Inspetor de Educação Física. Um dos livros usados por ele tinha como autor um professor da ACM do Rio de Janeiro, H. J Sims.<sup>403</sup>

O ano de 1929 foi um dos momentos de mais intensa publicação de artigos da Inspetoria na Revista do Ensino. São em número de quatro. Guiomar Meirelles, em janeiro, assinou o texto intitulado “Educação Physica – Jogos Gymnasticos”. A idéia de aliar os jogos, a uma prática antes tão sisuda, é uma manobra da Auxiliar da Inspetoria para tornar o ensino de Educação Física sintonizado com as proposições da Reforma do Ensino Primário em 1927. Guiomar afirmava, na pequena parte teórica a respeito do assunto, que “nos jogos gymnasticos, a criança vê, não uma disciplina escolar, porém uma derivação de prazer, dentro de suas obrigações diuturnas, de valor extraordinario, como exercicio physico”.<sup>404</sup> A professora ainda apresenta dois exemplos de jogos ginásticos que poderiam ser praticados em aulas de Educação Física. A descrição dos exercícios era acompanhada de ilustrações para facilitar a compreensão do jogo e elucidar os posicionamentos e a movimentação necessários para iniciar a prática de um jogo com bolas (figura 6).

---

<sup>402</sup> Revista do Ensino, n. 28, dezembro de 1928, p. 30.

<sup>403</sup> Revista do Ensino, n. 28, dezembro de 1928, p. 41. Vale comentar que embora no artigo o nome do referido professor da ACM do Rio esteja grafado como H. J. Luis tudo indica que se tratava de H. J. Sims.

<sup>404</sup> Revista do Ensino, n. 29, janeiro de 1929, p. 56.

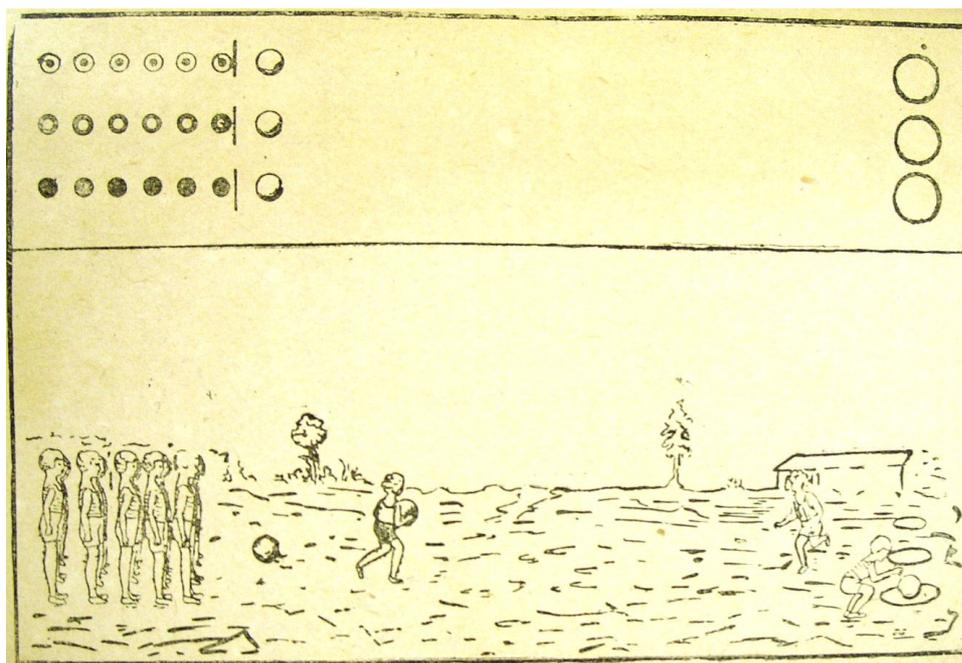


Figura 6: Ilustração de um jogo ginástico  
 Fonte: Revista do Ensino, n. 29, janeiro de 1929, p. 56.

Essa ilustração apresentava a organização espacial que aquele jogo ginástico requeria. A regra explicitava que “de um lado do pateo collocam-se os alumnos em columnas, com as bolas em frente aos primeiros de cada partido”. Configurada esta disposição e “dado o signal, os primeiros alumnos de cada partido empunham, cada um de per si, a respectiva bola; correm, batem com a mesma em determinado circulo e, de volta, entregam-nas aos segundos”.<sup>405</sup> Instruções que poderiam ser lidas no texto e na figura.

Em seguida, três artigos de Renato Eloy de Andrade. O primeiro foi publicado em fevereiro de 1929, sob o título de “Educação Physica” e um sub-título “Sua efficiencia e a professora”. Neste texto vários pontos de contato com a palestra do autor, proferida na inauguração do primeiro curso intensivo de Educação Física em 1928. A idéia de conhecer a criança, o entendimento dos jogos como boas oportunidades para moldar os instintos infantis, e a prática da calistenia no ensino de Educação Física, são elementos evidentes dos quais comungam o artigo e o curso. Fragmentos de textos similares são encontrados nos dois momentos. Cite-se o tríplice papel da calistenia na escola, já explicitado anteriormente: o preventivo, o corretivo e o disciplinador.

É reforçado também o caráter científico que deveria orientar o trabalho docente. Escrevia Renato Eloy que “um programma de educação physica, preparado com todo o criterio scientifico, e ministrado sob as mesmas bases” estimularia a expansão instintiva dos

<sup>405</sup> Revista do Ensino, n. 29, janeiro de 1929, p. 57.

alunos.<sup>406</sup> Para tanto, a fisiologia e a psicologia cumpririam papel importante. O Inspetor asseverava que a “efficiencia da educaçao physica pode ser, *de visu*, cotada em uma só classe, pelos resultados physiologicos” observados nas crianças. Ao retornar de uma aula de Educação Física, os alunos deveriam retornar com uma “physionomia alegre”. Se assim o fosse, era porque os exercícios haviam contribuído “no minimo, para descongestionar o cerebro, com saudavel uniformizaçao das correntes de irrigaçao sanguinea por todo o corpo”. Caso contrário, se as crianças voltassem com “a cabeça baixa, olhar vago e passo frouxo”, as atividades possivelmente teriam sido contraproducentes. Uma hipótese para o trabalho negativo: “a dosagem do trabalho muscular foi excessiva e addicionou á fadiga intellectual a fadiga physica”. Comentava ainda Renato Eloy sobre o êxito do trabalho das professoras de Educação Física, que este também dependia “em grande parte, senão na sua totalidade, do cabedal tecnico de que faz uso a professora; dos seus conhecimentos da natureza da criança através das suas observaçoes e experiencias pessoas e dos ensinamentos theoreticos collimados pela psychologia pedagogica moderna”.<sup>407</sup> Nas palavras do Inspetor, a experiência docente aliava-se ao estudo dos saberes pedagógicos.

Abordadas as atividades no ensino da Educação Física e o controle científico do exercício do professorado, Renato Eloy termina o artigo explanando a respeito dos métodos de ensino. Caso os alunos de uma maneira geral não executassem bem as práticas propostas, duas suposições eram possíveis. A primeira recaía sobre a professora, cuja descrição e demonstração do movimento não estavam sendo compreensíveis. A segunda incidia nas crianças, uma vez que seu desenvolvimento neuromuscular poderia estar aquém daquilo que estava sendo ensinado. Como proceder ao ensino nestas situações? Sugeriu o Inspetor de Educação Física que “em qualquer dos casos previstos a professora não deverá hesitar em repetir a explicação, com mais pormenores, acompanhada de novas e minuciosas demonstraçoes”.<sup>408</sup> Se ainda assim as dificuldades persistissem, “o unico meio a seguir será decompor o grupo de movimentos em suas parts (sic) ensinar uma por uma, depois a passagem de uma parte para outra, até que seja possivel a execuçao completa do exercicio”.<sup>409</sup> Ainda no que concerne aos métodos de ensino, uma preocupação no modo de tratar as falhas dos alunos. Escrevia Renato Eloy:

---

<sup>406</sup> Revista do Ensino, n. 30, fevereiro de 1930, p. 53. (A numeração da folha está invertida, considerando a paginação continuada, o número correto seria 35. Ao citar novamente essa página do artigo usarei p. 35).

<sup>407</sup> Revista do Ensino, n. 30, fevereiro de 1929, p. 33.

<sup>408</sup> Revista do Ensino, n. 30, fevereiro de 1929, p. 35.

<sup>409</sup> Revista do Ensino, n. 30, fevereiro de 1929, p. 35-36.

Não se deve, também, chamar de longe a atenção do alumno que erra, destacando-o, assim, como um réu, nem citar elogiosamente a habilidade de uns em detrimento de outros. Este processo, longe de favorecer a intenção do ensino, prejudica-o, contribuindo ainda para a incentivação de injustificáveis complexos de superioridade a uns, inferioridades a outros e conseqüente despeito entre colegas. As correções devem ser feitas á distancia quando forem impessoaes, isto é, quando interessarem a muitos, e directamente, mas não á distancia, quando interessarem a poucos.<sup>410</sup>

No texto, a indicação de procedimentos de direcção do magistério centrados na aprendizagem dos alunos, produzia novas maneiras de ensinar Educação Física. Métodos pedagógicos passavam a integrar o conjunto de conhecimentos necessário ao professorado que ministrasse aquela matéria nas escolas. Neste artigo de Renato Eloy de Andrade, proposições para a Educação Física que extrapolavam a prescrição de exercícios físicos, de modo que tal disciplina era por ele posicionada no campo dos processos de ensino e da orientação científica do trabalho docente.

O segundo artigo publicado em 1929, de assinatura do Inspetor de Educação Física, foi intitulado “Educação Physica”, tendo por subtítulo “Jogos menores”. Neste, um pequeno texto introdutório expunha um entendimento sobre a infância e o papel que poderiam ser exercido pelos jogos no desenvolvimento das crianças. Ao citar um excerto de Claparède, no qual mencionava que “o prolongamento do periodo da infancia, no que diz respeito aos jogos, é requisito preliminar para o desenvolvimento das faculdades superiores do educando”, Renato Eloy em consonância com tais considerações, escrevia que quanto mais alongada a infância, “tanto mais longo se torna o período de *plasticidade*” dos alunos.<sup>411</sup> Essa compreensão sobre as crianças guardava estreita relação com o exposto no Regulamento do Ensino Primário de 1927. Este aparato legal arrazoava que “a cera das aptidões nativas já não dispõe da mesma maleabilidade ou das mesmas virtualidades plasticas” quando os alunos já estivessem mais crescidos e saíssem da escola.<sup>412</sup>

As indicações para o ensino de Educação Física, inseridas no texto de Renato Eloy, articulavam a natureza infantil a uma matéria moldável. Compreensão sintonizada com o que Marta Carvalho vai chamar de novos contornos da educação resultantes da disseminação da Escola Nova no Brasil. Comenta a autora que esse “otimismo pedagógico conta com a natureza”.<sup>413</sup>

<sup>410</sup> Revista do Ensino, n. 30, fevereiro de 1929, p. 36.

<sup>411</sup> Revista do Ensino, n. 33, maio de 1929, p. 6 (grifo do autor).

<sup>412</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1127-1128.

<sup>413</sup> CARVALHO, 1997, p. 286.

Nesse artigo da Revista do Ensino “atenção, acuidade visual, agilidade mental no julgamento e decisão, sob a influencia das emoções de defesa e ataque, em instantaneas alternativas” são os valores educacionais destacados por Renato Eloy quando faz a descrição de exemplos de jogos de dados.<sup>414</sup>

Na estrutura do texto elaborada pelo Inspetor, apontamentos de que o artigo serviria de agente facilitador aos professores na organização dos programas de ensino de Educação Física. A exposição sobre os jogos com dados, além dos valores educacionais, apresentava ainda especificidades do material necessário e do espaço onde tais exercícios deveriam ser realizados. Na maneira de organizar a atividade constava o modo de dividir a turma e maiores determinações para o andamento do jogo. As regras estabeleciam comportamentos e demais procedimentos para os alunos que seriam do grupo dos “atacantes” e dos “fugitivos”.<sup>415</sup> Informações organizadas para promover o trabalho docente.

Ainda no artigo, a descrição de duas variações do jogo inicial. Aqui cabe ressaltar a possibilidade levantada por Renato Eloy para o uso de tais práticas no reforço de conhecimentos de outras disciplinas do programa. O Inspetor apresenta um jogo de “dados numerados para operações arithmeticas”.<sup>416</sup> Em nota ele afirma que “este jogo pôde ser usado para grande numero de operações arithmeticas, porém de accordo com o desenvolvimento dos alumnos na materia”. Além dos valores educativos já ressaltados, o jogo com dados poderia servir ainda ao estudo da matemática.

No texto “Educação Physica – Jogos menores”, premissas que consideravam a capacidade das crianças de amoldar-se ao ensino recebido. Nessas orientações os jogos constituíram fonte de valores prestigiosos para a educação. A descrição dos jogos elaborada por Renato Eloy configurou-se num formato facilitador para as professoras responsáveis pelo ensino de Educação Física. A escolha do exercício, a maneira como ensinar, os objetivos a serem alcançados, elementos do trabalho docente presentes no artigo elaborado pelo Inspetor de Educação Física.

Ainda no ano de 1929, o terceiro artigo de autoria de Renato Eloy de Andrade, “Educação Physica – Callisthenia”. Registre-se de início a influência americana que norteava esse texto, destacadamente, a presença da Associação Cristã de Moços. Na bibliografia

---

<sup>414</sup> Revista do Ensino, n. 33, maio de 1929, p. 6.

<sup>415</sup> Revista do Ensino, n. 33, maio de 1929, p. 7.

<sup>416</sup> Revista do Ensino, n. 33, maio de 1929, p. 7.

apresentada pelo autor ao final do artigo, a indicação do livro “Notas callisthenicas”,<sup>417</sup> de H. J. Sims.

No decorrer deste artigo, uma multiplicidade de orientações para adotar a calistenia nas aulas de Educação Física. Prática de “movimentos symmetricos, de caracter suave, porque não exige esforço superior ás condições phisicas da creança. Produz um desenvolvimento muscular perfeito, dá graça, elegância do talhe, belleza e harmonia das formas”. Destaque aos elementos de uma constituição corporal pretendida. Aliada a um debate sobre a ortopedia, é possível inferir que uma reflexão sobre a dimensão da eficiência integrava o arranjo de proposições para o ensino da calistenia. Renato Eloy comenta que a finalidade educativa desta atividade consistia “na boa postura, no avivar da atenção e das reacções mentaes e na educação do aparelho neuro-muscular, de modo a dar ao individuo o governo do seu corpo”.<sup>418</sup> Avigorar as reacções mentais e educar o sistema neuro-muscular são propósitos que apontam para um processo de ensino da Educação Física que intencionava uma resposta mais ‘eficaz’ do corpo quando da recepção de um estímulo.

Ao estabelecer contornos para essa prática, dizia Renato Eloy que a “callisthenia comprehende todos os exercicios sem ou com petrechos portateis, como sejam bastões, alteres, maçãs indigenas, etc., excepto corridas e dansas gymnasticas”.<sup>419</sup> A proposição de aquisição de aparelhos para os exercícios físicos nas escolas era uma das incumbências da Inspeção. Nessa delimitação da calistenia, a indicação de materiais que tal órgão possivelmente propunha para as aulas de Educação Física.<sup>420</sup>

Ao professorado cabia proporcionar aos alunos aulas agradáveis de calistenia. E nas proposições para esta prática inseridas neste artigo de Renato Eloy, intervenções disciplinares que se complementavam. A professora deveria “despertar o indolente e apathico para uma vida mais calida e expansiva”, de modo a assegurar que os alunos incorporassem hábitos mais ativos, enérgicos, contudo, tal entusiasmo deveria ser regrado, cabendo também à professora “procurar sempre moderar os que vibram e sentem com excessiva intensidade”.<sup>421</sup> Às docentes incumbia conduzir a liberdade das crianças, de modo que elas desenvolvessem um

<sup>417</sup> Revista do Ensino, n. 39, novembro de 1929, p. 33.

<sup>418</sup> Revista do Ensino, n. 39, novembro de 1929, p. 28.

<sup>419</sup> Revista do Ensino, n. 39, novembro de 1929, p. 29.

<sup>420</sup> O provável aparelhamento proposto pela Inspeção não é comum àquele sugerido por Pereira da Silva quando da discussão da Educação Física no Congresso de Instrução Primária em 1927. Ele sugeria “manual de Bauman, viga horizontal, banco gymnastico e escada orthopedica” para as aulas de exercícios físicos e suas recomendações sofreram críticas por parte dos demais integrantes da comissão de Higiene e Educação Física, tanto que suas conclusões foram prejudicadas e substituídas por outras elaboradas por Guiomar Meirelles (Jornal Minas Geraes, 13 de maio de 1927, p. 7).

<sup>421</sup> Revista do Ensino, n. 39, novembro de 1929, p. 29.

autogoverno. Combinar energia, interesse, paixão e moderação. Talvez resida nesse ajustamento o que o Inspetor de Educação Física chamou de dar aos alunos “o governo do seu corpo” quando da prática da calistenia. Lourenço Filho em sua obra originalmente publicada em 1929, “Introdução ao estudo da Escola Nova”, ao discorrer sobre essa habilidade de autogoverno a ser incorporada pelos alunos comenta que “o ideal de todo educador deve ser tornar-se, assim que possível, desnecessário ao educando, habilitando-o a dirigir-se por si mesmo, ou levando-o ao ponto em que não mais reclame direção alheia”.<sup>422</sup>

No decorrer desse texto sobre a calistenia, apontamentos de que as proposições de Renato Eloy para a Educação Física eram recorrentemente marcadas pelo caráter científico que as circunscreviam. Ao explicar a respeito dos sistemas sueco e alemão de ginástica, o autor afirma que ambos tinham suas falhas. A Educação Física aceitava o que era razoável em cada um e, baseada em “leis biológicas e psicológicas, profundamente estudadas pela geração científica do nosso século”, rejeitava o que não era aceitável.<sup>423</sup> Do método sueco foi cabível adotar alguns princípios norteadores que deveriam ser observados também para a calistenia. Ao anunciá-los, Renato Eloy assinala orientações para o processo de ensino da Educação Física de uma maneira geral. Sobre o princípio da seleção das atividades, comentava o autor:

O professor deve ter sempre em vista a gradação das dificuldades e o encadeamento natural das aulas, de tal forma que um exercício seja sempre a preparação do aluno para o exercício seguinte e que cada série de callisthenia seja sempre a preparação para a outra série imediata.<sup>424</sup>

Na organização de um programa de Educação Física, caberia ao professorado atentar-se para a progressão de dificuldades que encerrava os exercícios propostos. Outros elementos a serem observados eram “a idade, o sexo e a ocupação dos participantes”. Eles constituiriam o princípio da adaptação. Quanto à idade, explicita Renato Eloy que as crianças já praticariam exercícios físicos devido ao seu dinamismo e os pré-adolescentes deveriam fazer muitas atividades ao ar livre, tendo seus períodos de recreação mais aproveitados quando da direção de outrem. Contudo, o Inspetor de Educação Física não demarca nenhuma especificidade a ser observada na organização de programas de exercícios para alunos de diferentes idades. Este elemento só é diferenciador quando aliado a outro, o sexo. Escrevia Renato Eloy que até os 11 anos a diferenciação de atividades não era necessária. “A partir desta idade, deve se fazer uma mudança de acordo com as alterações (físicas e

<sup>422</sup> LOURENÇO FILHO, 2002, p. 146.

<sup>423</sup> Revista do Ensino, n. 39, novembro de 1929, p. 29.

<sup>424</sup> Revista do Ensino, n. 39, novembro de 1929, p. 30.

physiologicas) que começam a se manifestar nos sexos”.<sup>425</sup> A diferença é assinalada para alunas que não estivessem no ensino primário, somente quando “moças (escolas normaes)”. A estas deveriam ser ministrados exercícios de efeitos benéficos à futura função de mãe e evitados os que fossem prejudiciais à maternidade.<sup>426</sup> Argumentando sobre a escolha de atividades segundo a ocupação dos sujeitos, Renato Eloy indica que o ensino de Educação Física escolar requeria especificidades. “Obvio é que se não deve ministrar a alumnos das escolas primarias e normaes a mesma especie de exercicios que a militares, obesos ou jogadores de foot-ball”.<sup>427</sup> Nessa passagem da fonte, é possível afirmar que a prática da Educação Física nos estabelecimentos de ensino guardava particularidades que tomavam certa distância da instituição militar<sup>428</sup> e dos programas de Educação Física realizados fora da escola.

Em outro princípio da calistenia abordado por Renato Eloy, o da totalidade, também apontamentos para proceder a um ensino de Educação Física sistemático. Dizia o Inspetor que a prática da calistenia deveria mobilizar todos os músculos, especialmente, os do tronco. Para alcançar esse intento a série calistênica deveria ser dividida em três grupos. O primeiro seria composto por atividades para ativar a circulação; o segundo constituído por exercícios do tronco; e o terceiro formado pela combinação de movimentos dos membros superiores, inferiores e do tronco.

Cada grupo deve constituir-se de 3 combinações de movimentos e cada movimento de contracções e extensão.

Entre cada grupo deve haver um exercicio respiratorio, ou melhor denominado, compensatorio, que tem por fim regularizar a respiração e normalizar a circulação.<sup>429</sup>

Diferente da estrutura contida no artigo anterior sobre os jogos com dados, no qual Renato Eloy operou com a lógica da atividade já pronta para orientar a prática de professoras de Educação Física, aqui, no texto sobre calistenia, o Inspetor não descreveu séries calistênicas a serem inseridas no programa de ensino. Ele organizou múltiplas orientações que

<sup>425</sup> Revista do Ensino, n. 39, novembro de 1929, p. 32.

<sup>426</sup> Revista do Ensino, n. 39, novembro de 1929, p. 33.

<sup>427</sup> Revista do Ensino, n. 39, novembro de 1929, p. 32.

<sup>428</sup> Em 1929 os militares elaboraram proposições para a Educação Física e as enviaram ao Congresso Nacional como um anteprojeto de lei. Tal fato produziu na Associação Brasileira de Educação um movimento de discussão e posicionamento sobre o assunto. No Parecer formulado por esta Associação, e publicado em uma das obras de Inezil Penna Marinho, uma das argumentações para apontar falhas no anteprojeto era que a Educação Física vinha abandonando seus aspectos militares devido ao “desenvolvimento extraordinário da pedagogia”, e ainda que não era “possível que se entregue a cultura física de crianças a pessoas que se especializaram no adestramento de adultos” (MARINHO, 1952, p. 205). Para maiores detalhes sobre esse debate, cf. LINHALES, 2006.

<sup>429</sup> Revista do Ensino, n. 39, novembro de 1929, p. 31.

seriam norteadoras do trabalho docente quando da prática da calistenia nas aulas de Educação Física. Interessou neste artigo, mais que apresentar exercícios prontos, oferecer às professoras um cabedal técnico que proporcionasse a elas um grau de autonomia para organizar suas práticas.

Em 1931, Guiomar Meirelles retoma a autoria individual de artigos para a Revista do Ensino. Neste ano ela publicou o intitulado “Educação Física – Ginastica historiada”.<sup>430</sup> Este texto é estruturado com uma página de elementos teóricos e as demais, cinco, de exemplos dessa prática. A autora inicia o artigo explicitando o que era tal atividade. “A ginastica historiada consiste em lições divertidas, graduadas e metódicas, reclamando de cada criança um apelo á imaginação, para execução de movimentos sugeridos pelo desenrolar dos fatos contados pela professora”.<sup>431</sup> Neste excerto, indícios de que tal prática recomendava um processo de ensino que a subsidiaria, uma vez que se pretendia graduada e metódica. Guiomar Meirelles faz alguns apontamentos no sentido de organizar sistematicamente esse exercício. Essa atividade deveria ser em círculo ou semicírculo e, na indicação da autora, poderia ser utilizada nas turmas do primeiro ano primário e nas classes infantis. Aqui não era necessário usar as vozes de comando utilizadas nas “lições de ginastica propriamente ditas”, os alunos poderiam expressar-se individualmente, sem a necessidade da uniformidade do movimento corporal. Além dessa direção técnica para o trabalho docente, Guiomar ainda tece maiores orientações para a professora de Educação Física, no sentido de organizar metodicamente a ginástica historiada. Escrevia a Auxiliar da Inspetoria que deveria

... a professora ter o tacto suficiente para, no correr dos acontecimentos, fazer trabalhar a imaginação e os musculos da criança, numa progressão lenta e crescente, evitando a fadiga física e cerebral, assim como situações que despertem medo, represalias covardes etc.,

- Para evitar a fadiga, um exercicio de braço, por exemplo, será alternado com um outro de pernas ou tronco, um exercicio respiratorio seguirá sempre aos saltos e corridas, etc., tendo sempre as crianças a impressão de que estão a brincar.<sup>432</sup>

Estimular a criação e a movimentação corporal dos alunos, estabelecer uma progressão de exercícios, trabalhar grupos musculares alternadamente, evitar situações hostis, despertar o interesse infantil e proporcionar uma sensação de divertimento aos alunos. Elementos destacados por Guiomar Meirelles que deveriam compor o processo de ensino da ginástica historiada.

---

<sup>430</sup> Vale lembrar que Guiomar Meirelles publicou, em 1942, um livro intitulado “Educação Infantil” que também tratou da temática da ginástica historiada.

<sup>431</sup> Revista do Ensino, n. 56, 57, 58, abril/junho de 1931, p. 151.

<sup>432</sup> Revista do Ensino, n. 56, 57, 58, abril/junho de 1931, p. 151.

No artigo são apresentadas duas histórias que poderiam servir de exemplo às professoras de Educação Física. A descrição era simples. Ao narrar a história eram inseridas atividades corporais a serem executadas pelas crianças. Exercícios de tronco, marchas, caminhada com passos largos e na ponta dos pés, saltitos, equilíbrio, respiração, saltos, corridas. Em excerto retirado de uma das histórias, sobre um passeio no parque, o modelo de como essas práticas deveriam ser estruturadas.

... Estavam descansando (sentados), quando viram o sacristão que tocava o sino da igreja. Levantaram-se e foram vê-lo, (movimento imitativo com pensão do tronco á frente e para os lados). Depois continuaram o caminho, (marcha). No Parque viram logo muitas arvores, altas muito altas (equilíbrio). Um vento forte sóprava. E as arvores balançavam, balançavam... (exercício de tronco). Os meninos continuaram um lindo passeio pelo Parque! Havia uns espinhos no caminho e elles tiveram que continuar *nas pontas dos pés*.<sup>433</sup>

Nas histórias descritas por Guiomar Meirelles uma série de movimentações que poderiam ser incorporadas por esse novo uso da ginástica. Numa espécie de descrição didática, tudo era bem explicado textualmente e ilustrado por fotografias (figura 7).



Figura 7: Crianças e professora realizando movimentos de uma ginástica historiada  
Fonte: Revista do Ensino, n. 56, 57, 58, abril/junho de 1931, p. 153.

<sup>433</sup> Revista do Ensino, n. 56, 57, 58, abril/junho de 1931, p. 152 (grifos da autora).

No olhar atento para a imagem, apontamentos do que seria um exercício de tronco que estão em consonância com as orientações discorridas por Guiomar Meirelles neste artigo. Meninos, meninas e também a professora realizam o exercício à sua maneira. Uns com as pernas unidas, outros com elas afastadas. Alguns flexionam os joelhos ou os cotovelos, outros os mantêm estendidos. A posição da cabeça também é variada. Para a ginástica historiada interessava uma expressão corporal personalizada pelas crianças, sem a necessidade de uma unidade na execução do movimento.

Embora neste artigo sejam apresentados modelos de ginástica historiada, o propósito da Auxiliar da Inspeção não era que as professoras simplesmente inserissem no programa de ensino de Educação Física tais atividades, exatamente como explicitadas no texto, mas que ainda produzissem maneiras próprias para ministrar a ginástica. Referindo-se aos exemplos descritos no artigo, Guiomar Meirelles enfatizava: “que as nossas professoras não se escravizem a êles; mas, inspiradas nas idéas gerais, criem, modifiquem, ampliem e renovem, incluindo em seus planos novos gestos, novas combinações, cantos, etc., dando livre curso á sua fantasia e imaginação”.<sup>434</sup>

Nas proposições de Guiomar Meirelles explicitadas nesse artigo, um ‘novo’ conteúdo estava indicado para os programas de ensino de Educação Física das classes infantis e do primeiro ano primário: a ginástica historiada. Ou, ainda, um ‘velho’ conteúdo acrescido de novos usos que modificaram sua dinâmica. A ginástica transformou-se de uma prática estática a movimentada, da repetição das suas séries passou-se intencionar a inventividade das crianças, da reprodução dos exercícios à expressividade individual. Definições, propósitos e exemplos da ginástica historiada aliados às recomendações que perpassavam os métodos e os processos de ensino, foram elencados no sentido de dar às professoras autonomia para organizar tais exercícios nas escolas e certo grau de independência para orientar seu próprio trabalho.

No conjunto dos artigos aqui analisados atente-se para o modo de intitulá-los. Fica patente a expectativa da Inspeção em elaborar um projeto curricular para a Educação Física. Todos foram denominados “Educação Física” e nos seus subtítulos a indicação de elementos que ajudariam a conformar tal matéria. Essa configuração comportou tanto os conteúdos autorizados para as aulas – marchas, jogos ginásticos, jogos menores, calistenia e ginástica historiada – quanto a indicação de seus valores e ainda os procedimentos e a metodologia para ministrar tais práticas. Existia uma intenção coletiva dos membros da Inspeção de

---

<sup>434</sup> Revista do Ensino, n. 56, 57, 58, abril/junho de 1931, p. 151-152.

sistematização da Educação Física como uma disciplina escolar. Este movimento é conectado com o propósito de produção de artigos que comporiam um livro sobre a técnica e a didática da Educação Física escolar.

#### ***4.1.2 A autoria coletiva de artigos: preparando o livro “Técnica e Didática da Educação Física Escolar”***

Os artigos divulgados na Revista do Ensino também comportaram a autoria em conjunto do Inspetor de Educação Física e suas Auxiliares. Quatro textos foram publicados coletivamente pelos agentes da Inspeção. Três deles tem ao seu final uma referência indicando que tais textos constituiriam um livro que estaria “em preparo” e que seria intitulado “Técnica e Didática da Educação Física Escolar”. Não foram localizados indícios de que tal publicação tenha se concretizado. O quarto artigo não especifica os autores individualmente, é apenas subscrito como Inspeção de Educação Física. No quadro 3, a relação dos textos que serão neste tópico tratados:

Quadro 3: Artigos publicados coletivamente pelos integrantes da Inspeção de Educação Física

<b>Título do artigo</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ano de publicação</b>
Objetivos na organização e administração da Educação Física escolar	Renato Eloy de Andrade, Guiomar Meirelles e Zembla Soares de Sá	1931
Corpo de leaders	Renato Eloy de Andrade, Guiomar Meirelles e Zembla Soares de Sá	1931
Excursão e sua relação com a Educação Física	Renato Eloy de Andrade, Zembla Soares de Sá e Guiomar Meirelles	1932
Para a gymnastica historiada	Contribuição da Inspeção de Educação Física	1935

O primeiro artigo coletivo é publicado em 1931 e tem por autores Renato Eloy de Andrade, Guiomar Meirelles e Zembla Soares de Sá.<sup>435</sup> Intitulado “Objetivos na Organização e Administração da Educação Física Escolar”, o texto ressalta a importância de estabelecer previamente os objetivos que norteariam o ensino da Educação Física. Era necessário que as

<sup>435</sup> Junto à explicitação da autoria do artigo é feita menção à “colaboração do Acadêmico José Lourenço de Oliveira, Professor do Colégio ‘Arnaldo’” (Revista do Ensino, n. 53, 54, 55, janeiro/março de 1931, p. 93)

professoras tivessem tais propósitos bem esclarecidos a fim de orientar tecnicamente seu trabalho. Asseveravam os autores que “a Educação Física Escolar deve focalizar, principalmente, os seguintes objetivos: corretivo, educacional, higiênico, recreativo e social”.<sup>436</sup> Se o processo inicial de constituição do campo escolar da Ginástica em Minas enfocou, especialmente, as dimensões da correção e da higiene que perpassavam os exercícios físicos, com o decorrer da presença dessas práticas nas escolas elas foram adquirindo novos contornos. Nas proposições da Inspeção para a Educação Física, novas finalidades passam a compor o ensino de tal disciplina, e novos significados passam a compreender antigos propósitos já estabelecidos desde o início do século XX.

O propósito corretivo “visa assegurar uma boa postura ao corpo, corrigindo a má”. A prescrição de exercícios com tal objetivo deveria “ser cuidadosamente orientada pelo exame medico-atropométrico”.<sup>437</sup> O valor dos exercícios corretivos passava a se assentar também no interesse individual do aluno e os autores do artigo endossam tal idéia. Asseguravam eles que “a experiência de diversos professores tem demonstrado que, numa proporção de três quartas partes, o problema se resolve pelo desejo, no educando, de ser elegante; e cumpre que tal desejo seja explorado”.<sup>438</sup> Se as atividades para correção de deformidades eram enfadonhas, tediosas, cumpria ao professorado estimular a prática desses exercícios agindo sobre o centro de interesse das crianças, no caso explicitado pelos autores, o anseio pela elegância.

Os autores parecem inspirados pelos ideais escolanovistas e pelas orientações da Reforma do Ensino Primário de 1927 e ressaltam que era indispensável que tais atividades despertassem a atração dos alunos. Nesse momento, as crianças passam a ter centralidade no processo educativo. Francisco Campos sugeriu no texto da Reforma a aplicação do método Decroly para o ensino primário, no qual o ensino relacionava-se com os interesses infantis.

Em torno desses centros de interesse organizam-se, naturalmente, os conhecimentos da criança. O seu método consiste, pois, em servir-se desses centros de interesse para orientar a criança no aprendizado das diversas disciplinas, cultivando, particularmente, a observação, a associação e a expressão.<sup>439</sup>

Ainda sobre o objetivo corretivo que perpassava a Educação Física escolar, este parecia comportar outras dimensões para além da boa postura. Analisando este artigo é possível sugerir que dentre os benefícios esperados pela prática de exercícios corretivos, há uma dimensão da eficiência dos gestos que também passa a ser almejada. Renato, Guiomar e

<sup>436</sup> Revista do Ensino, n. 53, 54, 55, janeiro/março de 1931, p. 88.

<sup>437</sup> Revista do Ensino, n. 53, 54, 55, janeiro/março de 1931, p. 88-89.

<sup>438</sup> Revista do Ensino, n. 53, 54, 55, janeiro/março de 1931, p. 89.

<sup>439</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1135-1136.

Zembla destacam os efeitos preventivos que eram esperados quando da realização das atividades de correção física. “Preventivos, porque devem atender á deficiência das atividades neuro-musculares”,<sup>440</sup> explicavam os autores. Depreende-se dessa citação que havia a preocupação com uma melhor eficácia do sistema estímulo-resposta do corpo, possivelmente, influenciada pelos estudos fisiológicos que correntemente subsidiavam proposições para a Educação Física produzidas pela Inspeção. Resultaria daí o anseio por uma melhor regulação do trabalho muscular.

Raciocínio similar pode ser empregado para compreender novas dimensões do objetivo higiênico no ensino de Educação Física. “Entendemos que higiene não significa, sómente, uma mais ou menos vaga, mais ou menos escrupulosa asepsia do corpo, mas, ainda, saúde produtiva”. Deixaria de ser higiênico e produtivo o exercício que não alcançasse efeitos nos sistemas circulatório, respiratório, excretor, muscular e nervoso. Na compreensão dos autores, ainda a necessidade de considerar a criança como “unidade psico-física e não como um feixe de músculos recobrimdo um figado, uns rins e uns intestinos”. Daí o entendimento de que seria pretensão “falar de saúde puramente muscular, quando o espirito, a emoção, a experiencia mental do individuo estejam passando por fases não saudaveis”. Nesse sentido, ao tratar, por exemplo, do sistema nervoso, os autores afirmam que o “estado do sistema é higienico, quando a alegria predomina. Depressão, medo, enjôo são sintomas de maus efeitos”.<sup>441</sup> As duas ciências que embasavam as orientações da Inspeção acerca da Educação Física estavam aqui atreladas. Era necessário que o aluno, após as aulas dessa disciplina, obtivesse resultados fisiológicos e psicológicos. Diumira Campos de Paiva, na tese que escreveu para o VII Congresso Nacional de Educação, em 1935, endossa o argumento de compreensão do aluno como “unidade psico-física” e afirma que “na ordem dos fenomenos psiquicos, a vontade, faculdade que ordena aos musculos agir e fornece a excitação necessaria para eles entrem em jogo, se desenvolve tambem e se aperfeiçoa pelo exercicio”.<sup>442</sup> Higienizar no ponto de vista da Inspeção significava mais que o asseio com o corpo, comportava sentidos relacionados a um funcionamento fisiológico eficaz e a uma habilidade de regular a vontade, uma espécie de autocontrole.

No artigo de Renato, Guiomar e Zembla, detalhes do que seria o objetivo educacional da Educação Física escolar. “Mais do que qualquer outro professor, o diretor de Educação

---

<sup>440</sup> Revista do Ensino, n. 53, 54, 55, janeiro/março de 1931, p. 89.

<sup>441</sup> Revista do Ensino, n. 53, 54, 55, janeiro/março de 1931, p. 90-91.

<sup>442</sup> “Educação Física na escola primária”, in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 46.

Física tem grandes oportunidades para treinar caracteres entre os educandos”.<sup>443</sup> Esse é o principal propósito educacional para o ensino de tal disciplina nas escolas, destacado pelos integrantes da Inspetoria. Para tratar de tais objetivos, os autores comentam a necessidade de definir o que era educação. E assim expõem:

Educação é preparo para a vida; é treino para cidadão eficiente; é algo mais do que conhecimentos livrescos ou praticas rotineiras, - unicamente justificaveis pela antiguidade; é oportunidade para desenvolvimento e sublimação das tendencias da criança; é processo de relações com a vida de hoje, e não com a de cinquenta ou cem annos antes.<sup>444</sup>

O desenvolvimento de qualidades sociais e morais nos alunos, a formação do caráter, a promoção da exteriorização da personalidade infantil e a intervenção nela, a correção dos corpos, o trabalho visando à eficiência dos gestos. Possibilidades para o ensino da Educação Física que ajudavam a configurá-la como importante componente do campo educacional.

O prazer, a imaginação e a expressividade são as dimensões basicamente destacadas pelos autores para os objetivos recreativos que envolvem os exercícios físicos. Sobre os propósitos sociais da Educação Física escolar assinalados no artigo, mais uma vez é ressaltada a questão da vontade e sua regulação. Parece que tal disciplina estabeleceu práticas sutis para regradar a liberdade do aluno, para prevenir que o interesse das crianças se manifestasse de maneira intempestiva.

De todos os efeitos do jogo, o mais importante, entretanto, é o treino que ele ministra á vontade. Os aspétos volitivos da vontade, de seu poder de resistencia, aumentam francamente, em força de iniciativa, em coragem para ousar expôr-se a riscos, em decisão para marcar um ponto, prender um adversario, ganhar uma vitoria.

Mas, provavelmente, o mais importante de todos esses treinos é o da inibição, - este poder de retenção e de proprio control, que é a mais alta fôrma da vontade é a ultima a desenvolver-se.<sup>445</sup>

Do texto de Renato, Guiomar e Zembla pode-se indicar que os jogos apresentariam situações a serem aproveitadas para lições sociais. Coragem, iniciativa, perseverança, senso de responsabilidade poderiam ser adquiridos por meio de uma aprendizagem real. Pelas práticas de situações reais, oportunizadas pelos jogos, era necessário ainda desenvolver no aluno a habilidade de autogoverno para que ele agisse com discernimento, reflexão e critério.

Na continuidade deste artigo, a Educação Física aparece estreitamente relacionada com os objetivos estabelecidos para seu ensino. A descrição de conteúdos a serem ensinados e os métodos de ensino dessas práticas, tão enfatizados em textos anteriores, cedeu lugar para a

<sup>443</sup> Revista do Ensino, n. 53, 54, 55, janeiro/março de 1931, p. 89.

<sup>444</sup> Revista do Ensino, n. 53, 54, 55, janeiro/março de 1931, p. 89.

<sup>445</sup> Revista do Ensino, n. 53, 54, 55, janeiro/março de 1931, p. 93.

ponderação detalhada do que os autores entendiam por propósitos que deveriam orientar a Educação Física escolar. Estes elementos aparecem imbricados na constituição de tal disciplina. A nova composição de finalidades destinadas a essa matéria permitiu a remodelação dos seus conteúdos e dos processos de ensino a ela associados. Os conhecimentos relacionados à Educação Física sofrem modificações que levam a uma necessidade de qualificação do seu professorado. Se tal disciplina passou a abarcar novos propósitos e a produzir novos sentidos para objetivos já antes estabelecidos, os integrantes da Inspeção os anunciaram em formato de texto e os fizeram circular por todo o Estado de Minas a fim de orientar o corpo docente que ministrava Educação Física nas escolas.

No mesmo ano de 1931, um segundo artigo de autoria coletiva dos membros da Inspeção foi posto em circulação na Revista do Ensino. “Corpo de Leaders” foi também escrito por Renato Eloy de Andrade, Guiomar Meirelles e Zembla Soares de Sá.<sup>446</sup> O texto apresenta uma série de orientações para constituir uma organização de *leaders* nas escolas. Nas atribuições conferidas a esses sujeitos, incumbências que dariam amparo ao trabalho do professorado de Educação Física.

#### QUE FAZEM OS LEADERS

- 1.º Auxiliam o professor nas classes numerosas e até o substituem numa ausência acidental.
- 2.º Auxiliam na organização e direção das atividades extra-programa.
- 3.º Fazem propaganda em favor da difusão da prática de educação física.
- 4.º Dirigem jogos, teams e campeonatos.
- 5.º Cooperam, nas outras organizações escolares, para a realização integral do programa.<sup>447</sup>

A escolha do *leader* seria feita pela professora entre os alunos que manifestassem “habilidades inatas ou cultivadas” que os qualificassem para ocupar tal posição. Tais aptidões seriam fundamentalmente aprendidas nas aulas de Educação Física. O *leader* seria “um representante direto do professor de Educação Física; deve demonstrar, em si mesmo, o que ha de bom no ensino da materia”.<sup>448</sup> Nos requisitos desejáveis para um *leader* um conjunto de predicados que mesclavam o que era esperado de um bom aluno e ainda de um professor que ministrasse Educação Física:

- 1.º Ter personalidade forte, o que significa caráter, engenho, zelo, fé, energia, entusiasmo e vontade, para dar aos demais.

<sup>446</sup> Também neste artigo, junto à explicitação de sua autoria é feita menção à “colaboração do acadêmico José Lourenço de Oliveira, Professor do Colégio ‘Arnaldo’” (Revista do Ensino, n. 59, 60, 61, julho/setembro de 1931, p. 88).

<sup>447</sup> Revista do Ensino, n. 59, 60, 61, julho/setembro de 1931, p. 81-82.

<sup>448</sup> Revista do Ensino, n. 59, 60, 61, julho/setembro de 1931, p. 82.

2.º Ter paciência, alegria, temperamento conciliador, bom humor, controle de si mesmo, simpatia, iniciativa, bôa aparência física, olhos e ouvidos apurados, voz agradável.

Chama atenção a recorrência ao tema do autocontrole. Essa parece ser uma habilidade muito apreciada pela Inspetoria de Educação Física. Ainda nos requisitos ansiados para um *leader*, os autores evidenciam o uso da disciplina e explicitam a maneira como esta deveria ser exercida.

Sempre que estiver desempenhando suas funções, ha de usar de energia e manter disciplina. Não a disciplina rígida, militar, mas disciplina suave, a disciplina do jeito, do tácto, que não melindre susceptibilidades e que angarie simpatias, que não irrite ninguém e que desperte a atenção voluntaria, a disciplina espontanea, emfim.<sup>449</sup>

A idéia de disciplina como orientação e não como coerção estabelece uma chave de leitura fecunda para analisar as ações que tal órgão estabeleceu. Enfocando a formação docente, tanto por intermédio dos cursos intensivos quanto pela estratégia dos impressos, parece que interessou à Inspetoria muito mais organizar recomendações acerca dos conteúdos e processos de ensino, das finalidades da Educação Física, do controle científico do trabalho docente, do que propriamente estabelecer uma série de obrigações a serem rigorosamente cumpridas pelo professorado que ministrava tal disciplina nas escolas. As orientações produzidas pela Inspetoria funcionariam mais no sentido de proporcionar certa autonomia aos professores de Educação Física, e menos na acepção de estabelecer amarras ao seu ensino. Sobre as demais ações de tal órgão, como serão vistas adiante, a mesma argumentação parece razoável.

Ainda neste artigo, um esboço de estatuto que poderia nortear a constituição do “Corpo de Leaders” nas escolas. Nele a indicação das finalidades de tal organização, dos deveres, das atribuições de cada tipo de membro, das reuniões e de demonstrações práticas. Note-se no estatuto, especialmente, a parte relativa aos “Emblemas”. Neste item do regulamento a indicação de que o “Corpo de Leaders” seria formado por alunos mais velhos, que cursassem o quarto ano primário, ou então, os cursos de Adaptação, Preparatório, de Aplicação ou Aperfeiçoamento.<sup>450</sup> Se tantas expectativas eram depositadas em um *leader*, especialmente, “cooperar com a professora de educação física na realização de seu programa”,<sup>451</sup> decerto ele não poderia mesmo ser tão novo. Ainda porque, os atributos dele

<sup>449</sup> Revista do Ensino, n. 59, 60, 61, julho/setembro de 1931, p. 83.

<sup>450</sup> Revista do Ensino, n. 59, 60, 61, julho/setembro de 1931, p. 87.

<sup>451</sup> Revista do Ensino, n. 59, 60, 61, julho/setembro de 1931, p. 84.

esperados resultantes do ensino de Educação Física, possivelmente seriam incorporados numa duração mais extensa.

O estatuto ainda preceituava: “constitue-se o emblema dos leaders de um circulo com um triangulo inscrito, trazendo ao centro as iniciais do estabelecimento a que pertencem”.<sup>452</sup> Destaque-se que este símbolo é muito similar àquele usado pela Associação Cristã de Moços. O emblema da ACM constitui-se de um círculo inscrito por um triângulo.<sup>453</sup> Tal figura pode ser observada na fotografia, já aqui apresentada, do time da ACM que tinha por jogador Renato Eloy de Andrade e sagrou-se campeão do primeiro campeonato de basquete realizado no Rio de Janeiro, em 1915. Nas publicações da Revista Mocidade, entre 1918 e 1920, também este símbolo é apresentado, porém, com mais riqueza de detalhes. O olhar atento para este emblema talvez ajude a apontar preocupações semelhantes ao que era esperado de um *leader* e as aspirações da ACM.

Nas pontas do triângulo do brasão apresentado na Revista Mensal das Associações Cristãs de Moços no Brasil, a Mocidade, as referências a essas letras não mais se restringiam à Associação Cristã de Moços, passavam a significar também Alma, Corpo e Mente.



Figura 8: Símbolo da ACM (1920)  
Fonte: Revista Mocidade, n. 320, outubro de 1920, p. 1.

Referências a uma educação integral estão presentes no estatuto do “Corpo de Leaders”. Preocupação similar envolvia os alunos que assumissem tal função. Os requisitos para um *leader*, estava escrito no regulamento, “não o obrigam, pois, só as atividades físicas.

<sup>452</sup> Revista do Ensino, n. 59, 60, 61, julho/setembro de 1931, p. 87.

<sup>453</sup> Embora a ACM brasileira utilize atualmente outro símbolo, a Asociación Cristiana de Jóvenes, do Uruguai e da Argentina, mantiveram o emblema tradicional.

Sobram-lhe responsabilidades no trabalho intelectual, social e moral, do grupo”.<sup>454</sup> Atributos em consonância com as bases estabelecidas pela ACM.

Neste artigo, Renato, Guiomar e Zembla tecem orientações para a constituição de uma organização que teria por fim o auxílio ao trabalho de professores de Educação Física. O “Corpo de Leaders” pressupunha o estabelecimento de um trabalho em colaboração, um entendimento recíproco, uma cooperação entre professor e aluno *leader*. Para as alunas dos cursos de Adaptação, Preparatório, de Aplicação ou Aperfeiçoamento, ser alçada a função de *leader*, uma vez que se preparando para serem professoras, poderia ainda destacá-las para ministrar futuramente aulas de Educação Física.

Em 1932, o terceiro artigo produzido coletivamente pela Inspetoria, foi intitulado “Excursão e sua relação com a Educação Física”. Renato Eloy de Andrade, Guiomar Meirelles e Zembla Soares de Sá destacam como tal atividade ofereceria grande oportunidade à Educação Física.<sup>455</sup> Nele, um conjunto de informações para que professoras organizassem uma excursão.

Constantemente afinados com as idéias que orientaram a Reforma do Ensino Primário em 1927, os autores incentivavam a participação ativa dos alunos para a organização da excursão. A recomendação de Francisco Campos para que fosse estimulado o espírito associativo infantil, “... quer pela promoção de estudos e trabalhos em *commum*, tão uteis, estes sobre tudo, ao desenvolvimento do espírito de cooperação e á compreensão da sua necessidade e dos seus benefícios”,<sup>456</sup> é acatada nas proposições acerca da excursão, produzidas pelos integrantes da Inspetoria de Educação Física. Para Renato, Guiomar e Zembla, os professores quando da preparação da excursão deveriam destinar aos alunos

O maximo de iniciativa e liberdade, aplaudindo-lhe as boas sugestões, incentivando-lhes as opiniões, treinando-os assim no julgamento, no raciocínio, na resolução de problemas, na previsão e presolução de acontecimentos possíveis. Que os deixem ir sentindo que sobre eles recairá a responsabilidade pelo exito ou fracasso da empresa. E? esta uma ótima oportunidade de se descobrirem e canalizarem tendências.<sup>457</sup>

Ainda na exposição sobre os benefícios que cercavam a organização de uma excursão, indícios de como a preparação para o trabalho era uma dimensão presente no processo educativo. Ampliando a exposição deste artigo, indicações para a organização de uma

<sup>454</sup> Revista do Ensino, n. 59, 60, 61, julho/setembro de 1931, p. 83.

<sup>455</sup> Mais uma vez, junto à explicitação da autoria do artigo, é feita referência à “colaboração de J. Lourenço” (Revista do Ensino, n. 68, 69, 70, abril/junho de 1932, p. 68).

<sup>456</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1126-1127.

<sup>457</sup> Revista do Ensino, n. 68, 69, 70, abril/junho de 1932, p. 65.

excursão. Comissões seriam formadas pelos alunos para que trabalhassem em diferentes tarefas que envolviam tal atividade. No texto são destacados seis assuntos que constituiriam comissões: alimentação, condução, higiene, esportes, instalação e ordem. No detalhamento das funções de cada comissão, os autores elaboraram uma série de indicações que poderiam ser repassadas aos alunos, no sentido de se atentarem para todos os pormenores que cada assunto envolvia e melhor organizarem seus afazeres. Nada muito complexo. Para a alimentação a duração da excursão e a possibilidade da refeição ser fornecida no local eram pontos de observação. Quanto à condução, escolher o meio de transporte e a maneira de adquirir tal serviço eram as preocupações centrais. À comissão de higiene era conferido o papel de proporcionar bem estar aos participantes, especialmente, para que não se sentissem constrangidos para atender às suas “necessidades naturais”. Aqui as instalações sanitárias e materiais para socorros de emergência ganham centralidade. Ao grupo responsável pelos esportes, cabia a organização do programa de exercícios da excursão. Atividades pensadas para “aproveitar os recursos naturais do local”. A boa acomodação da excursão era de responsabilidade dos alunos da instalação. Já o bom andamento estaria a cargo da comissão de ordem. “Perturbações, infrações, faltas, deficiências” seriam por este grupo anotadas.<sup>458</sup>

Este artigo teria por propósito servir de orientação docente não apenas para o professorado de Educação Física, mas para o corpo docente em geral. No decorrer do texto, não há menção à professora específica de tal disciplina, bem como, nenhuma especificidade da Educação Física, a não ser, a orientação para organização do programa “esportivo” a ser desenvolvido na excursão. Talvez Renato, Guiomar e Zembla tiveram por intenção contemplar uma das finalidades destinadas à Inspetoria de Educação Física. A Reforma do Ensino Primário de 1927 estabelecia que esse órgão deveria “collaborar nos programmas e na organização das excursões escolares (...)”.<sup>459</sup> A produção e a circulação de tal texto na Revista do Ensino ajudaria a cumprir tal propósito.

Os três artigos até aqui analisados neste tópico, integrariam o livro “Técnica e Didática da Educação Física Escolar”, que em 1931, estava em preparo. Nos arquivos por mim pesquisados esta publicação não foi localizada. Em consulta no site da Biblioteca Nacional, também não há nenhum registro de tal obra. A família do professor Renato Eloy de Andrade, aqui representada na pessoa de Eloy Franca, seu sobrinho, não tem informações sobre a publicação de um livro que tivesse a autoria do Inspetor de Educação Física de Minas Gerais.

---

<sup>458</sup> Revista do Ensino, n. 68, 69, 70, abril/junho de 1932, p. 67-68.

<sup>459</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1170.

Ainda sobre a autoria coletiva de artigos, em 1935 a Revista do Ensino divulga o intitulado “Para a ginástica historiada”, texto que contou com a “contribuição da Inspeção de Educação Physica”. Neste, nenhuma parte teórica é apresentada. O artigo compreende a descrição de três exercícios de ginástica historiada: “O pequeno polegar”, assinado por Maria Ilza Fróes; “O gigante da bota de sete léguas”, rubricado por Geny Mendonça; e “Os soldadinhos”, subscrito por Zuleika Melo. Nesta publicação, especificamente, o conteúdo do artigo não era assinado pelo grupo de trabalho da Inspeção de Educação Física. Sua contribuição pode ter se dado ao reunir tais descrições e disponibilizá-las para a Revista do Ensino.

#### ***4.1.3 Outros veículos de circulação: os artigos divulgados na Revista do Ensino e também publicados em outros impressos***

Artigos publicados na Revista do Ensino pelos membros da Inspeção circularam também em outros tipos de impressos. Pelo cruzamento de fontes é provável indicar que essa medida passou a acontecer a partir de 1935. Para alguns textos não é possível precisar em qual veículo de circulação ocorreu a publicação inicial. Para outro, a indicação de que a Revista foi um meio de republicação do artigo. A seguir, o quadro 4 lista os textos que serão neste item analisados:

Quadro 4: Artigos produzidos por integrantes da Inspeção de Educação Física que circularam na Revista do Ensino de Minas Gerais e em outros veículos impressos

<b>Título do artigo</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ano de publicação</b>
A Educação Physica tratada em Congresso	Renato Eloy de Andrade	1935
Educação Physica na escola primaria	Diumira Campos de Paiva	1935
Inspeção de Educação Física - Portaria n. 1	Renato Eloy de Andrade	1937

Em 1935, Renato Eloy de Andrade divulgou informações sobre a organização do VII Congresso Nacional de Educação, promovido pela ABE, que teve por tema central a Educação Física.<sup>460</sup> Tais informes ganharam formato de texto e foram publicados na Revista do Ensino, de número 112, referente ao mês de março, e também no jornal Minas Gerais do dia 31 de março de 1935. O artigo foi intitulado “A Educação Physica tratada em

<sup>460</sup> Para maiores informações sobre o VII Congresso Nacional de Educação, cf. LINHALES, 2006.

Congresso”<sup>461</sup> para a Revista, e com pequena modificação, “Educação Physica – Tratada em Congresso”<sup>462</sup> para o jornal. O texto não sofreu alterações.

O Inspetor de Educação Física enfatizava na sua escrita a maneira como tal disciplina vinha sendo tratada nos programas de ensino. Ainda em 1935, mesmo com os investimentos feitos no ensino de Educação Física, Renato Eloy de Andrade refere-se a ela como “ornamento”, comenta que essa matéria encontrava-se num “indifferentismo” perante o sistema educacional.<sup>463</sup> O autor não delimita o lugar do qual está falando, parece dizer de um problema, que nacional, seria debatido no Congresso proposto pela Associação Brasileira de Educação.

“Algumas vezes por falta de meios, outras por falta de compreensão exacta dos seus valores, ella vem ficando assim relegada a um canto (...)”<sup>464</sup> Possíveis razões, destacadas por Renato Eloy, para que a Educação Física ainda se encontrasse envolta por precariedades. É justamente acerca dos elementos enfatizados pelo autor que a Inspeção vai produzir estratégias para o aperfeiçoamento docente. Enfocando a produção de impressos, tema deste capítulo, tal órgão organizou um conjunto de instruções, recomendações, definições, exemplos, para investir contra as ausências no ensino de Educação Física destacadas por Renato Eloy neste artigo.

De caráter mais informativo, o texto produzido pelo Inspetor de Educação Física apresentou os temas que seriam tratados no Congresso. Eles abordariam tal disciplina e sua relação com a escola primária, secundária e normal, com a organização de serviços administrativos e com as bases científicas que a embasavam. Após noticiar sobre tal evento, a Revista do Ensino publicou em seguida, a tese de autoria da Auxiliar Técnica da Inspeção, lida no VII CNE.

A tese intitulada “Educação Física na escola primaria” foi elaborada por Diumira Campos de Paiva, por ocasião de sua indicação, por Renato Eloy de Andrade, como relatora na sessão que trataria da Educação Física Elementar no VII Congresso Nacional de Educação. A ausência da Inspeção no evento e excertos de tal tese já foram abordados no decorrer desta dissertação. Cabe ressaltar que além de publicado nos Anais do VII CNE, o texto foi também divulgado na Revista do Ensino, de números 114 e 115, referentes a maio e junho de 1935. Note-se que na Revista o texto foi publicado em momento anterior à realização do Congresso que aconteceu entre 23 de junho e 7 de julho de 1935. Este é o artigo que mais páginas da

<sup>461</sup> Revista do Ensino, n. 112, março de 1935, p. 235-237.

<sup>462</sup> Jornal Minas Geraes, 31 de março de 1935, p. 10.

<sup>463</sup> Jornal Minas Geraes, 31 de março de 1935, p. 10.

<sup>464</sup> Jornal Minas Geraes, 31 de março de 1935, p. 10.

Revista ocupou. São quatorze. É possível pensar que Diumira tenha escrito esse texto com maior cuidado acadêmico em função da sua finalidade de apresentação no CNE, o que comportou também uma finalidade política de dar visibilidade, no cenário nacional, ao que Minas Gerais vinha realizando na escolarização da Educação Física.

A única diferença evidente entre as duas publicações é que na tese publicada nos Anais está incluído um programa de Educação Física para os quatro anos do curso primário, ausente na Revista do Ensino. Programa que incorpora os conteúdos a serem escolarizados pela Educação Física os quais tão explicitados foram nos artigos publicados na Revista do Ensino, e que, pela sua expressividade, merece ser citado na íntegra:

#### PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

(Curso Primario)

##### PRIMEIRO ANO

(6 anos e 7 meses a 7 anos e 6 meses)

1º *semestre*

Atividades dramatizadas:

Ginastica historiada;

Movimentos imitativos.

Jogos menores – Grupo A.

Rudimentos de ginastica ritmica.

2º *semestre*

Marchas em colunas simples, sem cadencia e cadenciada sem evolução.

Fundamentos de calistenia com movimentos bilaterais simples (superiores e inferiores).

Jogos menores – Grupos A e B.

Rudimentos de ginastica ritmica.

Exercicio respiratorio.

##### SEGUNDO ANO

(7 anos e 7 meses a 8 anos e 6 meses)

1º e 2º *semestres*

Marchas em coluna simples e composta de 2 elementos, rudimentos de evolução; cadenciada: na planta dos pés, com elevação dos joelhos e acelerado.

Fundamentos de calistenia com movimentos bilaterais combinados (simultaneos e alternados), introduzindo no 2.º semestre, séries livres de calistenia, partindo da posição pre-assumida.

Jogos menores – Grupos B e C.

Rudimentos de ginastica ritmica:

Bailados.

Danças ginasticas.

Exercicio respiratorio.

##### TERCEIRO ANO

(8 anos e 7 meses a 9 anos e 6 meses)

1.º e 2.º *semestres*

Marchas em coluna simples e composta de 2 e 4 elementos, com evoluções e conversões; cadenciada: na planta dos pés, com elevação dos joelhos, passo largo sem flexão dos joelhos, acelerado e *skipping*.

Calistenia: series livres e com bastão, partindo da posição pre-assumida e de sentido.

Jogos menores – Grupos C e D.

Ginastica ritmica:

Bailados.

Dansas ginasticas.

Exercício respiratorio.

QUARTO ANO

(9 anos e 7 meses a 10 anos e 6 meses)

1.º e 2.º *semestres*

Marchas em coluna simples e composta de 2, 4 e 8 elementos com evoluções e conversões, marchas de precisão (simples); cadenciada: na planta dos pés, com elevação dos joelhos, passo cruzado com elevação dos joelhos, passo largo sem flexão dos joelhos, acelerado e *skipping*.

Calistenia: series livres, com bastões e halteres (no 2.º semestre poderão ser introduzidas as series com maças indianas).

Ginastica de chão.

Ginasticas ritmicas:

Bailados.

Danças ginasticas (rudimentos de danças atleticas).

Bailados regionais.

Exercício respiratório.<sup>465</sup>

Dos conteúdos apresentados no programa de ensino de Educação Física, os bailados e as danças não foram tratados nos impressos de autoria do grupo de trabalho da Inspetoria, mas, recorde-se, eram abordados nos cursos intensivos de qualificação das professoras. As solenidades de encerramento dessa iniciativa em 1933 e 1934 comportaram demonstrações dessas práticas.<sup>466</sup>

Além do programa, o texto de Diumira também pode ser entendido como expressão dos princípios que subsidiavam os investimentos que a Inspetoria vinha fazendo para o ensino de Educação Física nas escolas. O que a autora ali escreveu estava em fina sintonia com o que tal órgão vinha realizando para tornar tal disciplina efetivamente integrante nos programas de ensino. Por isso, inclusive, excertos de sua tese já foram aqui citados, como possibilidade de reafirmação do ideário do qual comungavam os membros da Inspetoria. Não por acaso, como já comentado, Diumira usa expressões em primeira pessoa do plural, como se a intenção fosse falar em nome da Inspetoria.

Meily Assbú Linhales comenta como o VII Congresso foi uma maneira de dar visibilidade às iniciativas relacionadas à Educação Física que estariam em curso no Rio de Janeiro. Mais que isso, “as sugestões e propostas vinham também de outras partes, pois os mais diferentes segmentos envolvidos com a Educação Física foram convidados a apresentar propostas e, principalmente, a demonstrar os seus feitos”.<sup>467</sup> Demonstração essa que para além

<sup>465</sup> “Educação Física na escola primária”, in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 47-49 (grifos da autora).

<sup>466</sup> “Bailado de dansa ritmica”, “alegria camponeza”, “interpretação plastico-musical” e “fantasia hungara” foram atividades que compuseram os encerramentos dos cursos intensivos em 1933 e 1934. Cf. jornal Minas-Gerais, 2 de dezembro de 1933, p. 9 e jornal Minas Geraes, 30 de novembro de 1934, p. 9.

<sup>467</sup> LINHALES, 2006, p. 231.

dos espetáculos, desfiles, visitas, poderia ser feita também na exposição das teses. A afirmação de Linhales fecunda o argumento de que, o texto de Diumira era um meio de explicitar os eixos norteadores em que a Inspeção de Educação Física de Minas Gerais vinha se apoiando para promover tal disciplina nas escolas.

As finalidades do ensino de Educação Física, a ênfase na formação do caráter; as grandes oportunidades que os jogos ofereceriam; o entendimento de que a ginástica também era conteúdo imprescindível para as aulas; a estratégia em oferecer instruções ao professorado e não “estabelecer um molde fixo” para o exercício docente;<sup>468</sup> os estudos da pedagogia, da fisiologia e da psicologia infantil subsidiando os programas de tal disciplina; a necessidade de controle científico do trabalho; a adoção da antropometria escolar e a cooperação do serviço médico: elementos presentes nas ações que a Inspeção empreendeu para a Educação Física e que podem ser destacados da tese elaborada por Diumira Campos de Paiva.

Um terceiro documento, publicado em veículos impressos diferentes, foi a “Portaria n. 1” assinada por Renato Eloy de Andrade. Inicialmente divulgada pelo jornal Minas Gerais em 28 de janeiro de 1937, foi também exposta no exemplar da Revista do Ensino referente aos meses de abril a julho de 1937. Tal Portaria estabeleceu diretrizes a serem cumpridas para o ensino de Educação Física nos grupos escolares e nos jardins de infância do Estado, como comentado a seguir.

A organização do tempo escolar destinado a tal disciplina, os exames antropométricos, as práticas e as competências desejáveis às professoras de Educação Física são aspectos relacionados ao ensino, dos quais tratam as instruções da Portaria. Sobre os horários, a indicação de que aos alunos deveriam ser ministradas pelo menos duas aulas por semana, mas o anseio era estender essa frequência. Neste documento foi exposto por Renato Eloy que “a educação física será ministrada durante todo o ano letivo e diariamente para todos os alunos (...)”.<sup>469</sup> Em caso de dificuldades relacionadas ao horário, local e grande número de alunos em relação a pouca quantidade de professoras, é que as aulas poderiam ser reduzidas ao número de duas. O Inspetor de Educação Física ambicionava uma extensão da inserção de tal disciplina nas práticas escolares. Não é possível aqui identificar como essa recomendação de Renato Eloy foi realizada no cotidiano das escolas. O confronto entre as dimensões da prescrição e da efetivação poderia trazer elementos importantes da ocupação da Educação Física nos programas de ensino. De todo modo, não se pode desprezar a pretensão da Inspeção de Educação Física na conformação dessa disciplina escolar.

---

<sup>468</sup> Revista do Ensino, n. 114, 115, maio/junho de 1935, p. 240.

<sup>469</sup> Revista do Ensino, n. 137, 138, 139, abril/junho de 1937, p. 137.

Mais uma vez, o controle científico do trabalho docente tem nos exames antropométricos algumas maneiras de orientar o ensino. Por eles é que os alunos seriam separados em classes. Também pela medição periódica das crianças é que o professorado acompanharia a modificação do organismo dos alunos e mensuraria o resultado do seu trabalho. Nas diretivas incluídas na Portaria a indicação de que o “exame anatomo-physiologico”, ao qual deveriam ser submetidos todos os alunos que praticassem Educação Física, compor-se-ia de dois componentes. O primeiro era uma análise médica que ficaria a cargo da Inspeção Médica Escolar. O segundo era o exame antropométrico de responsabilidade das professoras de Educação Física. Nesse quesito, a parceria entre tal disciplina e a medicina era mais uma vez bem vista pela Inspeção. Com papel bem definido, o da cooperação, os médicos eram chamados a auxiliar no exercício docente. Renato Eloy neste texto insistia

... para que se apele para a colaboração generosa dos médicos do lugar afim de examinarem pelo menos, os alunos que apresentem sintômas de doenças, estado de desnutrição, má permeabilidade nasal, deformações esqueléticas, desenvolvimento físico retardado, verificados no decorrer das aulas ou do exame antropométrico e os que se dizem doentes para não fazer os exercícios.<sup>470</sup>

Ainda sobre a Portaria, recomendações a respeito das práticas relativas ao ensino de Educação Física. Instruções que indiciam sobre o investimento que a Inspeção vinha realizando na qualificação do corpo docente, especialmente, pela estratégia de produzir impressos e fazer com que eles circulassem entre o professorado de Minas. Recomendava Renato Eloy que

Nos dias em que o mau tempo impedir o trabalho no patio ou campo, as professoras deverão ocupar o tempo de aulas em classe ou salão, falando sobre a técnica ou execução dos exercícios e seus efeitos, e em palestras sobre o valor e utilidade da educação física e sobre questões de saúde.<sup>471</sup>

A necessidade de teorizar sobre um conhecimento, antes eminentemente prático, exigia do professorado de Educação Física novas habilidades. Se a Inspeção previa que seria também atribuição docente falar sobre as finalidades de tal disciplina, sobre a execução das técnicas, sobre saúde, tal órgão já vinha produzindo meios de subsidiar as professoras nesta nova competência a elas conferida. Os artigos tratados neste capítulo apresentam elementos fecundos para argumentar nesse sentido.

Sobre a competência esperada das professoras de Educação Física, a Portaria estabelecia a necessidade de uma organização prévia das aulas “verificável no caderno de

<sup>470</sup> Revista do Ensino, n. 137, 138, 139, abril/junho de 1937, p. 137.

<sup>471</sup> Revista do Ensino, n. 137, 138, 139, abril/junho de 1937, p. 138.

preparo de lições”.<sup>472</sup> Caderno esse que seria foco de instruções detalhadas estabelecidas pela Inspetoria.<sup>473</sup> As docentes deveriam também dedicar esforços no sentido de “que a matéria da sua cadeira seja eficientemente tratada”. Diretiva que apontava para o anseio da Inspetoria em desvincular a Educação Física da condição de ‘ornamento’ nos programas de ensino. Outras competências estavam diretamente relacionadas às atividades que envolviam também àquele órgão. “Comunicar à Inspetoria os impedimentos e dificuldades que tenham no exercício das suas funções”, enviar relatórios trimestrais referentes às aulas, e atender as determinações organizadas pelo Inspetor de Educação Física.<sup>474</sup> Instruções que evidenciam que à Inspetoria interessava saber a situação cotidiana de tal disciplina, e através desse conhecimento, organizar novas iniciativas para seu ensino. Nesse texto, sobretudo, diretivo, a Revista do Ensino cumpre a providência de noticiar sobre os atos oficiais relativos à organização do ensino.

Em síntese, analisando o conjunto de textos publicado na Revista do Ensino cuja autoria é da Inspetoria de Educação Física, é possível sugerir que seu grupo de trabalho contribuiu para o alcance dos propósitos de tal periódico dispostos na Reforma do Ensino Primário de 1927. Considerando o conjunto de textos elaborados por Renato Eloy de Andrade, Guiomar Meirelles, Zembra Soares de Sá e Diumira Campos de Paiva, é possível considerar que estes sujeitos colaboraram para “a ilustração do professorado e para a orientação do ensino no Estado” como determinava o Decreto 7.970-A que implementava aquela Reforma.<sup>475</sup> Eles contemplaram tanto a parte ‘doutrinária’ quanto a ‘noticiosa’ que compunha a Revista. Na primeira, publicaram artigos que apresentavam novas abordagens para a Educação Física, insistiram na necessidade de organização do ensino e ainda esboçaram maneiras de ensinar tal disciplina. Trabalhos originais, como o apresentado no VII Congresso Nacional de Educação, também foram ali divulgados. Na segunda parte, além de divulgar instruções oficiais, a Inspetoria de Educação Física publicou informações acerca de eventos e ocorrências nacionais.

Ao mesmo tempo, a Revista do Ensino configurou-se para a Inspetoria como importante lugar de circulação de proposições sobre a Educação Física, no que diz respeito às suas finalidades, à precificação de práticas, às orientações metodológicas. Tudo endereçado ao professorado. Esse movimento vai ao encontro do que Luciano Mendes de Faria Filho

---

<sup>472</sup> Revista do Ensino, n. 137, 138, 139, abril/junho de 1937, p. 138.

<sup>473</sup> Os detalhes para a organização do caderno de lições serão tratados no próximo capítulo, o qual abordará as demais ações da Inspetoria de Educação Física.

<sup>474</sup> Revista do Ensino, n. 137, 138, 139, abril/junho de 1937, p. 139.

<sup>475</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1279.

chamou de terceiro sentido do termo escolarização, “aquele que nos remete mais diretamente ao ato ou efeito de tornar escolar”. Ou seja, por meio da elaboração de textos, normas, diretivas, a Inspeção de Educação Física submeteu “pessoas, conhecimentos, sensibilidades e valores aos imperativos escolares”.<sup>476</sup> Essa mesma argumentação pode ainda ser estendida para outro impresso de autoria daquele órgão: o Boletim “Educação Physica (Jogos e Callisthenia).

#### **4.2 O Boletim Pedagógico n. 18: “Educação Physica (Jogos e Callisthenia) - uma contribuição da Inspeção de Educação Física”<sup>477</sup>**

Uma produção da Inspeção de Educação Física que integrou um conjunto de publicações organizadas pela Secretaria da Educação e Saúde Pública, foi o Boletim n. 18: “Educação Physica (Jogos e Callisthenia) - uma contribuição da Inspeção de Educação Física”. Este documento foi encontrado na seção de obras raras da biblioteca da Faculdade de Educação da UFMG inserido numa encadernação intitulada “Boletins Pedagógicos”<sup>478</sup>. Nesta, estão presentes Boletins de diferentes temáticas que vão do número 14 ao 20.

Analisando a listagem dos exemplares desses impressos, que vai do primeiro número até o 20, é evidente a presença central da pedagogia e da psicologia orientando tais publicações.<sup>479</sup> Th. Simon e Helena Antipoff são autores recorrentes nos Boletins. Ambos

<sup>476</sup> Este fragmento foi retirado da página 2 do texto impresso “Escarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios”. Uma versão deste pode ser encontrada em FÁRIA FILHO, 2007.

<sup>477</sup> Título expresso na capa do Boletim n. 18.

<sup>478</sup> Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, em Mensagem que apresentava o trabalho do Governo Mineiro relativo aos serviços públicos que vinha realizando no Estado em 1929, abordou as iniciativas que vinha empreendendo para o “alevamento do nível mental do nosso professorado”. O Presidente do Estado assim pronunciou a respeito dos Boletins: “Igualmente tem sido elaborado um boletim escolar, de que sahiram já tres exemplares, contendo, cada um, uma conferencia do professor Th Simon, da missão pedagogica estrangeira, e que constituirão verdadeiras e completas monographias sobre os themas mais importantes da pedagogia, destinados a ser publicados quinzenalmente, para enriquecimento das bibliothecas de nosso professorado”. Tal fragmento de texto indica que os Boletins constituíam também uma estratégia para a qualificação docente. (MINAS GERAIS. Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Minas Gerais ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 3ª sessão ordinária da 10ª legislatura em 1929. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u313/000034.html>>. Acesso em 4 de julho de 2009. p. 35).

<sup>479</sup> Números do Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais: n. 1: “Os métodos pedagógicos e a pedagogia experimental”, do Dr. Th. Simon, em 1929; n. 2: “Exames de Audição”, do Dr. Th. Simon, em 1929; n. 3: “Exames de Visão”, do Dr. Th. Simon, em 1929; n. 4: “Anomalias de Visão – Crescimento”, do Dr. Th. Simon, em 1929; n. 5: “Desenvolvimento Físico e Desenvolvimento Intelectual”, do Dr. Th. Simon, em 1930; n. 6: “Ideais e Interesses das Crianças de Belo Horizonte”, de Helena Antipoff e Zilda Assumpção, em 1930; n. 7: “O Desenvolvimento Mental das Crianças de Belo Horizonte”, de Helena Antipoff

integraram o Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento. Regina Helena de Freitas Campos, ao tomar o percurso de Helena Antipoff por objeto de estudo, enfatiza diferentes momentos de sua presença na capital mineira. Tratando de sua chegada a Belo Horizonte para assumir a cadeira de Psicologia na Escola de Aperfeiçoamento bem como a coordenação do Laboratório de Psicologia de tal estabelecimento, a autora destaca que “os estudos práticos do Laboratório deram origem a extenso programa de pesquisa sobre o desenvolvimento mental, ideais e interesses das crianças mineiras”. Cabe destacar também a presença da Sociedade Pestalozzi como colaboradora em alguns números do Boletim. Regina Helena Campos comenta que esta organização foi instituída em Belo Horizonte, no ano de 1932, “por um grupo de médicos, educadores e religiosos, por iniciativa e sob a presidência de Helena Antipoff, com o objetivo de promover o cuidado das crianças excepcionais e assessorar as professoras de classes especiais dos grupos escolares”.<sup>480</sup> A intensa presença de Simon, Antipoff e da Sociedade Pestalozzi na autoria dos Boletins Pedagógicos, pode ser entendida pelos investimentos que ambos faziam em pesquisas sobre a medição da inteligência das crianças, sobre a infância excepcional, e demais temáticas que envolviam, sobretudo, a psicologia.

Significativo é compreender porque nesse contexto tornou-se interessante publicar um Boletim Pedagógico que tivesse por temática a Educação Física. Uma hipótese a ser considerada é a insistente preocupação da Inspeção em afirmar que a psicologia configurava-se como uma ciência basilar para a orientação do ensino daquela disciplina. Fosse para agrupar os alunos em classes homogêneas, fosse para conhecer o desenvolvimento e os interesses das crianças, e ainda, a fina sintonia entre os jogos e os instintos infantis.

O Boletim nº 18 “Educação Physica (Jogos e Callisthenia)”, foi publicado em 1935, com a menção de contribuição da Inspeção de Educação Física. Registros de outubro

---

em colaboração com as professoras-alunas da Escola de Aperfeiçoamento, em 1931; n. 8: “Organização das Classes nos Grupos Escolares de Belo Horizonte e o Controle dos Testes”, de Helena Antipoff com a mesma colaboração, em 1932; n. 9: “Monografia de uma Classe Escolar de Belo Horizonte”, das professoras-alunas da Escola de Aperfeiçoamento, em 1932; n. 10: “Test Prime”, de Helena Antipoff e Maria Luiza de Almeida Cunha, sem data; n. 11: “Formação das Classes e o Controle da Homogeneidade em 1932”, de Maria Angélica de Castro, em 1933; n. 12: “A Infância Excepcional (Sub-Normais)”, publicação a cargo da Sociedade Pestalozzi, em 1933; n. 13: “Contribuição à Antropologia da Moça Mineira”, de Julia de Magalhães Viotti, em 1934; n. 14: “Ortopedia Mental nas Classes Especiais”, de Helena Antipoff e Naytres de Rezende, em 1934; n. 15: “As Classes do 1º Ano em 1933”, de Maria Angélica de Castro, sem data; n. 16: “A Infância Excepcional – II Fascículo”, publicação a cargo da Sociedade Pestalozzi, em 1934; n. 17: “Ideais e Interesses das Crianças de Belo Horizonte, no intervalo de cinco anos”, de Maria Angélica de Castro, em 1935; n. 18: “Educação Física (Jogos e Calistenia)”, de Renato Eloy de Andrade, Zembla Soares de Sá, Diumira Paiva, Guiomar Meirelles e José Lourenço de Oliveira, em 1935; n. 19: “A Organização das Classes nos Grupos Escolares de Belo Horizonte”, de Maria Angélica de Castro com prefácio de Helena Antipoff, sem data; n. 20: “Infância Excepcional – III Volume”, edições da Sociedade Pestalozzi, em 1937. (Boletim “Infância Excepcional”, III Volume, Belo Horizonte, 1937, contracapa).

<sup>480</sup> CAMPOS, 2003, s/p.

daquele ano informam que tal impresso contou com a circularidade da Revista do Ensino para ser distribuído por todo o Estado. “A Inspeção de Educação Física fez remeter, por intermédio da ‘Revista do Ensino’, o boletim nº. 18, da Secretaria da Educação – (Jogos e Calistenia) – às seguintes professoras: (...)”.<sup>481</sup> Na relação de envio, a indicação de remessa a docentes de 77 cidades de Minas.<sup>482</sup> No mês seguinte, novembro, a Inspeção avisava o despacho do Boletim, dessa vez institucionalmente, não mais pessoalmente, para Escolas Normais da capital e do interior.<sup>483</sup> Nas duas ocasiões, caso alguma professora ou estabelecimento de ensino constante na listagem não houvesse recebido o Boletim, a Inspeção solicitava que fosse comunicada do não recebimento.

Confrontando as fontes que apresentam os nomes de docentes que realizaram cursos intensivos de Educação Física e os de professoras para as quais foi remetido o Boletim, encontram-se na quase totalidade mulheres que participaram de ambas as estratégias de aperfeiçoamento produzidas pela Inspeção. Do total das 97 professoras para as quais foi enviado o Boletim, somente duas não tiveram, no jornal Minas Gerais, seus nomes relacionados ao curso de qualificação em Educação Física nos anos de 1933 e 1934. O mesmo cruzamento documental não foi possível para a remessa para as Escolas Normais, mas talvez seja possível indicar que a Inspeção aproveitou os registros de professoras de Educação Física, dos diversos estabelecimentos de ensino constantes do seu arquivo, para organizar o envio do tal Boletim. Era preciso continuar investindo na formação docente, tanto das professoras que já haviam feito o curso intensivo, quanto daquelas que não tiveram tal oportunidade. Cabe ressaltar que a Inspeção recebia número de pedidos de matrícula superior

<sup>481</sup> Jornal Minas Geraes, 9 de outubro de 1935, p. 4.

<sup>482</sup> Consta na listagem divulgada pela Inspeção de Educação Física, o envio do Boletim para professoras das cidades de: Araxá, Abaeté, Alfenas, Areado, Barbacena, Brazópolis, Coimbra, Cambuquira, Campanha, Carmo do Paranaíba, Caxambu, Conceição, Campo Belo, Cataguazes, Curvelo, Dolores do Indaiá, Diamantina, Divinópolis, Guarani, Guaxupé, Itabirito, Itabira, Itaúna, Itajubá, Itanhandu, Juiz de Fora, Leopoldina, Lafaiete, Monte Santo, Mirai, Montes Claros, Muriaé, Manhuassu, Nova Lima, Pará de Minas, Pitangui, Ponte Nova, Poços de Caldas, Queluz, Rio Novo, Rio Branco, Rio Preto, São João Del Rei, Santos Dummont, São João Evangelista, São João Nepomuceno, Sabará, Santo Antônio do Monte, Ubá, Venda Nova, Varginha, São Sebastião do Paraíso, Pouso Alegre, Paracatu, Arassuaí, Bambuí, Botelhos, Carangola, Conquista, Capelinha, Cambuí, Gimirim, Itamarandiba, Muzambinho, Ouro Fino, Ouro Preto, Patrocínio, Passos, Rio Piracicaba, Santa Bárbara, São Domingos, São Gonçalo do Sapucaí, São Gotardo, Teófilo Otoni, Três Corações, Uberlândia e Uberaba (Jornal Minas Geraes, 9 de outubro de 1935, p. 4.).

<sup>483</sup> O Boletim n. 18 foi enviado para Escolas Normais das cidades de: Alfenas, Araguari, Arassuaí, Araxá, Barbacena, Belo Horizonte, Bom Sucesso, Campanha, Campo Belo, Campos Gerais, Carangola, Carmo do Rio Claro, Cataguazes, Conceição, Lafaiete, Curvelo, Diamantina, Divinópolis, Dolores do Indaiá, Formiga, Guanhões, Guaxupé, Itabira, Itajubá, Itambacuri, Itanhandu, Itapeçerica, Itaúna, Jacutinga, Januária, Juiz de Fora, Lavras, Lambari, Leopoldina, Machado, Manhuassu, Manhumirim, Mar de Espanha, Mariana, Monte Santo, Montes Claros, Muriaé, Oliveira, Ouro Fino, Ouro Preto, Paracatu, Passa Quatro, Passos, Patos, Patrocínio, Peçanha, Pitangui, Piumhi, Poços de Caldas, Pomba, Ponte Nova, Pouso Alegre, Rio Branco, Rio Novo, Rio Preto, Sabará, Sacramento, Santa Rita do Sapucaí, Santos Dummont, S. G. do Sapucaí, São João Del Rei, São João Nepomuceno, São Sebastião do Paraíso, Serro, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Três Corações, Três Pontas, Ubá, Uberaba, Uberlândia, Varginha e Viçosa (Jornal Minas Geraes, 15 de novembro de 1935, p. 6-7).

às vagas que os cursos ofereciam. Tais registros provavelmente serviriam também ao arquivo de tal órgão que pode tê-los aproveitado para expedir o Boletim n. 18.

Os textos que compõem o Boletim “Educação Physica (Jogos e Callisthenia)” são em número de seis, de autoria individual e coletiva. Desse conjunto, apenas um não tinha por autor algum membro da Inspeção. Embora não vinculado a tal órgão, José Lourenço de Oliveira já vinha colaborando em alguns artigos publicados na Revista do Ensino, que tiveram autoria do grupo de trabalho da Inspeção. Também pronunciou uma conferência no curso intensivo de Educação Física do ano de 1933. Listados no quadro 5, os textos na ordem em que aparecem no Boletim:

Quadro 5: Artigos publicados no Boletim n. 18 “Educação Physica (Jogos e Callisthenia)”

<b>Título do artigo</b>	<b>Autoria</b>
O espirito e o systema neuro muscular	Renato Eloy de Andrade
Educação physica e a futura raça brasileira	José Lourenço de Oliveira
A educação physica applicada ao sexo feminino	Zembla Soares de Sá e Guiomar Meirelles
Valor dos jogos	Diumira Campos de Paiva
O uso dos jogos	Renato Eloy de Andrade, Guiomar Meirelles, Zembla Soares de Sá e Diumira Campos de Paiva
Calistenia	Zembla Soares de Sá, Guiomar Meirelles e Renato Eloy de Andrade

Renato Eloy de Andrade escreve “O espirito e o systema neuro muscular”, um pequeno texto, de três páginas, no qual aborda a importância da Educação Física relacionada à atividade cerebral. Dialogando com noções da fisiologia e da psicologia o autor afirma que não havia dúvidas de que “a vida do cerebro e, conseqüentemente, a da intelligencia, tenham como factores essenciaes a vida muscular, ou melhor neuro-muscular”. Isso por si só, no entendimento de Renato Eloy, já justificaria a inserção da Educação Física nos programas de ensino. Contudo, outros aspectos mentais ainda poderiam ser destacados como “o da atenção, da reflexão, da iniciativa, da vontade, da inibição, tão necessarios á vida do individuo e sem os quaes nada de fecundo e duradouro se póde esperar da educação e do progresso da civilização”<sup>484</sup>. Este texto do Inspetor de Educação Física configura-se como uma produção mais densa teoricamente e menos orientadora do exercício docente. Mas, para o Boletim, textos que aliavam a teoria a uma direção mais técnica dos trabalhos também foram produzidos.

<sup>484</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 7.

Zembla Soares de Sá e Guiomar Meirelles são as autoras de “A educação physica applicada ao sexo feminino”. Neste texto elas defendem especificidades num programa de Educação Física para mulheres. A organização dos exercícios deveria levar em consideração cinco aspectos. O primeiro, relacionado às particularidades físicas e fisiológicas que caracterizavam cada sexo, foi explicado à luz de um artigo publicado na revista “American Physical Education”. Explicitadas algumas diferenças funcionais e estruturais que demarcavam o masculino e o feminino, as autoras produziram uma representação do que uma mulher deveria cultivar em relação a suas tendências e ao seu corpo.

A moça não precisa desenvolver seu instinto de combatividade. Ella não está ou não deveria estar interessada, primariamente, em levantar ou bater records. Deve interessar-se em typos de actividade que lhe dêem graça, equilibrio, flexibilidade, velocidade, agilidade, destreza, esthetica, belleza, vigor geral e resistência.<sup>485</sup>

O segundo aspecto para organização de um programa de Educação Física deveria considerar a idade das participantes das atividades. As autoras asseveravam que um mesmo exercício não poderia satisfazer e beneficiar na mesma medida uma menina, uma moça e uma senhora. Atentos aos diferentes estágios de desenvolvimento, os professores elaborariam um programa respeitando as diferenças orgânicas e “outros interesses e incentivos de ordem psychologia (sic)”. A terceira dimensão a ser observada, sempre que possível, era a organização homogênea dos grupos para realização das atividades. “Umhas poucas retardadas physicas numa turma de gymnastica ou jogos atrazam o adeantamento de toda ella”, da mesma maneira, afirmavam Zembla e Guiomar, que umas poucas “estrellas”, “prejudicam ou obrigam o resto da classe a esforçar-se demais, para além da propria capacidade, ou então abafam o interesse das colegas menos doptadas, provocando-lhes o desanimo”.<sup>486</sup> Na compreensão das Auxiliares da Inspetoria de Educação Física, ambas as situações precisariam ser evitadas. Para combater o primeiro caso, elas indicam duas sugestões. Procurar a causa de inabilidade das participantes e treiná-las em horário especial, ou, se os professores não identificassem motivos aparentes, levá-las ao médico para indicar possíveis “symptomhas de retardamento neuro-muscular”.<sup>487</sup> Os dois últimos aspectos a serem ponderados relacionavam-se ao clima – por exemplo, convinha evitar as atividades de resistência em lugares quentes -, e ao horário de realização dos exercícios – não se deveriam permitir tais práticas imediatamente após as refeições fartas.

---

<sup>485</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 22.

<sup>486</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 23.

<sup>487</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 24.

No texto de Zembla e Guiomar orientações para o trabalho docente específico com mulheres. Cabe ressaltar que não foi dado enfoque à Educação Física escolar, as autoras tecem recomendações para a elaboração de um programa de exercícios físicos a ser praticado por outros sujeitos, que não apenas escolares.

No Boletim, também a presença de textos que abordavam os conteúdos para o ensino de Educação Física, recorrentemente prescritos pela Inspeção. Diumira Campos de Paiva escreveu sobre o “Valor dos jogos” em apenas duas páginas. Nestas, afirma que o jogo, como “unidade de todas as manifestações lúdicas”, era meio para alcançar valores físicos, intelectuais e morais.

Nas reações provocadas pelos jogos, na natureza psychica do educando, observamos incessantemente as manifestações da injustiça e da justiça, da modestia e da arrogancia, da magnanimidade e da vingança, da paciencia e da intolerancia, da generosidade e da inveja, da destreza e da lerdeza; o dominio de si mesmo e a desorientação. Não serão, por accaso, esses elementos preciosos para o trabalho do educador, aflorados assim na sua mais crystallina fôrma?<sup>488</sup>

Nas palavras da Auxiliar Técnica da Inspeção, a permanência da compreensão dos jogos como práticas nas quais as crianças manifestar-se-iam tal como são, dando expansão à sua verdadeira personalidade e como oportunidades para desenvolver valores educacionais. Em seguida a este texto, Renato Eloy de Andrade, Guiomar Meirelles, Zembla Soares de Sá e Diumira Paiva assinam juntos uma escrita extensa intitulada “O uso dos jogos”. Logo de início apontam tais exercícios como possibilidade de prática para as crianças consideradas ‘débeis’. Nas publicações da Inspeção, a explicitação dos valores educacionais dos jogos para orientar exercícios físicos nas classes de ‘anormais’ parece ser uma novidade. Talvez, essa preocupação tenha surgido por ser o Boletim um veículo privilegiado de estudos sobre a psicologia, produzida, naquele momento, como saber de importância vital para a educação. Sobre os jogos e as possibilidades de sua prática pelas crianças ‘débeis’, os autores explicitavam:

As crianças que são lerdas, retardadas e lethargicas; que observam pouco o que as cerca; que reagem vagarosamente a um estímulo externo; que são, numa palavra, lentas para ver, ouvir, pensar e fazer, podem ser completamente libertadas dessas deficiencias, por meio dos jogos, inteligentemente ministrados.<sup>489</sup>

Nesta passagem, mais uma vez a expectativa de que os exercícios físicos operariam uma regeneração naquelas crianças consideradas atrasadas, ‘anormais’, como também o entendimento de que a prática por ela mesma, não surtiria os efeitos educacionais

<sup>488</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 27-28.

<sup>489</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 29.

oportunizados pelos jogos. Estes simplesmente ofereceriam oportunidades para conseguir finalidades biológicas, intelectuais, sociais. Da orientação inteligente das atividades é que tais objetivos seriam efetivamente alcançados. Daí a importância primordial da formação do professorado para o ensino de Educação Física.

Além da referência aos alunos ‘anormais’, outra indicação de que os autores pretendiam conectar seu texto ao tipo de veículo no qual seria publicado, é a citação que fazem de Helena Antipoff. Ao referirem-se aos jogos incluídos naquele texto, os membros da Inspeção afirmam que eles foram baseados em estudos nacionais e estrangeiros sobre os interesses naturais das crianças.

Um exemplo desses estudos se encontra no trabalho de “Pesquisa de ideias” organizado na Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, pela professora Helena Antipoff, regente da cadeira de Psychologia, e levado a efeito pelas professoras-alumnas daquele estabelecimento, entre crianças da Capital e de diversas cidades mineiras.<sup>490</sup>

Outros números do Boletim da Secretaria da Educação e Saúde Pública já haviam se dedicado à temática dos interesses e ideais das crianças. Nas palavras da Inspeção, o interesse em dialogar com as práticas e a produção decorrente do trabalho daqueles que protagonizavam a autoria dos Boletins Pedagógicos em Minas. Baseados em tais pesquisas, do Brasil e do exterior, os autores organizam um programa de ensino de jogos para orientar a Educação Física do curso primário, das escolas normais e secundárias. Considerando um esquadramento etário, uma vez que “os interesses naturais de uma criança normal levam-na a preferir jogos diferentes em diferentes períodos de seu desenvolvimento”,<sup>491</sup> o programa para o curso primário prevê práticas diferenciadas do 1º ao 4º ano.

#### CURSO PRIMARIO

1.º Anno: Jogos do grupo A com iniciação dos do grupo B no 3º trimestre. – Idade – 7 a 8 (6,7m a 8,6m).

2.º anno: Jogos do grupo B com iniciação dos do grupo C no 3º trimestre. – Idade – 8 a 9 (8,7m a 9,6m).

3.º Anno: Jogos dos grupos C e D. – Idade – 9 a 10 (9,7m a 10,6m).

4.º Anno: Jogos do grupo E e iniciação do grupo F. – Idade – 10 a 11 (10, 7m a 11,6m).<sup>492</sup>

A classificação dos jogos em grupos é descrita no texto, considerando suas especificidades e seus benefícios particulares para os alunos. O grupo A reunia os “jogos de personificação” nos quais as crianças desenvolveriam o senso imaginativo. Basicamente, os exercícios seriam para “imitar um ratinho, um gato, um gallo que canta, um gigante, um

<sup>490</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 33.

<sup>491</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 29 (grifos dos autores).

<sup>492</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 33.

medico, etc.”.<sup>493</sup> O grupo B composto pelos “jogos de ataque e defesa, de objectivação directa e concreta” manteria o aspecto de personificação do grupamento anterior, acrescido de um adversário. Assim o “o atacante experimenta a emoção de dominio e o atacado, a de medo”. Tais jogos constituiriam a “base inicial das primeiras coordenações neuro-musculares, controladas pela vontade, em acção objectivada”.<sup>494</sup> No grupo C estariam os “jogos em grupo” que proporcionariam o desenvolvimento do “espírito de cooperação, sacrificio, iniciativa propria e suggerida, e de coragem propria ou reflectida do grupo”.<sup>495</sup> Esses exercícios caracterizavam-se pela inserção de regras. O grupo D era constituído pelos “jogos de grupo contra grupo, com participação individual, por ordem”. Estes davam continuidade aos do conjunto anterior. O formato de tais exercícios consistia na composição de dois lados opostos, no qual, um integrante de cada lado enfrentaria o outro de cada vez. Um contra um, e não todos trabalhando ao mesmo tempo. Em atividades desse tipo

(...) a creança tem actuação propria, porém controlada pela responsabilidade que assume para com o grupo de que faz parte; desenvolve acuidade visual; accentua a propria dextreza de movimentos; a propria iniciativa; a confiança em si; inicia o espirito de tactica para resolver, com rapidez e eficiencia, as situações do momento.<sup>496</sup>

O grupo E reunia os “jogos de grupo contra grupo, com participação colectiva” nos quais os alunos participariam juntos, em exercícios coordenados, com regras mais definidas. Na prática desse conjunto de jogos haveria “um treinamento da mutua subordinação entre o systema nervoso e muscular, manifestada na rapidez quasi instantanea entre a formação das imagens nos centros dos sentidos e sua transformação em ação motora”.<sup>497</sup>

O grupo F era composto pelos “jogos de ‘team’” dos quais a principal característica seria a cooperação de todos. Era indicado para as etapas finais dos cursos primários, e seu desenvolvimento se daria nas escolas secundárias e normais. Sua prática se prolongaria até as universidades e durante a vida adulta. Os autores assinalavam as oportunidades educacionais que os cercavam:

Os traços de caracter requeridos e cultivados por um trabalho em “team”, são altamente valiosos na vida pratica e social. Essa classe de jogos requer o maximo de força de percepção, e habilidade para agir rapida e acertadamente, em uma situação de mudanças bruscas; requer raciocinio e julgamento rápidos.<sup>498</sup>

<sup>493</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 29-30.

<sup>494</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 30.

<sup>495</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 30-31.

<sup>496</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 31.

<sup>497</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 31.

<sup>498</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 32.

Na apresentação e classificação dos jogos, segundo suas características afinadas com os interesses das crianças e suas fases de desenvolvimento, finalidades educativas que acompanhavam tais práticas quando das prescrições da Inspetoria. A incorporação de hábitos sociais, a formação do caráter e a dimensão da eficiência, especialmente, considerada no âmbito fisiológico, são valores educacionais que poderiam ser alcançados pela experiência de jogar.

Além de agrupar os jogos considerando o desenvolvimento infantil, nesse texto a Inspetoria expõe outras categorias de classificação dessas práticas. Uma segunda possibilidade de classificação dos jogos seria “pelos seus valores como meio de exercício físico”.<sup>499</sup> Nesta categorização, instruções para acrescentar elementos, como corrida e arremessos, quando da prática dos jogos. Estes poderiam também ser classificados “pelos seus valores como meio de exercitar e aperfeiçoar as coordenações neuro-musculares”.<sup>500</sup> Aqui a indicação de que a escolha das corridas e arremessos a serem acrescentados teriam por base a trama de coordenação de movimentos exigida pelo jogo. Se exigiriam grandes ou pequenos grupos musculares, se interessariam aos músculos do tronco, se membros superiores ou inferiores. A última classificação dos jogos, exposta pelos autores, era “pelos seus valores educacionais” divididos em sensoriais, intelectuais e sociais.<sup>501</sup>

Finalizando esta escrita para o Boletim n. 18, Renato, Guiomar, Zembla e Diumira descrevem alguns modelos de jogos.<sup>502</sup> Era uma forma de conectar a teoria à prática. Seguindo uma estrutura que apresentava o nome, a formação e o desenvolvimento da atividade, e, em alguns exemplos, a indicação do material necessário, a Inspetoria informava para todos os jogos ali recomendados o seu agrupamento segundo as classificações antes detalhadamente tratadas no texto.

Seguindo a dinâmica de proporcionar às professoras um conhecimento sistematizado, que extrapolasse informações eminentemente práticas, o grupo de trabalho da Inspetoria insere no seu texto excertos de um trabalho sobre jogos, realizado por um professor chamado Alexandre Lasoursky.<sup>503</sup> Orientações na progressão de tais práticas e um plano de observação

<sup>499</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 34.

<sup>500</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 35.

<sup>501</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 35.

<sup>502</sup> Os jogos descritos são: os soldadinhos de chumbo; o rato e o gigante; gato e rato; gatos e ratos; corra, “seu” urso; vem comigo; apanhar a cauda; nunca três; corrida em círculo; amarrar bastões; salto da bola; bandeiras em luta; corrida de batatas; estafeta ao quadro negro; o dado; pegar a corda. Muitos destes ainda presentes nas práticas de Educação Física em escolas mineiras.

<sup>503</sup> Um trabalho de Érika Lourenço e Regina Helena Campos informa que Alexandre Lasoursky (1874-1917) era um psiquiatra russo. Ele desenvolveu o Método da Experimentação Natural criado “com o objetivo principal de proporcionar ao psicólogo e, sobretudo ao professor o conhecimento da personalidade da criança” (LOURENÇO; CAMPOS, 2000, p. 10). As autoras ainda comentam que Helena Antipoff aplicou e adaptou o

metódica durante os jogos são os fragmentos retirados do estudo de Lasoursky. O Inspetor e suas Auxiliares afirmavam que as bases daquele estudo tanto orientariam o professorado na seleção dos jogos como na observação das reações das crianças. Lasoursky “foi ao campo da pratica colher os dados que favoreceram as suas conclusões” e elaborou um quadro de significação psicológica das condutas das crianças durante a prática dos jogos no qual “na columna da esquerda encontramos as diversas modalidades da conducta da creança durante o exercicio do jogo e, na da direita interpretação psychologica da conducta manifestada”.<sup>504</sup> Sobre os aspectos sociais, Lasoursky explicita no seu quadro como aquelas práticas serviriam à formação do caráter tão enfatizada pela Inspeção como um propósito do ensino de Educação Física.

#### CONDUCTA DA CREANÇA

Significação psychologica de sua conducta

(...)

- |  |   |
|--|---|
| a) Troca suas impressões, é communicativo, alegre, ou então fica afastado e manifesta-se pouco.  | } a) Sociabilidade ou reserva.  |
| b) Tira seus companheiros do embaraço ou então alegre-se com seus insuccessos. Procura estar no mesmo campo que seus amigos.   | } b) Camaradagem, amizade ou despeito.                                      |
| c) Commanda, dá ordens ou submete-se passivamente.   | } c) Dominação, subserviencia.  |
| d) Interessa-se vivamente pelos combates de seu grupo; conforma-se mais com as exigencias deste do que com seus interesses pessoases, por ex.: passa a bola ao jogador mais forte, apesar da tentação d'elle mesmo atiral-a. | } d) Atitude fronteira do grupo, sentido social, solidariedade.             |
| e) Respeita as regras do jogo ou tem tendencia para violal-as (por ex.: tendo sido pilhado, o nega).   | } e) Honestidade, bôa fé ou trapaça, equidade para comsigo e com os outros. |
| f) Segue exactamente as regras do jogo e observa se os outros se conformam com ellas.  | } f) Lealdade, tendencia a observar as regras, disciplina. <sup>505</sup>   |

Tal investigação psicológica de Lasoursky além de relacionar a conduta das crianças com os valores sociais, a faz também com a dimensão afetiva, com as emoções, com os aspectos ligados à personalidade e à vontade, com elementos intelectuais e motrizes.

Diante de tantas categorizações, possibilidades e explicações sobre os jogos, pode-se evidenciar como tal exercício requeria um conhecimento que aliava teoria e prática. Diálogos

---

método de Lasoursky no seu trabalho com crianças excepcionais. Esse pode ser um indício para entender como o grupo de trabalho da Inspeção tomou conhecimento dos estudos de Lasoursky.

<sup>504</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 38.

<sup>505</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 40-41.

com a psicologia e a fisiologia são recorrentemente inseridos no texto. Referências a Helena Antipoff, Piaget além de outros estudiosos da psicologia, e bibliografia referente a obras sobre treinamento físico nas escolas e fisiologia do exercício estão presentes. Conhecimentos sobre a Educação Física que se complexificavam. A Inspeção, ao escrever seus impressos, proporcionava ao professorado o acesso ao que vinha sendo estudado e produzido como possibilidades para o ensino de tal disciplina.

O Boletim n. 18 é encerrado com o texto “Calistenia” de Zembra Soares de Sá, Guiomar Meirelles e Renato Eloy de Andrade. Muitos elementos comuns com outras exposições da Inspeção, nesta pesquisa já tratados, estão ali inseridos.<sup>506</sup> Citem-se a calistenia ser entendida como atividade artificial da Educação Física, uma vez que exigiria o controle da vontade; o triplice papel que tal prática teria na escola; o seu caráter suave; os princípios de tal prática, dentre outros. Nas palavras dos autores, um apontamento consonante com o argumento aqui exposto de que, nas proposições para a calistenia elaboradas pela Inspeção, uma dimensão do debate da eficiência dos gestos estava presente. Diziam eles que tal prática,

Pelos seus exercicios attinge todos os musculos do corpo dando ao seu dono um verdadeiro dominio sobre elles, contribuindo, ao mesmo tempo, para o avivamento das reacções mentaes, pelo augmento da attenção concentrada, fazendo com que o corpo se torne um servo efficiente do cérebro.<sup>507</sup>

Neste fragmento, indícios de que influenciados pelas ciências que vinham subsidiando recorrentemente as recomendações da Inspeção, psicologia e fisiologia, os autores intencionavam que a calistenia atuasse no melhoramento do sistema neuro-muscular, tornando mais eficaz o mecanismo estímulo-resposta do corpo. Conferindo à calistenia esse caráter de eficiência, a Inspeção de Educação Física produz novos sentidos e significados na escolarização dessa prática, não antes atribuídos quando de seu momento de inserção nos estabelecimentos de ensino mineiros. Cabe ainda ressaltar que raciocínio similar talvez possa ser empregado ao que a Inspeção vinha chamando de higiene. Zembra, Guiomar e Renato afirmavam que um efeito esperado pela prática da calistenia era higiênico, “no que se refere às funções physiologicas”.<sup>508</sup> O bom funcionamento do corpo, o ajustamento dos seus sistemas, passava a constituir práticas higiênicas. Aqui também novos sentidos, os quais parecem aproximar higiene e eficiência.

---

<sup>506</sup> Para identificar elementos comuns nas proposições da Inspeção para a calistenia, veja-se a palestra de inauguração do curso intensivo de 1928 (jornal Minas Geraes, 5 de outubro de 1928, p. 9-10) e o artigo “Educação Physica - Callisthenia” publicado na Revista do Ensino, n. 39, de novembro de 1929, p. 28-33.

<sup>507</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 57.

<sup>508</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 58.

No texto também recomendações técnicas para o ensino da calistenia. As posições fundamentais dos membros superiores e inferiores; os movimentos especiais das articulações; a classificação dos movimentos quanto à coordenação e direção; e a delimitação dos planos de movimentação, cuja função seria “orientar os movimentos, mostrando o caminho que devem seguir os membros ou os aparelhos, para a execução dos exercícios”.<sup>509</sup> Tudo detalhado e explicado textualmente e por meio de ilustrações. A figura 9 está inclusa no artigo e expõe os planos ântero-posterior-esquerdo, ântero-posterior-central, ântero-posterior-direito, transverso e lateral, distribuídos em relação ao indivíduo.

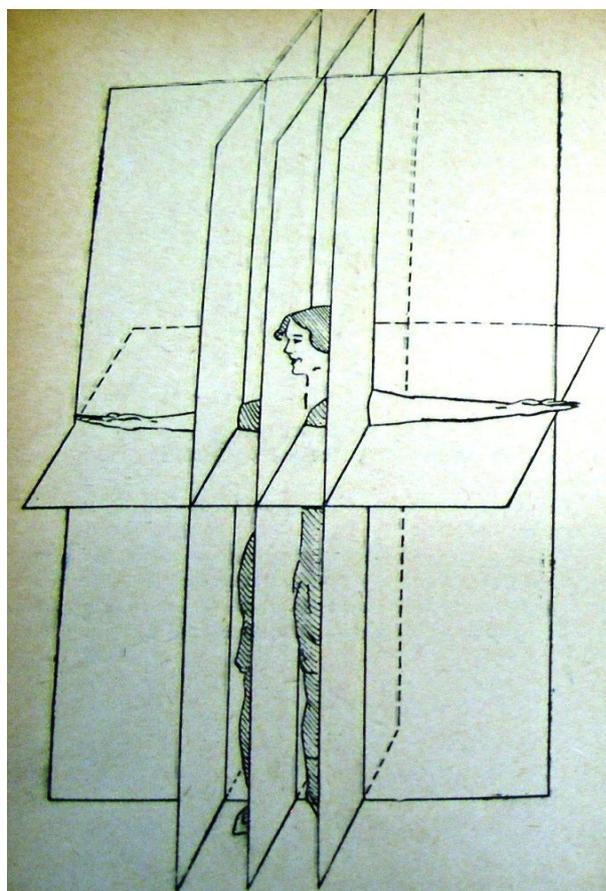


Figura 9: Planos de movimento distribuídos em relação ao indivíduo  
Fonte: Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 72.

A estratégia de usar a ilustração como meio de facilitar o entendimento do que os autores explanavam na escrita é utilizada em grande parte desse texto do Boletim. Nos dezessete desenhos apresentados é de se notar a recorrente figura de uma mulher. Tal fato possivelmente tem relação com o modo como a calistenia foi produzida e a quem ela foi destinada prioritariamente na sua história.

<sup>509</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 62.

Com o intuito de fornecer elementos para subsidiar o trabalho docente, os autores tecem orientações específicas para organizar o programa de calistenia nos estabelecimento de ensino.

Na escola, adoptamos commumente a *série media de Calistenia*, que se constitue de tres grupos de exercicios, contendo cada grupo tres exercicios.

Os exercicios do 1.º grupo, portanto os tres primeiros exercicios da série, são destinados a dar trabalho aos musculos dos membros; os exercicios do 2.º grupo, portanto os tres seguintes, se destinam a dar trabalho principalmente aos musculos do tronco; finalmente, os exercicios do 3.º grupo se destinam a dar trabalho a todos os musculos do corpo, accentuadamente ás faculdades de equilibrio.<sup>510</sup>

Constituir um programa de calistenia que respeitasse uma sistematização nos exercícios propostos, esse era o recado. Neste excerto, preocupações da Inspetoria acerca dos processos de ensino da Educação Física. Em seguida Zembla, Guiomar e Renato apresentam uma materialização deste fragmento de texto e exemplificam o que seria uma série média de calistenia. Ao final, a indicação de que a escrita ali apresentada seria um “ligeiro resumo de um capitulo do livro, em preparo, ‘Tecnica e Didactica da Educação Physica Escolar’ (...)”.<sup>511</sup>

“Calistenia” configurou-se como um texto que oferecia as bases para orientar o ensino de tal prática nas escolas. Além de instruções das maneiras de ministrar tal conteúdo nas aulas, o artigo apresenta diretivas técnicas que perpassavam os exercícios calistênicos. Sua definição, finalidades e benefícios foram também tratados neste texto.

Em “Educação Física e a futura raça brasileira”, único texto que não conta com autoria do grupo de trabalho da Inspetoria, José Lourenço de Oliveira abordou a Educação Física e a discussão sobre raça a partir de um diálogo com obras sobre a formação do povo brasileiro.<sup>512</sup> Ele traz para a narrativa, autores como Afonso Taunay, Ronald de Carvalho, Graça Aranha, Euclides da Cunha.<sup>513</sup> O autor concebe suas formas de explicação da degeneração da raça inserindo no texto elementos que constituíam um imaginário sobre o Brasil. A respeito da nacionalidade brasileira, dizia ele:

O indio insumisso e indolente, trouxe-nos o seu terror cosmico, a resignação accomodatícia e fatalista ante a invencivel pujança da natureza.  
O negro contribuiu com a sua alma recalçada, desarestada, despersonalizada, pelo servilismo; alma depressa e inexperiente, cheia de banzo e mandinga.<sup>514</sup>

<sup>510</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 68 (grifos dos autores).

<sup>511</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 71.

<sup>512</sup> Este texto tem o título e o teor semelhantes à conferência pronunciada por José Lourenço de Oliveira no curso intensivo de Educação Física de 1933. Cf. Jornal Minas-Gerais, 24 de outubro de 1933.

<sup>513</sup> “Índios, ouro, pedra!”, “Estudos brasileiros”, “Esthetica da vida” e “Os sertões” são as obras respectivas dos autores citados por José Lourenço Oliveira.

<sup>514</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 15.

Mencionava Lourenço de Oliveira que, diante da sua natureza, o brasileiro sentia-se apático. Segundo ele “... o esmagamento pela natureza dominou-o com uma resignação fatalista e accommodaticia, com uma indecisão e inactividade que se manifestam na psychastenia dispersiva dos centros maiores ou na paciente abulia dos filhos do campo”. Considerando a mestiçagem como entrave para o desenvolvimento do país, uma espécie de condenação pelas leis da hereditariedade, o autor propõe a sua superação pela Educação Física. “Chega de desdem pelo corpo”, defendia.<sup>515</sup>

Corpo que não necessitaria apenas de um vigor físico. Ainda nas proposições de Lourenço de Oliveira o entendimento de que o investimento no corpo deveria passar também pela moralidade. A facilidade para o vício precisaria ser combatida, especialmente, o alcoolismo que “devasta, depaupera, inutiliza, imbeciliza muita gente”.<sup>516</sup> Para o autor “a educação physica vai ajudar-nos na nossa preservação contra o vicio, o alcoolismo, a depravação. Ella é a melhor escola de sobriedade, de ensino da defesa do corpo contra os agentes desgastadores da saude”.<sup>517</sup>

No texto de Lourenço de Oliveira uma nova maneira de escrever sobre Educação Física. A identificação de um problema nacional, a mestiçagem, a partir do diálogo com a produção sobre a História do Brasil ainda não tinha aparecido nas formas narrativas da Inspeção. Além desta novidade, o autor ainda aborda a necessidade da Educação Física por uma dimensão ainda não explícita nas proposições daquele órgão: a moralidade. Em estudo sobre feições assumidas pela eugenia no país, Nancy Stepan comenta que “o estilo neolamarckiano da eugenia era também congruente com a moralidade tradicional, o que o tornava ainda mais atraente no Brasil”. A autora ainda explica que para os neolamarckianos “o alcoolismo era uma questão eugênica precisamente por ser tanto sintoma como resultado de males sociais, e porque o ciclo causal poderia ser interrompido por ação social”.<sup>518</sup> José Lourenço de Oliveira, ao escrever “Educação Física e a futura raça brasileira”, parecia informado por tais premissas.

Novidades e permanências marcam a produção do Boletim “Educação Physica (Jogos e Callisthenia)”. No conjunto das inovações, uma nova maneira de escrever sobre a Educação Física ao dialogar com estudos sobre a formação do povo brasileiro; textos com maior densidade teórica; orientações que não circunscreviam a Educação Física ao espaço escolar podem ser as novidades que merecem destaque. No grupo das continuidades, a intenção da

<sup>515</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 16.

<sup>516</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 17.

<sup>517</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 18.

<sup>518</sup> STEPAN, 2004, p. 349.

Inspetoria em proporcionar ao professorado dedicado a tal disciplina, instruções, diretivas e recomendações para o efetivo ensino de Educação Física. Renato Eloy de Andrade explicita no Boletim n. 18 que “compreende-se, pois, a importancia que se deve attribuir á Educação Physica e o esforço que o nosso Estado está empregando para a rodear das condições necessarias a uma elevada efficiencia em nosso meio educacional”.<sup>519</sup> O Boletim “Educação Physica (Jogos e Callisthenia)” e os artigos publicados na Revista do Ensino podem ser considerados parte desse empenho.

Ao concluir esse capítulo que abordou a produção de impressos para professores de Educação Física, o argumento de Isabel Cristina Frade e Ceris Ribas da Silva mostra-se orientador para compreender a dinâmica dos artigos que circularam na Revista do Ensino e no Boletim n. 18 “Educação Physica (Jogos e Callisthenia)”. As autoras, ao tratarem da leitura de textos oficiais, contudo, no tempo de hoje, apontam que no caso de tais produções “não é o leitor quem busca espontaneamente o texto, mas é o texto que vai oficialmente ‘em busca’ de seus leitores”.<sup>520</sup> A Revista e o Boletim n. 18 eram publicações de órgãos subordinados à Secretaria da Educação e Saúde Pública. A primeira, a partir de 1927, ficou a cargo do Inspetor Geral da Instrução Pública, e o segundo contou com a colaboração da Inspetoria de Educação Física. A destinação ao professorado, a indicação de práticas pedagógicas decorrentes da política educacional e a finalidade de orientar o trabalho docente marcaram a produção destes impressos. Na compreensão da Inspetoria, a leitura de tais textos contribuiria para a “ilustração do professorado”.

As proposições de Renato Eloy anunciadas nos impressos aqui abordados guardam relação com a sua história de formação e com os lugares com os quais mantinha interlocução. Matrizes de pensamento que orientaram de maneira similar os cursos intensivos e que também foram apropriadas pelas demais integrantes da Inspetoria. Na modelagem para o ensino de Educação Física elaborada por tais professores, aquele órgão não tomou conhecimento da oficialização do método francês de ginástica, adotado pelo Governo Central para as escolas, em 1929, e por vezes, sutilmente, expressava porque não estava aderindo a tal método: por motivos pedagógicos.<sup>521</sup> Pode-se argumentar que a Educação Física que a Inspetoria produziu

---

<sup>519</sup> Boletim Educação Physica (Jogos e Callisthenia), n. 18, 1935, p. 7.

<sup>520</sup> FRADE e SILVA, 1998, p. 97.

<sup>521</sup> Abordados os impressos de autoria do grupo de trabalho da Inspetoria de Educação Física, destaco com mais precisão algumas diferenças em relação às proposições do Método Francês de Ginástica. Anunciando o que seria a composição de tal Método, Inezil Penna Marinho destaca que nele uma lição de Educação Física divide-se em três partes: sessão preparatória, que teria por fim preparar o organismo para o trabalho mais intenso da aula; a lição propriamente dita, que compreenderia exercícios como marchar, trepar, escalar, saltar, levantar, correr,

por meio da elaboração de seus artigos e textos foi forjada num duplo movimento. O primeiro, relacionado à composição dessa disciplina por dentro da escola, sintonizado com os estudos que propunham a instituição de uma escola ‘nova’, ‘ativa’. O segundo, ligado a uma aproximação com as ancoragens do movimento de Educação Física americano, o qual passou prioritariamente pelas ACM’s, e, que, dentre outros, produziu tal disciplina focada na noção de ‘Recreação’ e que teve na adesão à fisiologia a constituição do seu campo pedagógico.<sup>522</sup>

Abordada a formação docente pelos cursos intensivos e pela produção e circulação de impressos, seguimos conhecendo as demais ações da Inspeção de Educação Física. O próximo capítulo tratará de tais iniciativas que continuaram mobilizando os sujeitos, os tempos, os espaços e os conhecimentos escolares.

---

lançar, atacar e defender-se; e volta à calma, que seriam atividades de baixa intensidade. Organização que difere das propostas da Inspeção. Ainda, no tocante às diferenças, segundo as indicações do Método Francês, cometido um erro pelos alunos, o instrutor “observa imediatamente e, em voz alta, emprega uma fórmula breve e imperativa” (MARINHO, s/d, p. 111). Processo de ensino destoante daquele elaborado pelo Inspetor de Educação Física de Minas Gerais e suas Auxiliares. Ainda no Método Francês a pessoa responsável pela organização e direção das aulas é chamado de instrutor, enquanto a Inspeção recorrentemente refere-se ao(à) professor(a). Para maiores detalhes acerca do Método Francês de Ginástica, cf. MARINHO, s/d.

<sup>522</sup> Cf. PARK, 2007.

## **5 OS DEMAIS INVESTIMENTOS NA ESCOLARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA: A INSPETORIA EM FUNCIONAMENTO**

A abordagem das ações realizadas pela Inspeção permitiu conhecer elementos constitutivos do processo educativo com os quais ela atuou. Revelar as incumbências que tal órgão levou às práticas, ajudou na compreensão dos investimentos feitos no ensino de Educação Física no Estado. Constituído esse desenho foi possível examinar as maneiras pelas quais a Inspeção contribuiu no movimento de escolarização da Educação Física, sugerindo deste modo, o lugar que tal órgão ocupou para auxiliar a configuração dessa disciplina em Minas Gerais. Debruçando-me sobre as fontes que informam sobre as iniciativas da Inspeção de Educação Física, cabe afirmar que o jornal Minas Gerais não oferece a mesma visibilidade a todas elas, o que não significa que o Inspetor e suas Auxiliares não tenham empenhado esforços para realizá-las.

Serão apresentados e detalhados aqui os demais empreendimentos produzidos pela Inspeção, que, excetuando-se a organização das praças de exercícios físicos, parecem configurar-se como atividades mais de gabinete, que não despenderiam maiores gastos financeiros além do orçamento previsto para tal órgão. São eles os relatórios trimestrais e os horários das aulas de Educação Física a serem enviados à Inspeção e a organização de instruções às professoras. Diante das finalidades postas para tal órgão, é possível indicar que nem todas as prescrições foram efetivadas, assim, ao final deste capítulo, será abordada também a não organização do escotismo pela Inspeção.

### **5.1 “Um complemento indispensável da ação e orientação educacional da escola”<sup>523</sup>: a Inspeção organizando a criação de praças de exercícios físicos**

O interesse pela construção desses espaços específicos para a prática de exercícios físicos entra em cena em 1931, quando Noraldino Lima, então Secretário da Educação e Saúde Pública, adota a organização dessas praças como elemento fundamental para o bom andamento da Educação Física em Belo Horizonte. A referência a tais espaços no jornal

---

<sup>523</sup> Excerto da palestra de Renato Eloy de Andrade no Rotary Club de Belo Horizonte na qual ele discorre sobre a importância dos *playgrounds*. Jornal Minas-Gerais, 29 e 30 de junho de 1931, p. 8.

Minas Gerais é encontrada por múltiplas denominações: praças desportivas, praças recreativas, parque escolar, *playground*, praças de exercícios físicos, praças de exercícios físico-recreativos. Menos que a nomeação a esses espaços, interessou aqui identificar as proposições e as intenções do Governo Mineiro junto à Inspetoria de Educação Física na organização desses lugares.

Iniciativas para construção de praças de exercícios físicos aconteceram em outras cidades do país. Em Porto Alegre o primeiro espaço desse tipo foi criado em 1926 e denominado “Jardim de Recreio de Porto Alegre”. Sua composição comportava salas, biblioteca e equipamentos na sua área externa dos quais podem ser citados “brinquedos como balanço, escorregador, gangorra, passo do gigante, tanque de patinhar, canchas de bola ao cesto, volley-ball, baseball, law tennis”.<sup>524</sup> Eneida Feix estudou a institucionalização da recreação pública na capital rio-grandense na primeira metade do século XX. A autora esclarece que em Porto Alegre o trabalho em praças e parques foi muito difundido durante os anos de 1926 a 1942, período de intenso planejamento desses espaços e ainda anuncia que eles tinham por propósito a “recreação e formação das crianças, jovens e também um lugar de entretenimento dos trabalhadores”.<sup>525</sup>

Na capital gaúcha, Frederico Guilherme Gaelzer foi uma figura importante na organização de tal iniciativa, quando ocupou o cargo de Diretor de Jardins de Recreio e Praças de Esporte de Porto Alegre. O trabalho por ele realizado ecoou na Associação Brasileira de Educação, resultando em uma ação coletiva que envolvia aquela entidade, a Associação Cristã de Moços e o Rotary Club, instituição esta interessada em “custear as despesas de instalação e a fornecer o diretor técnico” para uma praça de jogos infantis na cidade do Rio de Janeiro.<sup>526</sup> A parceria entre as duas primeiras organizações também produziu discussão acerca de lugares urbanos educativos. O estudo de Meily Linhales indica que “a construção de espaços recreativos na cena urbana – denominados de praças de esporte, praças de recreio ou *playgrounds* – foram também temas de relevo desse singular encontro entre a ABE e a ACM”.<sup>527</sup>

Mr. Sims, representante da Associação Cristã de Moços, em reunião da Seção de Educação Física e Higiene da Associação Brasileira de Educação, pronunciou no ano de 1929 que considerava “urgente e imprescindível a criação de um desses parques de recreio para as

---

<sup>524</sup> FEIX, 2003, p. 73.

<sup>525</sup> FEIX, 2003, p. 91.

<sup>526</sup> Recorte de jornal, sem referência e data, que consta no Acervo Gaelzer do Centro de Memória do Esporte em Porto Alegre. Documento gentilmente cedido pela prof<sup>a</sup>. Meily Assbú Linhales.

<sup>527</sup> LINHALES, 2006, p. 116.

crianças da escola”.<sup>528</sup> Em documento endereçado ao então prefeito do Rio de Janeiro, Antônio Prado Júnior, a ABE julgava ideal que cada escola organizasse, anexo ao seu terreno, um espaço para a prática de jogos, no entanto, afirmava a mesma Associação que “isso em nosso meio é uma utopia. Cumpre, entretanto, ter ao menos praças servindo em comum a várias escolas”.<sup>529</sup> As proposições que circulavam na ABE quando do anseio pela criação de praças de jogos infantis na capital federal, sugerem consonâncias com o empreendimento aludido por Noraldino Lima. Nas palavras do Secretário da Educação e Saúde Pública de Minas, os alunos também eram os alvos privilegiados na criação de praças de jogos. Dizia ele, num discurso na Escola de Aperfeiçoamento, em 1931, que Belo Horizonte já seria um parque devido à sua fisionomia, mas que faltava à cidade “um ponto adequado á concentração dos nossos pequenos escolares”.<sup>530</sup> Na fala dessas pessoas é comum a indicação de que tais espaços serviriam aos alunos dos estabelecimentos de ensino.

Neste discurso proferido por Noraldino Lima, fica evidente o destaque dado ao papel da socialização nos estabelecimentos de ensino e sua “necessidade no corpo da escola nova”, o Secretário discorre sobre a importância da organização de um parque escolar em Belo Horizonte, revelando um entendimento sobre a infância em consonância com as teorias pedagógicas em circulação. Pronunciava o Secretário:

Precisamos alargar, tanto quanto possível, o ambiente da infância, afim de que ela possa dar expansão á sua alegria, aos seus sentimentos, á sua vida, e onde os varios nucleos escolares se reunam, em determinados dias e épocas do ano, fazendo viva a escola, que estamos procurando fazer viver.<sup>531</sup>

Analisando tal fala, a construção de um parque seria uma espécie de extensão da própria escola, visto que destinado a “paradas escolares, a pontos de reunião de alunos e professores”. A educabilidade da infância também é destacada e legitimada nas intenções de tais espaços. Esta noção apresenta-se como chave de leitura importante para compreender a organização das praças de exercícios físicos. Estender a prática educativa para além das salas de aula exigia a ampliação dos espaços escolares. A ocupação das praças pelos alunos também conformaria uma demonstração de que era possível disciplinar o uso dos tempos extra-escolares. Aqui ainda é possível pensar numa conexão entre recreação, infância e

<sup>528</sup> ATAS da Seção de Educação Física e Higiene. 20ª sessão em 2 de maio de 1929.

<sup>529</sup> Recorte de jornal, sem referência e data, que consta no Acervo Gaelzer do Centro de Memória do Esporte em Porto Alegre.

<sup>530</sup> Jornal Minas-Gerais, 27 de junho de 1931, p. 11.

<sup>531</sup> Jornal Minas-Gerais, 27 de junho de 1931, p. 11.

educação que se configura como construções culturais informadas por premissas do movimento de constituição de uma escola mais ativa, alegre e atraente para os alunos.<sup>532</sup>

Para realizar a empreitada de construir um parque escolar em Belo Horizonte foi convocado o Inspetor de Educação Física de Minas Gerais, com quem Noraldino Lima já vinha conversando a respeito da organização de praças de jogos. As notícias publicadas no jornal Minas Gerais indicam que esse planejamento encontrava-se em estudo e caminhando para sua efetiva concretização.

Renato Eloy de Andrade foi convidado pelo Secretário da Educação para proferir uma palestra no Rotary Club de Belo Horizonte a respeito de um “plano de organização de uma praça de jogos e recreação publica”. Tal exposição de idéias foi publicada na seção intitulada “Pelo Ensino”, do jornal Minas Gerais, em 1931. Como aconteceu no Rio de Janeiro, interessava uma ação conjunta na realização de praças de jogos, sendo que na capital mineira a parceria já estaria firmada com o Governo do Estado, caso que no Rio não aconteceu. Renato Eloy comentava que

Já é esta a 3.<sup>a</sup> vez que me é oferecida oportunidade para falar em uma reunião rotariana e, por uma coincidência extraordinária, sobre o mesmo assunto. Com efeito, - já no “Rotary” do Rio, tive ocasião de discorrer sobre a importância socio-educacional do “play-ground”, justamente quando esta benemerita associação pleiteava junto ao governo da cidade, a concessão de um terreno devoluto na praia do Russell, para ser nele construída uma praça desse gênero.<sup>533</sup>

O Inspetor de Educação Física refere-se à iniciativa conjunta da ABE, da ACM e do Rotary Club do Rio já mencionada, mas, que não logrou sucesso, pelo menos naquele momento. Renato Eloy afirma que, no caso da capital federal, “infelizmente, os poderes públicos, premidos por outras preocupações, não corresponderam a esta bela socilitação”.<sup>534</sup>

No que diz respeito ao Rotary Club de Belo Horizonte, parecia ele continuar “interessado pelas grandes questões sociais”, e o Governo Mineiro, diferentemente do carioca, também demonstrava interesse, preocupando-se fortemente em construir um *playground* na cidade. Diante dessa circunstância, Renato Eloy contava como “certo que não ficarão sem éco as iniciativas que venham a tomar os rotarianos de Belo-Horizonte, no sentido de se dotar a Capital Mineira com aparelhamentos, cada vez mais completos e eficientes, para a educação físico-social do brasileiro”.<sup>535</sup>

<sup>532</sup> Em outra ocasião, num estudo relativo aos sentidos culturais produzidos na relação entre a educação, a recreação e a infância, nas décadas de 1920 e 1930, abordamos também a noção de educabilidade da infância. Ver a respeito SILVA e LINHALES, 2008.

<sup>533</sup> Jornal Minas-Gerais, 29 e 30 de junho de 1931, p. 8 (grifos do autor)

<sup>534</sup> Jornal Minas-Gerais, 29 e 30 de junho de 1931, p. 8.

<sup>535</sup> Jornal Minas-Gerais, 29 e 30 de junho de 1931, p. 8.

A idéia de dotar Belo Horizonte de um *playground* era defendida por Renato Eloy, que pensava, especialmente, em dois públicos alvos: as crianças e a mocidade. Para a infância, argumentava que a ausência de tais espaços era um problema para o bom emprego do tempo disponível dos alunos, que após cumprirem o tempo do trabalho escolar, nem sempre teriam um lugar adequado para se divertirem construtivamente. Renato Eloy dizia que a criança é “impulsionada por uma lei necessária, por um instinto genético irreprimível, que a leva, que a faz procurar descobrir por todo meio possível uma derivação à sua necessidade de expansão psico-física”. Nesse caso, as praças de exercícios físicos poderiam ainda ser uma espécie de laboratório, abrindo-se à observação, à sistematização e à interferência do e no comportamento infantil, que convergiria para o bom andamento do processo de aprendizagem realizado nos estabelecimentos de ensino. Quanto à mocidade, Renato Eloy propunha a construção de praças de exercícios físico-recreativos como meio de estimular e intensificar de modo eficiente a vida esportiva dos jovens ginásiais e universitários. Para tanto, destaca quatro aspectos inerentes a esses espaços: primeiro, o caráter público que garantiria o acesso de todos; segundo, o aparelhamento que atenderia às exigências da exercitação física e atlética; terceiro, a facilidade de acesso e o repertório de atividades que funcionariam como atrativos “mesmo para os que menos experimentam inclinação à vida esportiva”;<sup>536</sup> e quarto, a possibilidade de ser um ponto de reunião, que configuraria as praças como instrumento para socialização.

Ainda na reunião no Rotary Club da capital, cabe ressaltar o destaque que Renato Eloy dá à cena urbana que vinha se constituindo em Belo Horizonte. O Inspetor comentava que talvez a necessidade de organização de praças de jogos não se fizesse necessária nos anos anteriores, visto que “a vida da cidade era mais pacata, mais livre, menos marcada de guarda civil e policiais, e os espaços mais livres à atividade física instrutiva”. Nos tempos de outrora, tinham os infantis “mais liberdade de se gruparem e movimentar; hoje se vêem mais coibidos pelo policiamento”.<sup>537</sup> As declarações de Renato Eloy revelam que as praças seriam também os lugares autorizados e legítimos para que as crianças expandissem seus “apetites lúdicos” sem a fiscalização, a intervenção e o constrangimento policiais. É possível sugerir que a vivência na e da cidade cada vez mais passava a ser mediada por mecanismos de controle e educação do corpo que buscavam legitimar práticas autorizadas.

Em matéria intitulada “A inauguração, ontem, da praça de jogos de esportes, na Escola de Aperfeiçoamento” publicada pelo jornal Minas Gerais, em 1932, é apresentado o discurso proferido por Diumira Campos de Paiva em tal ocasião, no qual ela considerava a praça daquele

---

<sup>536</sup> Jornal Minas-Gerais, 29 e 30 de junho de 1931, p. 8.

<sup>537</sup> Jornal Minas-Gerais, 29 e 30 de junho de 1931, p. 8.

estabelecimento de ensino como a primeira de todo o Estado. No entanto, não foram encontrados indícios que informem o quanto tal empreendimento guardava relações com as proposições que Noraldino Lima e Renato Eloy de Andrade vinham apresentando para a organização de praças de exercício físicos. Não foram localizados vestígios a respeito de um maior detalhamento dos espaços de tal praça, nem especificações do aparelhamento que a comporia. Quanto ao público, parece que na Escola de Aperfeiçoamento aquela praça funcionaria mais como espaço específico para aulas de Educação Física, contribuindo “para a pratica da educação física dos alunos que lá mourejam”. O fato de talvez não se assemelhar com as idealizações do Secretário da Educação e do Inspetor de Educação Física, não retiram daquela iniciativa o caráter propulsor do movimento de instituir no Estado praças de jogos. A mesma Diumira compartilhava das idéias de Noraldino Lima e Renato Eloy. Afirmava ser necessário “canalizar as tendências infantis, oferecendo á criança um poderoso fator que satisfaça plenamente a todos os seus instintos, dirigindo suas emoções”, e o meio para alcançar tamanhas finalidades seria uma “‘praça de esportes’, pela variedade de brinquedos e jogos existentes”.<sup>538</sup> O que não se pode perder de vista é que as particularidades que marcaram as diferentes praças aqui abordadas são conformadas a partir do filtro que o jornal Minas Gerais organizou para informar sobre tais espaços.

A movimentação em torno da criação dos espaços para a prática de exercícios físicos se intensificava. Em maio de 1933, a Secretaria da Educação e Saúde Pública, divulgou edital para recebimento de propostas para o fornecimento de seis “praças de esportes tipo medio”, para grupos escolares de Belo Horizonte. Para esse empreendimento seriam destinados no total 50:306\$784 (cinquenta contos e trezentos e seis mil e setecentos e oitenta e quatro réis).<sup>539</sup> A construção de tais praças efetivou-se. Em comunicado da Inspeção Geral da Instrução sobre a movimentação do ensino no Estado, publicado em 13 de agosto de 1933 no jornal Minas Gerais, foi registrado que por aqueles dias seriam inauguradas na capital seis praças de esportes nos grupos escolares.<sup>540</sup> Contudo, maiores indícios de tais realizações só foram encontrados para as praças de esportes dos grupos escolares Barão de Macaúbas, Caetano Azeredo e Francisco Sales. Espaços que apresentavam estreita relação com os estabelecimentos de ensino. Além de localizarem-se anexos aos grupos, indício da conexão praças-escolas é um modelo de relatório a ser elaborado pelas professoras, como veremos detalhadamente mais adiante,

---

<sup>538</sup> Jornal Minas-Gerais, 20 de novembro de 1932, p. 6.

<sup>539</sup> Jornal Minas-Gerais, 1 de junho de 1933.

<sup>540</sup> Jornal Minas-Gerais, 13 de agosto de 1933.

publicado pela Inspetoria de Educação Física em 1934, no qual um dos quesitos abordava a frequência dos alunos às praças de esportes.

Em 6 de outubro de 1933 inaugurou-se a praça do grupo escolar Barão de Macaúbas, marcada pela presença do Inspetor de Educação Física; do Inspetor Geral da Instrução, Guerino Casasanta que representava Noraldino Lima, e de demais representantes do ensino. Tal espaço, localizado ao lado direito da escola, e considerado “no genero, uma obra perfeita” foi traçado por Renato Eloy de Andrade sob a orientação do Secretário da Educação, e confeccionado por Agenor Nogueira que teria sido o escolhido para executar o empreendimento após concorrência pública. Em discurso a professora Zuleika Mello enfatizou a organização de praças desse gênero como “iniciativa inteiramente modelar” e exaltou os cuidados do Governo Mineiro com a educação física infantil.<sup>541</sup> A inauguração ainda contou com apresentação de ginástica com halteres e bastões, seguida de marcha e encerrada com um jogo entre equipes. Os registros no jornal Minas Gerais sugerem que tal praça seria também destinada aos alunos que ali estudavam, mas não foram localizados naquele impresso maiores vestígios sobre a composição dessa praça, a demarcação de seus espaços e seus equipamentos. Contudo, analisando uma imagem da matéria “A praça de esportes do grupo ‘Barão de Macaúbas’”, publicada no jornal Estado de Minas, é possível indicar algo sobre o aparelhamento de tal praça (figura 10).



Figura 10: Um flagrante da inauguração da Praça de Esportes do Grupo Escolar Barão de Macaúbas (1933)  
Fonte: Jornal Estado de Minas, 7 de outubro de 1933, p. 8.

<sup>541</sup> Jornal Minas-Gerais, 7 de outubro de 1933, p. 8.

Apesar de não estar tão nítida, a imagem permite uma análise que aponta elementos no tocante ao aparelhamento da praça. Sua composição parece comportar à frente uma caixa de areia e um equipamento com estrutura de *playground*, com armações de escada, gangorra e elementos para suspensão.

Dentre as praças de jogos criadas em Belo Horizonte, a inauguração de maior destaque foi a do parque de esportes anexo aos grupos escolares Caetano Azeredo e Francisco Sales, em 13 de outubro de 1933. Quando dessa ocasião, a Auxiliar Arquivista, Maria José Ourivio, esteve, em nome da Inspetoria de Educação Física, nas Secretarias do Interior, de Finanças, da Agricultura e também na Prefeitura, a fim de convidar seus representantes para a inauguração de tal parque.<sup>542</sup> Este evento contou com a presença das autoridades do Governo do Estado. Além de Renato Eloy de Andrade e Noraldino Lima, pode-se destacar o comparecimento de Gustavo Capanema, interventor federal do Estado interino;<sup>543</sup> Octavio Penna, prefeito de Belo Horizonte; Ernani Agrícola, diretor de saúde pública; e representantes do diretor da Imprensa Oficial, dos secretários das Finanças e da Agricultura. Tais presenças reforçam o argumento de que essa praça de esportes teve maior projeção na cena urbana de Belo Horizonte.

Na cerimônia de inauguração discursaram Noraldino Lima e Gustavo Capanema, que declinou da homenagem de batizar a praça com seu nome e sugeriu que tal espaço fosse denominado de parque de esportes Olegário Maciel, presidente de Minas recém-falecido. Finda essa parte, iniciaram-se as demonstrações de ginástica. Apresentaram-se as alunas do curso intensivo de Educação Física, então em andamento, dirigidas pela professora Guiomar Meirelles, e também alunas da Escola Normal, coordenadas pela professora Zembla Soares de Sá. Teve participação na cerimônia uma associação de escoteiros, que promoveu uma partida esportiva de “bola ao cesto”. Na figura 11, a demonstração de que o curso intensivo de Educação Física de 1933, foi frequentado por dezenas de professoras, como comentado em capítulos anteriores.

---

<sup>542</sup> Jornal Minas-Gerais, 13 de outubro de 1933.

<sup>543</sup> Em setembro de 1933, com a morte de Olegário Maciel, Gustavo Capanema assumiu interinamente a interventoria federal em Minas. Em dezembro de 1933, Getúlio Vargas nomeia Benedito Valadares para assumir o Governo do Estado. Como compensação, Capanema foi designado pelo presidente para dirigir o Ministério da Educação e Saúde. Nomeado em julho de 1934, permaneceria no cargo até o fim do Estado Novo, em outubro de 1945. Disponível em <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/biografias/ev\\_bio\\_gustavocapanema.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_gustavocapanema.htm)>. Acesso em 03 de julho de 2009.



Figura 11: Uma demonstração das alunas do Curso Intensivo de Educação Física, por ocasião da inauguração do Parque Escolar Olegário Maciel (1933)

Fonte: Jornal Estado de Minas, 14 de outubro de 1933, p. 3.

O parque, dividido em três seções distintas, para rapazes, para moças e para crianças, foi construído por Ernani Jaguaribe, engenheiro do Estado, e tinha todo um aparelhamento específico que foi tecnicamente idealizado por Renato Eloy de Andrade que também fiscalizou a fabricação dos aparelhos. Fatos que já apresentam particularidades em relação à praça do grupo Barão de Macaúbas. Ali, as questões sobre a demarcação dos espaços, sobre a participação do engenheiro da Administração Mineira e sobre a preocupação em produzir aparelhos específicos para a prática de exercícios físicos não tiveram visibilidade no jornal Minas Gerais. Apontamentos que também podem referir-se à praça de jogos da Escola de Aperfeiçoamento.

A matéria “Parque de Esportes <<Olegario Maciel>>”, publicada no jornal Minas Gerais em 14 de outubro de 1933, informava que nesse espaço havia quadras de vôlei e de basquete e ainda apresentava a composição das três seções em que tal parque era dividido:

Na secção de rapazes encontram-se deslizadores, passos de gigante, baixa e sóbe, paralelas, cavalos, burros e um ginasio completo para exercicios diversos.  
A secção de moças compõe-se de deslizadores, baixa e sóbe alto, burrinho, cavalo, escada horizontal, um ginasio completo para exercicios diversos e um ginasio com balanças.

Na secção de crianças encontram-se deslizadores, ola giratoria, passo de gigante, ginasio com cadeirinhas, um ginasio com balanças comuns e um caixão de areia.<sup>544</sup>

Analisando a composição do parque, as práticas ali realizadas, ou melhor, as práticas pensadas com a organização de tais espaços e aparelhagem, seriam variadas. A possibilidade do brincar estava posta pelos deslizadores (talvez, um tipo de escorregador), pelo passo do gigante e pela caixa de areia, e ainda o baixa e sobe que seja talvez uma espécie de balanço, enfim, uma aparelhagem que permitia a expansão dos instintos infantis como recorrentemente evidenciavam Renato Eloy e Noraldino Lima. A ginástica não foi dispensada na organização dos espaços para exercícios físicos. A escada horizontal, os cavalos, as paralelas e a organização em ginásios revelam que as práticas de exercícios ginásticos também interessavam. A atividade esportiva também teve sua reserva na praça, com a construção dos campos de vôlei e basquete.<sup>545</sup> Como no parque escolar Olegário Maciel o público não se restringia aos alunos dos grupos escolares Caetano Azeredo e Francisco Sales, haja vista a organização de seções para rapazes e para moças, é possível inferir que a construção das quadras esportivas guardam relação com o estímulo e a intensificação das práticas de esportes entre a mocidade da Capital. Preocupação esta que já havia sido levantada pelo Inspetor de Educação Física.

Tais registros reforçam a idéia de que a construção desse parque de esportes estaria em maior consonância com as idealizações do Secretário da Educação e Saúde Pública como também do Inspetor de Educação Física. Aquele empreendimento também guardava semelhanças com as iniciativas coordenadas por Gaelzer em Porto Alegre, haja vista a delimitação dos espaços, o aparelhamento que compunha a praça de esportes e o alargamento do público alvo. Talvez possa ser considerado o primeiro no gênero com as proporções idealizadas pelos representantes mineiros. A associação de escoteiros endossava esse argumento e exibiu nas comemorações de sua instituição a seguinte mensagem “A inauguração do primeiro parque escolar em Minas-Gerais é motivo de grande jubilo para os que trabalham na obra educacional do povo mineiro”.<sup>546</sup> Parece que as outras iniciativas aqui citadas configuraram-se mais como uma espécie de melhoramento do ensino da Educação Física naquelas escolas. Já o parque escolar Olegário Maciel, mesmo anexo a grupos escolares, serviria também para o emprego das horas pós-escolares, configurando-se como espaço autorizado para a “diversão construtiva” e para a divulgação dos esportes, atendendo à população infantil e juvenil. Essas considerações ressoam em registros que tem origem na

---

<sup>544</sup> Jornal Minas-Gerais, 14 de outubro de 1933, p. 8.

<sup>545</sup> Jornal Minas-Gerais, 14 de outubro de 1933.

<sup>546</sup> Jornal Minas-Gerais, 14 de outubro de 1933, p. 8.

Inspetoria Geral da Instrução. Em comunicado a respeito do ensino de Educação Física no Estado, é apontada a diferente tipificação acerca da organização das praças de jogos em Belo Horizonte. A praça da Escola de Aperfeiçoamento é considerada como “tipo escolar mínimo para aulas internas”. Já o parque escolar anexo aos grupos escolares Caetano Azeredo e Francisco Sales é avaliado como “praça tipo A, instalação completa para servir 2.000 crianças e alunos do Ginásio Mineiro”.<sup>547</sup> Note-se que a mocidade focada como público para a seção de rapazes daquela praça de esportes era aquela vinculada aos estabelecimentos de ensino secundário. A seção de moças possivelmente seria frequentada por alunas da Escola Normal Modelo e da Escola de Aperfeiçoamento.

Abordada a criação de praças em Belo Horizonte, é possível indicar a localização desses espaços como similaridade com o projeto de inauguração de praças de jogos no Rio de Janeiro e em Porto Alegre. Nas capitais federal e rio-grandense a solicitação para a criação de praças de recreação requeria como local uma centralidade territorial dentro da cidade. No caso do Rio, na já citada mensagem enviada pela ABE ao prefeito Antonio Prado Júnior, é explicitado que “seria indispensável que a primeira praça seja instalada numa zona central da cidade, tal como a do Russel”.<sup>548</sup> Em Porto Alegre, seu primeiro “jardim de recreio” foi instalado, em 1926, na rua Duque de Caxias, no centro da cidade.<sup>549</sup> Em Belo Horizonte, a preferência foi organizar tais espaços, embora guardadas as distinções entre si, anexos a estabelecimentos de ensino que também se situavam dentro do perímetro da Avenida do Contorno, área central da cidade.

Sobre a incumbência da Inspetoria de Educação Física de “estabelecer na Capital e nas outras cidades praças de exercicios phisicos”, as fontes permitem dizer que tal iniciativa concretizou-se em Belo Horizonte. Não foram localizados indícios de tal iniciativa no interior do Estado. Do mesmo modo, não é possível apontar o alcance das praças instaladas na capital. Nas compreensões produzidas para esses parques de jogos é razoável destacar a consideração dos seus tempos e espaços como educativos, o entendimento de que o brincar seria uma necessidade das mais indispensáveis às crianças, e ainda, o empenho em estimular uma vida esportiva e eficiente da mocidade. Esses pressupostos guardam estreita relação com o projeto educativo que estava em curso. Adotar como chave de leitura a maneira pela qual as praças articulam e anunciam sentidos e significados que tem na escola seu *locus* fundamental, aproxima-se do que Luciano Mendes de Faria Filho aponta como uma das acepções para o

---

<sup>547</sup> Jornal Minas-Gerais, 7 de maio de 1933, p. 11.

<sup>548</sup> Nota de jornal que consta no caderno de recortes do Acervo Gaelzer no Centro de Memória do Esporte, Porto Alegre (sem data e sem o nome do jornal).

<sup>549</sup> FEIX, 2003.

termo escolarização.<sup>550</sup> A ocupação dos tempos extra-escolares pelos alunos seria uma ampliação da presença da instituição escolar e das suas propostas de tornar a vida de crianças e jovens mais ativa, atendendo às suas necessidades.

Noraldino Lima em discurso no encerramento do curso intensivo de Educação Física, em 1933, conecta as proposições da ‘escola ativa’ e a iniciativa da construção do Parque Escolar Olegário Maciel:

O Parque, mais do que isso, será em breve um excelente campo de socialização, tão bem ajustado á escola ativa com os seus aparelhos de ginástica, a sua arborização, a sua pista de corrida a pé, a sua piscina, o seu conjunto de alegria, de conforto e, pois, de felicidade para a juventude.<sup>551</sup>

Pode-se inferir que a organização de praças de jogos promoveu, por meio da Educação Física, uma ampliação do espaço escolar. Se as escolas foram pensadas, prioritariamente, a partir de salas de aula, aquela iniciativa expandiu os espaços educativos dos estabelecimentos de ensino a partir de uma compreensão de que esses espaços escolares poderiam ser usados também em outros tempos. Da palestra no Rotary Club de Belo Horizonte, em 1931, proferida por Renato Eloy de Andrade, é possível destacar passagens nas quais o Inspetor aponta a necessidade de ampliar os tempos e os espaços educativos. Dizia ele:

Hoje, depois das quatro horas, do regimen escolar o garoto vai para casa e encontra no emprego agradável do seu tempo um dos problemas mais sérios da sua vida.

(...)

Mas, infelizmente, o tempo é exíguo do horario propriamente escolar e as condições insuficientes de acomodação aos estabelecimentos do ensino, fazem com que não seja bastante para a criança o seu tempo escolar de diversão. O ‘play-ground’, bem como outros centros congeneres de atividades psico-recreativas, será um complemento indispensavel da ação e orientação educacional da escola.<sup>552</sup>

A partir de 1934, na principal fonte consultada, o jornal Minas Gerais, as informações sobre construção de praças de jogos não mais aparecem. Outras ações passam a ganhar centralidade na Inspetoria. Registros neste periódico sugerem que os assuntos que implicavam maior investimento financeiro declinam, citem-se os cursos intensivos de Educação Física, neste estudo já tratados e que não se realizam depois de 1934, e a organização de praças de exercícios físicos, que segundo palavras de Noraldino Lima, seriam “de custo relativamente alto”.<sup>553</sup> Atividades de caráter de ‘gabinete’ passam a ocupar a cena na Inspetoria.

<sup>550</sup> FARIA FILHO, 2007.

<sup>551</sup> Jornal Minas-Gerais, 2 de dezembro de 1933, p.9.

<sup>552</sup> Jornal Minas-Gerais, 29 e 30 de junho de 1931, p. 8.

<sup>553</sup> Jornal Minas-Gerais, 2 de dezembro de 1933, p. 9.

## 5.2 “Afim de que possamos tomar conhecimento geral das condições atuais de cada estabelecimento”<sup>554</sup>: as professoras de Educação Física e o envio de relatórios à Inspetoria

A inspeção de aulas de Educação Física era uma das finalidades da Inspetoria. A forma pensada para examinar o ensino de tal disciplina foi a elaboração, pelas professoras que ministravam Educação Física nos grupos escolares da Capital e do interior, de relatórios trimestrais que indicassem os trabalhos realizados com os exercícios físicos sistematizados.

Esta ação iniciou-se em abril de 1934, após a publicação, no mês anterior, de uma série de recomendações elaboradas pela Inspetoria acerca do ensino de Educação Física. A letra “c” do art. 1º assim determinava como uma das competências das professoras: “enviar á Inspetoria de Educação Fisica, trimestralmente, um relatorio estatistico das aulas e frequencia ás mesmas, bem como das atividades extra-curriculares”.<sup>555</sup>

A publicação de instruções destinadas às professoras de Educação Física configurou-se como importante dispositivo para ajustar as atividades da Inspetoria. Algumas das incumbências daquele órgão propostas na Reforma do Ensino Primário, em 1927, apenas foram concretizadas após a elaboração de tais recomendações, em 1934. Citem-se a obrigação de inspecionar as aulas de Educação Física, que ganhou o formato de relatórios trimestrais; e o estabelecimento de horários, que acabou por organizar o tempo de ensino da referida disciplina e configurou os modos de trabalho das professoras. A questão dos horários será tratada no tópico seguinte.

A idéia da Inspetoria ao solicitar o envio de relatórios fundava-se na perspectiva de tomar conhecimento das condições de ensino da Educação Física nos diversos grupos escolares, e, a partir daí, propor possíveis soluções para os problemas apresentados. Além de inspecionar, os relatórios seriam ainda instrumentos para produção de novas iniciativas da Inspetoria. A fim de controlar os trabalhos de tal órgão, as professoras que não remetessem seus relatórios até a data estipulada, eram cobradas pelo não cumprimento da tarefa, e seus nomes e os respectivos grupos escolares em que trabalhavam apareciam estampados em

---

<sup>554</sup> Fragmento retirado de um comunicado da Inspetoria de Educação Física, assinado por Renato Eloy de Andrade. *Jornal Minas-Gerais*, 21 de abril de 1934, p. 5.

<sup>555</sup> *Jornal Minas-Gerais*, 10 de março de 1934, p. 4.

avisos publicados no jornal oficial do Estado.<sup>556</sup> A inspeção do trabalho docente previa constrangimentos para as professoras faltantes com as instruções organizadas pela Inspeção.

Os relatórios elaborados pelas professoras deveriam seguir uma estrutura previamente divulgada pela Inspeção de Educação Física. Seu modelo, dividido em parte geral e especial, elencava uma série de questões acerca dessa disciplina ministrada nos grupos escolares. Tais questões revelam múltiplos elementos que a Inspeção mobilizou no processo de escolarização da Educação Física. Assim foi publicado o modelo de relatório, no jornal Minas Gerais, em 21 de abril de 1934:

*Relatorio estatistico correspondente ao trimestre de 1934:*

Parte geral:

- 1.º - N. total de alunos frequentes: meninos – meninas;
- 2.º - N. total de alunos que frequentam as aulas de ginastica: meninos meninas (sic);
- 3.º - N. total de aulas dadas;
- 4.º - N. de classes organizadas;
- 5.º - N. total de alunos que frequentam a praça de esporte: meninos – meninas;
- 6.º - N. total de crianças examinadas pelo medico: meninos – meninas;
- 7.º - N. total de crianças medidas e pesadas;
- 8.º - Qual a media encontrada (sic) para os indices: (Pelidise), (robustez), (Pignet), (nutrição);
- 9.º - Quais as dimensões do pateo destinado aos exercicios fisicos;
- 10.º - N. total das organizações esportivas existentes no Grupo;
- 11.º - N. dos participantes em cada uma das organizações.

Parte especial:

- 12.º - N. de series executadas: simples. Com bastão. Com alteres.
- 13.º - N. de jogos de (sic) menores executados;
- 14.º - N. de ginasticas historiadas desenvolvidas;
- 15.º - N. total de treinos de: Basket-ball. Volley-ball. Foot-ball.
- 16.º - Quantas partidas de jogos foram disputadas;
- 17.º - Quais as dificuldades encontradas na aplicação da (sic) “Instruções Gerais”.  
Notar questões – II, letras “a” e “b”; III; IV; V, letra “a” e VII;
- 18.º - Como foram resolvidas estas dificuldades;
- 19.º - Para as diferentes classes (1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos), quais as atividades (jogos, calistenia, etc.) que maior interesse despertaram nas crianças.
- 20.º - De todos os jogos, séries e ginastica historiada, houve algum preferido;
- 21.º - Como está sendo feito o plano de lição (transcrever um modelo).<sup>557</sup>

Na parte geral, as questões concentravam-se em aspectos não diretamente relacionados à execução das aulas. No que diz respeito aos espaços, as professoras deveriam assinalar a dimensão do pátio destinado à prática de exercícios físicos, e ainda, a frequência de alunos às praças de esportes, o que configura tal espaço como extensão das práticas de Educação Física. Acerca da organização docente, era preciso registrar o número total de aulas ministradas e a quantidade de classes estabelecidas. No que tange aos conteúdos e às práticas, o esporte interessava à Inspeção, se não fosse frequentando o programa de ensino de Educação Física,

<sup>556</sup> Jornal Minas-Gerais, 9 de junho de 1934.

<sup>557</sup> Jornal Minas-Gerais, 21 de abril de 1934, p. 5.

seria pelas organizações esportivas. Nesse sentido as professoras deveriam registrar no relatório a quantidade de tais associações existentes na escola e o número de participantes em cada uma delas.

Chama a atenção na parte geral do modelo apresentado pela Inspeção a centralidade em torno do aluno. Era necessário registrar a frequência dos escolares, a quantidade de estudantes examinados pelo médico, o número de crianças medidas e pesadas, e as avaliações encontradas para os indicadores *Pelidise*<sup>558</sup> (sobre o índice nutricional) e *Pignet*<sup>559</sup> (sobre o coeficiente de robustez). A necessidade desses registros revela a importância em avaliar, classificar, separar e reunir os alunos. A prática da antropometria e o levantamento de índices sobre nutrição e robustez vão ao encontro de outras incumbências da Inspeção, citem-se a organização de classes especiais de Educação Física para “crianças mal constituídas, debeis organicos, defectivos mentaes e portadores de defeitos orthopedicos” e o estabelecimento de um arquivo onde seriam “inscriptos os caracteristicos phisicos das creanças ao serem admittidas nas differentes classes”.<sup>560</sup> É um indício do alcance dos estudos científicos sobre a infância, onde as práticas de medição constituíram recurso de composição do público escolar. Essas referências reforçam o argumento de que na Inspeção ainda circulava referências sobre o primado da ortopedia dos corpos, uma vez presentes as dimensões da prevenção e da correção da deformação e a expectativa por uma robustez corporal, o que indica permanências no processo de escolarização da Educação Física.

Nesse quesito, cabe destacar mais uma vez a parceria entre os médicos escolares e a Inspeção de Educação Física. Eles seriam responsáveis por instruir as professoras sobre a proibição, a diminuição ou a especialização de exercícios para os alunos portadores de alguma deficiência. Nas fichas antropométricas seriam registradas observações tanto da professora de Educação Física quanto do médico escolar. A primeira anotaria dados de caráter geral como nome, escola, cidade e idade. Ainda mediria peso, estatura, capacidade pulmonar, circunferências torácicas, pulso e capacidade de força das mãos de cada aluno, e a partir de

---

<sup>558</sup> O pelidise era um índice utilizado na apreciação do estado de nutrição dos indivíduos. Era estabelecido a partir de dados antropométricos pessoais (altura e peso). “Em Minas Geraes está em uso esse índice no serviço de Inspeção Medica Escolar, sendo sistematicamente calculado o Pelidise de toda criança fichada”, afirmava o dr. Poli Marcelino Espirito (Estudo sobre as condições de nutrição dos alunos do Colégio Elementar “Paula Soares”, p. 268, in Arquivos Rio Grandenses de Medicina). Disponível em: <[http://www.muham.org.br/admin/files\\_db/ati\\_221.pdf](http://www.muham.org.br/admin/files_db/ati_221.pdf)>. Acesso em 3 de abril de 2009.

<sup>559</sup> O coeficiente de Pignet é obtido pela relação entre o tamanho, o peso e o perímetro torácico do indivíduo. Este índice forneceria informações sobre o volume do corpo em relação ao seu tamanho, assim, quanto menor o coeficiente de Pignet, mais forte, maior robusto seria o corpo. Le concours medical, n. 21, 1934, p. 1567. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5433380s.image.r=pignet+index.f17.langPT>>. Acesso em 11 de julho de 2009. Agradeço a Ana Carolina Vimieiro Gomes pela indicação do site.

<sup>560</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928, p. 1170.

tais dados, a professora classificaria o aluno em determinado ano escolar ou na classe especial. O segundo seria responsável por uma inspeção médica, na qual ele registraria dados a respeito dos pulmões, coração, defeitos ortopédicos congênitos e adquiridos, desvios de coluna – cifose, escoliose, lordose – e ainda anotações sobre a postura e demais prescrições que julgasse necessárias.<sup>561</sup>

Nas instruções para a elaboração do relatório, a Inspetoria de Educação Física solicitava que as professoras respondessem às questões de maneira clara e pedia atenção especial para alguns itens. Dentre estes, encontravam-se as medidas de nutrição e robustez. Diante desses apontamentos há que se registrar a importância que a antropometria adquiriu no ensino de Educação Física. Ao discorrer sobre a relação do serviço médico escolar e da antropometria escolar com a Educação Física, Diumira Campos de Paiva afirmou que sua adoção nos estabelecimentos de ensino seria o instrumento para que as professoras conhecessem o estado de saúde de seus alunos e acompanhassem seu desenvolvimento físico.<sup>562</sup> Esta seria a base na qual ela poderia “firmar o ensino”. Nesse sentido, os resultados dos exames médico e antropométrico configuravam-se como uma espécie de eixo norteador do trabalho docente. São mais evidências de que o ensino de Educação Física estava sendo sistematizado em diálogo com premissas científicas.

Já na parte especial do modelo de relatório são abordadas questões diretamente relacionadas à realização das aulas, com a centralidade em torno dos conteúdos praticados na Educação Física. As questões propostas para esta parte revelam que séries ginásticas, jogos, ginástica historiada e esportes compunham o programa de ensino de Educação Física. Às professoras cabia registrar a quantidade de vezes em que cada uma dessas práticas foi realizada. Para a ginástica, era necessário especificar se desenvolvida de maneira simples, com o uso de bastões ou uso de halteres. Para os treinos esportivos, a explicitação era entre o basquete, o vôlei ou o futebol. Ainda condizente aos conteúdos, destaque-se a centralidade do interesse da criança no processo de ensino de Educação Física. Interessava à Inspetoria que as professoras registrassem as maiores preferências dos alunos acerca das práticas desenvolvidas nas aulas. Iniciativa condizente com as teorias pedagógicas que preconizavam a organização dos métodos e processos de ensino em torno dos centros de interesses das crianças, e que também vai ao encontro das indicações sobre a infância mencionadas na exposição de motivos que antecede o texto da Reforma do Ensino Primário em 1927.

---

<sup>561</sup> Revista do Ensino, n. 32, abril de 1929.

<sup>562</sup> “Educação Física na escola primária”, in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935.

Na parte especial do relatório é também explícita a expectativa em conhecer e orientar o trabalho do professorado a fim de cuidar do ensino de Educação Física. O quesito de número 17, do modelo de relatório aqui apresentado, faz referência a algumas instruções elencadas numa série a serem observadas pelas professoras de Educação Física dos estabelecimentos de ensino primário. São questões relativas à organização dos horários das aulas; ao uniforme, indispensável à professora de tal disciplina, devendo sempre que possível ser também usado pelos alunos e à constituição homogênea da turma. Assuntos que à Inspetoria interessava conhecer, seja por estes configurarem problemas, seja pelas soluções encontradas para lidar com aquelas dificuldades.

Ainda sobre a perspectiva da Inspetoria em conhecer o trabalho docente por intermédio dos relatórios trimestrais, havia uma expectativa que as professoras organizassem previamente as aulas de Educação Física. Este era um anseio que vinha também de instâncias superiores. Já em fins dos anos de 1920 o então presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, comenta em mensagem expositora da situação dos serviços públicos em 1929, que havia instituído o caderno de preparo de lições “para todos os professores e para todos os estabelecimentos escolares” a fim de evitar as aulas improvisadas e estimular o preparo cuidadoso do ensino.<sup>563</sup> Em 1934, quando a Inspetoria passou a solicitar o envio de relatórios, ela não tinha organizadas as instruções do que deveria ser um plano de lições, apenas pedia que as professoras transcrevessem e informassem as suas maneiras próprias de registrar o planejamento de suas aulas. O plano diário de lições seria um orientador docente que tornaria o trabalho mais organizado e eficiente. Este quesito é um indicador para reconhecer o relatório como instrumento para a produção de novas iniciativas da Inspetoria.

Veja: recebidos os registros sobre o ensino de Educação Física elaborados pelas professoras dos grupos escolares, a Inspetoria parecia insatisfeita quanto à organização prévia das aulas. Sobre essas informações podem-se supor uma grande diversidade na maneira de elaboração das lições e também ausência de registros<sup>564</sup> que motivaram então tal órgão a organizar e a divulgar orientações a fim de se estabelecer um planejamento sistematizado de aulas.

---

<sup>563</sup> MINAS GERAIS. Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Minas Gerais ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 3ª sessão ordinária da 10ª legislatura em 1929. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u313/index.html>>. Acesso em 4 de julho de 2009. p. 38.

<sup>564</sup> Renato Eloy de Andrade divulga em 22 de junho de 1934, no jornal Minas Gerais, um Comunicado referente ao balanço dos relatórios recebidos pela Inspetoria de Educação Física durante o primeiro trimestre do ano letivo de 1934. A organização dos planos de lições não aparece nos itens destacados pelo Inspetor. Este Comunicado será abordado em seguida.

Em 1935, a Inspetoria deixava de operar com uma liberdade no planejamento das lições e passava a propor um registro orientado das aulas. Neste ano tal órgão publicou instruções para a organização do plano diário de lições, com o propósito de homogeneizar a forma de registro do trabalho docente, uma vez que, quanto à importância de tal instrumento, afirmava Renato Eloy de Andrade, não haveria discordância. A Inspetoria de Educação Física elencou um conjunto de justificativas para insistir na necessidade do plano de lições:

A preparação das lições faz-se, pois, necessaria, destacando-se dentre suas multiplas vantagens as seguintes:

- a) economia de tempo, evitando divagações inuteis;
- b) organização logica das lições;
- c) estímulo ao estudo, permitindo ao professor constante aumento e renovação de seu cabedal de conhecimentos;
- d) meio de contróle do desenvolvimento da classe pela anotação diaria dos resultados obtidos;
- e) fonte de informações de trabalho do professor, tornando conhecida em qualquer época sua actuação pedagógica.<sup>565</sup>

Evidencia-se neste fragmento a expectativa de um trabalho eficiente do professorado, permeado por estudos permanentes que fossem capazes de subsidiar uma sistematização dos processos de ensino que ressoaria na organização coerente das aulas. Ainda sobre o excerto, a perspectiva de registro do desenvolvimento dos alunos, tais anotações sendo diárias poderiam ser confrontadas obtendo daí uma base para avaliar os efeitos dos exercícios físicos sobre as crianças. Por fim, o plano de lições configuraria mais uma possibilidade de conhecer o ensino de Educação Física ministrado nas escolas.

Pelo conteúdo registrado nos planos diários de lições, a Inspetoria julgava ser possível observar “a) a compreensão do professor sobre as finalidades dos exercicios phisicos na escola; b) o conhecimento dos programmas e das novas orientações pedagogicas; c) o interesse pelos resultados de seu trabalho”.<sup>566</sup> Estes são elementos sobre os quais o Inspetor e suas Auxiliares insistiram quando das estratégias de aperfeiçoamento das professoras de Educação Física. Esclarecimentos acerca do papel dessa disciplina no campo educativo, a insistência em medir os alcances do ensino, instruções para organização de um programa de Educação Física orientado pelas premissas pedagógicas em curso no Estado – o interesse dos alunos norteando as práticas educativas, o brincar como necessidade da infância, os jogos como possibilidades de expansão dos instintos, a ciência subsidiando o trabalho docente, para citar algumas. Estas foram dimensões recorrentemente abordadas nos cursos intensivos de

---

<sup>565</sup> Jornal Minas Geraes, 4 de junho de 1935, p. 6.

<sup>566</sup> Jornal Minas Geraes, 4 de junho de 1935, p. 6.

Educação Física e na produção de textos para a Revista do Ensino e para o Boletim Pedagógico n. 18.

O assunto da elaboração do plano diário de lições ainda voltará à narrativa, quando serão tratadas, ainda neste capítulo, as diretivas para sua organização. Estas se encontram no item referente às instruções elaboradas pela Inspeção de Educação Física para orientar o professorado.

Retornando à temática central deste tópico, os relatórios trimestrais, a Inspeção julgou “oportuno salientar alguns pontos dos relatórios estatísticos apresentados pelas professoras de Educação Física dos Grupos Escolares da Capital e do interior”. Para tanto, Renato Eloy de Andrade publicou um Comunicado, no jornal Minas Gerais, relativo aos relatórios recebidos no primeiro trimestre de 1934.<sup>567</sup> Neste é ressaltada a grande frequência das crianças que compareciam às aulas de Educação Física, aproximadamente, 94% do total dos alunos. Para estes escolares, a prática dos jogos era o que mais interessava nas aulas de Educação Física. O Inspetor assim registrou no Comunicado: “Parece-nos indispensável destacar aqui a preferência das crianças por essa ou aquela atividade. Verificamos ocuparem os jogos sempre o primeiro plano”. Renato Eloy de Andrade justifica essa primazia pelas possibilidades que tais práticas teriam para “canalizar, satisfazer, preencher, as tendências naturais da criança”. Outras práticas depreendidas dos relatórios que estariam presentes no ensino de Educação Física eram as ginásticas historiadas, que “desenvolvidas nas classes de primeiro ano novato, despertam sempre grande interesse” e também as atividades formais como “marcha de precisão, séries de bastões combinados, de alteres e séries livres de palmas, encontram bom acolhimento entre os alunos do terceiro e quarto anos”.<sup>568</sup>

Cabe ressaltar que precariedades ainda marcavam o ensino de Educação Física nas escolas, e algumas delas são indicadas por Renato Eloy de Andrade nesse Comunicado. Em grande parte dos grupos escolares a “parte que diz respeito ao exame antropométrico, foi um tanto deficiente por falta de material (balança, fita metálica, toeza)”. Segundo o Inspetor de Educação Física, a ausência de pátios ou galpões apropriados para a prática dos exercícios e ainda a escassez de “bastões, alteres, bolas, cordas, etc.” dificultavam o bom andamento dos trabalhos.<sup>569</sup>

O envio de relatórios à Inspeção é uma iniciativa de fiscalização e controle do ensino de Educação Física que acompanha tal órgão até o seu declínio em 1937. Apesar de algumas

---

<sup>567</sup> Este foi o único documento avaliativo dos relatórios localizado no Jornal Minas Gerais.

<sup>568</sup> Jornal Minas-Gerais, 22 de junho de 1934, p. 4.

<sup>569</sup> Jornal Minas-Gerais, 22 de junho de 1934, p. 4.

descontinuidades na elaboração dos modelos de relatórios, considerando as permanências, exclusões e proposições de novas questões, ainda é possível afirmar a expectativa da Inspeção em conhecer os conteúdos das aulas de Educação Física, as práticas relacionadas aos alunos, a demarcação dos espaços específicos, a organização e o trabalho docentes. A partir de 1935 essa tarefa, que antes exclusiva para o professorado dos grupos escolares, passa a ser também das professoras dos jardins de infância e das escolas normais. Se por um lado é uma indicação de preocupação com a formação em Educação Física das futuras normalistas, por outro, aponta para um questionamento acerca de tal formação, uma vez que o modelo de relatório era o mesmo para todos os estabelecimentos de ensino. É possível supor que a Educação Física ministrada para alunas do curso normal se assemelhasse à lecionada para crianças do ensino primário? Se sim, os problemas do ensino de tal disciplina nos grupos escolares não permaneceriam, haja vista a formação docente deficitária no que diz respeito aos métodos e processos de ensino de Educação Física? Questões que merecem ser investigadas com maior apuro, visto que ainda pouco conhecemos sobre a disciplina Educação Física ministrada nas Escolas Normais de Minas Gerais, especialmente, a da Capital.<sup>570</sup>

A determinação da Inspeção para que professoras de Educação Física elaborassem relatórios, a fim de que pudesse tomar conhecimento geral das condições do ensino da referida disciplina nas escolas do Estado, possui uma dimensão que é da inspeção que configura uma medida de tentativa de controle do trabalho docente. Mas, ao mesmo tempo, a produção dos relatórios pode também constituir uma maneira de cotejar a legitimação do componente curricular Educação Física, na sua aceção como disciplina escolar. Se a Inspeção abordou no modelo de relatório os conteúdos a serem ensinados, as maneiras de mensurar o desenvolvimento dos alunos, os espaços e os tempos para as práticas, o interesse dos sujeitos no ensino e a organização do trabalho das professoras, tal órgão demandava o efetivo ensino de Educação Física nas escolas, mobilizando os elementos constitutivos do processo educativo. Raciocínio similar pode ser empregado para o próximo tópico que tratará detidamente sobre o envio dos horários das aulas. Em algumas de suas determinações, a Inspeção forjava uma modelagem para a Educação Física escolar e simultaneamente produzia dispositivos de aferição de legitimidade dessa disciplina.

---

<sup>570</sup> O projeto de pesquisa “Sentidos e sensibilidades: a educação do corpo na Escola Normal Modelo da Capital (Belo Horizonte, 1906-1930)” financiado pelo CNPq e coordenado pela professora Andrea Moreno, ainda encontra-se em andamento, e objetiva focar aspectos específicos dos processos de escolarização do corpo, das práticas corporais e da constituição de uma “Educação Física” na formação docente promovida pela Escola Normal Modelo da Capital. Tal investigação pode ajudar na compreensão das questões aqui levantadas.

### 5.3 “Os horarios das aulas de educação physical, de conformidade com as instrucções publicadas por esta Inspectoria”<sup>571</sup>

A organização, a duração e a divisão dos tempos escolares eram preocupações que estavam presentes nas instruções acerca dos horários das aulas de Educação Física divulgadas pela Inspetoria no jornal Minas Gerais, em março de 1934. Nestas diretivas, já não mais haveria a distribuição fixa dos horários dessa disciplina:

O horario para as aulas de Educação Física deverá ser organizado a criterio do diretor do grupo e professora da disciplina, convindo observar o seguinte:  
 a) os exercicios nunca devem ser feitos depois das refeições, ainda que pequenos;  
 b) depois da aula o aluno deve repousar pelo espaço de 5 a 10 minutos, antes de qualquer outra atividade, especialmente, as de carater intelectual.<sup>572</sup>

Essa possibilidade de reconfiguração revela que o tempo destinado à Educação Física não mais, necessariamente, seria encarado como compensação das horas de maior esforço intelectual. Talvez seja possível inferir que o caráter higiênico da posição que os Exercícios Físicos ocuparam na grade de distribuição das aulas, quando da Reforma do Ensino Primário em 1906,<sup>573</sup> estivesse sendo diluído nas proposições da Inspetoria. Pelo fragmento acima citado, não mais havia uma exigência de posicionar a Educação Física entre as outras matérias, com o propósito de proporcionar aos alunos um momento de relaxamento dos trabalhos realizados em outras disciplinas considerados de exigente aprendizagem intelectual. Outro indício que reforça uma possível diluição, ou mudanças sutis no significado do que seria o “caráter higiênico”, é uma das observações a serem consideradas na organização dos horários, que prevê que o aluno deveria descansar antes de quaisquer outras atividades. Mesmo destacando as de caráter intelectual, a Inspetoria indica que o descanso seria necessário independente da prática que viria a seguir. Já em 1929, foram baixadas instruções para o ensino de Educação Física nas quais se registrava que uma aula dessa disciplina implicaria “certa fadiga intellectual que, adicionada á muscular” demandariam um tempo destinado ao relaxamento.<sup>574</sup>

Nas instruções destinadas às professoras de Educação Física, publicadas em março de 1934, no tocante aos horários, não havia um número fixo de aulas às quais os alunos deveriam

<sup>571</sup> Fragmento de aviso publicado pela Inspetoria de Educação Física e assinado por Renato Eloy de Andrade. Jornal Minas Geraes, 15 de março de 1935, p. 4.

<sup>572</sup> Jornal Minas-Gerais, 10 de março de 1934, p. 4.

<sup>573</sup> VAGO, 2002.

<sup>574</sup> Jornal Minas Geraes, 22 e 23 de abril de 1929, p. 12.

ser submetidos, mas a Inspeção instruía que fossem no mínimo duas lições por semana, sendo que as professoras não deveriam ministrar mais que seis aulas diárias. A duração das aulas deveria ser de 25 minutos para cada turma, sendo destinados 10 minutos à calistenia, 10 minutos à prática de jogos e 5 minutos ao repouso.<sup>575</sup> Ao demarcar a divisão do tempo, a Inspeção também define os conteúdos autorizados para o ensino de Educação Física. Correção dos corpos e eficiência dos gestos coexistiram nas recomendações da Inspeção. Diumira Campos de Paiva afirmava que “na Educação Física completa, não se pode prescindir dos jogos nem da ginastica. São elementos que não se excluem, mas que se integram”.<sup>576</sup>

A prescrição da duração das aulas sofre modificações no decorrer da existência da Inspeção. No regulamento de tal órgão, aprovado em 30 de junho de 1934, existia uma expectativa para a ampliação do tempo destinado às aulas de Educação Física. Na nova distribuição, os jogos, “actividades livres” seriam as práticas privilegiadas nos programas de ensino, perdendo espaço na organização das aulas as “actividades formaes”, calistenia:

Art. 19. As aulas de Educação Physica devem ser dadas diariamente a cada grupo de alumnos durante 40 minutos, no mínimo, divididos da seguinte fôrma:

10 m – actividades formaes;

20 m – actividades livres;

10 m – banho ou descanso.

§ 1.º Nos casos especiaes em que as aulas são ministradas a cada grupo 3 vezes por semana, o tempo deverá ser de 60 minutos, divididos da seguinte maneira:

15 m – actividades formaes;

35 m – actividades livres;

10 m – banho ou descanso.

§ 2.º Na escola primaria a divisão de tempo deste artigo será feita proporcionalmente dentro do período disponível pela professora.<sup>577</sup>

No exame da distribuição desse tempo mais uma possibilidade para sugerir que a Inspeção estava conectada às inovações educacionais presentes na Reforma do Ensino Primário em 1927. Os jogos ao ganharem maior espaço nos horários, reforçam que tal órgão estava operando com premissas que desejavam tornar a escola mais ativa e mais centrada no interesse do aluno. Em artigo intitulado “Escola Activa”, publicado na Revista do Ensino, em 1930, o Assistente Técnico do Ensino Levindo Lambert expõe princípios que marcavam essa maneira de orientar o ensino nas escolas. Afirmava ele:

<sup>575</sup> Jornal Minas-Gerais, 10 de março de 1934.

<sup>576</sup> “Educação Física na escola primária”, in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 44.

<sup>577</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 11.411 de 30 de junho de 1934. *Collecção dos Decretos de 1934*, Bello Horizonte, 1935, p. 601.

Dess'arte, comprehende-se que si a escola desperta o interesse dos alumnos; si se adapta ás condições personalissimas da idade infantil; si consulta ás necessidades, satisfaz a curiosidade e incita a actividade da creança – a escola é certamente ACTIVA.<sup>578</sup>

Este parece ter sido o movimento da Inspeção em relação à divisão do horário das aulas de Educação Física nas escolas e ao seu programa de ensino. Destinar mais tempo aos jogos significava ir ao encontro da nova produção do campo educativo no Estado. Ampliar na sua totalidade o tempo destinado à Educação Física, pode ainda ser interpretado como mais uma estratégia da Inspeção para legitimar esse componente curricular. A importância de uma disciplina escolar pode também ser medida pelo tempo destinado a ela na grade de horários. Mesmo que a divisão do tempo proposta não pudesse ser realizada pela professora, o fato da Inspeção sinalizar uma expectativa de aumento do tempo escolar é uma maneira de indicar que o ensino de Educação Física nas escolas era legítimo e deveria ser alcançado.

As diretivas referentes à organização do tempo da Educação Física nas escolas, ainda revelam uma consonância com os estudos fisiológicos do corpo, o que também conferia cientificidade ao processo de escolarização da Educação Física. Em instruções baixadas no Regulamento da Inspeção de Educação Física, em 1934, a recomendação de que nas escolas que funcionassem em dois turnos, as aulas dessa disciplina deveriam ser dadas às horas iniciais do primeiro turno, e às últimas horas do segundo turno.<sup>579</sup> Seguindo tais orientações para a organização dos horários de Educação Física, as aulas de exercícios físicos estariam “afastadas assim de uma hora antes e duas horas depois das grandes refeições”.<sup>580</sup> Caso a escola trabalhasse em turno único, as aulas de Educação Física seguiriam a orientação aplicada ao segundo turno.

O banho também passava a ser prescrito no horário da Educação Física escolar. No mesmo Regulamento de 1934 podemos encontrar as seguintes orientações sobre a nova prática:

Art. 16. Nenhum alumno deverá ter repouso superior a 30 minutos entre a aula de Educação Physica e o banho.

§ 1.º Cada alumno, no banho frio, não deverá permanecer sob a acção da agua tempo superior a um minuto.

§ 2.º O banho depois dos exercicios phisicos não tem por objectivo principal a limpeza externa da pelle, e sim a sua irrigação sanguinea, que se opera com o

<sup>578</sup> Revista do Ensino, n. 47, julho de 1930, p. 48-49.

<sup>579</sup> As aulas nos grupos escolares realizavam-se das 11 às 15:30 horas. Quando o ensino era desdobrado em turnos, as aulas funcionariam das 7 às 11 horas e das 12 às 16 horas (MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A de 15 de outubro de 1927. *Collecção das Leis e Decretos (1927)*, vol. II, Belo Horizonte, 1928).

<sup>580</sup> Jornal Minas Geraes, 28 de janeiro de 1937, p. 6.

choque da agua fria, provocando uma reacção agradável de bem estar e que preserva o individuo dos faceis resfriados.<sup>581</sup>

Depois dos exercícios físicos as crianças poderiam tomar um banho ou “depois da aula, quando não houve banho de chuveiro, o aluno deve repousar pelo espaço de 10 a 15 minutos”.<sup>582</sup> Essa recomendação da Inspetoria opera mudanças no discurso das práticas higienistas que acompanharam o processo de escolarização da Educação Física. Note-se que aqui não há uma modificação dos enunciados, mas de seus significados. O asseio corporal já não era a preocupação central. Interessava mais o conhecimento do funcionamento do corpo pautado na compreensão fisiológica do humano. Se a psicologia dava suporte à cientificidade da pedagogia e fez ressoar na Educação Física algumas de suas proposições, do mesmo modo, as instruções da Inspetoria revelam que os estudos fisiológicos conformaram-se também como referências científicas no processo de escolarização da Educação Física. O que quero defender aqui é que o banho permanece tendo um significado higiênico, menos com o sentido de apuro com o corpo e mais representado como prática importante para a eficiência do funcionamento corporal. É uma espécie de deslocamento na acepção do que seria higienizar, que me parece, neste momento, afastada da ancoragem de ciência que buscava a purificação da raça, mas estreitamente sintonizada com aquela que intentava produzir sujeitos mais eficientes para a inserção no modelo fabril de trabalho. Higienizar seria fazer render.<sup>583</sup>

Retomando a centralidade desse item, o envio dos horários das aulas de Educação Física, a Inspetoria solicitava ao professorado responsável pelo ensino dessa disciplina que, baseado nas instruções publicadas no jornal Minas Gerais, remetesse a ela os horários organizados em seus grupos escolares, a fim de verificar a configuração dos tempos das aulas e a organização do trabalho docente. Essa medida poderia também ser um dispositivo de cotejamento da inserção da Educação Física nas escolas. Pelos registros das professoras a Inspetoria aproximar-se-ia da legitimidade conferida a tal disciplina no cotidiano escolar. Depois de examinados, Renato Eloy de Andrade divulgava no jornal Minas Gerais o grupo escolar e o nome da professora que tiveram seus horários aprovados. Pelo exposto, é possível apontar que a Inspetoria permitia que as professoras de Educação Física tivessem certo grau de autonomia na organização do seu trabalho, maneira essa de orientar o professorado que

<sup>581</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 11.411 de 30 de junho de 1934. *Collecção dos Decretos de 1934*, Bello Horizonte, 1935, p. 600.

<sup>582</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 11.411 de 30 de junho de 1934. *Collecção dos Decretos de 1934*, Bello Horizonte, 1935, p. 600.

<sup>583</sup> Essa possibilidade de análise foi inspirada em estudo de Nancy Stepan sobre a eugenia no Brasil (1917-1940), no qual, a autora mostra que no imbricado debate produzido no país entre sanitarismo, higiene e eugenia, é possível perceber mudanças nos discursos que orientavam esses temas que no Brasil correlacionavam-se. Cf. STEPAN, 2004.

acompanha as recomendações de tal órgão ao longo de seu período de atividade. Contudo, a Inspeção dava visibilidade aos modos de ensinar que considerava coerente com a modelagem que propunha. Seguindo o propósito de orientar o trabalho docente, foram elaboradas outras diretivas destinadas às professoras de Educação Física que extrapolavam os assuntos dos relatórios trimestrais e dos horários. São dessas instruções organizadas pela Inspeção que passo a tratar.

#### **5.4 “A’s professoras de Educação Física dos estabelecimentos de ensino primario, compete...”<sup>584</sup>: as instruções ao professorado organizadas pela Inspeção de Educação Física**

As diretivas elaboradas pela Inspeção constituem uma maneira singular e ajustada à contenção de gastos do Estado, para formar as professoras de Educação Física. São instruções que deveriam permear o ensino dessa disciplina e que, em algumas ocasiões, demandavam diferentes ações a serem executadas pelo professorado. Essa forma de organizar o trabalho docente aconteceu por meio de encontros pessoais de Renato Eloy de Andrade com professoras, ou no formato impresso, quando publicadas no jornal Minas Gerais.

Uma dos modos da Inspeção organizar o trabalho das professoras de Educação Física era convocando-as para reuniões. Não foi possível localizar no jornal maiores registros sobre tais encontros, mas é possível afirmar que teriam por propósito a coordenação de demonstrações extra-escolares e a qualificação do trabalho docente. Dentre diferentes motivos para convocações, as professoras foram chamadas para realizar trabalhos conjuntamente com alunas do curso intensivo promovido pela Inspeção. Renato Eloy avisava em agosto de 1934 que ficariam “as professoras de educação physica dispensadas da leitura de quinta-feira, afim de se apresentarem na Escola de Aperfeiçoamento para trabalhos collectivos com as alumnas do Curso Intensivo”.<sup>585</sup> O professorado era também convocado para organizar as solenidades de datas comemorativas.<sup>586</sup> Essas reuniões seriam consideradas extensão do trabalho escolar, visto que, em grande parte as professoras eram dispensadas das atividades nos seus estabelecimentos de ensino. O foco dessa ação privilegiava professoras dos grupos escolares e

---

<sup>584</sup> Excerto retirado de um comunicado da Inspeção de Educação Física assinado por Renato Eloy de Andrade. Jornal Minas-Gerais, 10 de março de 1934, p. 4.

<sup>585</sup> Jornal Minas Geraes, 22 de agosto de 1934, p. 5.

<sup>586</sup> Jornal Minas Geraes, 5 de setembro de 1934.

dos jardins de infância da Capital, mas por vezes, foram também convocadas docentes dos estabelecimentos de ensino secundário, como é indicado no aviso assinado por Renato Eloy de Andrade:

INSPECTORIA DE EDUCAÇÃO PHYSICA

*Aviso*

Ficam convidadas as sras. professoras de educação physica dos estabelecimentos de ensinos secundario (Escolas Normaes e Gymnasios, officiaes e particulares) da Capital, para uma reunião a se realizar quarta-feira, ás 15 horas, na Inspectoria de Educação Physica, para tratar do programma das demonstraões sportivas que serão levadas a effeito por occasião dos festejos do dia da Patria, em setembro proximo.<sup>587</sup>

Além da preparação de demonstraões de exercícios quando de datas solenes, as professoras de ensino secundário foram também chamadas por Renato Eloy a colaborar quando da realização de eventos na cidade. Assim aconteceu na organização do II Congresso Nacional Católico de Educação, no qual aquelas docentes foram chamadas para tratar do programa de demonstração de ginástica em tal evento.<sup>588</sup>

O trabalho docente pensado pela Inspetoria perspectivava a circunscrição das tarefas das professoras de Educação Física àquelas que estivessem voltadas especificamente para o ensino daquela disciplina. Instruía a Inspetoria que “para maior eficiência do trabalho, as professoras de educação física só cuidarão dessa disciplina, ficando dispensadas das substituições e trabalhos de gabinete”.<sup>589</sup> A Inspetoria julgava que todos os afazeres da professora de Educação Física ocupariam por completo seu horário na escola. O trabalho docente seria basicamente ministrar as aulas de Educação Física, preparar previamente as referidas aulas nos cadernos de lições e manter atualizadas as informações sobre as condições físicas e de saúde de seus alunos.<sup>590</sup>

Para a organização do caderno de lições, a Inspetoria também dispôs uma série de orientações que foram publicadas no jornal Minas Gerais, em 4 de junho de 1935. Dividindo o plano de aulas em quatro itens – assunto, desenvolvimento, qualidades das reacões e observações – as instruções para sua elaboração dispunham as seguintes diretivas:

No primeiro topico – assumpto – será discriminado o trabalho a ser executado.

No segundo topico – desenvolvimento – será feita uma explanação do trabalho, usando a nomenclatura technica.

No terceiro topico – qualidade das reacões – a professora registrará os resultados positivos ou negativos do trabalho, não só quanto aos objectivos da materia, como

<sup>587</sup> Jornal Minas Geraes, 30 de julho de 1935.

<sup>588</sup> Jornal Minas Gerais, 17 de setembro de 1937.

<sup>589</sup> Revista do Ensino, n. 137, 138, 139, abril/junho de 1937, p. 138.

<sup>590</sup> Jornal Minas-Gerais, 19 de abril de 1934.

aos do ensino, fixando as reacções da classe. E' uma critica natural ao que foi feito durante a aula para que se possa organizar o plano de aula seguinte. Finalmente, no ultimo topico – observações – a professora anotarà as modificações porventura feitas no plano, quer por dificuldades encontradas da parte da classe, quer por variações do ambiente.<sup>591</sup>

Além de apontar para a necessidade de organização prévia das aulas, este fragmento sugere outras dimensões do ensino de Educação Física. Dentre elas, a compreensão de que o plano de lições não deveria engessar a ação do professorado. O planejamento prévio das aulas serviria para preparar as atividades, tendo as professoras autonomia para operar mudanças no seu andamento. A idéia de que a professora poderia criticar sua própria aula e a partir daí organizar a lição seguinte, sugere que a educação estava sendo encarada como um processo. Tal entendimento converge para iniciativas que a Inspeção produziu para a formação docente, as quais enfatizavam os métodos e os procedimentos de ensino como necessários à qualificação de professoras de Educação Física.

As recomendações da Inspeção, destinadas às professoras, configuram uma iniciativa para maior sistematização do ensino de Educação Física nas escolas. Tais instruções podem ainda conformar uma tentativa de diminuir a distância entre as prescrições legais acerca da Educação Física e sua prática escolar. Se algumas precariedades ainda persistiam, a Inspeção realizava concentradamente investimentos no corpo docente, a fim de tentar materializar as possibilidades que os exercícios físicos apresentavam para a educação.

Os empenhos na escolarização da Educação Física, concebidos pela Inspeção, produziram um clamor acerca da necessidade de organização e especialização docente que acabou por desdobrar-se no que Renato Eloy de Andrade chamou de “aparecimento da professora de Educação Physica”.<sup>592</sup> Esse processo de profissionalização não foi isento de problemas. Um desdobramento dessa nova configuração indicada pelo Inspetor de Educação Física foi “a dualidade que já se constata mas não é absolutamente admissível”. Para amenizar a situação, a Inspeção elaborou recomendações às professoras de tal disciplina, a fim de promover o entendimento de um ensino global, evitando sua desagregação. Para tanto aquelas docentes deveriam, dentre demais instruções, relacionar os conhecimentos adquiridos pelos alunos em sala de aula com as práticas dos exercícios físicos contando para isso com “a cooperação e colaboração das professoras da classe”. Precisariam ainda se esforçar para que

---

<sup>591</sup> Jornal Minas Geraes, 4 de junho de 1935, p. 6.

<sup>592</sup> Jornal Minas Geraes, 2 de julho de 1935, p. 4.

as demais docentes encontrassem nelas “um effectivo elo para effeito da globalização do ensino”.<sup>593</sup>

Mudando o olhar para outra fonte mobilizada neste estudo, o Regulamento da Inspeção de Educação Física, a partir das instruções ali publicadas é possível fazer indicações sobre o processo de escolarização dessa disciplina, tomando como referência as diretivas que abordavam a materialidade para realizar o ensino de Educação Física. As instruções gerais apresentadas no Regulamento, assim dispõem:

Art. 9.º. Para que o ensino seja ministrado com o necessario desenvolvimento, a escola deverá ter uma installação material, tanto quanto possivel, adequada ao funcionamento das actividades da Educação Physica.

Paragrapho unico. Completam, em termos minimos, a installação acima referida o seguinte:

a) um gabinete antropometrico contendo:

1 – Uma balança.

2 – Uma toeza.

3 – Um espirometro.

4 – Uma cinta metrica metallica (de metro).

5 – Uma mesa de massagens.

6 – Um manometro.

7 – Um chronometro.

8 – Uma “pharamacia” (sic) com medicamentos para desinfecção e primeiros auxilios em casos de ferimentos.

9 – Um fichario alphabetico para o archivo dos exames medicos anthropometricos.

b) Um galpão pavimentado de madeira, com as dimensões minimas de 10 x 20.

c) Campos de jogos.

d) Campo de recreio contendo aparelhos de exercicio como os usados em praças de jogos.

e) Chuveiros necesarios para o banho depois dos exercicios physicos.

f) Utensilios portateis para uso da calistenia e jogos esportivos.

g) Livros technicos sobre Educação Physica na bibliotheca.

h) Uma sala destinada ás reuniões do corpo de “leaders” e clubs sportivos.<sup>594</sup>

Materialidade que informa a maneira pela qual a Inspeção ‘inventariou’ a escolarização da Educação Física em Minas. As dimensões que podem ser destacadas dos objetos necessários para o ensino dessa disciplina estão em consonância com demais iniciativas desse órgão. Os conteúdos prescritos, a necessidade de espaços e aparelhos específicos, a fisiologia informando a disciplina Educação Física, o controle científico do trabalho docente, a expectativa de um estudo permanente para melhor exercício do professorado. Elementos que permeiam o conjunto de ações da Inspeção e que constituíam a identidade da modelagem para o ensino de Educação Física que tal órgão insistiu em escolarizar.

<sup>593</sup> Jornal Minas Geraes, 2 de julho de 1935, p. 4.

<sup>594</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 11.411 de 30 de junho de 1934. *Collecção dos Decretos de 1934*, Bello Horizonte, 1935, p. 598-599.

### 5.5 A não organização do escoteirismo pela Inspeção de Educação Física

Embora prevista a organização do escotismo nas finalidades da Inspeção de Educação Física, as fontes pesquisadas evidenciam uma absoluta lacuna sobre o assunto. Nos documentos mobilizados nesta pesquisa não há registros que relacionem ações da Inspeção com a constituição do escoteirismo no Estado, o que sugere que este órgão não tomou para si a incumbência de incentivar e organizar tal prática nas escolas. Tal obrigação parecia fora de lugar. Nos investimentos que a Inspeção vinha realizando na escolarização da Educação Física, é evidente sua configuração como disciplina escolar, haja vista a preocupação com os tempos e os espaços, com os conteúdos e os saberes, e ainda com os sujeitos. Examinando tais elementos do processo educativo, não era o escoteirismo uma prática em consonância com os propósitos da Inspeção.

A análise das proposições para o ensino de Educação Física elaboradas pela Inspeção revelam a capacidade de tal órgão em deslocar alguns eixos que informaram a constituição dessa disciplina. A aproximação da Educação Física com a escola, promovida pela Inspeção, foi essencialmente influenciada pela cientificização da pedagogia, pautada na contribuição que a psicologia e demais ciências promoviam acerca do conhecimento humano. Esse processo fez deslocar o alcance de outras instâncias no ensino da Educação Física escolar. A higiene e a instituição militar foram re-significadas e re-situadas na sua relação com tal disciplina. O não envolvimento da Inspeção com o escoteirismo revela uma demarcação de espaço no processo de produção de uma Educação Física por aquele órgão. Nos dispositivos de escolarização produzidos pela Inspeção já não interessava tanto a influência militar.

Na Reforma do Ensino Primário em 1927 e no Regulamento da Inspeção de Educação Física de 1934 o escoteirismo aparece como responsabilidade desta, todavia essa prática não ganha visibilidade nas fontes relativas a tal órgão consultadas por este estudo. A não organização do escoteirismo pelas iniciativas da Inspeção não significa que tal prática tenha sido descartada no Estado. Ao contrário, foi realizada e era muito apreciada pelos educadores. Ampliando a escala para o Brasil, na I Conferência Nacional de Educação, promovida pela ABE, acontecida em Curitiba, em dezembro de 1927 – mesmo ano da realização em Minas do Congresso de Instrução Primária e da Reforma do Ensino Primário – a temática do escotismo foi abordada. Ali foram apresentadas três teses sobre tal prática, todas

defendendo a recomendação do escotismo e os seus valores na educação.<sup>595</sup> Registro isso para dizer que este era um assunto em circulação e que, pelas fontes e estudos mobilizados nesta pesquisa, não parece o escoteirismo ter sido desprestigiado pelos educadores. Algumas divergências existiam, cite-se sua presença obrigatória nas escolas, mas era uma prática recorrentemente destacada pelos valores educacionais que poderia incutir nos sujeitos.

Em Minas, um dos que tomou para si essa tarefa foi Pereira da Silva, aquele mesmo que defendeu a tese sobre o escoteirismo no Congresso de Instrução Primária, em 1927. Adalson de Oliveira Nascimento pesquisou o movimento escoteiro em Minas Gerais no período de 1926 a 1930. O autor comenta que o escotismo foi impulsionado pela Reforma do Ensino de 1927 e afirma que “Chefe Pereira teve importante participação no encaminhamento desta política. Ele foi encarregado de orientar a formação de grupos e de instrutores para atuar junto aos grupos escoteiros”.<sup>596</sup>

A professora Helena Antipoff também se envolveu com o escotismo. Informações no jornal Minas Gerais indicam que ela foi figura importante para organização de tal prática no Estado. Em 1932, a seção “Pelo Ensino”, em nota intitulada “O escotismo como fator pedagógico”, divulgava que:

Madame Antipoff, a ilustre educadora, a quem já muito deve o ensino em Minas, com a colaboração de diversos elementos de nosso magisterio e figuras de nossa sociedade, acaba de tomar sob seus cuidados a iniciativa de movimentar o escotismo entre nós, de modo a aproveitar dessa magnífica instituição as suas superiores virtudes pedagógicas, para a realização de um largo programa cultural e cívico.<sup>597</sup>

Este fragmento refere-se à fundação do Núcleo Pedagógico Auxiliar do Escotismo, anunciada como “uma nova e brilhante etapa da vida escotista de Minas”.<sup>598</sup> Antipoff também escreveu sobre o assunto. Em coletânea de suas obras sobre “Fundamentos da Educação”, é apresentado um texto intitulado “O escotismo”, que teria sido produzido na década de 1930.<sup>599</sup> Nos anais do VII Congresso Nacional de Educação, realizado em 1935, também consta uma tese de autoria da professora: “A escola e o escotismo”. Nesta, Antipoff desaconselhava a introdução do escotismo na escola, mas afirmava as possibilidades educativas desta prática. Dizia ela, que se não havia para a “escola primaria nem urgencia nem grandes vantagens para o cultivo do escotismo dentro de suas muralhas, ha entretanto, no

---

<sup>595</sup> As teses eram intituladas: “O escotismo e a unidade nacional”, “O escoteirismo na educação” e “O que se poderá esperar da educação escoteira para o progresso do Brasil”. (COSTA; SHENA; SCHMIDT, 1997)

<sup>596</sup> NASCIMENTO, 2004, p. 60.

<sup>597</sup> Jornal Minas-Gerais, 14 de outubro de 1932, p. 13.

<sup>598</sup> Jornal Minas-Gerais, 14 de outubro de 1932, p. 13.

<sup>599</sup> ANTIPOFF, 1992.

Brasil, um campo bem propicio a seu desenvolvimento: refiro-me á adolescencia post-escolar, e principalmente á adolescência desamparada”.<sup>600</sup>

O jornal Minas Gerais reforça a indicação de que o escoteirismo vinha sendo desenvolvido em Minas. Este periódico tinha uma seção denominada “Escotismo” na qual eram publicadas informações sobre o andamento de tal prática no Estado. Inserida nesta seção, uma reportagem intitulada “O progresso do escotismo em Minas”, publicada em abril de 1936, traz uma imagem que registra a ida de um grupo de escoteiros mineiros ao Rio de Janeiro (figura 12).

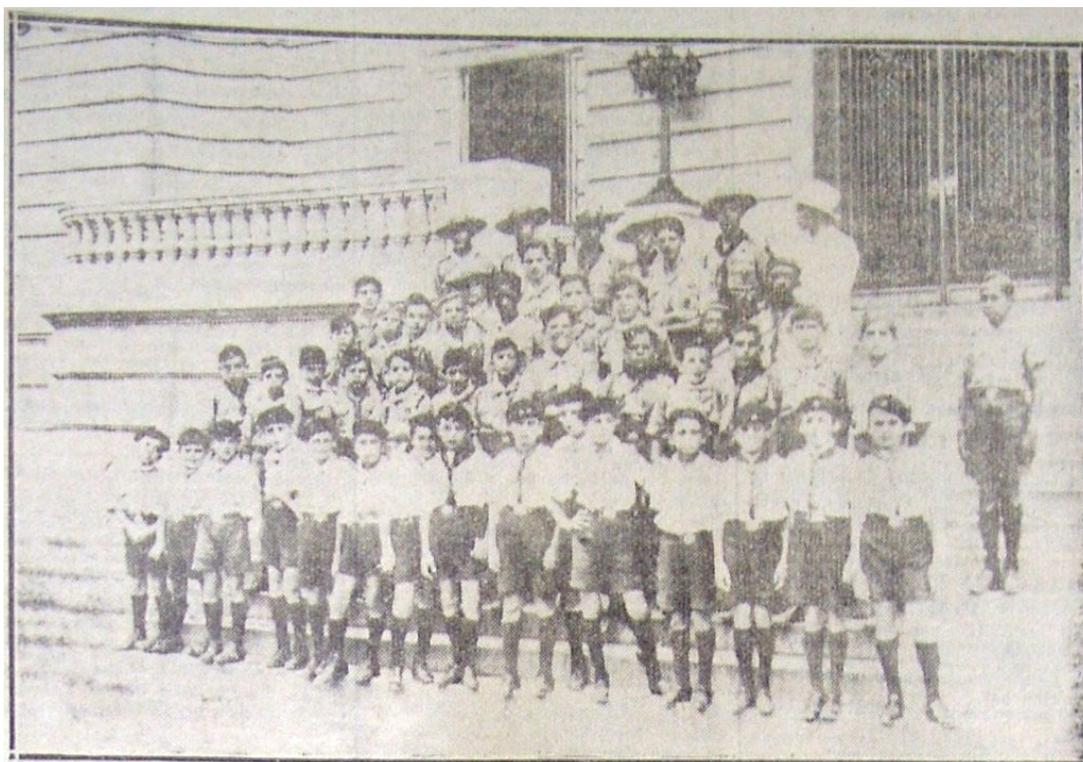


Figura 12: Grupo de escoteiros mineiros em visita ao Rio de Janeiro (1936)  
Fonte: Jornal Minas Geraes, 21 de abril de 1936, p. 13.

Não é possível indicar se esse grupo de escoteiros mantinha relação direta com a escola, como sugerido na Reforma do Ensino Primário de 1927, ou se funcionava de maneira mais autônoma. O intuito aqui é apenas o apontamento de que tal prática foi realizada em Minas. A matéria ainda trazia a indicação de que:

O escotismo em Minas vive, no momento, uma phase de fecundas realizações, congregando no seu seio e sob a bandeira dos seus salutareos principios, uma mocidade radiosa e sadia, que nelle encontra um ambiente favoravel ao exercicio da disciplina moral, civica e espirital e um estimulo permanente para o surto dos melhores sentimentos.<sup>601</sup>

<sup>600</sup> “A escola e o escotismo”, in Anais do VII Congresso Nacional de Educação, 1935, p. 106.

<sup>601</sup> Jornal Minas Geraes, 21 de abril de 1936, p. 13.

Como o propósito deste estudo não tem sua centralidade no escotismo, não interessou as maneiras como tal prática foi constituída entre os anos de 1927 a 1937, período de existência da Inspetoria de Educação Física. Durante parte desse tempo, o estudo de Adalson Nascimento indica que mudanças no Governo e o adocimento de Pereira da Silva foram fatores que levaram a momentos de desmobilização dessa prática no Estado.<sup>602</sup> Ainda no período recortado para esta pesquisa, registros de que outras pessoas ocuparam-se do escotismo em Minas. O que coube aqui anunciar foi que apesar do escoteirismo não ter tido entrada na escola pelas ações da Inspetoria, tal prática foi organizada por outros sujeitos em Minas e era muito apreciada no campo da educação.

Em síntese, a análise das ações promovidas pela Inspetoria permite afirmar que tal órgão mobilizou, de alguma forma, todos os elementos constitutivos do processo educativo. Os tempos e os espaços foram preocupações da Inspetoria; os conteúdos e os saberes a serem ministrados nas aulas eram recorrentemente sugeridos por ela; a preocupação com os alunos era ressaltada na organização das classes homogêneas, era preciso conhecê-los, observá-los, medi-los e classificá-los; e ainda, a preocupação com as professoras que ministrariam Educação Física nas escolas, alvo de maior incidência das ações da Inspetoria. Nas atividades de tal órgão, uma expectativa de movimento dialógico com alunos e professoras. Ouvir o interesse das crianças, escutar as dificuldades que o professorado vinha encontrando no ensino de Educação Física e a partir daí construir novas proposições para a escolarização da disciplina. Se este não pôde ser um processo completamente efetivado, as fontes sugerem que o diálogo era uma intenção da Inspetoria.

O objetivo neste capítulo foi esmiuçar outras iniciativas de tal órgão, além dos cursos intensivos e da elaboração de impressos. Ao realizar este propósito foi possível tomar as ações no seu conjunto, movimento que demonstrou o intuito da Inspetoria em produzir uma modelagem para a Educação Física na escola. Não bastava sua presença, foi realizado um esforço para demarcá-la e configurá-la como uma disciplina escolar forjada, sobretudo, no campo educativo. Assim, a Inspetoria agiu em sintonia com as orientações que buscavam uma escola mais ativa, o conhecimento sobre a criança, o trabalho docente subsidiado por saberes científicos e a eficiência como metáfora de uma configuração discursiva e de uma intervenção pedagógica que se desenvolveu nos anos de 1920. Por isso, o empenho em mobilizar os tempos, os espaços, a materialidade, os alunos e os professores, e os conteúdos, como maneira

---

<sup>602</sup> NASCIMENTO, 2004.

de legitimizar a Educação Física como um componente curricular. Um conjunto de investimentos na escolarização dessa disciplina que procurei contar por intermédio dos rastros deixados pela sua Inspetoria.

## ALGUNS ENTRELAÇAMENTOS E OUTROS CAMINHOS...

*“O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 1994, p. 224-225).*

Iniciei esta escrita convidando o leitor para compreender a disciplina Educação Física no seu movimento de constituição, o qual comportou diferentes projetos, alguns embates, personagens diversos e transformações ao longo do tempo. Na tentativa de combater o esquecimento e uma possível naturalização da presença dessa disciplina como componente curricular, o estudo aqui transcorrido pretendeu ser uma contribuição para a história escolar da Educação Física em Minas Gerais. Ao dar voz aos sujeitos que, durante parte das décadas de 1920 e 1930, trabalharam para constituir um ensino de Educação Física nas escolas mineiras, foi possível identificar particularidades que marcaram esse momento da escolarização da disciplina no Estado.

Na diversidade de experiências que compuseram os processos de escolarização da Educação Física, no projeto anunciado e estabelecido pela Inspeção, ganha papel de destaque as referências às teorias pedagógicas escolanovistas. Tomando por lugar de investigação a Inspeção de Educação Física de Minas Gerais foi possível apurar como a escolarização de tal disciplina no período de 1928 a 1937 foi forjada num projeto educacional que teve por centralidade o interesse da criança no ensino, o anseio por tornar a escola mais ativa, o controle científico do trabalho, o investimento no aperfeiçoamento docente.

As ações da Inspeção de Educação Física foram também elaboradas pelas circunstâncias nas quais se encontrava. Além das incumbências destinadas a tal órgão no texto da Reforma do Ensino Primário em 1927, dificuldades financeiras, publicação de novos aparatos legais e necessidade de orientações docentes foram aspectos que balizaram a organização das suas atividades.

As proposições para a Educação Física produzidas por este órgão indicavam a convivência dos primados da ortopedia e da eficiência no ensino. Essa coexistência foi marcada por um desequilíbrio, no qual, a dimensão da eficiência foi crescentemente ocupando mais espaço nas iniciativas empreendidas pela Inspeção. Cabe ressaltar ainda que a idéia de funcionamento mais ‘eficaz’ do corpo foi sutilmente incorporada às alusões feitas ao caráter preventivo e corretivo das práticas corporais. Além dessa convivência desigual de referências

orientadoras para o ensino de Educação Física, as prescrições da Inspeção ainda sinalizavam novas práticas, velhos enunciados com outros significados e, sobretudo, um esforço para uma efetiva escolarização de tal disciplina, e não apenas sua presença nas escolas. No conjunto das fontes mobilizadas nessa pesquisa, a explicitação de um arranjo de ações relativas à Educação Física que articulavam os tempos e os espaços, os sujeitos, a materialidade, os conhecimentos e as práticas escolares. Dimensões nesta pesquisa tão destacadas pela operação analítica de compreender “como em uma situação histórica e concreta particular” são mobilizados os elementos constitutivos do processo educativo.<sup>603</sup>

O projeto de escolarização no qual se inscreveu as práticas da Inspeção foi o que aproximou a Educação Física de uma “ciência pedagógica”, e, nesse sentido, teve papel relevante na produção e na circulação de referências docentes baseadas no repertório dos saberes inerentes à escola. As preocupações que extrapolavam os conteúdos e, aliavam a estes, os métodos e os processos de ensino foram recorrentemente incorporadas ao aperfeiçoamento do professorado produzido pela Inspeção de Educação Física. No movimento de complexificação dos saberes de tal disciplina, este órgão formalizou a importância de um conjunto de informações inerentes à docência, o que balizou novos aspectos para a Educação Física nos estabelecimentos de ensino. A Inspeção estabeleceu “conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar” mais que isso, tentou criar condições que permitissem “a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”.<sup>604</sup>

Atentando para esse projeto, os discursos permitem apontar que a Educação Física foi anunciada num imbricado de orientações que defendiam a formação do caráter; o conhecimento acerca da infância; o interesse do aluno como direcionador do ensino; os saberes da psicologia e da fisiologia subsidiando o exercício docente; os jogos e a calistenia como práticas privilegiadas nas aulas de Educação Física. Destaque-se que essa composição de princípios resistiu a outros projetos que estavam em tensão com as propostas da Inspeção. Seus integrantes não se submeteram a outras compreensões de Educação Física, citem-se, as indicações do método francês de ginástica.

Os sujeitos que colocaram em funcionamento a Inspeção também mereceram destaque nesse estudo. Professores que produziram orientações pedagógicas para o ensino de Educação Física em Minas Gerais. Sobre alguns soubemos mais, sobre outros foi possível apenas algumas indicações. Conhecer os agentes de tal órgão ajudou a compreender a

---

<sup>603</sup> FARIA FILHO, 2003, p. 85.

<sup>604</sup> JULIA, 2001, p. 63.

produção de uma determinada modelagem para a Educação Física na escola. Considerando algumas idéias que orientaram a Associação Cristã de Moços e a Associação Brasileira de Educação, lugares de sociabilidade que influenciaram a atuação do Inspetor de Educação Física, é possível flagrar em alguns momentos uma conexão entre os saberes que circulavam naquelas Associações e as iniciativas levadas a termo pela Inspetoria. Renato Eloy de Andrade ocupou um lugar em Minas Gerais que parece aproximar-se da qualidade de um intelectual da Educação Física<sup>605</sup>. O Inspetor manifestava suas idéias sobre tal disciplina publicamente e essa maneira de produzir sentidos para a Educação Física tinha por alvo, especialmente, um conjunto de professoras. Essa operação acontecia por diferentes suportes: pelo jornal Minas Gerais, pela Revista do Ensino, pelo Boletim Pedagógico, pelas palestras e conferências, e ainda pelo contato direto com o professorado, via cursos intensivos e reuniões. Professor que, conectado com outros espaços de discussão e com a produção bibliográfica nacional e estrangeira, muito sabia sobre a Educação Física daqui e de fora do país.

Sobre as professoras, Auxiliares da Inspetoria, pouco conhecemos. Mulheres, autoras de artigos, de trabalhos e de orientações docentes, que ajudaram a produzir *maneiras de fazer* a Educação Física nas escolas. Uma delas, Guiomar Meirelles continuou seguindo sua carreira profissional como professora de Educação Física, atuando na formação de professores no ensino superior. As outras, Zembla Soares de Sá e Diumira Campos de Paiva precisariam ter suas carreiras profissionais investigadas após a extinção da Inspetoria.

Uma trama que pode derivar da que se apresenta aqui narrada, é a continuação dos estudos acerca das políticas estaduais para a Educação Física e os esportes. Finda a Inspetoria de Educação Física – extinção intimamente atravessada por uma tensão política –, o Governo de Minas Gerais concentrou seus esforços na difusão de praças de esportes por todo o Estado. Após a inauguração, em 1937, do Minas Tênis Clube, marco fundador da nova política, foi criada a Diretoria Geral das Praças de Esportes Minas Gerais, em 1943, pelo Decreto-lei nº 922, de 16 de julho. Em seguida, no ano de 1946, mediante o Decreto nº 1.765, de 17 de junho, aquela passa a denominar-se Diretoria de Esportes de Minas Gerais. Marilita Aparecida Arantes Rodrigues pesquisou a Praça de Esporte da capital, mas os documentos por ela mobilizados merecem ser revisitados por novas indagações e muito ainda precisa ser pesquisado no tocante às iniciativas no interior do Estado.

---

<sup>605</sup> Ao eleger a Inspetoria de Educação Física de Minas Gerais como objeto desta pesquisa, foi possível destacar a figura de Renato Eloy de Andrade, que se aproxima das referências sobre intelectuais que Ângela de Castro Gomes aponta em seus estudos. Citando Jacques Julliard, a autora comenta “que as idéias não ‘circulam’ elas mesmas pelas ruas; elas estão sendo portadas por homens que fazem parte de grupos sociais organizados” (GOMES, 1993, p. 63). Renato Eloy, em diálogo com outros espaços e sujeitos, produziu e fez circular em Minas uma modelagem para o ensino de Educação Física.

Penso ainda que seja necessário investigar com mais apuro a afirmação que recorrentemente apresenta-se para a História da Educação Física de que meninos teriam aulas com professores e meninas com docentes mulheres. Os documentos mobilizados neste trabalho indicam que não havia separação da turma por gênero no período de existência da Inspeção. A professora em Minas Gerais ministraria aulas de Educação Física para meninos e meninas. Parece necessário perguntar sobre as idas e vindas dessa maneira de organizar a disciplina. Caso os meninos tivessem aulas com professores, onde estes teriam sua formação para ministrar Educação Física? Qual o modelo de pensamento os orientaria?

A Inspeção de Educação Física foi criada diante de um conjunto de precariedades que envolviam o (não) ensino de tal disciplina nas escolas. Embora tal órgão tenha envidado esforços para fazer a Educação Física efetivamente escolarizada, em alguns momentos, é possível flagrar na fala do Inspetor certo lamento, porque a disciplina parecia ainda marcada por algumas fragilidades. A constatação de falta de material e de espaços específicos para as aulas, de ausência de instrumentos para os testes antropométricos, juntamente com as referências à Educação Física como “ornamento”, “indifferentismo” e “relegada a um canto” são indícios anunciados por Renato Eloy de que o ensino da matéria ainda estava envolto por precariedades. Menos que comprovar os resultados práticos e concretos dos investimentos que a Inspeção organizou, interessou aqui analisar a produção das suas idéias e o impacto dessas no movimento de escolarização da Educação Física. As proposições que seus agentes elaboraram parecem ter produzido lastro no ensino de tal disciplina nas décadas posteriores. A insistência da Inspeção em formar professoras especializadas em Educação Física, especialmente pela realização de cursos intensivos, pode ser considerada no Estado como momento inicial da preocupação com uma composição de saberes específicos, que aliava os conteúdos aos métodos e processos ensino, para ministrar tal disciplina nas escolas. Esse movimento pode ter configurado-se como terreno fértil para as proposições de ensino superior para tal profissão. Em Minas Gerais, as primeiras escolas superiores de Educação Física foram fundadas em 1952<sup>606</sup>. Ainda no plano dos lastros, a idéia de uma Educação Física “recreativa”, porque alegre, divertida, lúdica – palavras que passaram a frequentar os textos do Inspetor e das suas Auxiliares – permanece nos anos seguintes à supressão da Inspeção como sentido orientador das práticas daquela matéria, especialmente, dos jogos. A criação e o desenvolvimento das ações de tal órgão deram-se num momento de renovação pedagógica ancorada no ideário de uma escola mais ativa e sedutora para os alunos. É durante esse

---

<sup>606</sup> Em 1952 foram instituídas a Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais e a Escola de Educação Física das Faculdades Católicas (CAMPOS, 2007).

processo, de novas construções culturais, que se pode indiciar uma estreita relação entre a recreação – recorrentemente representada como sinônimo de jogos –, a infância e a educação. A permanência dessa conexão, bem como das proposições pedagógicas referentes à compreensão da criança como ser moldável e ao alcance dos argumentos psicológicos, ecoam em manuais de jogos e recreação produzidos nas décadas de 1950 e 1960.<sup>607</sup> Indício de que as maneiras de ensinar Educação Física, tramadas pela e na Inspetoria, propagandearam-se.

Acredito que muito do que encontramos na produção desses sujeitos e dessas práticas, mereceria ser lido e pensado contemporaneamente. No movimento de rupturas e permanências parece ser necessário questionar que Educação Física estamos produzindo hoje para as escolas? Que matizes a tem orientado? Quais os sentidos desse componente curricular? Construir uma Educação Física por dentro da escola, forjada no campo educacional, considerando a criança como seres humanos que são, e não como “cavallos”, “bois” e “machinas”, ou qualquer outra coisa que não como humanos, constituem elementos marcantes na atuação da Inspetoria. Estes me parecem aspectos que mereceriam cuidados no ensino da Educação Física que procedemos hoje.

Encerrando esta narrativa, considero ainda importante ressaltar alguns sentidos que esse trabalho produziu em mim, pesquisadora. No percurso de dois anos procurando rastros da Inspetoria de Educação Física, a ausência dos documentos que comporiam o possível arquivo deste órgão inicialmente foi colocada como angústia. Hoje, finda esta escrita, penso: que bom que foi assim! Se tivesse acessado o tal arquivo da Inspetoria, certamente, algumas experiências vividas não me teriam sido apresentadas. A ‘ausência’ inicial de documentos provocou a busca por outros caminhos, que acabou por possibilitar o arranjo de uma multiplicidade de pontos de vista, de sujeitos, de lugares que só foi possível captar a partir de um conjunto variado de documentos. Além disso, que bom foi o esforço de trabalhar com 11 anos de jornal diário, de garimpar os diversos tipos documentais em diferentes acervos, de confrontar as fontes, de estabelecer diálogos com outros pesquisadores... Quão importante foi localizar Renato Eloy de Andrade Filho, que, dentre outras coisas, possibilitou meu contato com a afável Cristina Garnett Brum. Que bom ter viajado ao Rio, que privilégio ter conhecido os queridos Eloy, d. Yedda e Raul. Pessoas, documentos, instituições, escolhas... Um rico processo de formação possibilitado por uma inicial ‘ausência’.

Ao terminar este estudo, indico que o propósito de investigar a necessidade que levou à criação de uma Inspetoria específica de Educação Física e a maneira como tal órgão investiu

---

<sup>607</sup> Cf. SILVA, 2004.

no ensino de tal disciplina nas escolas mineiras, foi alcançado. Ao eleger a Inspeção de Educação Física como uma “situação histórica concreta e particular” e estudar como foram “articulados e representados”, pelos seus integrantes, “as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos, a materialidade e os métodos escolares”,<sup>608</sup> foi possível estabelecer feições tomadas, no período de 1928 a 1937, pelo processo mais amplo de escolarização da Educação Física em Minas<sup>609</sup>.

Finalizo minha narrativa aqui, sabendo que este trabalho pode ser recontado, novos indícios podem ser encontrados, novas perguntas podem ser suscitadas... “Uma idéia na cabeça, uma pergunta na boca, os recursos de um método nas mãos e um universo diante de si a explorar”,<sup>610</sup> seguimos assim organizando outras tramas, narrando diferentes histórias!

---

<sup>608</sup> Definição da noção de cultura escolar esboçada a partir das contribuições de Dominique Julia e António Viñao Frago, apresentada em FARIA FILHO, 2003, p. 85.

<sup>609</sup> Operação analítica indicada por FARIA FILHO, 2007.

<sup>610</sup> PESAVENTO, 2005, p. 68.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eloy de. O Vale do Paraíba. Rio de Janeiro: Real Rio Gráfica e Editora, 1989.

ANTIPOFF, Helena. Coletânea das obras escritas de Helena Antipoff. Organizada pelo Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, CDPHA. Vol. 2. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1992.

BECKER, Guiomar Meirelles. Educação Física Infantil. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942.

BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação*: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940). Belo Horizonte: Argymentvm, 2008.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In \_\_\_\_\_ *Obras escolhidas*. Vol. 1. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.

BARBOSA, Sérgio Servulo Ribeiro. Memória dos clubes na cidade de Uberlândia/MG: a origem do Uberlândia Tênis Clube (UTC). In: *V Seminário do CEMEF e II Encontro do GTT Memórias da Educação Física e Esporte do CBCE*. 2008, Belo Horizonte. Anais eletrônicos...

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio; RANZI, Sirlei Maria Fischer (Orgs.). *História das disciplinas escolares no Brasil*. Bragança Paulista: USF, 2003. p. 9-38.

CAMPOS, Marcos A. Almeida. *Histórias entrelaçadas*: presença da dança na Escola de Educação Física da UFMG (1952-1977). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2007.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Helena Antipoff: razão e sensibilidade na psicologia e na educação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, dez. 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em 8 de junho de 2009.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. “Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas”. In: FREITAS, Marcos C. (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 291-309.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. *São Paulo Perspectiva*, v.14, n.1, p. 111-120, jan./mar.2000.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 225-251.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In \_\_\_\_\_ *A escrita da História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 65-119.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

COSTA, Maria José F. F. da; SHENA, Denilson R; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. I Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. A Educação Física no Estado Novo: a questão do nacionalismo. In: *III Encontro Nacional da história do esporte, lazer e educação física*. 1995, Curitiba. Anais eletrônicos...

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios*: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *O processo de escolarização em Minas Gerais*: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e (orgs.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 77-97, 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquíria Miranda. Imprensa e educação em Minas Gerais na primeira metade do século XIX: um estudo a partir do jornal *O Universal* (1825/1842). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquíria Miranda (orgs.). *Educação elementar*: Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.11-30.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Escolarização e cultura escolar no Brasil*: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTA, Marcus Levy (org.). *Culturas*

*escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos.* São Paulo: Cortez, v.1, p.191-211, 2007.

FEIX, Eneida. *Lazer e cidade na Porto Alegre do início do século XX: a institucionalização da recreação pública.* Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física da UFRGS, Porto Alegre, 2003.

FIGUEIREDO, Priscilla K.; ALMEIDA JÚNIOR, Admir S. de; DUTRA, Tamiris P.; COSTA, Leandro L. de A.; BRUNELLI, Felipe P.; FARIA, Luciene A. A. L. O Sete Lagoas Tênis Clube e a educação do corpo: primeiras aproximações. In: *XI Congresso Nacional de História do Esporte, Educação Física, Lazer e Dança.* 2009, Viçosa. Anais Eletrônicos...

FRADE, Isabel Cristina A. da Silva; SILVA, Ceris Salette Ribas da. A leitura de textos oficiais: uma questão plural. In: MARINHO, Marildes; SILVA, Ceris S. Ribas da (orgs.). *Leituras do professor.* Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 1998. p. 93-117.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.* São Paulo: Companhia das letras, 2 ed., 2 reimp., 2007a.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.* São Paulo: Companhia das letras, 2007b.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos históricos,* Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p. 62-77, 1993.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *O Método Francês e a Educação Física no Brasil: da caserna à escola.* Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola Superior de Educação Física da UFRGS, Porto Alegre, 1992.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação,* São Paulo, n. 1, p. 63-82, 2001.

LINHALES, Meily Assbú. *A escola, o esporte e a “energização do caráter”:* projetos culturais em circulação da Associação Brasileira de Educação (1925-1935). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2006.

LINHALES, Meily Assbú; LIMA, Cássia D. M. Dias; OLIVEIRA, Liliane Tibúrcio de. Médicos sanitaristas e educadores na “Secção de Educação Physica e Hygiene” da Associação Brasileira de Educação: a construção de uma mentalidade médico-pedagógica para a

Educação Física (1926-1937). In: *V Congresso Brasileiro de História da Educação*. 2008, Aracaju. Anais Eletrônicos...

LOPES, Eliana Marta Teixeira. A educação da mulher: a feminização do magistério. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 4, p. 22-40, 1991.

LOURENÇO, Érika; CAMPOS, Regina Helena de Freitas. O método da experimentação natural de Lazursky: sua aplicação nas propostas educacionais de Helena Antipoff em Minas Gerais (1932-1974). In: *I Congresso Brasileiro de História da Educação*. 2000, Rio de Janeiro. Anais Eletrônicos...

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. *Introdução ao estudo da escola nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea*. 14. ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 443-481.

MARINHO, Inezil Penna. *Sistemas e Métodos de Educação Física*. 5 ed. s/d.

MARINHO, Inezil Penna. *História da educação física e dos desportos no Brasil: Brasil colônia – Brasil império – Brasil república (documentário e bibliografia)*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1952.

MARINHO, Inezil Penna. *História da educação física e dos desportos no Brasil: Brasil colônia – Brasil império – Brasil república (documentário e bibliografia)*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1953.

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. Educação e civismo: movimento escoteiro em Minas Gerais (1926-1930). *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n.7, p.43-73, jan./jun.2004.

OLIVEIRA, Marília Cruz. *Guiomar Meirelles Becker: a ginástica em forma de histórias*. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, Belo Horizonte, 2001.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes de. *Sobre o pensamento médico-higienista oitocentista e a escolarização: condições de possibilidade para o engendramento do campo da Educação Física no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2003.

PARK, Roberta J. Science, Service, and the Professionalization of Physical Education: 1885–1905. *The International Journal of the History of Sport*, v. 24, n. 12, p. 1674-1700, 2007.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. *A reforma educacional Francisco Campos – Minas Gerais, governo presidente Antônio Carlos*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1981.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A escola no projeto de construção do Brasil Moderno – a reforma Francisco Campos em Minas Gerais. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.16, p.12-17, dez. 1992.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. *Educação e Estado Novo em Minas Gerais*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. “A reação de Minas ao Manifesto dos pioneiros da educação nova”. In: XAVIER, Maria do Carmo (Org.). *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 271-300, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2.ed. 1.reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINHO, Larissa Assis. “*Aperfeiçoe o physico e robusteço-o!*”: o movimento de afirmação da Educação Física nas escolas mineiras (1925-1935). Monografia (Curso de Licenciatura em Educação Física) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, Belo Horizonte, 2005.

PRATES, Maria Helena Oliveira. Uma nova pedagogia para o professor primário mineiro: a Escola de Aperfeiçoamento. *Educação em revista*. Belo Horizonte, n.11, p.12-29, jul. 1990.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38.

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. *Constituição do sentido moderno de esporte: pelas trilhas históricas do Minas Tênis Clube*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola de Educação Física da UFMG, Belo Horizonte, 1996.

SILVA, Giovanna Camila da. Memória de jogos e brincadeiras. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, Belo Horizonte, 2004.

SILVA, Giovanna Camila da; LINHALES, Meily Assbú. Recreação, infância e educação: configurações culturais e produção de novas sensibilidades (1920 e 1930). In: *Encontro Regional de História – ANPUH Minas Gerais*. 2008, Belo Horizonte. Anais Eletrônicos...

SOARES, Carmen Lúcia. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1994.

SOARES, Carmen Lúcia. *Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX*. Campinas: Autores Associados, 1998.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de. *Meninos, à marcha! Meninos à sombra!* História do Ensino de Educação Física em Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 1994.

SOUZA, Rita de Cássia de. *Sujeitos da Educação e Práticas Disciplinares: uma leitura a partir da Revista do Ensino (1925-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte. 2001.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 331-391.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação: culturas escolares, currículo e educação do corpo. *Revista Brasileira de História da Educação*, Autores Associados, n. 16, jan./abr., p. 147-169, 2008.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. *Escolarização e educação do corpo: história do currículo da instrução pública primária no Paraná (1882-1926)*. In: Anais da 28ª Reunião da ANPED, Caxambu/MG, 2005.

TEIXEIRA, Aleluia Heringer Lisboa. A “Gymnastica” no Gymnasio Mineiro – Internato e Externato – 1890-1916. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2004.

VAGO, Tarcísio Mauro. A escolarização da gymnastica nas escolas normais de Minas Gerais (1883-1918). In: FERREIRA NETO, Amarílio (org.). *Pesquisa Histórica na Educação Física*. Vol. 2. Vitória: UFES/CEFD, 1997. p. 33-58.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Estratégias de formação de professores de gymnastica em Minas Gerais na década de 1920: produzindo o especialista*. In: FERREIRA NETO, Amarílio (org.). *Pesquisa Histórica em Educação Física*, Aracruz: FACHA, v. 4, p. 51-78, 1999.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VAGO, Tarcísio Mauro. Educação Física na Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1935): organizar o ensino, formar o professorado. *Revista Brasileira de História da Educação*, Autores Associados, n. 11, p. 101-134, jan./jun. 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. Projetos e estratégias de implementação da escola nova na capital do Brasil (1922-1935). In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José (orgs.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: Editora Universidade São Francisco, 2003. p. 375-398.

VIDAL, Diana Gonçalves. “Escola nova e processo educativo”. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 497-517.

## ACERVOS E FONTES PESQUISADOS

1. Imprensa Oficial de Minas Gerais

JORNAL Minas Gerais.

2. Hemeroteca Histórica de Minas Gerais

JORNAL Minas Gerais.

JORNAL Estado de Minas.

REVISTA do Ensino de Minas Gerais.

3. Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa

JORNAL Minas Gerais.

4. Biblioteca da Faculdade de Educação da UFMG – Seção de Obras Raras

BOLETIM PEDAGÓGICO n. 18 “Educação Physica (Jogos e Callisthenia)”. Secretaria da Educação e Saúde Pública de Minas Gerais, 1935.

REVISTA do Ensino de Minas Gerais.

5. Arquivo da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

FICHA FUNCIONAL da professora Diumira Campos de Paiva.

6. Acervo da Associação Brasileira de Educação

ANAIS do VII Congresso Nacional de Educação. Rio de Janeiro, 1935.

ATAS da Seção de Educação Física e Higiene.

CARTAS manuscritas.

7. Acervo do Minas Tênis Clube

JORNAL Diário da Tarde de 8 de agosto de 1981, caderno 2.

8. Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer – CEMEF/UFMG.

CERTIFICADO de curso intensivo de Educação Física de Maria Carolina Nonato. Minas Gerais, Secretaria da Educação e Saúde Pública, 1934.

9. Acervo pessoal de Eloy Franca de Andrade

LIVRO do Eloy.

CARTÃO de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada a Manoel Eloy dos Santos Andrade.

CARTA manuscrita de Antonio Carlos Ribeiro de Andrade a Manoel Eloy dos Santos Andrade.

10. Acervo pessoal de Cristina Garnett Brum

RECORTE DE JORNAL, sem referência e data. Renato Eloy de Andrade.

## 11. Acervo pessoal de Meily Assbú Linhales

REVISTA Educação Physica. Revista Technica de Esportes e Athletismo. Rio de Janeiro, n. 1, 1º sem. 1932.

## 12. Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro

REVISTA Mocidade. Revista mensal das Associações Christãs de Moços no Brasil.

## 13. Arquivo Público Mineiro

MINAS GERAIS. Decreto n.1.960. Approva o regulamento da instrucção primaria e normal do Estado. 16 de dezembro de 1906.

MINAS GERAIS. Decreto n. 6.655. Approva o regulamento do ensino primario. 19 de agosto de 1924.

MINAS GERAIS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em sua sessão ordinária de 1936, pelo Governador do Estado.

MINAS GERAIS. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em sua sessão ordinária de 1937, pelo Governador do Estado.

MINAS GERAIS. Relatório apresentado pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior ao presidente do Estado em 1916.

## 14. Arquivo da Assembléia Legislativa de Minas Gerais

MINAS GERAIS. Decreto n. 7.970-A. Approva o Regulamento do Ensino Primario. 15 de outubro de 1927.

MINAS GERAIS. Decreto n. 8.094. Approva os programas de ensino primario. 22 de dezembro de 1927.

MINAS GERAIS. Decreto nº 10.307. Orça a receita e fixa a despesa para o exercicio de 1932. 31 de março de 1932.

MINAS GERAIS. Decreto nº 10.414. Approva o regulamento do cinema educativo. 15 de julho de 1932.

MINAS GERAIS. Decreto nº 11.501. Approva modificações feitas no decreto n. 10.362, de 31 de maio de 1932. 31 de agosto de 1934.

MINAS GERAIS. Decreto nº 10.650. Orça a receita e fixa a despesa para o exercicio de 1933. 29 de dezembro de 1932.

MINAS GERAIS. Decreto nº 10.814. Cria o lugar de auxiliar arquivista na Inspetoria de Educação Física. 27 de abril de 1933.

MINAS GERAIS. Decreto nº 11.336. Orça a Receita e fixa a Despesa para o exercicio de 1934. 18 de maio de 1934.

MINAS GERAIS. Decreto nº 11.411. Approva o regulamento da Inspectoria de Educação Physica. 30 de junho de 1934.

MINAS GERAIS. Lei nº 212. Reorganiza os serviços da Secretaria da Educação e Saúde Pública. 30 de outubro de 1937.

MINAS GERAIS. Decreto-Lei nº 74. Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercício de 1938. 7 de fevereiro de 1938.

MINAS GERAIS. Decreto-Lei nº 150. Contém providências sôbre cultura física. 24 de dezembro de 1938.

MINAS GERAIS. Decreto-Lei nº 922. Dispõe sôbre concessão do uso e gôzo das Praças de Esportes “Minas Gerais” e sua administração. 16 de julho de 1943.

MINAS GERAIS. Decreto-Lei nº 1.765. Muda a denominação da Diretoria Geral das Praças de Esportes de Minas Gerais, altera sua constituição e contém outras disposições. 17 de junho de 1946.